

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**Pró-Reitoria de Planejamento**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

**Chapecó, 2018**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**Pró-Reitoria de Planejamento**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

**Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à Sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, Decisão Normativa - TCU nº 161/2017 e da Decisão Normativa - TCU nº 163/2017.**

**Sistematizado pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFFS**

**Chapecó, 2018**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CONSUNI	Conselho Universitário
AGU	Advocacia-Geral da União
AUDIN	Auditoria Interna
CATMAT	Catálogo de Materiais
CCH	Campus Chapecó
CCL	Campus Cerro Largo
CE	Comissão de Ética
CER	Campus Erechim
CES	Conselho Estratégico Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CLS	Campus Laranjeiras do Sul
COEPE	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONCUR	Conselho Curador
CONSCOM	Conselho Comunitário
CONSUNI	Conselho Universitário
CONSUNI – CAPGP	Conselho Universitário – Câmara de Administração, Planejamento e Gestão de Pessoas
CONSUNI – CE	Conselho Universitário – Câmara de Extensão
CONSUNI – CGAE	Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis
CONSUNI – CPPGEC	Conselho Universitário – Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPF	Campus Passo Fundo
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPAD	Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRDH	Centro de Referência em Direitos Humanos
CRE	Campus Realeza
DAES	Divisão de Avaliação e Estatística
DCO	Diretoria de Comunicação
DCONT	Diretoria de Contabilidade
DCT	Departamento de Contratos
DGB	Departamento de Gestão de Bens

DGMAT	Departamento de Gestão de Materiais
DGPAT	Departamento de Gestão Patrimonial
DMAN	Departamento de Manutenção e Conservação de Bens Permanentes
DOIN	Divisão de Organização Institucional
DORC	Diretoria de Orçamento
DOU	Diário Oficial da União
DPLAN	Diretoria de Planejamento
DTL	Departamento de Transportes e Logística
E-MEC	Sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação do MEC
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GESPUBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LC	Lei Complementar
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
OS	Ordem de Serviço
OVID	Ouvidoria
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEIF	Programa Escolas Interculturais de Fronteira
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia de Informação
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEM	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PNERA	Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PROAD	Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPEPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
RAINT	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas
SA	Solicitação de Auditoria
SELAB	Secretaria Especial de Laboratórios
SEO	Secretaria Especial de Obras
SETI	Secretaria Especial de Tecnologia e Informação
SF	Secretaria da Fazenda
SCDP	Prestação de Contas de Diárias e Passagens
SGPD	Sistema de Gestão de Processo e Documentos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUADM	Superintendência Administrativa
SUFIN	Superintendência Financeira
SUGEP	Superintendência de Gestão Patrimonial
TCU	Tribunal de Contas da União
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UG	Unidade Gestora
UPC	Unidade Prestadora de Contas

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	29
Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos.....	39
Quadro 3 – Processos Mapeados.....	40
Quadro 4 – Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	55
Quadro 5 – Ações relacionadas ao Funcionamento.....	57
Quadro 6 – Ações relacionadas a Assistência ao Estudante de Ensino Superior.....	59
Quadro 7 – Ações relacionadas à Reestruturação e Expansão.....	60
Quadro 8 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	62
Quadro 9 – Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados.....	64
Quadro 10 – Restos a pagar não processados.....	64
Quadro 11 – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.....	65
Quadro 12 – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	66
Quadro 13 – Resumo da prestação de contas da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.....	67
Quadro 14 – Resumo da prestação de contas da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	67
Quadro 15 – Montante repassado à Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.....	68
Quadro 16 – Montante repassado à Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	68
Quadro 17 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	69
Quadro 18 – Avaliação de riscos na descentralização de recursos para Fundações de Apoio.....	74
Quadro 19 – Receita Prevista x Receita Orçamentária Liquida da Fonte 0250, Exercício 2017.....	75
Quadro 20 – Comportamento da Receita ao Longo do Exercício e Exercícios Anteriores.....	77
Quadro 21 – Despesas por modalidade de contratação.....	78
Quadro 22 – Total das Inexigibilidades controladas pela SUCL (a) e TOTAL das Dispensas e inexigibilidades da UFFS (b).....	79
Quadro 23 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	86
Quadro 24 – Concessão de Suprimento de Fundos.....	87
Quadro 25 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	87
Quadro 26 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	87
Quadro 27- Painel de Indicadores Balanceados e Monitorados- UFFS.....	93
Quadro 28- Resultados dos Indicadores Institucionais.....	97
Quadro 29 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002.....	106
Quadro 30 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.....	107
Quadro 31 – Equipe Técnica da Auditoria – UFFS – Exercício de 2017.....	116
Quadro 32 – Atividades de correção no âmbito da UFFS em 2017.....	119
Quadro 33 – Força de Trabalho da UPC.....	125
Quadro 34 – Distribuição da lotação efetiva.....	126
Quadro 35 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	126
Quadro 36 – Despesas do pessoal.....	128
Quadro 37 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (REGULAR).....	130
Quadro 38 – Composição do Quadro de Estagiários da UFFS Exercício 2017.....	133
Quadro 39 – Reitoria (Av. Fernando Machado, 108E, Centro, CEP 89.802-112, Chapecó/SC).....	136

Quadro 40 – Campus Chapecó (Rodovia SC 484, Km 02, Fronteira Sul, CEP 89.815-899, Chapecó/SC).....	137
Quadro 41 – Campus Laranjeiras do Sul (Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul/PR).....	137
Quadro 42 – Campus Realeza (Rodovia BR 182, Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, 1000, CEP 85.770-000, Realeza/PR).....	138
Quadro 43 – Campus Erechim (ERS 135, Km 72, 200, CEP 99.700-970, Erechim/RS).....	138
Quadro 44 – Campus Cerro Largo /RS (Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580, São Pedro, CEP 97.900-000, Cerro Largo/RS).....	139
Quadro 45 – Campus Passo Fundo /RS (Rodovia RS 153, Km 3, s/n, Bairro Jardim América, CEP 99.034-600, Passo Fundo/RS).....	139
Quadro 46 – Veículos inativos (Av. Fernando Machado, 108E, Centro, CEP 89.802-112, Chapecó/SC).....	140
Quadro 47 – Custo da frota anual de veículos em 2017.....	142
Quadro 48 – Custo da frota anual de tratores em 2017.....	143
Quadro 49 – Veículos licitados.....	146
Quadro 50 – Imóveis próprios.....	149
Quadro 51 – Imóvel recebido em Cessão.....	150
Quadro 52 – Imóveis locados de terceiros.....	151
Quadro 53 – Controle de cessão de uso de espaços - ONEROSOS.....	153
Quadro 54 – Controle Cessão de Uso de Espaços – NÃO ONEROSOS.....	155
Quadro 55 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS Reitoria - Unidade B. Pastor.....	157
Quadro 56 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS Reitoria – Unidade General Osório.....	157
Quadro 57 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Erechim.....	158
Quadro 58 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.....	159
Quadro 59 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Cerro Largo	161
Quadro 60 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Chapecó.....	162
Quadro 61 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Realeza.....	165
Quadro 62 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Passo Fundo Seminário Und. Provisória.....	166
Quadro 63 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Passo Fundo - Bloco A - Campus Definitivo.....	167
Quadro 64 – Controle Cessão de Uso de Espaços – ONEROSOS.....	170
Quadro 65 – Controle Cessão de Uso de Espaços – NÃO ONEROSOS.....	172
Quadro 66 – Relação de imóveis locados de terceiros.....	174
Quadro 67 – Solicitações e-SIC - anuais.....	201
Quadro 68 – Solicitações e-SIC - mensais.....	201
Quadro 69 – Curtidas Fanpage.....	202
Quadro 70 – Mensagens Inbox.....	202
Quadro 71 – Emails recebidos.....	203
Quadro 72 – Assuntos das manifestações.....	206
Quadro 73 – Total de ingressos.....	214
Quadro 74 – Total de dispêndios.....	214

Quadro 75 – Receita Orçamentária Líquida da Fonte 0250 e 0281, Exercício 2017.....	216
Quadro 76 – Alocação de recursos com base nas fontes de recursos recebidas em 2017.....	217
Quadro 77 – Balanço Patrimonial UFFS– Exercício 2017.....	221
Quadro 78 – Demonstração das variações patrimoniais- exercício 2017.....	224
Quadro 79 – Balanço Orçamentário UFFS– exercício 2017.....	227
Quadro 80 – Demonstrativo de execução de restos a pagar não processados.....	230
Quadro 81 – Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados .....	230
Quadro 82 – Balanço Financeiro – exercício 2017.....	231
Quadro 83 – Demonstração dos fluxos de caixa- exercício 2017.....	232
Quadro 84 – Ativo Circulante.....	246
Quadro 85 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	247
Quadro 86 – Demais créditos e valores a curto prazo.....	247
Quadro 87 – Estoques.....	248
Quadro 88 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	248
Quadro 89 – Ativo Não Circulante.....	248
Quadro 90 – Composição dos Bens Móveis.....	249
Quadro 91 – Bens imóveis.....	252
Quadro 92 – Passivo circulante.....	254
Quadro 93 – Ajustes de exercícios anteriores.....	255
Quadro 94 – Obrigações contratuais.....	256
Quadro 95 – Transferências e delegações recebidas.....	257
Quadro 96 – Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos.....	257
Quadro 97 – Pessoal e encargos.....	258
Quadro 98 – Receitas orçamentárias - 2017.....	259
Quadro 99 – Despesas correntes – 2017.....	260
Quadro 100 – Despesas de capital.....	261
Quadro 101 – Restos a Pagar não Processados – execução 2017.....	262
Quadro 102 – Total de ingressos.....	263
Quadro 103 – Total de dispêndios.....	263
Quadro 104 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – saldo inicial e final.....	264
Quadro 105 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa por atividade.....	264
Quadro 106 – Desembolso por função de governo – atividades das operações.....	265
Quadro 107 – Desembolsos das atividades de investimentos – por natureza de despesa.....	266
Quadro 108 – Relatórios e recomendações.....	268
Quadro 109 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	269
Quadro 110 – Termos Circunstanciados.....	270
Quadro 111 – Contratos que sofreram análise e que foram abrangidos pela desoneração da folha de pagamento.....	274
Quadro 112 – Despesas com publicidade.....	278
Quadro 113 – Execução, em 2017, de contratos com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. para distribuição de publicidade legal.....	278
Quadro 114 – Execução, em 2017, de contrato com o Fundo de Imprensa Nacional, referente aos serviços de publicação de atos oficiais no Diário Oficial da União.....	278
Quadro 115 – Cursos de Graduação com oferta do Curso de Libras.....	279
Quadro 116 - Rol dos Responsáveis.....	285



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma Institucional.....	28
Figura 2 - Estrutura do PPA da UFFS 2016-2019.....	45
Figura 3 - Prestações de Contas.....	72
Figura 4 - Quantitativo mensal de manifestações.....	205
Figura 5 - Sistema de Chamados.....	282
Figura 6 - Relatório de Manutenção.....	283

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Sistema de Chamados de Manutenção e Relatórios.....	283
Anexo 2 – Relatório de Manutenção.....	284
Anexo 3 – Relatório de Procedimentos Instaurados.....	298
Anexo 4 – Relatório de Procedimentos em Indiciamento/Citação.....	299
Anexo 5 – Relatório de Procedimentos Encaminhados para Julgamento.....	300
Anexo 6 – Relatório de Procedimentos Julgados.....	301
Anexo 7 – Relatório de Procedimentos Anulados Administrativamente.....	302
Anexo 8 – Relatório de Procedimentos Anulados Judicialmente.....	303
Anexo 9 – Relatório de Procedimentos em Revisão.....	304
Anexo 10 – Relatório de Procedimentos em Reconsideração/Recurso Hierárquico.....	305
Anexo 11 – Relatório de Procedimentos em Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico	306
Anexo 12 – Relatório de Procedimentos em Avocação/Requisição pela CGU.....	307
Anexo 13 – Relatório de Procedimentos em Decisão Revisão do processo.....	308
Anexo 14 – Relatório de Procedimentos por Situação.....	309
Anexo 15 – Relatório de Procedimentos por Assunto.....	310
Anexo 16 – Declaração 1- Contratos.....	312
Anexo 17 – Declaração 2 - Convênios.....	313
Anexo 18 – Declaração 1 – Atos de Admissão de Pessoal.....	314
Anexo 19 – Declaração 2- Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensão Civil.....	315
Anexo 20 – Declaração Quanto à Entrega de Declarações de Bens e Rendas.....	316
Anexo 21 – Declaração do Contador.....	318
Anexo 22 – Declaração conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	319

# Sumário

<b>2 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>3 VISÃO GERAL.....</b>	<b>17</b>
3.1 Finalidade e Competências.....	17
3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade.....	20
3.3 Ambiente de Atuação.....	23
3.4 Organograma.....	27
3.5 Macroprocessos Finalísticos.....	36
<b>4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....</b>	<b>43</b>
4.1 Planejamento Organizacional.....	43
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	47
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	50
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	54
4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	54
4.3 Desempenho Orçamentário.....	55
4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	55
4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	63
4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	63
4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	64
4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	65
4.3.6 Informações sobre a realização das receitas.....	75
4.3.7 Informações sobre a execução das despesas.....	78
4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	87
4.4 Desempenho Operacional.....	90
4.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	91
4.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	106
4.5 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos.....	108
<b>5 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>109</b>
5.1 Descrição das estruturas de governança.....	109
5.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	115
5.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	118
5.4 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	120
<b>6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>125</b>
6.1 Gestão de Pessoas.....	125
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	125
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	127
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	129
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	129
6.1.5 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	133
6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	134
6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	134

6.2.2 Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	148
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	148
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	170
6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	174
6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física.....	176
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	183
6.3.1 Principais sistemas de informações.....	189
6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	195
<b>7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>200</b>
7.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	200
7.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	207
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários.....	208
7.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	210
7.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	211
<b>8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>213</b>
8.1 Desempenho Financeiro no Exercício.....	213
8.2 Informações sobre as Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior.....	215
8.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão.....	215
8.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	216
8.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	218
8.4 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	219
8.5 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº4.320/64 e Notas Explicativas.....	220
8.5.1 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017.....	234
<b>9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>267</b>
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	267
9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	267
9.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	268
9.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	272
9.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	273
9.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	278
9.7 Demonstração da Conformidade com o Disposto no Art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	278
<b>10 ANEXOS.....</b>	<b>282</b>
Anexo 1 - Sistema de Chamados de Manutenção e Relatórios.....	282
Anexo 2 – Relatório de Manutenção.....	283
<b>11 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....</b>	<b>284</b>
11.1 Rol dos Responsáveis.....	285
11.2 Relatório e/ou Parecer da Unidade de Auditoria Interna.....	295
11.3 Parecer de Colegiados.....	296
11.4 Relatório de Instância ou Área de Correição.....	297

Anexo 3 – Relatório de Procedimentos Instaurados.....	298
Anexo 4 – Relatório de Procedimentos em Indiciamento/Citação.....	299
Anexo 5 – Relatório de Procedimentos Encaminhados para Julgamento.....	300
Anexo 6 – Relatório de Procedimentos Julgados.....	301
Anexo 7 – Relatório de Procedimentos Anulados Administrativamente.....	302
Anexo 8 – Relatório de Procedimentos Anulados Judicialmente.....	303
Anexo 9 – Relatório de Procedimentos em Revisão.....	304
Anexo 10 – Relatório de Procedimentos em Reconsideração/Recurso Hierárquico.....	305
Anexo 11 – Relatório de Procedimentos em Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico.....	306
Anexo 12 – Relatório de Procedimentos em Avocação/Requisição pela CGU.....	307
Anexo 13 – Relatório de Procedimentos em Decisão Revisão do processo.....	308
Anexo 14 – Relatório de Procedimentos por Situação.....	309
Anexo 15 – Relatório de Procedimentos por Assunto.....	310
11.5 Declarações de Integridade.....	312
11.5.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	312
Anexo 16 – Declaração 1- Contratos.....	312
Anexo 17 – Declaração 2 - Convênios.....	313
11.5.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	314
Anexo 18 – Declaração 1 – Atos de Admissão de Pessoal.....	314
Anexo 19 – Declaração 2- Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensão Civil.....	315
11.5.3 Declaração Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	316
Anexo 20 – Declaração Quanto à Entrega de Declarações de Bens e Rendas.....	316
11.5.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	317
11.5.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	318
Anexo 21 – Declaração do Contador.....	318
11.5.6 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	319
Anexo 22 – Declaração conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	319
<b>12 INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES.....</b>	<b>321</b>
12.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994.....	321

## 2 APRESENTAÇÃO

---

Este documento submete aos órgãos de controle interno e externo a prestação de contas ordinárias anuais que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) está obrigada a prestar, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. A elaboração do presente Relatório de Gestão segue as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 161, de 1º de Novembro de 2017 e da Decisão Normativa – TCU nº 163, de 6 de Dezembro de 2017.

A estrutura do Relatório de Gestão compreende, em regra, as seções e os itens de informação, que são parte integrante do conteúdo geral estabelecido pelo Anexo II da Decisão Normativa - TCU nº 161, de 1º de Novembro de 2017, prevista no art. 3º da IN TCU 63/2010 para cada exercício, bem como respeita as orientações do conjunto de itens de informações que for atribuído à conta no sistema e-Contas. Dessa forma, apresenta-se nesse documento, conforme consta no e-Contas, os seguintes tópicos de informações:

Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas: Finalidade e competências; Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade; Ambiente de Atuação; Organograma Funcional e os Macroprocessos finalísticos.

Planejamento Organizacional: Descrição sintética dos Objetivos do Exercício; Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico; Vinculação dos planos com as competências institucionais; Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos; Desempenho orçamentário (Execução Física e financeira das ações da LOA, Fatores intervenientes no desempenho orçamentário, Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento, Restos a pagar de exercícios anteriores; Execução descentralizada com transferência de recursos, Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas, Realização de Receitas, Informações sobre a execução de despesas e Suprimentos de Fundos), Desempenho Operacional (apresentação e análise de indicadores de desempenho); Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos.

Governança: Descrição das estruturas de governança; Atuação da unidade de auditoria interna; Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos; Gestão de riscos e controles internos.

Áreas Especiais de Gestão: Gestão de Pessoas, estrutura pessoal da unidade; Demonstrativo das despesas com pessoal; Gestão de riscos relacionados ao pessoal; Contratação de pessoal de apoio; Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; Gestão do Patrimônio e infraestrutura (Gestão da frota de veículos, Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, Gestão do patrimônio imobiliário da União; Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas, Informações sobre imóveis locados a terceiros, Informações sobre a infraestrutura física); Gestão da Tecnologia da Informação (Principais sistemas de informação); Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

Relacionamento com a sociedade: Canais de acesso do cidadão; Carta de Serviços ao Cidadão; Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários; Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade; Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

Desempenho financeiro e informações contábeis: Desempenho financeiro no exercício; Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior; Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão; Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados; Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos; Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade; Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas.

Conformidade da Gestão e demandas de órgãos de controle: Tratamento de determinações e recomendações do TCU; Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno; Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário; Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados; Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993; Informações sobre as ações de publicidade e propaganda; Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Rol dos Responsáveis; Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna; Parecer do Colegiado; Relatório de instância ou área de correição; Declarações de integridade (Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões; Declaração Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas; Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento; Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994); Demonstração dos fluxos financeiros dos projetos e programas; Visão geral e sucinta dos bens e serviços desenvolvidos com os recursos dos projetos ou programas financiados.

O Item da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, constante no e-Contas, que não se aplica à natureza da UFFS é:

- Item 11.5.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

Os Subitens da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, constantes no e-Contas, que apesar de se aplicarem à natureza da UFFS, não apresentaram ocorrências no exercício de 2017 são:

- Item 4.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI
- Item 4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento;
- Item 4.5 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos;
- Item 6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.
- Item 9.1 -Tratamento de determinações e recomendações do TCU



## 3 VISÃO GERAL

---

Nesse item, Visão Geral da Unidade, apresentam-se as finalidades e competências da Universidade Federal da Fronteira Sul, suas normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, o ambiente de atuação da universidade, seu organograma funcional e os macroprocessos finalísticos.

---

### 3.1 Finalidade e Competências

---

O motivo da criação e da existência da UFFS, a partir da Lei nº 12.029 de 15 de setembro de 2009, encontra forte aderência nos movimentos sociais da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, onde se legitimou como instituição pública estatal, regional, interiorana e multicampista, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com *campi* nos Municípios de Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no Município de Chapecó, sede da universidade, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com *campi* nos Municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza.

Nesse contexto, e conforme o seu Estatuto<sup>1</sup>, a UFFS tem como finalidades:

I - o ensino, a partir da democratização do acesso e da permanência na Instituição, visando à formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico reflexivo;

II - a pesquisa e investigação científica em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural, política e ambiental;

III - a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à produção conjunta de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica.

---

<sup>1</sup>O Estatuto da UFFS encontra-se disponível em [http://uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9604&Itemid=2774](http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9604&Itemid=2774) – A UFFS - Estatuto

A competência institucional da UFFS refere-se ao conjunto de atributos ou faculdades concedidas por lei. Esses estão contemplados pela Lei de Criação, nº 12.029, de 15 de Setembro de 2009, mais especificamente nos Art. 2º e 3º:

Art. 2º A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação **multicampi**, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>, com **campi** nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com **campus** no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com **campi** nos Municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFFS, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu estatuto e das demais normas pertinentes.

Nesse sentido, também se encontram declaradas no Estatuto<sup>3</sup> da UFFS algumas competências institucionais almeçadas pela comunidade universitária, que foram transcritas em objetivos a serem alcançados para atender às demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos. Deste modo, os Objetivos da UFFS, inscritos no Art. 8º de seu Estatuto, para promover, desenvolver e sustentar o ensino, a pesquisa e extensão universitária são:

- I - oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, em nível superior;
- II - assegurar o acesso e a permanência no Ensino Superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade;
- III - promover a compreensão do homem e do meio em que vive através da democratização do patrimônio histórico e cultural da humanidade;
- IV - promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura, às suas formas de produção e aplicação e à sua contextualização e problematização histórica;
- V - integrar as atividades de Ensino de Graduação com as de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;
- VI - desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, articulados com as demandas regionais e nacionais;
- VII - formar profissionais em diferentes áreas de conhecimento aptos a se inserirem nos

---

<sup>2</sup>Posteriormente foi criado um Campus no município de Passo Fundo-RS

<sup>3</sup> Aprovado pela Portaria MEC nº 1.083, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24/12/2015.

setores profissionais no âmbito regional e nacional;

VIII - oportunizar a formação continuada dos egressos desta e de outras instituições por meio de Programas e Projetos de Ensino e Extensão e de Programas de Pós-Graduação;

IX - acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades vinculadas ao desenvolvimento do projeto institucional;

X - promover e assegurar o caráter multicampi da Instituição através da gestão democrática e colegiada e da aplicação equitativa dos recursos humanos, materiais e orçamentários;

XI - promover a excelência administrativa por meio de políticas e programas de capacitações voltados para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação;

XII - fomentar iniciativas de práticas sustentáveis de produção e de consumo no âmbito da formação acadêmica, do planejamento e da funcionalidade institucional;

XIII - trabalhar em regime de cooperação com universidades e instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais, com os poderes públicos constituídos e com as instituições e organizações da sociedade civil constituída;

XIV - promover a excelência na prestação dos serviços públicos, por meio de aprimoramento, capacitação, valorização e melhoria da qualidade de vida no trabalho dos trabalhadores que atuam na universidade;

XV - promover intercâmbio prioritário com os países do MERCOSUL;

XVI - cultivar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e intercâmbio científico, artístico e tecnológico;

XVII - promover a igualdade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância, preconceito, discriminação e violência;

XVIII - promover a constituição de uma universidade pública e popular, comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.

No que tange aos objetivos estratégicos da UFFS, estes estão contidos no Plano Plurianual da instituição, PPA-UFFS 2016-2019. O PPA da UFFS tem vigência de quatro anos, é um dos

instrumentos de planejamento institucional que define as responsabilidades institucionais traduzidas em objetivos gerais, específicos e metas. Com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas institucionais constantes tanto no PPA como no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFFS, tem-se o planejamento anual composto pelas ações institucionais que orientam a definição de prioridades e auxiliam na promoção do desenvolvimento da universidade.

---

## **3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade**

---

- Estatuto da UFFS – atos de aprovação: Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015 e Portaria MEC nº 1.083, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24/12/2015.
- Regimento Geral da UFFS – ato de aprovação: Resolução nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016.
- Resolução nº 21/2014 – CONSUNI - Estabelece as normas institucionais do processo de consulta prévia à comunidade para escolha de reitor, vice-reitor e diretores de *campus* da UFFS.
- Portaria nº 797/GR/UFFS/2014 - institui o regulamento para realização das avaliações de desempenho para fins de progressão, promoção e estágio probatório, para os ocupantes da carreira do magistério superior no âmbito da UFFS.
- Portaria nº 798/GR/UFFS/2014 – institui o regulamento para a realização de progressões e promoções para o desenvolvimento dos integrantes da Carreira do Magistério Superior no âmbito da UFFS.
- *As Portarias supracitadas foram prorrogadas em duas oportunidades (Portarias de prorrogação nº 1419/GR/UFFS/2014 e 1420/GR/UFFS/2014; e Portarias de prorrogação nº 1466/GR/UFFS/2015 e 1467/GR/UFFS/2015), atualmente tem validade até a aprovação de nova Regulamentação pelo Conselho Universitário.*

- Resolução Conjunta nº 1/2015 – CONSUNI/CGRAD/PPG - Aprova o Regulamento de Afastamento para Participação Docente em Programa de Pós-Graduação e Pós-Doutoramento.
- Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD - Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. ALTERADA pela Resolução nº 7/CONSUNI/CGAE/UFGS/2016.
- Portaria nº 347/GR/UFGS/2010 - Estabelece normas para a avaliação do desempenho dos integrantes da carreira dos cargos técnico-administrativos em educação da UFGS em período de estágio probatório.
- Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD - Aprova o Regulamento de Estágio da UFGS.
- Resolução nº 16/2012 – CONSUNI - Estabelece as normas institucionais dos processos eleitorais para escolha dos representantes dos segmentos da comunidade universitária no CONSUNI. ALTERADA pela Resolução nº 18/CONSUNI/UFGS/2015.
- Portaria nº 1058/GR/UFGS/2012 – Estabelece as atribuições do Coordenador de Curso de Graduação. ALTERADA pela Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD - Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.
- Resolução nº 008/2012-CONSUNI - Dispõe sobre criação de *campi* universitários e cursos de Graduação. ALTERADA pela Resolução nº 24/CONSUNI/UFGS/2013.
- Resolução nº 011/2012-CONSUNI - Reconhece a Portaria nº 44/UFGS/2009, que aprova a criação dos cursos de graduação da UFGS, e todos os atos acadêmicos e jurídicos dela decorrentes. ALTERADA pelas seguintes Resoluções: Resolução nº 2/CONSUNI CGRAD/UFGS/2012 (RETIFICADA); Resolução nº 20/CONSUNI/UFGS/2012 (ALTERADA); Resolução nº 6/CONSUNI/UFGS/2013; Resolução nº 17/CONSUNI/UFGS/2015; Resolução nº 18/CONSUNI/UFGS/2016; Resolução nº 9/CONSUNI/UFGS/2017.
- Resolução nº 002/2012 – CONSUNI/PPG - Aprova o Regulamento Geral da Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. REVOGADA pela Resolução nº 18/CONSUNI CPPGEC/UFGS/2016, que foi ALTERADA pelas seguintes Resoluções:

Resolução nº 3/CONSUNI CPPGEC/UFGS/2017 e Resolução nº 19/CONSUNI CPPGEC/UFGS/2017.

- Portaria nº 549/GR/UFGS/2012 – Constitui a Comissão Própria de Avaliação – CPA, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFGS.

- Portaria nº 1122/GR/UFGS/2015 – Designa os membros da Comissão Própria de Avaliação - CPA, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFGS, mandato 2015 a 2017. ALTERADA pelas seguintes Portarias: Portaria nº 1294/GR/UFGS/2015; Portaria nº 493/GR/UFGS/2016 (REVOGADA); Portaria nº 636/GR/UFGS/2016; Portaria nº 704/GR/UFGS/2016 (ALTERADA); Portaria nº 1207/GR/UFGS/2016; Portaria nº 161/GR/UFGS/2017; Portaria nº 300/GR/UFGS/2017 (REVOGADA); Portaria nº 360/GR/UFGS/2017; Portaria nº 579/GR/UFGS/2017; Portaria nº 1074/GR/UFGS/2017.

- Portaria 270/GR/UFGS/2014 - Institui, em caráter provisório, a estrutura orgânica da UFGS.

- Resolução 4/2013-CONSUNI - Dispõe sobre as normas que regulamentam as relações entre a UFGS e as fundações de apoio. ALTERADA pela Resolução nº 26/CONSUNI/UFGS/2015.

- Resolução 28/2013-CONSUNI - Aprova a adesão da UFGS ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

- Resolução 33/2014 – CONSUNI – Converte as Secretarias Especiais de Gestão de Pessoas e de Assuntos Estudantis em Pró-Reitorias.

- Resolução nº 5/2014 – CONSUNI/CA - Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa em educação, na modalidade de licença capacitação.

- Resolução nº 6/2014 – CONSUNI/CA - Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa em educação no regime de horário especial. ALTERADA pela Resolução nº 6/CONSUNI/CAPGP/UFGS/2016.

- Resolução nº 7/2014 – CONSUNI/CA - Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa

em educação, na modalidade de educação formal, no regime de concessão de horas. REVOGADA pela Resolução nº 4/CONSUNI/CAPGP/UFGS/2017.

- Resolução nº 8/2014 – CONSUNI/CA - Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa em educação, na modalidade de educação formal, com afastamento integral. REVOGADA pela Resolução nº 4/CONSUNI/CAPGP/UFGS/2017.

- Resolução nº 11/2015 – CONSUNI/CAPGP - Institui o regulamento para licença capacitação para os integrantes da Carreira do Magistério Superior.

- Resolução nº 1/2013 – CONSUNI/PPG - Aprova o Regulamento da Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul. REVOGADA pela Resolução nº 9/CONSUNI/PPGEC/UFGS/2017, que também foi REVOGADA pela Resolução nº 15/CONSUNI/PPGEC/UFGS/2017.

- Resolução nº 1/2014 – CONSUNI/CEXT - Aprova o Regulamento da Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. ALTERADA pela Resolução nº 5/CONSUNI/PPGEC/UFGS/2017

---

### **3.3 Ambiente de Atuação**

---

O ambiente de atuação da unidade caracteriza o contexto em que a Unidade Jurisdicionada está inserida, o qual pode ter influência direta não só sobre os produtos e serviços gerados por essa, mas também nos seus processos organizacionais.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFGS), com sede na cidade de Chapecó e *campi* nas cidades gaúchas de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, e nas cidades paranaenses de Realeza e Laranjeiras do Sul, tem como área de abrangência os municípios que compõem a Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL. Trata-se de uma região historicamente desassistida pelo poder público, especialmente no que diz respeito ao acesso à Educação Superior, considerada pelo Ministério da

Integração Regional como uma área em depressão econômica.

As bacias hidrográficas do rio Uruguai e do rio Iguaçu conferem uma identidade geográfica à Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno, que possui semelhanças físicas e socioeconômicas, e é marcada pela presença dos povos indígenas e caboclos, dos imigrantes e migrantes europeus e seus descendentes, que contribuíram fortemente na definição de sua identidade histórica e cultural. Destaca-se também a presença e atuação de diversos movimentos sociais rurais e urbanos que, a partir dos anos 70, têm provocado impactos significativos na formulação de políticas públicas e na produção de atores sociais, mediadores e lideranças políticas e comunitárias, bem como no desenvolvimento de um forte associativismo regional. A formação desses profissionais e desses agentes ligados aos movimentos sociais pressionou o Estado para a criação de políticas públicas em relação à terra, à saúde, à mulher, à energia, entre outras.

Segundo a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC, 2014), trata-se de uma região que tem na agropecuária e na agroindústria sua base produtiva, e tem como problemas centrais: empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional frente ao contexto da globalização, e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado; e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão de obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional. Diante desse cenário, cabe à UFFS atuar numa perspectiva de transformação social, visando minimizar as desigualdades sociais da Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL e seu entorno e contribuir para um projeto de desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário. Com a perspectiva de transformação social, a UFFS pensou e desenvolveu os seus cursos de Graduação e formas de acesso para incluir a população historicamente desassistida de oferta pública e gratuita de ensino superior.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) definiu o enquadramento do processo de ingresso na Graduação à Lei Federal nº 12.711-2012, Lei das Cotas nas Universidades Federais. De acordo com a lei sancionada e regulamentada recentemente, as instituições federais de educação vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar, em cada concurso seletivo de ingresso nos



curso de Graduação, no mínimo 50% das vagas, por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Com base no retrato dos acadêmicos e da região de abrangência da UFFS, a Reitoria da instituição desenhou um cenário diferenciado para seleção e classificação dos candidatos aos próximos processos seletivos. De acordo com o Reitor, Jaime Giolo, o processo buscado pela UFFS se diferencia por representar a história escolar dos alunos. “Não queremos uma política de mínimos, por isso é que optamos por um processo abrangente, que condiz com a realidade dos estudantes dos três estados do Sul. Nossa proposta é objetiva e respaldada pela lei, o que nos confere legitimidade para executá-la. O processo também trata de fazer justiça, contemplando uma demanda social, étnica e escolar do Brasil”<sup>4</sup>, destacou. Ressalta-se que a UFFS utiliza a nota do ENEM como critério de seleção.

Desse modo, a UFFS adotou uma política de reserva de vagas nos cursos de graduação, que considera as seguintes modalidades de concorrência<sup>5</sup>:

I - ações afirmativas próprias da UFFS, com reserva, em todos os cursos de graduação, de 01 (uma) vaga para alunos que cursaram parcialmente o ensino médio em escola pública (ao menos um ano, com aprovação) e 01 (uma) vaga para estudantes indígenas;

II - reserva de vagas para Escola Pública, em percentual de vagas igual ao percentual de estudantes do ensino médio matriculados em escolas públicas na Unidade da Federação do local de oferta do curso, de acordo com o último Censo Escolar/INEP/MEC disponível por ocasião do processo seletivo, aplicado sobre o total de vagas, após terem sido descontadas as vagas reservadas às ações afirmativas próprias da UFFS;

III - ampla concorrência, o restante das vagas após terem sido aplicadas as reservas especificadas nos itens anteriores.

Assim, no processo seletivo para ingresso em 2017, por exemplo, a reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas foi de 87% nos estados do Paraná e Santa Catarina, e de 89% no estado do Rio Grande do Sul, pois estes eram os percentuais de matrículas do ensino médio em escolas públicas naqueles estados, de acordo com o Censo Escolar realizado em 2016 pelo

---

4 Fonte: <[http://www.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com\\_content&view=article&id=3494:-uffs-define-modelo-de-ingresso-por-cotas&catid=37:noticiasinstitucional](http://www.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com_content&view=article&id=3494:-uffs-define-modelo-de-ingresso-por-cotas&catid=37:noticiasinstitucional)>

5 Fonte: [http://uffs.edu.br/images/soc/006-2012\\_ALTERADA\\_-\\_Politica\\_de\\_ingresso\\_na\\_UFFS\\_texto\\_compilado.pdf](http://uffs.edu.br/images/soc/006-2012_ALTERADA_-_Politica_de_ingresso_na_UFFS_texto_compilado.pdf)

MEC/INEP.

A lei dispõe, ainda, sobre a reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (cotas de etnias). Com base nos dados do Censo IBGE 2010, Santa Catarina têm 16%, Rio Grande do Sul 17% e Paraná 29% da população que se enquadra nas cotas para pretos, pardos ou indígenas. Nesse quesito, a UFFS apresenta outra ação afirmativa: vagas suplementares para indígenas e pretos, se houver inscritos e não aprovados na última chamada.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, por ser pública, gratuita e ofertar cursos de acordo com as reivindicações históricas dos movimentos sociais e com a demanda da população excluída não possui concorrentes diretos em sua área de atuação. Como exemplo cita-se o curso de Administração, cujo projeto pedagógico prevê a formação de profissionais segundo as necessidades regionais, assim busca-se a formação do “profissional administrador empreendedor” voltado para “pequenos empreendimentos e cooperativismo”.

O curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo está voltado para formação de professores para as escolas do campo que valorizem o espaço rural como produtor de vida, cultura, riqueza e conhecimentos e que desenvolvam formas de educação e ensino adequadas à realidade rural.

A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA, 2004), feita pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Educação - INEP em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, apontou que entre as 8.679 escolas existentes em assentamentos, apenas 373 delas oferecem o ensino médio. A escassez e a falta de formação de professores encontram-se entre os vários fatores responsáveis por esse quadro. Segundo dados do INEP, há uma carência de 235 mil professores para o ensino médio no país, principalmente nas áreas de ciências da natureza<sup>6</sup>.

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, foi criado a partir das necessidades emergentes da população carente da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno. Por iniciativa e persistência dos movimentos sociais organizados, este curso procura contribuir para superar a matriz econômica existente, viabilizando formas de incentivo à agricultura familiar, a gestão de micro e pequenas empresas, ao desenvolvimento local, ao cooperativismo e, principalmente, ao desenvolvimento profissional do jovem, dentro de suas características regionais. Historicamente, essa região, que abrange parte dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assiste a níveis crescentes de pobreza, assim

---

<sup>6</sup>Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura. Disponível em: <[http://www.uffs.edu.br/images/DOP/PPC\\_Interdisciplinar\\_29\\_04\\_14.pdf](http://www.uffs.edu.br/images/DOP/PPC_Interdisciplinar_29_04_14.pdf)>.

como de carência de acesso ao ensino superior, entre outras políticas públicas<sup>7</sup>.

A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno possui características específicas que permitiram a formulação de um projeto comum de universidade. É uma região com presença marcante da agricultura familiar e camponesa e a partir da qual se busca construir uma instituição pública de educação superior como ponto de apoio para repensar o processo de modernização no campo, que, de acordo com os moldes nos quais foi implementado, foi um fator de concentração de renda e riqueza. Para fazer frente a esses desafios, o Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessário a construção de uma universidade pública e popular. Esse projeto de universidade aposta na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa. Busca, portanto, servir à transformação da realidade, opondo-se à reprodução das desigualdades que provocaram o empobrecimento da região.

---

### **3.4 Organograma**

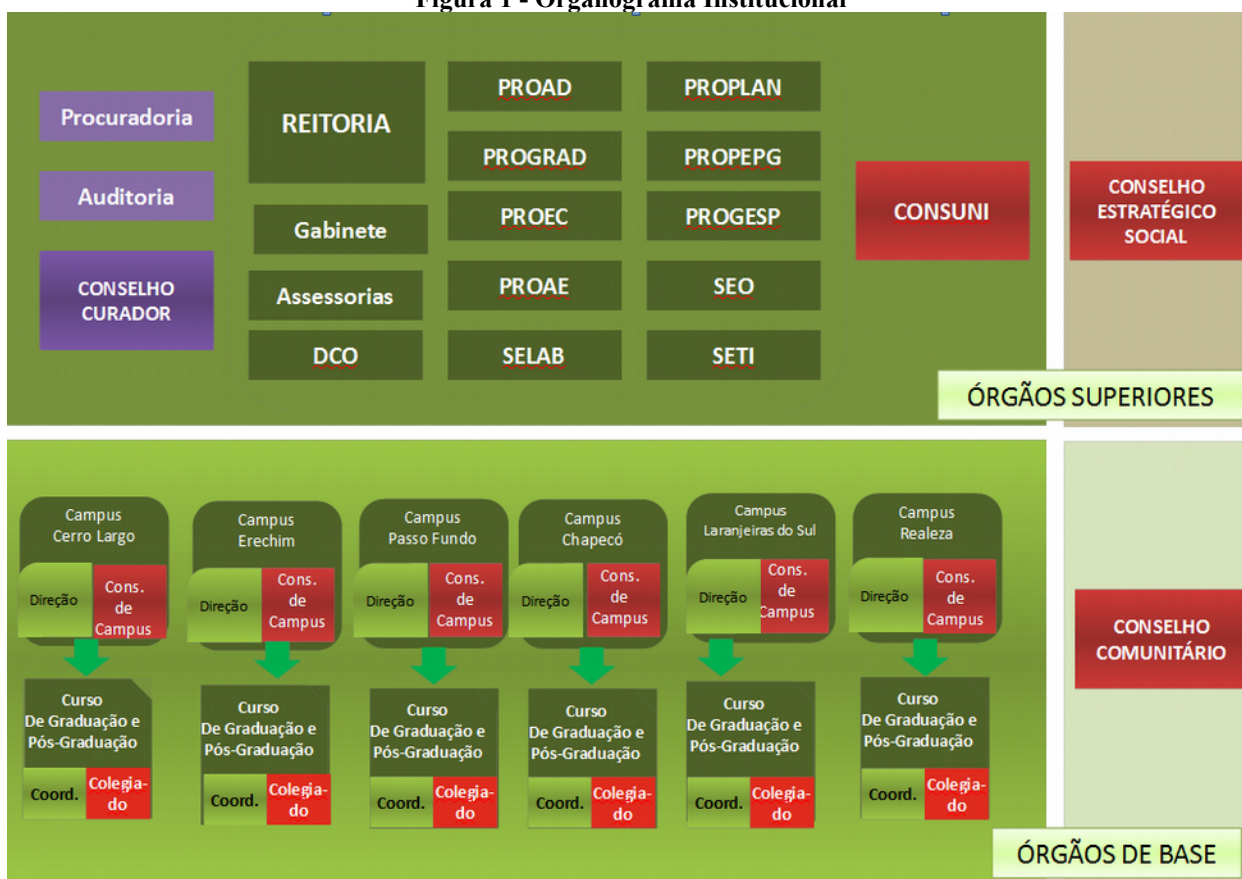
---

O organograma funcional da UFFS está estruturado por Órgãos Superiores e de Base, de Deliberação, de Administração Central, e de Controle, Fiscalização e Supervisão, conforme figura 1.

---

<sup>7</sup>Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas: <[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1196&Itemid=1761](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1196&Itemid=1761)>.

**Figura 1 - Organograma Institucional**



Fonte: DPLAN - UFFS, 2018

A seguir são descritas as atribuições e finalidades das áreas e unidades estratégicas que integram a estrutura da UFFS. Salienta-se que as atribuições do CONSUNI, Procuradoria, Auditoria, Conselho Curador, Conselho Estratégico Social e Conselho Comunitário estão descritas no item 5.1 referente à estrutura de governança.

**Quadro 1- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Reitor	Representar a UFFS; convocar e presidir o CONSUNI, somente com direito a voto de qualidade; escolher, nomear, empossar e destituir Pró-Reitores e seus subordinados diretos, ocupantes de cargos de assessoramento e chefia de provimento em comissão; nomear e empossar diretores de campus; praticar os atos pertinentes ao provimento e vacância dos cargos do quadro da universidade, bem como os relativos ao pessoal temporário; expedir atos de lotação referentes à distribuição dos cargos de magistério da universidade; supervisionar todos os órgãos, atos e serviços da universidade para assegurar sua regularidade, disciplina, decoro, eficiência e eficácia; conferir graus, diplomas, títulos e dignidades universitárias, podendo, mediante ato próprio, delegar tais atribuições, inclusive em caráter permanente, a dirigentes universitários; submeter ao CONSUNI propostas de políticas gerais, planejamento global e diretrizes orçamentárias para a UFFS; apresentar, anualmente, ao CONSUNI, ouvido o Conselho Curador, a proposta orçamentária e a prestação de contas da universidade; encaminhar ao Conselho Curador projetos que envolvam utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito e criação de fundos especiais, assim como doações e legados que criem encargos financeiros para a universidade; assinar convênios, contratos, acordos e ajustes, inclusive os que incluam intervenção ou participação dos Campi Universitários ou Órgãos Suplementares; poderes ao Vice-Reitor, aos Pró-Reitores, aos Diretores de campi e demais autoridades universitárias; desempenhar outras atribuições não especificadas neste Estatuto, que estejam compreendidas na área de coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias; vetar deliberação ou ato de Órgãos Colegiados Superiores da UFFS, submetendo-a (o) ao Conselho Universitário.	Jaime Giolo	Reitor	01/01/2017 a 31/12/2017
Vice-Reitor	Encaminhar e acompanhar as ordens e decisões do Reitor, auxiliando-o na missão de cumprir as metas do plano de gestão proposto; prestar assistência direta e imediata ao Reitor; promover o relacionamento com todos os níveis de administração e com o público em geral; e coordenar os serviços de expediente necessários ao funcionamento do órgão.	Antonio Inacio Andrioli	Vice-Reitor	01/01/2017 a 31/12/2017
Gabinete do Reitor	Gerenciar as atividades da Diretoria de Comunicação e do Serviço de Informação ao Cidadão; responder e encaminhar as solicitações do e-mail institucional; gerenciar as atividades do jornalismo e da comunicação visual da UFFS; zelar pela imagem institucional; acompanhar e aprimorar os fluxos da Diretoria de Comunicação; auxiliar os setores nas ações de divulgação da universidade, bem como no posicionamento na área de comunicação; promover a integração das ações dos departamentos e assessorias da diretoria; aproximar a UFFS de seus públicos de interesse, bem como, gerir e aprimorar os veículos de comunicação institucionais existentes;	Stefani Daiana Kreutz	Chefe do Gabinete do Reitor	01/01/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Comunicação		Valdir Prigol	Diretor de Comunicação	01/01/2017 a 31/12/2017

	desenvolver ações para a consolidação de uma identidade e imagem positivas na UFFS; realizar campanhas institucionais.			
Procuradoria Educacional Institucional	Prestar informações no e-MEC acerca dos processos de regulação – IES e cursos; Manter atualizado o Cadastro e-MEC – IES e cursos; prestar informações das IES ao MEC/INEP e seus órgãos vinculados, quando solicitado; coordenar a coleta e inserção de informações no sistema do Censo da Educação Superior; verificar e validar os dados via sistema do Censo da Educação Superior; acompanhar anualmente o processo de participação da UFFS no ENADE; acompanhar o registro dos cursos de Graduação junto aos órgãos de classe.	Cecilia Ines Duz de Andrade	Pesquisador Institucional	01/01/2017 a 31/12/2017
Assessoria Especial do Reitor para Normas e Legislações	Assessorar nos assuntos administrativos e jurídicos de interesse institucional; contribuir na elaboração de documentos administrativos (Portarias/Propostas de Resoluções); analisar demandas administrativas de interesse da Reitoria; propor alterações em documentos que necessitem adequação legal; elaborar pareceres; acompanhar sindicância e processos administrativos; participar de comissão de sindicância ou processo administrativo; realizar outras atividades de interesse institucional e da Reitoria; contribuir com o Centro de Referência de Direitos Humanos da UFFS.	-	Assessor Especial do Reitor	-
Assessoria Especial do Reitor para Assuntos Internacionais	Assessorar a Administração Superior da UFFS nos assuntos que envolvam as relações com a comunidade internacional; intermediar a proposição e assinatura de convênios com instituições estrangeiras, bem como a participação da universidade em programas internacionais de ensino, pesquisa e extensão.	Maria Helena Baptista Vilares Cordeiro	Assessor Especial do Reitor Para Assuntos Internacionais	01/01/2017 a 31/12/2017
Secretaria Especial de Obras	Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades inerentes ao setor; elaborar, em conjunto com as unidades administrativas e acadêmicas, os programas de necessidades e planos de metas para desenvolvimento do espaço físico; coordenar, supervisionar, controlar e elaborar os projetos urbanísticos, arquitetônicos, de comunicação visual e de engenharia da UFFS; coordenar, supervisionar e controlar a execução das obras; promover reuniões periódicas para análise e discussão sobre o acompanhamento dos projetos e serviços e obras; coordenar, supervisionar e controlar a execução das obras; coordenar, supervisionar o equipamento e a ocupação dos prédios; elaborar orçamentos e iniciar os processos de licitação, bem como fiscalizar os contratos de obras desenvolvidas pela UFFS, relacionados com os trabalhos do órgão; planejar, organizar, coordenar, e controlar a elaboração, implantação, coordenação, acompanhamento, fiscalização e atualização do Plano Diretor Físico da UFFS, em todos os <i>campi</i> .	Rodrigo Emmer	Secretário Especial de Obras	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Coordenar a admissão e a movimentação de servidores, estagiários e professores substitutos; planejar e supervisionar os processos referentes às folhas de pagamento, aposentadorias, pensões,	Henrique Dagostin	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	01/01/2017 a

	<p>exonerações, benefícios, licenças, capacitações e afastamentos; gerenciar os assentamentos funcionais; proporcionar a qualificação, requalificação e valorização dos servidores; promover a avaliação de desempenho e de competências do corpo docente e técnico-administrativo; acompanhar o exercício funcional e o desenvolvimento da carreira dos servidores; oportunizar cuidados à saúde, segurança no trabalho e qualidade de vida, bem como gerir o clima organizacional; coordenar, supervisionar, planejar e acompanhar o trabalho delegado aos setores subordinados à PROGESP; consolidar a política de gestão de pessoas; diagnosticar problemas relacionados à gestão de pessoal e buscar soluções para os mesmos; desenvolver políticas e estratégias para melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos servidores da UFFS; buscar atualização constante sobre normas e legislações inerentes à gestão de pessoas e de carreiras; orientar os servidores sobre os assuntos relativos à deveres, direitos, obrigações e vantagens; apoiar os dirigentes da reitoria e <i>campi</i> da UFFS nos assuntos que envolvam a gestão de pessoas; atender às normas e orientações emitidas pelas instâncias superiores internas e pelos órgãos hierárquicos superiores da administração pública federal.</p>	<p>Marcelo Recktenvald</p>	<p>Pró-Reitor de Gestão de Pessoas</p>	<p>08/07/2017</p> <p>11/07/2017 a 31/12/2017</p>
<p>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação</p>	<p>Assessorar o Reitor no planejamento e execução das atividades correspondentes à área específica da Pró-Reitoria; formular diagnósticos; elaborar propostas de políticas de atuação; assessorar os órgãos colegiados nos processos de deliberação sobre a política de atuação; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução da política de atuação da Pró-Reitoria; estabelecer metas e formular planejamentos a serem executados no decorrer do exercício; fortalecer os controles internos sob sua tutela e acompanhar as atividades de sua equipe de trabalho; elaborar minutas de regulamentação referentes às atividades e processos e submetê-las ao Conselho Universitário; elaborar, coordenar e avaliar as políticas de capacitação docente; representar a UFFS nos eventos e fóruns oficiais das áreas de pesquisa e de Pós-Graduação; formular, implementar e coordenar as políticas, os regulamentos e os planos de desenvolvimento de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS; coordenar ações com agências de fomento a fim de fortalecer a Pesquisa e a Pós-Graduação; intermediar a busca de recursos à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; promover intercâmbio acadêmico de docentes e discentes da Pós-Graduação; promover atividades de formação em Pesquisa e Pós-Graduação e apoiar eventos de integração; promover seminários e reuniões periódicas com as instâncias envolvidas com Pesquisa e Pós-Graduação; avaliar e certificar ou descertificar Grupos de Pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq; apoiar ações para promover recursos humanos e de estrutura à Pesquisa e a Pós-Graduação; no âmbito da UFFS, apoiar e supervisionar as atividades do Comitê de Ética em Pesquisa, da Comissão de Ética no Uso de Animais e Comissão Interna de Biossegurança; criar, implantar e acompanhar as ações do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; certificar as atividades e Pesquisa e Pós-Graduação; promover a qualificação da Pesquisa e Pós-Graduação e sua inserção nacional e internacional; representar a UFFS junto aos Fóruns de Pesquisa e Pós-Graduação e demais instituições.</p>	<p>Joviles Vitorio Trevisol</p>	<p>Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação</p>	<p>01/01/2017 a 31/12/2017</p>

Secretaria Especial de Laboratórios	Coordenar os processos de estruturação dos laboratórios e das áreas experimentais de todos os <i>campi</i> da instituição; estabelecer políticas de funcionamento dos laboratórios e das áreas experimentais da UFFS; estabelecer diretrizes para a aquisição de materiais a serem utilizados nas aulas práticas de Graduação que fazem uso dos laboratórios e/ou das áreas experimentais; centralizar as demandas das aulas de Graduação conduzidas nos laboratórios e nas áreas experimentais e as transformar em pedidos de compra; centralizar a execução do orçamento destinado a laboratórios e áreas experimentais; coordenar os processos de aceite, empenho e fiscalização dos pregões eletrônicos que envolvem a aquisição de materiais para laboratórios e áreas experimentais, no que tange às demandas da Graduação.	Cladis Juliana Lutinski	Secretário Especial de Laboratórios	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Graduação	Assessorar o Reitor no planejamento e execução das atividades correspondentes à área específica da Pró-Reitoria; formular diagnósticos; elaborar propostas de políticas de atuação; assessorar os órgãos colegiados nos processos de deliberação sobre a política de atuação nas áreas específicas; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução da política de atuação da Pró-Reitoria; estabelecer metas e formular planejamentos a serem executados no decorrer do exercício; fortalecer os controles internos sob sua tutela e acompanhar as atividades de sua equipe de trabalho; elaborar minutas de regulamentação referentes às atividades e processos da Pró-Reitoria e submetê-las ao Conselho Universitário. Organizar o processo de formação no âmbito da Graduação; Implementar e coordenar a execução das políticas definidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Institucional (PPI) e outros órgãos deliberativos como o Conselho Universitário (CONSUNI), referentes ao ensino de Graduação; aplicar normas vigentes relativas à organização e funcionamento dos cursos de Graduação; orientar e coordenar o planejamento e melhoria das respectivas atividades de ensino; Organizar a solenidade de colação de grau em articulação com os Coordenadores dos Cursos e formandos.	João Alfredo Braida	Pró-Reitor de Graduação	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Assessorar o Reitor no planejamento e execução das atividades correspondentes à área específica da Pró-Reitoria; formular diagnósticos; elaborar propostas de políticas de atuação; assessorar os órgãos colegiados nos processos de deliberação sobre a política de atuação nas áreas específicas; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução da política de atuação da Pró-Reitoria; estabelecer metas e formular planejamentos a serem executados no decorrer do exercício; fortalecer os controles internos sob sua tutela e acompanhar as atividades de sua equipe de trabalho; elaborar minutas de regulamentação referentes às atividades e processos da Pró-Reitoria e submetê-las ao Conselho Universitário; compartilhar conhecimentos através de programas educacionais, culturais, sociais e tecnológicos, tendo como base a integração da universidade com a sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida; cooperar com a construção de novos conhecimentos e a integração da universidade, em sintonia com as políticas definidas pelos Conselhos Superiores; desenvolver um trabalho social com objetivos voltados para as demandas da comunidade, e em	Emerson Neves da Silva	Pró-Reitor de Extensão e Cultura	01/01/2017 a 31/12/2017



	<p>harmonia com a formação de pessoas e a construção do conhecimento e da cidadania; supervisionar as políticas de extensão e de cultura, aprovadas pela Câmara de Extensão e Cultura e pelo Conselho Universitário (CONSUNI); avaliar frequentemente a política institucional de extensão e cultura; planejar e propor, anualmente, as ações a serem realizadas em conjunto com as outras Pró-Reitorias, referente às políticas integradoras do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura; promover a busca de parcerias, acordos e convênios em torno de projetos e ações de extensão junto a agências de fomento, órgãos públicos e privados e organizações não governamentais; Institucionalizar os programas, políticas e processos de extensão e cultura; assessorar os órgãos colegiados nos processos de deliberação referentes à extensão e à cultura na universidade; presidir as sessões e demais atividades da Câmara de Extensão e Cultura; acompanhar a elaboração de relatórios sobre as ações previstas e realizadas; formular diagnósticos e promover o desenvolvimento da extensão na universidade; representar a universidade em eventos, fóruns de discussão, agências de fomento, órgãos públicos e privados e demais atividades vinculadas à extensão; lançar editais internos para programas e projetos de extensão e cultura e coordenar o processo seletivo dos mesmos.</p>			
Pró-Reitoria de Planejamento	<p>Assessorar o Reitor no planejamento, execução, coordenação e elaboração de propostas das atividades dos órgãos responsáveis pela política de atuação da Pró-Reitoria; assessorar os órgãos colegiados nos processos de deliberação sobre as políticas de atuação nas áreas específicas da Pró-Reitoria; estabelecer metas e formular planejamentos a serem executados no decorrer do exercício; fortalecer os controles internos sob sua tutela e acompanhar as atividades de sua equipe de trabalho; elaborar minutas de regulamentação referentes às atividades e processos da Pró-Reitoria e submetê-las ao Conselho Universitário; coordenar a execução das ações inerentes à política de planejamento e desenvolvimento institucional; propor e acompanhar a execução da política de gestão; coordenar as ações relativas ao acompanhamento e avaliação institucional, acompanhamento de contratos e convênios, orçamento e acompanhamento orçamentário, além de propor melhorias para o desenvolvimento da universidade; formular diagnósticos dos problemas gerenciais (fluxos, indicadores, estruturas); coordenar a elaboração do Plano de Gestão e do Relatório de Gestão Anual da universidade; coordenar a coleta e organização dos dados disponíveis nos diversos órgãos da universidade.</p>	Charles Albino Schultz	Pró-Reitor de Planejamento	01/01/2017 a 31/12/2017
Secretaria Especial de Tecnologia e Informação	<p>Auxiliar instâncias institucionais na identificação de requisitos, fluxos e procedimentos; utilizar recursos formais para desenvolvimento de software; avaliar inovações tecnológicas; construção, estruturação e manutenção de infraestrutura de TI de aplicação/abrangência institucional; garantir segurança da informação; gerenciamento de redes; videoconferência; telecomunicações; gerir informação de acervo bibliográfico e informação gerada no contexto institucional e incentivar o uso de recursos tecnológicos; promover acesso, recuperação, armazenamento e preservação da informação de forma ágil e qualificada a toda a comunidade universitária; incentivar o uso e a</p>	Claunir Pavan	Secretário Especial de Tecnologia e Informação	01/01/2017 a 31/12/2017

	<p>geração da informação no ensino, pesquisa e extensão; fomentar a governança em TI em conjunto com a alta administração da UFFS; Desenvolver o relacionamento externo à SETI; Gerir os setores sob sua responsabilidade; Promover ações de alinhamento entre processo de TI e gestão da UFFS; Gerenciar as novas demandas de tecnologia da SETI; Administrar os recursos sob responsabilidade da SETI; Apoiar as demandas advindas das Diretorias relativas a cursos e capacitações.</p>			
<p>Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura</p>	<p>Assessorar o Reitor no planejamento e execução das atividades correspondentes à área específica da Pró-Reitoria; formular e elaborar propostas de políticas de atuação nas áreas específicas da Pró-Reitoria; assessorar os órgãos colegiados nos processos de deliberação sobre a política de atuação nas áreas específicas a; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução da política de atuação; estabelecer metas e formular planejamentos a serem executados no decorrer do exercício; fortalecer os controles internos sob sua tutela e acompanhar as atividades de sua equipe de trabalho; elaborar minutas de regulamentação referentes às atividades e processos da Pró-Reitoria e submetê-las ao Conselho Universitário; gerir os bens patrimoniais, o espaço físico e a logística, os pagamentos, os controles e administração de contratos e serviços gerais, a infraestrutura de rede, software e tecnologia, os sistemas de informação (bibliotecas, arquivo central e protocolo) e as compras e licitações; prover, continuamente, com eficiência, eficácia e efetividade os meios necessários ao desenvolvimento dos objetivos da UFFS; planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas às Superintendências: Administrativa, Financeira, de Compras e Licitações e de Gestão Patrimonial.</p>	<p>Péricles Luiz Brustolin</p>	<p>Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura</p>	<p>01/01/2017 a 31/12/2017</p>
<p>Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis</p>	<p>Planejar, organizar, executar e coordenar o cumprimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil na UFFS; estimular a integração acadêmica e social dos estudantes; auxiliar na permanência e formação qualificada do universitário; realizar análise socioeconômica; gerenciar programas de benefícios financeiros; gerenciar ações de assistência estudantil na área de alimentação; supervisionar serviços de alimentação e nutrição; acolher e orientar o estudante em sua transição ao ensino superior e ao mercado de trabalho; oferecer apoio psicopedagógico e social nos processos de ensino/aprendizagem e de relações interpessoais; promover ações de prevenção e orientação em saúde física e mental; assessorar as atividades discentes e de organização estudantil; planejar, coordenar e acompanhar as Políticas de Assistência Estudantil.</p>	<p>Marcelo Recktenvald</p>	<p>Pró-Reitor de Assuntos Estudantis</p>	<p>01/01/2017 a 11/07/2017</p>
		<p>Darlan Christiano Kroth</p>	<p>Pró-Reitor de Assuntos Estudantis</p>	<p>11/07/2017 a 21/12/2017</p>
<p>Direção de Campus – Cerro Largo</p>	<p>Representar e superintender as atividades, atos e serviços dos órgãos administrativos e acadêmicos do campus, em consonância com as orientações estabelecidas pela Reitoria, pelo Conselho Universitário e pelo Conselho do Campus; cumprir e fazer cumprir as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral da Universidade e no Regimento do Campus, bem como as normas editadas pelo Conselho Universitário e as deliberações do Conselho de Campus;</p>	<p>Ivann Carlos Lago</p>	<p>Diretor do Campus</p>	<p>01/01/2017 a 31/12/2017</p>

Direção de Campus – Erechim	elaborar e submeter ao Conselho de Campus, em consonância com as normas estabelecidas pelo CONSUNI, o plano de gestão, o plano anual de atividades e o Relatório Anual do Campus, contendo a prestação de contas. Submeter ao Conselho do Campus as diretrizes do campus; promover a compatibilização das atividades acadêmicas e administrativas do campus com as dos outros órgãos da universidade; garantir o cumprimento das normas, direitos e deveres institucionais dos docentes, discentes e técnicos administrativos; convocar e presidir as reuniões do Conselho do Campus, exercendo apenas o voto de qualidade; decidir, <i>Ad Referendum</i> do Conselho do Campus, em situações de urgência e no interesse do campus universitário; delegar atribuições ao Coordenador Acadêmico e ao Coordenador Administrativo; cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pelo Reitor; indicar o Coordenador Acadêmico e o Coordenador Administrativo; indicar docente para substituir o coordenador acadêmico em seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais; indicar substituto do Coordenador Administrativo dentre os servidores do referido campus; gerenciar as informações sobre as despesas relacionadas ao Centro de Custo de sua responsabilidade; auxiliar no âmbito de sua competência a Administração Central no que diz respeito à gestão de pessoas; representar o campus no âmbito institucional e fora dele.	Anderson André Genro Alves Ribeiro	Diretor do Campus	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção de Campus – Laranjeiras do Sul		Janete Stoffel	Diretor do Campus	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção de Campus – Realeza		Antonio Marcos Myskiw	Diretor do Campus	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção de Campus – Chapecó		Lísia Regina Ferreira Michels	Diretor do Campus	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção de Campus – Passo Fundo		Vanderlei de Oliveira Farias	Diretor do Campus	01/01/2017 a 31/12/2017

Fonte: PROPLAN/ UFFS, 2017

---

## **3.5 Macroprocessos Finalísticos**

---

A UFFS possui apenas sete anos de existência, podendo ser considerada uma instituição em implantação. Diante desta realidade, sua estrutura ainda passa por mudanças, tendo em vista atingir maior eficiência, eficácia e efetividade (essas mudanças mantêm alguns padrões de processos ainda instáveis). Considerando a complexidade do trabalho e a fase de aprendizagem institucional na qual a UFFS está inserida, a Gestão de Processos está sendo feita de modo dinâmico e participativo, a partir da realização de reuniões com os setores envolvidos, onde os processos são mapeados e continuamente aprimorados.

No ano de 2016 foi implantado o Escritório de Processos ligado junto à Diretoria de Planejamento (DPLAN), na Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), cuja função está em mapear os processos institucionais da forma como ocorrem atualmente e dentro das dinâmicas e possibilidades aprimorar esses processos. A partir de então, organizou-se uma metodologia para análise e melhoria dos processos e fluxos. Essa metodologia vem sendo aplicada tanto para os processos finalísticos, como para os de apoio, sendo organizada em três fases.

A primeira etapa refere-se a um momento inicial de sensibilização nas unidades organizacionais quanto aos benefícios da modelagem e melhoria dos processos, assim como da priorização dos processos de maior criticidade estratégica. Em seguida, é executada a modelagem inicial (AS IS) sendo uma atividade interativa dos servidores dos diferentes setores envolvidos mediante a montagem de uma Equipe de Projeto de Modelagem coordenada pelo Escritório de Processos. A equipe de modelagem é composta por executores, fornecedores e usuários dos processos, coletando dados sobre o passo a passo, ferramentas e formulários utilizados na execução diária do processo em estudo, visando desenhar fluxogramas (AS IS) o qual pode ter sua documentação concluída nesse momento ou posteriormente após melhorias. Na terceira etapa é feita a Gestão dos Processos, utilizando-se de recursos informacionais que possibilitem o registro e a rastreabilidade da documentação, desde a concepção de cada processo, seus fluxogramas, manuais, formulários e instruções normativas. Essa etapa possibilita a avaliação e a melhoria, para que de acordo com os padrões e indicadores de desempenho previamente estabelecidos, possam ocorrer o monitoramento e as auditorias, objetivando direcionar os esforços ao processo de melhoria contínua.

No ano de 2014 o trabalho referente ao mapeamento e modelagem de processos e fluxos

foi efetivamente iniciado, com capacitações aos setores para que esses pudessem utilizar ferramentas apropriadas para mapear seus fluxos. Contudo, em 2015, a metodologia de trabalho sofreu uma reavaliação e a nova metodologia começou a ser implantada em 2016, quando foram modelados diversos processos. Em 2017, além consolidar os processos já mapeados do quadro 2, foi dedicado grande esforço para avaliação e modelagem As IS dos processos de Gestão de Pessoas, simultaneamente estudando a adequação destes processos para que prioritariamente fossem incluídos na implementação do SEI, prevista para iniciar gradualmente em fevereiro de 2018 na UFFS. Paralelamente, estão sendo desenvolvidas as modelagens dos processos de empenhos e pagamentos, todos com tramitação 100% eletrônica por meio do SEI. A estabilização do SEI como sistema padrão de tramitações de processos, permitirá ampliar o mapeamento dos processos meio e finalísticos de forma mais consistente e estável, pois um dos grandes objetivos do mapeamento de processos tem sido migrar os processos de meios físicos para meios digitais, o que será viabilizado com o SEI.

Os macroprocessos são compostos por um conjunto de processos que por sua vez são formados por uma série de atividades tendo em vista viabilizarem os resultados pretendidos pela organização. Os processos possuem início e fim bem determinados, numa sucessão clara e lógica de ações interdependentes que geram resultados. Através do mapeamento de processos pretende-se atingir no médio prazo, o contínuo desenvolvimento de equipes, sistemas e métodos que produzam soluções cada vez mais eficazes, resultando no fornecimento de uma documentação consistente dos processos, otimização e melhoria contínua das práticas operacionais, gradualmente evoluindo para a automação daqueles processos mais complexos e de maior demanda.

Macroprocessos finalísticos, numa universidade estão entrelaçados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, estão necessariamente ligados à natureza e aos objetivos institucionais para apoiar o desenvolvimento das atividades fins. Na UFFS, os macroprocessos relacionados ao ensino objetivam assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para a qualificação, formação e inclusão social na região da Fronteira Sul. Os relacionados à pesquisa objetivam produzir inovação com vistas à promoção do desenvolvimento regional integrado e sustentável. Por fim, os macroprocessos ligados à extensão universitária objetivam o aperfeiçoamento da organização social e o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política. Nessa linha de raciocínio, delineiam-se na UFFS vários

processos que integram dois macroprocessos finalísticos: Acesso e Permanência dos Estudantes e Fomento ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos**

<b>Macroprocessos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
Acesso e Permanência dos Estudantes	Possibilita o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades do público (ingressantes de escola pública) e das populações específicas (do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, com necessidades especiais).	Efetivação de matrícula; Ingresso de estudantes; Bolsas; Auxílio moradia a estudantes; Participação em eventos; Ingresso em grupos de pesquisa; Cadastro socioeconômico dos acadêmicos; Acompanhamento pedagógico; Material para laboratórios; Emissão de diplomas;	Candidatos ao ensino superior; Discentes da UFFS;	Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Fomento ao Ensino, Pesquisa e Extensão	Visa o desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária.	Bolsa pesquisa; Participação em projeto de extensão; Auxílio a discentes para eventos; Auxílio docente a eventos; Projetos de extensão com fundação de apoio; Certificados de cursos de extensão; Aquisição de material para ensino e pesquisa; Plano de ensino; Autoavaliação dos cursos; Acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Discentes da UFFS; Docentes da UFFS;	Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

Fonte: DPLAN/UFFS, 2017

OBS: Como fica evidente na descrição dos macroprocessos e visando o atendimento da recomendação da CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº201305977, Item 2.2.2.4, Recomendação 2, ressalta-se que **a UFFS presta serviços ao cidadão nas seguintes áreas:**(a) Ensino, (b) Pesquisa, (c) Extensão e (d) Assistência aos Estudantes.

**Quadro 3 – Processos Mapeados**

<b>Macroprocessos</b>	<b>Processo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Estágio</b>
MP0001 – COMPRAS	MP0002 – Penalidades	Penalidades aplicadas em contratos e compras diversas	Não iniciado
	MP0003 – Avaliação de Demanda	Analisar previamente as demandas de compras	Em homologação
	MP0004 – Planejamento da Compra	Processo de planejamentos e a sequência necessária para a compra	Em homologação
	MP0005 – Aquisição Direta	Analisar os casos de compras que são efetuadas através de aquisição direta	Em homologação
	MP0006 – Concorrência	Analisar os casos de compras que são efetuadas através da modalidade concorrência	Em homologação
	MP0007 – Pregão	Analisar os casos de compras que são efetuadas através de pregão	Em homologação
	MP0008 – Carona ata de registro de preço	Analisar os casos de compras que são efetuadas através de carona em ata de registro de preços	Em homologação
	MP0009 – Ata de registro de preços	Analisar os casos de compras que são efetuadas através de ata de registro de preços	Em homologação
	MP0010 – Contrato	Analisar as etapas e necessidades do processo de formalização contratual	Em homologação
	MP0011 – Execução, pagamentos e arquivamento	Procedimentos necessários do empenho ao pagamento das despesas da instituição	Homologado
	MP0012 – Pagamentos	Procedimentos e verificações necessárias ao processo de pagamento	Homologado
	MP0013 – Importação	Procedimentos e verificações necessárias ao processo de importação	Em homologação
	MP0014 – Avaliação da necessidade de uso do suprimento de fundos	Análise das necessidades de utilização do cartão de suprimento de fundos	Homologado
	MP0015 – Suprimento de Fundos	Procedimentos necessários quando da utilização do cartão de suprimento de fundos como forma de pagamento	Homologado
	MP0016 – DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	MP0016 – Solicitação de recursos para capacitação	Avaliação das necessidades de capacitação de servidores e autorização do uso de recursos
MP0017 – GESTÃO DOCUMENTAL	MP0018 – Solicitação de Eliminação de documentos	Procedimentos operacionais para eliminação de documentos	Homologado
	MP0019 – Solicitação de assistência para organização de arquivos	Organizar e formalizar as solicitações de apoio na organização de arquivos	Homologado
	MP0020 – Solicitação de criação de tipo de documento no SGPD	Avaliação prévia para criação de tipos de documentos no sistema SOLAR	Homologado
	MP0021 – Solicitação de acesso ao perfil de protocolista	Avaliação e controle dos servidores com acesso ao perfil de protocolista	Homologado
MP0022 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	MP0023 – Análise Socioeconômica	Procedimento de classificação de alunos aptos a receberem auxílios estudantis	Homologado
	MP0024 – Gestão de Pagamentos de auxílios estudantis	Procedimentos necessários ao pagamento dos auxílios estudantis	Homologado



	MP0025 – Atualização e renovação cadastral	Atualização e renovação do cadastro de discentes que são beneficiários de auxílio estudantil	Homologado
	MP0026 – Plano de acompanhamento para auxílios	Plano de acompanhamento para alunos que não cumpriram os requisitos para manutenção de auxílios	Homologado
	MP0027 – Ajuste de dados bancários	Procedimentos necessários para correção de ordens bancárias com dados incorretos	Homologado
	MP0036 - Análise das Inscrições	Análise da documentação para definição do IVS	Homologado
	MP0037 - Auxílios Socioeconômicos	Solicitação de auxílios socioeconômicos	Homologado
	MP0038 - Auxílios Emergenciais	Enquadramento em auxílios emergenciais para casos atípicos	Homologado
	MP0039 - Programa Bolsa Permanência - PBP	Encaminhamento de inscrição no Programa de Bolsa Permanência	Homologado
	MP0040 - Atualização Cadastral - PBP	Atualização Cadastral do Programa de Bolsa Permanência	Homologado
	MP0041 - Autorização de Pagamento - PBP	Autorização de Pagamento do Programa de Bolsa	Homologado
	MP0042 - Bolsas Prograd	Pagamentos de Bolsas da Graduação	Em homologação
	MP0043 - Bolsas Propepg	Pagamentos de Bolsas da Pós-Graduação	Em homologação
	MP0044 - Bolsas Proec	Pagamentos de Bolsas de Extensão e Cultura	Em homologação
	MP0045 - Auxílios de Viagens	Pagamento de Auxílios de Viagens Estudantis	Em homologação
	MP0155 - Renovação Cadastral - PBP	Renovação do Cadastro Para Pagamento do Programa Bolsa Permanência	Em homologação
MP00150 - GESTÃO DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	MP0151 - Aquisição e Venda de Tickets RUS	Aquisição e Venda dos Tickets dos Restaurantes Universitários	Em homologação
	MP0152 - Emissão de Cartões Institucionais RU (Carteirinhas)	Emissão de Cartões Institucionais RU (carteirinhas)	Em homologação
	MP0153 - Controle de Entrada do RU	Controle Entrada do RU	Em homologação
	MP0154 - Pagamento dos Restaurantes Universitários	Pagamento dos Restaurantes Universitários	Em homologação
PÓS-GRADUAÇÃO	Criação de Programas de Residências Médicas	Criação de Programas de Residências Médicas	Iniciado
	Residências Médicas	Procedimentos para controle e pagamento das Residências Médicas	Iniciado
	Criação de Cursos de Pós-Graduação	Criação de Cursos de Pós-Graduação	Iniciado
PESQUISA	Inscrição de Estudantes em Atividades de Pesquisa	Inscrição de Estudantes em Atividades de Pesquisa	Iniciado
	Criação de Grupos de Pesquisa	Criação de Grupos de Pesquisa	Iniciado
	Institucionalização de Projetos de Pesquisa	Institucionalização de Projetos de Pesquisa	Iniciado
DIVERSOS	Pagamento de Anuidades	Pagamento de Anuidades	Em homologação
	Estruturas e Siglas	Estruturas e Siglas	Iniciado
	Planejamento Anual	Planejamento Anual	Iniciado

Fonte: Escritório de Processos – DPLAN/UFFS, 2017

Os processos homologados têm aderência ao SIGAD atual (SGPD) e aos demais sistemas de negócios e suas bases de dados, já os processos em homologação aguardam alguns ajustes operacionais para que tenham completa aderência e possam ser homologados. Ressaltamos também, que em torno de 100 processos adicionais, relacionados à Gestão de Pessoas, estão em desenvolvimento, para homologação mas, aguardam o início de operação do SEI, em fase de ajustes e testes de homologação.

Quanto aos processos descritos, a relação cliente e fornecedor transparece de certa forma no nome dos Macroprocessos, sendo o Macroprocesso de Compras o único com relacionamento externo mais significativo, já os Macroprocessos de Gestão Documental, Assistência Estudantil e Gestão dos Restaurantes Universitários, predominantemente atendem aos públicos internos de Técnicos, Docentes e Discentes. Neste sentido, os fluxogramas atualmente em desenvolvimento ainda não contemplam parceiros externos, tratam apenas dos processos internos, pois o objetivo mais imediato da instituição em relação ao mapeamento e desenvolvimento de processos, é migrar para tramitações totalmente eletrônicas dos processos internos e aprimorar o desenvolvimento dos diversos sistemas, também possibilitando uma análise mais precisa dos riscos.

# 4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

---

Nesse capítulo, Planejamento Organizacional, descreve-se a sistemática de planejamento da UFFS, os objetivos de seu Plano Plurianual, o estágio de implementação do planejamento estratégico, vinculação dos planos com as competências institucionais, as formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.

No item Desempenho orçamentário, apresenta-se também a Execução Física e financeira das ações da LOA, os fatores intervenientes no desempenho orçamentário, restos a pagar de exercícios anteriores, execução descentralizada com transferência de recursos, informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas, realização de receitas e as informações sobre a execução de despesas e suprimentos de fundos. Ressalta-se que não houve obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento. Já no item Desempenho Operacional contém a apresentação dos indicadores institucionais e a análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União. Não houve projetos e programas financiados com recursos externos.

---

## 4.1 Planejamento Organizacional

---

Os objetivos e a missão da UFFS, correspondem à competência institucional e às principais responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender as demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos, contempladas pela Lei de Criação da Instituição e pelo seu Estatuto.

As principais responsabilidades da UFFS aparecem, em essência, no âmbito de suas atividades fins, a saber: **o ensino**, cujo foco é a formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, **a pesquisa** e atividades criadoras em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-

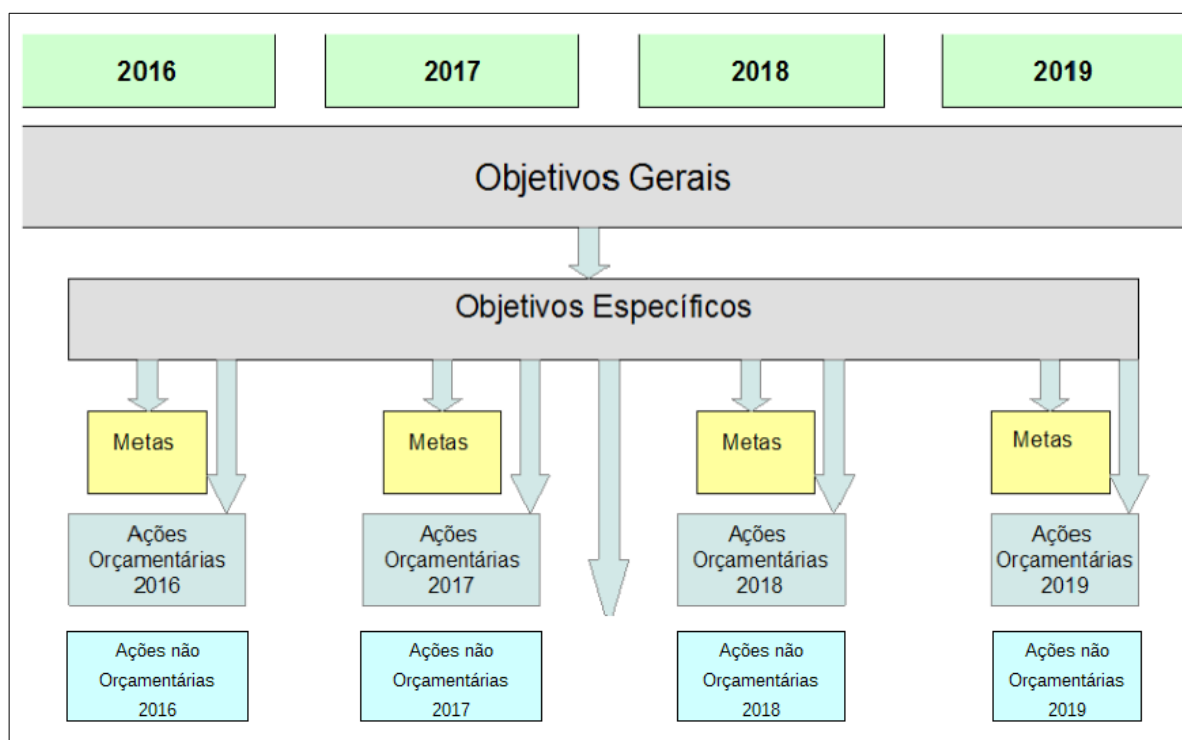
tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural e ambiental, empreendendo ações que busquem alternativas e soluções e a **extensão** universitária, visando ao aperfeiçoamento da organização social e ao desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política.

Para organização, acompanhamento, gestão e atendimento dessas grandes responsabilidades, estas são traduzidas em grandes linhas de atuação que, no atual planejamento, formam os Objetivos Gerais e os Objetivos Específicos apresentados no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 da UFFS.

O PPA da UFFS é um instrumento de planejamento que estabelece de forma unificada as situações futuras a serem criadas e os resultados que desejamos auferir ao fim de um período de 4 anos. Para isso, os desdobramentos do PPA (Objetivos, Objetivos Específicos e Metas) complementado pelo Planejamento Anual (Ações) representam a estratégia de atuação frente as responsabilidades institucionais, pactuadas com a comunidade universitária e equipe diretiva da UFFS.

Com o PPA pretende-se viabilizar a estratégia de atuação da UFFS diante da missão e do conceito de universidade proposto: universidade pública, popular e gratuita, como elemento fortalecedor e indutor do desenvolvimento local e regional. Além disso, o Planejamento Institucional busca um melhor desempenho da administração da instituição no alcance de suas prioridades e metas, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 - Estrutura do PPA da UFFS 2016-2019



Fonte: PPA UFFS 2016-2019

Considerando-se a Figura 2 tem-se os seguintes conceitos:

- **Objetivo Geral:** É a orientação estratégica que tem como base as grandes responsabilidades institucionais e a missão da UFFS. Os Objetivos Gerais expressam as transformações necessárias no atual nível de desenvolvimento acadêmico e administrativo da instituição e as situações a serem alteradas. Contemplam as prioridades definidas pela comunidade universitária e são traduzidas em Objetivos Específicos, Metas e Ações Orçamentárias e Ações Não-orçamentárias.
- **Objetivo Específico:** São as transformações necessárias ao desenvolvimento institucional definidas nos Objetivos Gerais e apresentadas de forma detalhada, por áreas afins, demonstrando claramente o que se pretende alcançar.
- **Metas:** Definem as etapas de forma mensurável (quantitativa ou temporal) para o alcance dos Objetivos Específicos.

- **Ações Orçamentárias:** São traduzidas na prática e representam aquilo que de fato será desenvolvido ao longo de um ano e que dispõem recursos financeiros. Relacionam-se com o desempenho das atividades institucionais no nível da eficiência. Busca-se, com essas ações, a otimização no uso dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues. As Ações Orçamentárias são anuais, respeitando o princípio da anualidade do orçamento público e estão presentes apenas nos planejamentos anuais.
- **Ações Não-orçamentárias:** Representam na prática, aquilo que de fato será desenvolvido ao longo de um ano e que não depende de recursos financeiros. Relacionam-se com o desempenho das atividades institucionais no nível da eficácia e da efetividade, estando presentes nos planejamentos anuais.

O PPA 2016-2019 é utilizado como orientação para o desenvolvimento do Planejamento Anual da UFFS composto pelas ações orçamentárias e não-orçamentárias de todos os setores da instituição, incluindo as unidades acadêmicas e administrativas. Os setores, de acordo com o perfil e características de liderança de seus gestores, têm liberdade para desenvolverem o planejamento para o ano seguinte, devendo observar as políticas e deliberações dos órgãos colegiados e as portarias, normas e resoluções da administração superior.

A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), dentro de suas competências institucionais, busca coordenar os planejamentos setoriais, visando facilitar a comunicação e o entendimento da comunidade acadêmica acerca do que está sendo previsto para o próximo ano. Para possibilitar este entendimento é solicitado, anualmente, que os setores traduzam seus planejamentos para um modelo unificado e de fácil compreensão. O modelo adotado foi o Plano de Ação, por ser uma ferramenta que detalha as atividades a serem realizadas, proporciona a coordenação do desenvolvimento institucional, facilita a integração com o orçamento da instituição e atrela as ações planejadas aos Objetivos Gerais, Específicos e Metas previstas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. O Plano Anual é composto pelas Ações desenvolvidas pelos setores interessados da instituição e representa o planejamento anual da UFFS, sendo encaminhado ao Conselho Curador (CONCUR) e ao Conselho Universitário (CONSUNI) para discussão, análise e aprovação.

#### **4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

No cotidiano acadêmico e administrativo da instituição, os objetivos expressam o que deve ser alcançado e as situações a serem alteradas. Como num ambiente universitário, esses são plurais, múltiplos e complexos, foram agrupados em grandes linhas a serem trabalhadas concretamente na organização, denominados convencionalmente de Objetivos Gerais, sendo:

##### **Objetivo 1 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação**

Qualificar e ampliar a oferta do ensino de graduação, integrando as atividades, programas e projetos que estruturam e apoiam o desenvolvimento dos cursos de graduação, através da construção da política de graduação e de seu acompanhamento e avaliação contínuos.

##### **Objetivo 2 - Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu**

Implantar e consolidar os Programas de Pós-Graduação (mestrados profissionais e acadêmicos, doutorados próprios e interinstitucionais – DINTER), com o propósito de promover a formação acadêmica e científica de alto nível e fortalecer a presença da UFFS na região Fronteira Sul e nas áreas de conhecimento de sua atuação.

##### **Objetivo 3 – Desenvolvimento da Pós-Graduação Lato Sensu**

Ampliar e fortalecer os cursos lato sensu (especialização e residências), com o propósito de oferecer formação especializada e profissional nas áreas de atuação da UFFS.

##### **Objetivo 4 – Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação**

Desenvolver a ciência, a tecnologia e a inovação enquanto atividades-fim da universidade e indissociáveis do ensino e da extensão, por meio do fortalecimento dos grupos de pesquisa e das linhas de pesquisa institucionais, vinculados às áreas prioritárias da instituição.

### **Objetivo 5 – Fortalecimento da Produção Científica e Tecnológica Institucionais**

Fomentar a produção científica institucional e sua publicação em livros, eventos e periódicos nacionais e internacionais, de modo a inserir a UFFS na comunidade científica.

### **Objetivo 6 - Desenvolvimento da Extensão**

Desenvolver Política, Programas e Projetos de Extensão Universitária e de atendimentos às comunidades como: implementação de ações educativas, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de extensão.

### **Objetivo 7 - Desenvolvimento da Cultura**

Desenvolver programas e projetos Culturais, através da implementação de ações educativas e culturais, cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos em atividades culturais; além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos programas e projetos culturais.

### **Objetivo 8 – Permanência do Estudante de Graduação**

Desenvolver e apoiar os projetos educacionais que contribuam para a democratização do ensino superior e para o aumento da permanência, por meio da realização de ações norteadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ofertar auxílio financeiro para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de graduação da UFFS, com vistas a promover igualdade de oportunidades e melhoria do desempenho acadêmico, bem como prevenir e minimizar situações de retenção e evasão.

### **Objetivo 9 – Desenvolvimento da Internacionalização**

Fomentar, articular e administrar a cooperação da Universidade com outras instituições e nações visando a promover a excelência acadêmica e a solidariedade internacional.



### **Objetivo 10 - Gestão Universitária para Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura**

Visa o desenvolvimento de ações para assegurar o funcionamento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFFS, da Pesquisa, Extensão e Cultura por meio da aquisição e/ou reposição de materiais de consumo, suprimentos e serviços de terceiros para garantir a eficiência nos serviços prestados à comunidade universitária, pelos diversos setores administrativos da instituição.

### **Objetivo 11 – Manutenção e Adequação da Infraestrutura**

Visa o desenvolvimento de ações de manutenção e adequação física da infraestrutura da UFFS por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais inerentes às pequenas obras, observando os limites da legislação vigente. Adicionalmente, visa a criação/reestruturação de serviços para a comunidade acadêmica

### **Objetivo 12 - Implantação, Expansão e Reestruturação da Infraestrutura**

Visa a construção das edificações, desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, compras de equipamentos e mobiliários, bem como o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à efetiva implantação da universidade, bem como a modernização da estrutura acadêmica e física da instituição.

### **Objetivo 13 – Fortalecimento da Divulgação da UFFS**

Consolidar a imagem da UFFS como instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade, por meio de ações de divulgação que envolvam toda a comunidade universitária.

**Observação:** Os desdobramentos dos Objetivos Gerais nos Objetivos Específicos e nas metas podem ser observados no seguinte link:

<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/plano-plurianual>

#### 4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico nada mais é do que um receituário, difundido no senso comum, de como se chegar à formulação de uma estratégia. Ou seja, o propósito de se seguir as etapas (Missão, Visão, Valores, Análise Ambiental, Análise SWOT e Fatores Críticos de Sucesso) previamente definidas em um planejamento estratégico para se chegar a melhor estratégia possível para instituição em análise.

Em sua origem, a estratégia foi definida como a arte e a ciência em conduzir um grupo de pessoas por um caminho. Traduzindo para o universo da administração pública, pode-se dizer que após definir o local onde se pretende chegar (objetivos, metas e desafios a serem superados) e o melhor caminho/trajeto (Políticas, Diretrizes, valores, etc.), é importante pensar em como de fato chegar lá (estratégia). No caso da UFFS, o que se pretende é oferecer Ensino, Pesquisa e Extensão (objetivos e propósitos), com qualidade e que possa fomentar o desenvolvimento regional (políticas e diretrizes), mas a forma de como fazer isso (estratégia) é sendo **PÚBLICA, POPULAR E GRATUITA**.

A Universidade Federal da Fronteira Sul está inserida na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL que é uma região com presença marcante da agricultura familiar e camponesa. A agricultura familiar sofreu com o processo de modernização no campo, pois nos moldes nos quais foi implementado concentrou renda e riqueza nas mãos de poucos. Para superar esse modelo, o Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessário a construção de uma universidade pública e popular.

Esse projeto de universidade apostou na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa. Assim, o projeto de universidade busca servir à transformação da realidade, opondo-se à reprodução das desigualdades que provocaram o

empobrecimento da região.

Como expressão de seu processo de discussão, o movimento pró-universidade alicerçou-se na seguinte definição que expressa os pontos fundamentais de seu projeto, servindo como base a todo o processo de construção da UFFS:

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento (UFFS, 2008, p.9) <sup>8</sup>.

Desde o início, a universidade foi pensada como uma estrutura multicampi, para que esta pudesse melhor atingir seus objetivos. Para o estabelecimento dos *campi* foram considerados diversos fatores, entre os quais: a presença da agricultura familiar e camponesa e de movimentos sociais populares, a distância das universidades federais da região sul, a carência de instituições federais de ensino, a localização, o maior número de estudantes no Ensino Médio, o menor IDH, a infraestrutura mínima para as atividades e a centralidade na Mesorregião.

Criada com uma estratégia de ser uma instituição **PÚBLICA, POPULAR E GRATUITA** a UFFS, desde o seu primeiro processo seletivo, favoreceu o ingresso dos alunos oriundos da escola pública. Por meio do fator: escola pública, índices de 10%, 20% ou 30% aplicados à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) contemplavam cada ano do ensino médio cursado nessa rede escolar.

Com a nova lei da reserva de vagas nas instituições federais de educação (Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC nº 18/2012) implantada integralmente em 2013 e que contempla todos os cursos de Graduação, em todos os turnos de oferta, a UFFS está promovendo mais uma revolução no Brasil. Ao desenvolver uma política de ingresso que respeita e atende a atual situação das escolas de ensino médio público nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a UFFS materializa sua **estratégia de atuação** garantindo a reserva de 90% das vagas na Graduação para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública.

Em 2014, a UFFS recebeu o Prêmio Santander em categoria sobre inclusão, concorrendo

---

<sup>8</sup>UFFS . **Relatório das atividades e resultados atingidos**. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com *campi* nos estados do PR, SC e RS. Março de 2008.

com instituições do país inteiro. Ainda sobre a inclusão na UFFS, há ao menos um aluno negro ou indígena em praticamente todos os cursos de Graduação, além de um forte programa de inclusão de Haitianos.

Com a aplicação da nova política de ingresso (ENEM), a maioria dos alunos da Graduação é proveniente de escolas públicas de diferentes locais do Brasil. Isso reafirma **a estratégia** da UFFS em garantir o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade para todos, além de antecipar a conquista de objetivos fundamentais para o país, para a população e para a estrutura escolar, fazendo justiça à trajetória escolar dos estudantes brasileiros, ao perfil econômico das famílias e à caracterização étnica da população.

Ao caminhar cada dia mais em direção à igualdade e com o comprometimento em oferecer a oportunidade de cursar uma Graduação de qualidade e totalmente gratuita, a UFFS, em consonância com sua estratégia, oferece bolsas e auxílios para que os alunos se dediquem ao máximo aos estudos e permaneçam na universidade até o fim do curso. As bolsas são voltadas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão, o que incentiva o desenvolvimento de diversos projetos. Já os auxílios favorecem a permanência do acadêmico na UFFS.

Há também muitos projetos em andamento no campo das pesquisas científicas e na área de extensão, os quais formam, com o ensino, os três pilares que alicerçam as atividades desenvolvidas pela UFFS. Isso é refletido no alto padrão de formação dos acadêmicos e certificado pelas recentes avaliações realizadas pelo Ministério da Educação nos cursos da universidade. Se por um lado os alunos contam com um ensino regular de qualidade, por outro viés podem explorar diferentes habilidades por meio de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento. Com isso, fortalecem a economia e o desenvolvimento da região onde estão inseridos, através de projetos que buscam a integração, interação e inclusão entre os estados, cidades e a universidade.

As matrizes curriculares de todos os cursos de Graduação da UFFS possuem disciplinas do domínio comum, do domínio conexo e do domínio específico. O objetivo dessa organização é assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, o que possibilita o aperfeiçoamento da gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, amplia as oportunidades de acesso à comunidade. A finalidade do Domínio Comum é:

- a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências

instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, dados estatísticos; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação) e;

b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de disciplinas que se situam em espaço de interface de vários cursos, sem, no entanto, poderem ser caracterizadas como exclusivas de um ou de outro. Já as disciplinas do Domínio Específico tratam do conhecimento mais restrito a cada um dos cursos.

**Conclui-se que a estratégia da UFFS, Pública Popular e Gratuita, estipulada desde o início do processo de implantação, encontra-se plenamente implantada e gerando resultados excelentes, tendo em vista a tenra idade da instituição.**

A título de conhecimento ressalta-se que a Universidade Federal da Fronteira Sul tem como missão:

1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL, a qualificação profissional e a inclusão social;
2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do MERCOSUL e seu entorno.
3. Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.

### **4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

As vinculações das ações elaboradas para o Ano de 2017 com os objetivos vigentes nesse ano e com as competências institucionais podem ser visualizadas no Relatório de Planejamento 2017, no seguinte link:

<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/planejamento-anual>

---

## **4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos**

---

A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), responsável pela coordenação do Planejamento Institucional da UFFS, realiza semestralmente reuniões setoriais com o objetivo de orientar a elaboração, sistematização e acompanhamento dos Planos de Ação. Cada setor apresenta seu planejamento por meio de Planos de Ação de acordo com os Objetivos Gerais e Específicos.

Posteriormente, a equipe diretiva avalia os Planos de Ação e faz os ajustes necessários de acordo com os limites previstos na PLOA, resultando no planejamento do ano seguinte e compondo o PPA da UFFS. Após a consolidação, o documento é enviado ao Conselho Curador – CONCUR e ao Conselho Universitário - CONSUNI para discussão, análise e parecer.

No primeiro semestre de cada ano, é realizada uma reunião com os setores institucionais e com a equipe dirigente, de forma a orientar o monitoramento do planejamento realizado. Ao final de cada ano, apresenta-se o monitoramento realizado, as dificuldades encontradas para a execução das ações planejadas e os resultados alcançados.

---

## **4.3 Desempenho Orçamentário**

---

Conforme disposto na LOA de 2017 da UFFS as ações orçamentárias discricionárias (20GK, 20RK, 4002, 8282 e 4572) totalizaram uma dotação inicial de R\$ 62.783.780,00, que manteve-se como dotação atualizada. Destaca-se que não houve a liberação para a UFFS da emenda no valor de R\$ 700.000,00 evidenciada na ação 20GK, portanto o valor de crédito disponibilizado foi de R\$ 62.083.780,00.

Contudo, ainda sobre a dotação orçamentária atualizada houve contingenciamento de limites para empenho na ordem de R\$ 7.134.792,22. Neste sentido, em 2017, a UFFS dispôs de R\$ 54.948.987,78 de limite orçamentário para empenho de despesas consideradas discricionárias, ou seja, um contingenciamento de aproximadamente 12% perante a dotação orçamentária inicial.

Cabe ressaltar que a liberação dos limites para empenho ocorreram em momentos durante o exercício financeiro de 2017, sendo o primeiro compreendido entre os meses de abril e maio, com liberações de limites para empenho equivalentes a 48,0% da liberação total; e nos meses seguintes liberações entre 2% e 10% do limite total liberado.

É importante salientar que 10% do crédito de investimento foram desbloqueados somente no mês de dezembro, e ao longo do ano em momento algum a UFFS teve certeza do montante de limite orçamentário que seria liberado. Isso em razão das instabilidades de cunho econômico e político vividas pelo Brasil no ano 2017. Esse fato, fez com que a UFFS trabalhasse com o cenário de forte contingenciamento orçamentário, tendo, desta forma, realizado diversas adequações sobre o inicialmente planejado para a UFFS em 2017.

### **4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

#### **4.3.1.1 AÇÕES DO OFSS**

**Quadro 4 – Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral (X) Parcial				
Código		20GK Tipo: Atividade				
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Iniciativa		-				
Objetivo		1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024				
Programa		Educação de Qualidade para Todos <b>Código: 2080 Tipo: Atividade</b>				
Unidade Orçamentária		26440				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.251.611,00	1.251.611,00	526.367,46	507.867,46	507.867,46	0,00	18.500,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa Apoiada		Unidade	95	-	187	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
995.947,78	660.127,98	26.488,51	Unidade	Iniciativa Apoiada	-	

Fonte: DORC/ UFFS, 2018

**Execução da meta:** Referente à Extensão, os fatores que contribuíram foram as adequações feitas pelos coordenadores dos projetos/programas para conseguirem executar as ações sem os recursos planejados. O principal resultado obtido foi a continuidade dos programas aprovados no edital, bem como a manutenção dos principais objetivos. Referente à graduação, foram pagos 9 meses de bolsas de Monitoria a partir de 12 de abril de 2017 até 11 de dezembro de 2017, totalizando 61 bolsas. Ex-



cepcionalmente nos meses de abril e dezembro foram pagas bolsas com valor reduzido (50%), em vista do cumprimento parcial das atividades nesses meses. Quanto à Pós-graduação, foram pagas 124 bolsas, sendo que o aumento da demanda de submissões de projetos, motivada pelo interesse dos docentes e discentes em atuar junto ao Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT) foi o principal fator que contribuiu para o resultado alcançado.

**Fatores Intervinentes:** a dificuldade para o controle da ação é a falta de um sistema que gerencie todo o processo (desde a submissão até o acompanhamento do projeto). Outro fator que dificultou a ação foi a redução de bolsas devido a restrição orçamentária.

**Restos a pagar:** Em relação aos restos a pagar do exercício, esses valores correspondem, em sua maior parte, aos empenhos realizados em favor de fundações de apoio para a execução de projetos. Quanto à execução orçamentária e financeira de exercícios anteriores, o valor liquidado diz respeito, sobretudo, a empenhos realizados em favor de fundações de apoio.

#### Quadro 5 – Ações relacionadas ao Funcionamento

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral (X) Parcial				
Código		20RK Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		-				
Objetivo		1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024				
Programa		Educação de Qualidade para Todos <b>Código: 2080 Tipo: Atividade</b>				
Unidade Orçamentária		26440				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
38.741.250,00	38.741.250,00	33.264.125,04	19.674.456,41	19.674.456,41	0,00	13.589.668,63

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante Matriculado			Unidade	9600	-	8.826
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.418.028,13	6.015.310,88	624.021,75	Estudante Matriculado	Unidade	2.067	

Fonte: DORC/UFFS, 2018

**Execução da meta:** Em 2017 a meta proposta não foi atingida em função, principalmente, de dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes na Universidade. Como registrado, em dezembro de 2017, a universidade tem 7.849 estudantes com matrícula ativa na graduação, entretanto, ao longo do ano, foram canceladas 1.115 matrículas de estudantes que, na passagem de um semestre letivo para outro, não renovaram suas matrículas. Desse modo, identificar as razões que levam os estudantes a não renovar sua matrícula com a Universidade e, depois, investir em programas de permanência, pode ser fator decisivo para alcançar a meta de estudantes matriculados. Referente a pós-graduação, obteve-se 977 alunos matriculados nos cursos da UFFS (residência, programas de pós-graduação lato e stricto sensu), sendo 421 em Stricto Sensu e Lato Sensu: - Especializações: 238 - Residências médicas: 306 - Residências multiprofissionais: 12 Fatores que contribuíram: Matrícula de Processo seletivo de novas turmas de 8 (oito) Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, com ingresso em 2017. Aprovação institucional do curso de especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios, do Campus Laranjeiras do Sul, com ingresso no 2º semestre de 2017.

**Fatores Intervenientes:** *Stricto Sensu*, o CTC da Capes aprovou um índice menor de propostas de cursos novos, submetidos em 2016. Com isso tivemos a aprovação de apenas 1 (um) curso novo, e o ingresso ocorreu em 2017/2. Outra turma do mesmo programa está prevista para 2018/1. *Lato Sensu*: Não foram aprovados novos cursos de Residência Multiprofissional porque não foram abertos novos editais no MEC. Quanto a execução orçamentária da ação, em 2017, o principal

entrouve foi o contingenciamento de limites para empenho. O contingenciamento inicial foi bastante acentuado, e não havia informações sobre qual seria o contingenciamento em relação ao inicialmente previsto na LOA de 2017. Esse fato fez com que diversas despesas realizadas para manter o funcionamento da UFFS fossem reduzidos a níveis mínimos, de modo que não impedissem o andamento das atividades consideradas essenciais. Entretanto, diversas demandas importantes para a manutenção e aprimoramento da qualidade da UFFS foram represadas.

**Restos a pagar:** Os valores inscritos em Restos a Pagar no Exercício 2017 são relativos a contratos continuados, como energia elétrica, serviços terceirizados, locações de imóveis, etc. Em relação aos Restos a Pagar – Exercícios Anteriores, os valores são relativos a empenhos realizados em contratos continuados para atender despesas de energia elétrica, serviços de locação de mão de obra, locação de imóveis, imprensa nacional, assim como, de materiais consumíveis necessários para o início do ano letivo 2017.

**Quadro 6 – Ações relacionadas a Assistência ao Estudante de Ensino Superior**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral (X) Parcial				
Código		4002 Tipo: Atividade				
Título		Assistência ao Estudante de Ensino Superior				
Iniciativa		-				
Objetivo		1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024				
Programa		Educação de Qualidade para Todos <b>Código: 2080 Tipo: Atividade</b>				
Unidade Orçamentária		26440				
Ação Prioritária		( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

9.688.562,00	9.688.562,00	9.668.972,20	9.378.014,07	9.378.014,07	-	290.958,13
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	13600	-	9.578
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
134.447,44	24.788,61	109.658,83	Benefício Concedido	Unidade	1	

Fonte: DORC/ UFFS, 2018

**Execução da meta:** Em 2017 foram concedidos 8.711 benefícios assistenciais aos estudantes da UFFS. Além disso, foram concedidas 93 bolsas destinadas à cultura, 754 benefícios de Auxílio para Viagens Acadêmicas, além de 20 benefícios de Acessibilidade para dois discentes. Embora a meta prevista de benefícios concedidos tenha ficado aquém do esperado, é importante salientar que foram subsidiadas 90 mil refeições nos Restaurantes Universitários da UFFS. Entre os principais fatores que contribuíram para a execução orçamentária da ação, destaca-se a disponibilização do valor integral da dotação orçamentária prevista na LOA, o que possibilitou a execução das ações planejadas para o exercício.

**Fatores intervenientes:** Não houve intervenientes na execução da Ação 4002.

**Restos a pagar:** Quanto a Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, o valor liquidado é referente a contratos de fornecimento de alimentação dos RUs da UFFS.

#### Quadro 7 – Ações relacionadas à Reestruturação e Expansão

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	8282 Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	-
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão

	e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024					
Programa	Educação de Qualidade para Todos <b>Código: 2080 Tipo: Atividade</b>					
Unidade Orçamentária	26440					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.102.357,00	13.102.357,00	11.489.523,08	2.881.352,56	2.881.352,56	-	8.608.170,52
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado		Unidade	2		2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
23.354.009,60	20.247.084,51	109.860,48	Projeto Viabilizado	Unidade		

Fonte: DORC/ UFFS, 2018

**Execução da meta:** Em 2017 foram empenhados valores para as obras de Pavimentação e Infraestrutura do Campus Realeza, aditivo-pavimentação e terraplenagem (Campus Passo Fundo), infraestrutura elétrica + lógica (Campus Passo Fundo), reformas blocos (envelopamento), conclusão do Bloco A (Campus Laranjeiras do Sul), Hospital Veterinário (Campus Realeza), abrigos de ônibus, e demais obras. Além disso, foram empenhados valores em materiais permanentes para equipar os laboratórios da UFFS, materiais permanentes para tecnologia e informação, mobiliário e outras demandas menores, como equipamentos diversos e obras de pequeno valor.

**Fatores Intervenientes:** Considerando o contingenciamento nos limites para empenho da UFFS no exercício de 2017, não obstante os esforços para minimizar os efeitos negativos sobre o andamento das atividades, das obras em implantação e das obras planejadas, bem como, de aquisições de materiais permanentes, foram diversas as áreas que sofreram cortes diante do valor previamente planejamento para 2017. Diversas obras planejadas para 2017, como a complementação dos galpões

agrícolas e a complementação da 2ª etapa do Bloco C não puderam ser licitadas.

**Restos a pagar:** Em relação a Restos a Pagar do Exercício, o valor é referente a empenhos de obras, algumas com licitações concluídas no segundo semestre de 2017, como a de Reformas dos Blocos (envelopamento), conclusão do Bloco A de Laranjeiras do Sul, e da aquisição de materiais permanentes para laboratórios e tecnologia e informação também realizadas no segundo semestre de 2017. Cabe ressaltar que boa parte do limite para empenho disponibilizado à UFFS em 2017 foi liberada a partir do mês de outubro, fato que postergou a emissão dos empenhos. Quanto aos Restos a Pagar – Exercícios anteriores, os valores são relativos à obra do Bloco B de Erechim e do Bloco A do Campus Passo Fundo.

#### 4.3.1.2 AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

**Quadro 8 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação					
Código	125C		Tipo:Projeto		
Título	Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul				
Iniciativa	0482				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032      Tipo:Projeto				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim    ( x ) Não      Caso positivo: ( )PAC    ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.071.684,94	256.989,55	559.783,43	Instituição Implantada	%	24,0

Fonte: DORC/UFFS, 2018

Nota explicativa: A Ação 125C esteve presente no orçamento anual da UFFS no período de 2010 a 2015. No período de 2012 a 2015, a Ação esteve consignada no Programa 2032, conforme pode ser observado no quadro de Ações não Previstas da LOA do Exercício. A partir de 2016, a Ação deixou de fazer parte do orçamento anual da Universidade, e os recursos de investimento passaram a ser consignados na Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior. Em relação aos restos a pagar, a liquidação no exercício de 2017 foi na ordem de 24%.

#### **4.3.1.3 AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI**

Não houve ocorrências.

#### **4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

Como fatores intervenientes na execução do orçamento tivemos ao longo do ano o bloqueio parcial de crédito orçamentário que se estendeu até meados de dezembro, além disso havia o contingenciamento de limites de empenho o qual gerou incerteza quanto à valores que ainda seriam liberados no exercício, desta forma postergando os procedimentos licitatórios relativos a despesas de investimentos que foram realizados nos dois últimos meses do ano.

#### **4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento**

Não houve ocorrências.

### 4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro 9 – Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados**

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 de 2017 (d) = (a-b-c)
2013	36.176,00	0,00	0,00	36.176,00
2015	243.514,04	243.514,04	0,00	0,00
2016	8.436.771,50	8.436.771,50	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

**Quadro 10 – Restos a pagar não processados**

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 de 2017 (i) = (e-g-h)
2013	58.588,07	0,00	0,00	41.539,46	17.048,61
2014	838.578,05	144.959,21	144.959,21	556.828,84	136.790,00
2015	2.453.110,47	758.270,85	758.270,85	793.648,93	901.190,69
2016	33.323.815,77	28.276.543,45	28.276.543,45	324.488,73	4.722.783,59

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

Em consideração aos quadros acima, o saldo a pagar de restos a pagar processados refere-se a empenho decorrente de recursos do FNDE, os quais já foram solicitados ao órgão repassador ainda no exercício de 2013, porém ainda não recebidos.

Por sua vez, o saldo a pagar referente empenhos não processados do ano de inscrição 2013 refere-se a empenho reclassificado em dezembro de 2016 por solicitação do MEC, sendo que o procedimento para o pagamento do credor está em curso.

O volume de empenhos inscritos em restos a pagar não processados está sendo gradativamente reduzido e não há empenhos a liquidar cuja inscrição em restos a pagar ocorreu há mais de cinco anos.

A permanência de saldos de empenhos inscritos em restos a pagar por mais de um exercício financeiro justifica-se da seguinte forma:

a) Empenhos emitidos com fonte tesouro (fonte 100) representam 25,17% do saldo. Todos referem-se a projetos/contratos que tiveram sua fase de execução iniciada, permanecendo no aguardo da solicitação da liquidação e pagamento ou estão na fase da elaboração da prestação de



contas, quando será solicitada a anulação do saldo remanescente, se for o caso.

b) Empenhos emitidos com a fonte de manutenção e desenvolvimento do ensino (fonte 112) compreendem 74,83% do saldo dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar em 31/12/2017. Neste caso há duas situações a considerar: há empenhos cuja execução já encontra-se iniciada e os demais enquadram-se na exceção de bloqueio de que trata a Macrofunção SIAFI 02.03.17.

#### 4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

##### Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Conforme pode ser verificado no quadro abaixo, a Universidade Federal da Fronteira Sul celebrou com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, entre os anos de 2015 e 2016, quatorze contratos, sendo sete por ano. Já no que diz respeito a Fundação de Apoio do Rio Grande do Sul – FAURGS, foram celebrados o total de dois contratos e dois convênios no ano de 2015 e um contrato no ano de 2017.

Os montantes repassados nos últimos três exercícios para cada fundação de apoio podem ser também verificados de forma discriminada nos quadros abaixo, separados por Fundação de Apoio.

##### Quadro 11 – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Unidade concedente ou contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul						
Unidade conveniente ou contratada: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Contrato de repasse	7	7	0	R\$ 1.086.600,00	R\$ 2.624.859,17	R\$ 1.823.930,28
Totais	7	7	0	R\$ 1.086.600,00	R\$ 2.624.859,17	R\$ 1.823.930,28

PROAD/UFS, 2018

## Quadro 12 – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unidade concedente ou contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul						
Unidade conveniente ou contratada: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Convênio	2	0	0	R\$ 0,00	R\$ 1.600.456,75	R\$ 0,00
Contrato de repasse	2	0	1	R\$ 163.693,00	R\$ 46.657,00	R\$ 72.820,00
Totais	4	0	1	R\$ 163.693,00	R\$ 1.657.113,75	R\$ 72.820,00

PROAD/UFS, 2018

### Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

As fundações de apoio de modo geral têm apresentado as contas finais dos projetos dentro do prazo de 60 dias após o encerramento do instrumento, conforme dispõe a lei. No entanto, ressalta-se que a documentação fiscal geralmente é enviada diretamente ao Coordenador do Projeto, sem passar pela estrutura administrativa da UFS, logo não há como precisar o número exato de dias que as fundações de apoio têm demorado para realizar o trâmite.

Na prática, ao término da vigência de cada contrato/convênio, é feito o envio de um e-mail ao Gestor, Coordenador e Fiscal do Projeto orientando-os sobre os prazos para a realização da prestação de contas. Por conseguinte, a fundação de apoio envia a documentação fiscal à coordenação do projeto, a qual formaliza o relatório final de prestação de contas, para posteriormente passar pela tramitação interna da Universidade até ser aprovada pela Câmara Temática, onde dá-se seu encerramento definitivo.

Nos quadros abaixo estão apresentados os resumos das prestações de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

**Quadro 13 – Resumo da prestação de contas da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária**

Unidade concedente ou contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul				
Unidade conveniente ou contratada: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	3
		Montante Repassado	-	R\$ 878.234,46
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 14 – Resumo da prestação de contas da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Unidade concedente ou contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul				
Unidade conveniente ou contratada: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	R\$ 207.524,75	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

Todo o trâmite do processo de prestação de contas dentro da UFFS está publicado no site institucional, conforme link abaixo, o qual começa pela análise e elaboração do relatório final por parte da coordenação do projeto e se encerra com o parecer de aprovação ou reprovação da Câmara Temática que o aprovou inicialmente. Link do fluxograma de prestação de contas: <https://www.uffs.edu.br/acessofacil/transparencia/fundacoes-de-apoio/pasta-fundacoes-de-apoio-repositorio-de-arquivos/prestacao-de-contas-01-09-2017>

## Visão Gerencial da análise das contas prestadas

Nos últimos três exercícios um total de 17 projetos foram encerrados, sendo que a maior parte de suas prestações de contas estão em andamento ou já foram finalizadas. No entanto, a UFFS possui três projetos dos quais as contas ainda não foram prestadas, mas os procedimentos já foram realizados para que isso ocorra.

Ressalta-se, contudo, que a tramitação da prestação de contas dentro da UFFS por vezes acaba sendo morosa, pois não há servidores ou setores destacados exclusivamente para essa função o que inviabiliza um processo de apreciação e emissão de parecer mais dinâmico por parte das repartições envolvidas.

Já no que diz respeito aos montantes totais repassados durante toda a vigência do instrumento até o seu encerramento, tais valores podem ser verificados nos quadros 15, 16 e 17.

### Quadro 15 – Montante repassado à Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Unidade Concedente ou Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul			
Unidade Conveniente ou Contratada: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-
	Quantidade reprovada	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-
Contas analisadas NÃO	Quantidade	-	3
	Montante repassado (R\$)	-	R\$ 878.234,46

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

### Quadro 16 – Montante repassado à Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unidade Concedente ou Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul			
Unidade Conveniente ou Contratada: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-
	Quantidade reprovada	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-

	Montante repassado (R\$)	-	-
Contas analisadas	NÃO Quantidade	1	-
	Montante repassado (R\$)	R\$ 207.527,75	-
Fonte: Pró-Reitoria de Administração de Infraestrutura Serviço de Contratação com Fundação de Apoio Fundações de Apoio			

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

#### Quadro 17 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul		CNPJ 11.234.780/0001-50			
Instrumento de transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Contrato de repasse	-	-	-	-	3
Convênio	-	1	-	-	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

#### Análise Crítica – Gestão da Transferência de Recursos

- *Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplentes:*

A UFFS tem como medida para sanear as transferências na situação de prestações de contas inadimplentes por parte das Fundações de Apoio: a avaliação, realizada anualmente pelo Conselho Universitário, o qual analisa sua atuação e emite parecer quanto a concordância ou não da renovação da autorização.

Além disso, todos os contratos firmados com as Fundações de Apoio, preveem cláusulas de sanções administrativas em caso de inadimplemento. Na ocorrência de qualquer circunstância gravosa, seja no decorrer da execução do projeto ou na fase de prestação de contas, a Fundação de Apoio poderá ser notificada, penalizada e inclusive impedida de contratar com a Administração Pública. É importante frisar que a UFFS não tem até o presente momento situação nenhuma prestação de contas que possa ser considerada inadimplente.

- *Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios:*

A UFFS por ainda ter poucos anos de criação, possui de certa forma um número muito pequeno de projetos que envolvam a descentralização de recursos para as Fundações de Apoio. Ao analisar o ano de 2015, observou-se que foram repassados R\$ 1.250.293,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil e noventa e três reais) para as Fundações de Apoio para a execução de projetos. Já no ano de 2016, o montante repassado foi de R\$ 4.271.972,92 (quatro milhões, duzentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos). Importante salientar que estes valores são das efetivas transferências dos recursos que ocorrem de acordo com a execução dos projetos, suas metas e etapas e não do montante total firmado no instrumento contratual.

No que diz respeito ao ano de 2017, tivemos uma queda no montante de recursos repassados às Fundações de Apoio, totalizando o valor de R\$ 1.896.750,28 (um milhão, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos). Além disso, houve também uma redução do número de contratos firmados em comparação ao ano anterior, ou seja, enquanto no exercício de 2016 foram formalizados oito contratos, no ano de 2017 foi firmado apenas um. Acredita-se que esta diminuição esteja relacionada com o contexto econômico nacional, onde os recursos para a educação, projetos de pesquisa e extensão foram racionalizados.

- *Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:*

Com relação a prestação de contas dos contratos firmados com fundações de apoio, a experiência na UFFS também é bastante recente, porém até o momento não houve nenhum caso em que as prestações de contas não fossem aprovadas. As duas Fundações que atualmente são autorizadas a apoiar a UFFS na execução dos projetos, conforme já informado anteriormente, têm enviado a Coordenação dos Projetos, as prestações de contas dentro do prazo legal previsto.

Com relação aos trâmites internos das prestações de contas, apesar de apresentarem certa morosidade e serem mais burocráticos, os mesmos foram estabelecidos após análise de diversos modelos de outras IFES, adotando-se o que se entendeu ser o mais satisfatório, no sentido da observância plena do propósito a que se destinam. Não há uma estrutura dedicada a realização deste procedimento já que o número de projetos com Fundações de Apoio na UFFS ainda é baixo. Desta forma, as estruturas atuais que são responsáveis por outras atividades acabam assumindo a realização destas tarefas de acordo com suas possibilidades. Além do que, não seria também

eficiente por parte da gestão, destacar pessoas que tivessem somente esta atribuição já que o volume de trabalho nestas atividades não justificaria esta ação.

Ainda, ressalta-se que a UFFS até o ano de 2017 não havia implementado um fluxo formal com relação ao processo de prestação de contas. Por meio da Instrução Normativa nº 28/PROAD/UFFS/2017, foi normatizado na Seção III, o fluxo e os procedimentos para realização da prestação de contas na universidade. Com esta medida, pretende-se ter maior controle e efetividade sobre a análise das prestações de contas realizadas.

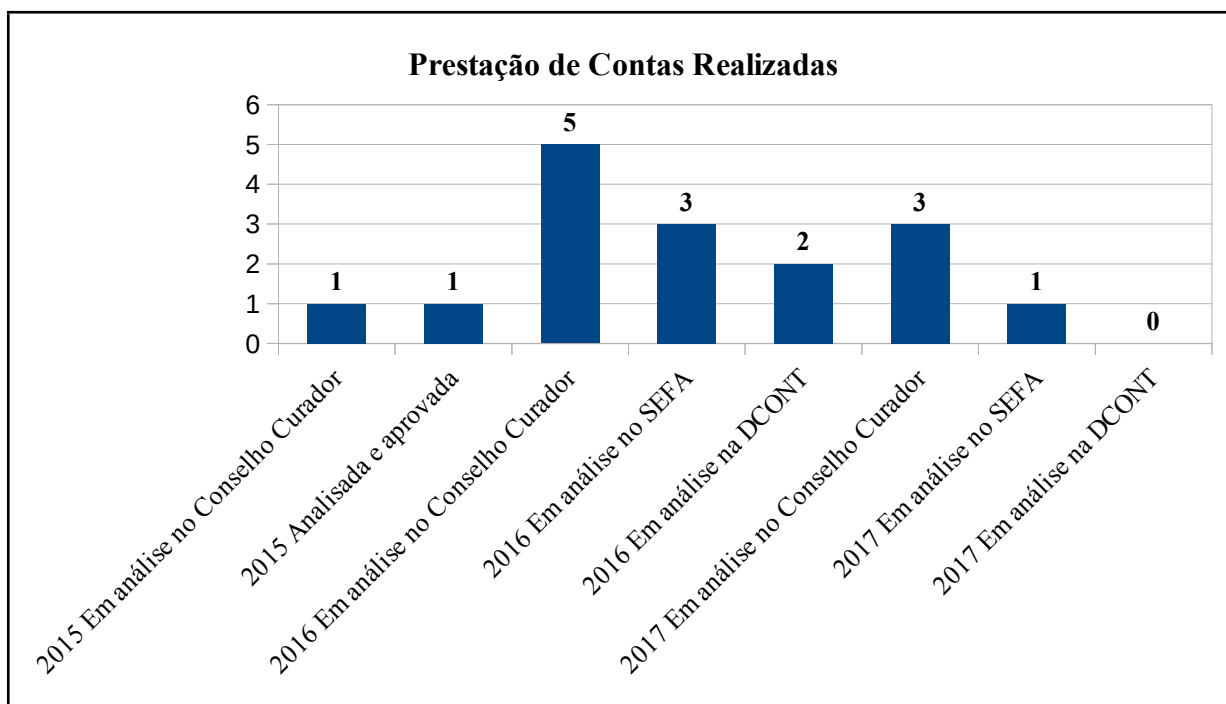
Além disso, há institucionalmente o setor de Serviço de Apoio a Contratação de Fundação – SEFA que realiza o constante acompanhamento e análise dos processos, visando orientar o pleno cumprimento dos prazos e destinação de valores.

- *Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoa e de materiais para tanto:*

O número de prestações de contas realizadas na UFFS ainda é um número relativamente baixo, assim como, o fluxo mapeado para a realização deste procedimento ainda é novo e está sendo avaliado pela Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura. O que se pode perceber em análise do gráfico abaixo é de que nos últimos três anos de exercício, principalmente de 2015 para 2016 e 2017 o número de prestações de contas realmente teve um acréscimo.

Destaca-se que o Conselho Curador atualmente detém o maior número de prestações de contas para análise. Isso se justifica, pois o Conselho Curador é uma instância colegiada, que se reúne cerca de 7 a 8 vezes ao ano e é formado por membros internos e externos à UFFS. A cada processo entregue à secretaria deste órgão, o mesmo é apresentado na sessão subsequente e nessa designado um relator para parecer que deverá apresentá-lo na sessão seguinte. Contudo, o número de sessões do CONCUR está definido no Estatuto da UFFS, Art. 57, §1º, e este conselho pode ser reunir quantas vezes necessário para vencer a pauta, via sessões extraordinárias.

Figura 3 - Prestações de Contas



Fonte: SUADM/PROAD, UFFS, 2018

- *Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:*

Atualmente pode-se considerar que a UFFS possui como estrutura de controle para o gerenciamento das transferências:

- A IN nº 28/2017 que estabelece os procedimentos para a contratação de fundação de apoio dos projetos;
- Quando da contratação e repasse dos recursos, por meio de contrato e convênio, existe a nomeação de portaria que designa o Gestor, Fiscal e Coordenador do Projeto que atuarão na execução e fiscalização da execução in loco;
- O Serviço de Apoio a Contratação com Fundações de Apoio atualmente conta com um servidor e o controle dos projetos é feito por meio de planilhas eletrônicas, as quais podem ser visualizadas através do site institucional.



- *Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.*

Na aba “Portal da transparência das Fundações de Apoio” no sítio da UFFS, podem ser consultadas todas as informações referentes ao andamento de todos os projetos executados pela UFFS com o apoio das fundações. Nesta aba, em cada projeto, há um link que direciona à transparência no site de cada fundação de apoio já autorizada, o qual contém tanto informações financeiras quanto de andamento dos projetos.

Além disso, no mês de setembro de 2017 a UFFS notificou as fundações FAPEU e FAURGS, para que regularizassem os dados faltantes em seus sites referente aos projetos em andamento. E ainda, em ação conjunta do Serviço Especial de Contratação com Fundações de Apoio – SEFA e as fundações, também no ano de 2017, foram solicitados à coordenação de alguns projetos a atualização dos relatórios semestrais faltantes no site das respectivas fundações.

A satisfação com o desempenho das fundações de apoio no decorrer da execução de cada projeto, institucionalmente, é aferida através de um documento intitulado “Avaliação de Desempenho”, cuja elaboração é de responsabilidade do Coordenador de cada projeto e tem periodicidade anual. Após isso, todas as avaliações e demais documentos são submetidos ao Conselho Universitário da UFFS, que por sua vez, após analisá-los, emite parecer favorável ou não para que aquela continue atuando como fundação de apoio da UFFS.

As decisões do Conselho Universitário, a partir de 2015, estão disponibilizadas no site da UFFS através do link: <https://www-mgm.uffs.edu.br/acessofacil/transparencia/fundacoes-de-apoio/acompanhamento-de-metas-e-avaliacao>.

### **Matriz de Gestão de Riscos e Estruturas de Controles Internos:**

A Gestão desenvolveu a matriz que trata da Gestão de Riscos e Estruturas de Controles Internos para mitigar os riscos ligados à transferência de recursos para a execução descentralizada.

**Quadro 18 – Avaliação de riscos na descentralização de recursos para Fundações de Apoio**

Etapa	Risco	Ação Preventiva/Controles Internos
Elaboração Plano de Trabalho e Projeto Básico para a execução do projeto	Elaboração de projeto em desacordo com as diretrizes institucionais, ausência de apoio institucional no projeto com equipe técnica que não atenda a legislação vigente.	Todo o projeto elaborado na instituição, antes de ser encaminhado para a contratação de fundação de apoio, passa pelo Conselho Universitário (nas Câmaras específicas) para aprovação de sua execução. Nesta avaliação do conselho são considerados os seguintes aspectos para a aprovação: I. Quanto a sua relevância acadêmica; II. Verificação e cumprimento das formalidades legais e normativas; III. Possibilidade de execução do projeto por meio da contratação de fundação de apoio; IV. Composição da equipe técnica, conforme art. 6º, §3º do Decreto nº 7.423/2010.
Contratação da Fundação - Aspectos formais e legais	Não observância da legislação vigente para a contratação de fundação de apoio.	De acordo com o fluxograma, publicado no site da UFFS e, conforme prevê a legislação vigente, a UFFS não realiza nenhum procedimento de contratação (Inexigibilidade, Dispensa de Licitação, Licitações de todas as modalidades) sem que o processo passe pela análise da Procuradoria Federal. Além disso, a instrução do processo de contratação passa pelo Serviço de Apoio à Contratação de Fundações - SEFA, para que seja conferido seus aspectos legais e incluída a documentação necessária para a referida contratação. Fluxograma disponível no link: <a href="https://www.uffs.edu.br/acessoFacil/transparencia/fundacoes-de-apoio/documentos-necessarios-para-contratacao-de-fundacao-de-apoio">https://www.uffs.edu.br/acessoFacil/transparencia/fundacoes-de-apoio/documentos-necessarios-para-contratacao-de-fundacao-de-apoio</a>
Execução do projeto	Alterações no projeto que originou a contratação.	Toda a alteração nos projetos que são formalizados para a execução dos projetos por meio das fundações de apoio, precisam seguir os ritos legais para suas alterações, sejam elas de vigência, supressões ou acréscimos e até mesmo para os apostilamentos. Desta forma, tem-se publicado no site institucional, as formas de alteração contratual para que os coordenadores dos projetos possam ter acesso e realizá-las quando necessário. Link: <a href="https://www.uffs.edu.br/acessoFacil/transparencia/fundacoes-de-apoio/termo-aditivo-e-apostilamento">https://www.uffs.edu.br/acessoFacil/transparencia/fundacoes-de-apoio/termo-aditivo-e-apostilamento</a>
	Falhas na fiscalização da execução do projeto.	A IN nº 28/PROAD/UFFS/2017 publicou de forma detalhada as atribuições dos gestores, fiscais e coordenadores dos contratos/convênios com as fundações de apoio. Nesta IN detalham-se as atividades inerentes a cada uma das funções e medidas que devem ser adotadas na execução dos contratos visando atender o disposto nas contratações. Além disso, o SEFA mantém contato com os coordenadores e fiscais no sentido de orientá-los em suas dúvidas a respeito da execução contratual.
Prestação de Contas		A fim de minimizar ou extinguir estes riscos a IN nº 28/

	Atrasos na realização de prestação de contas.	PROAD/UFGS/2017 estabelece o fluxo para as prestações de contas. Este fluxo foi pensado para que nenhuma prestação de contas seja realizada com alguma documentação faltante ou que seja aprovada mesmo estando irregular. Desta forma, após emissão do relatório pelo Coordenador e Fiscal do Contrato, o processo passa pela Diretoria de Contabilidade que analisa os critérios contábeis da prestação, enviando-se na sequência para o Conselho Curador que analisará tanto as contas, quanto os resultados atingidos e posteriormente encaminhada à Câmara do Conselho Universitário que aprovou a realização do projeto para que o avalie e realize a aprovação final do mesmo.
	Prestação de contas com irregularidades ou incompleta.	

PROAD/UFGS, 2018

Link para a Instrução Normativa nº 28/PROAD/UFGS/2017: <https://www.ufes.edu.br/atos-normativos/instrucao-normativa/proad/2017-0028>

#### 4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Os coordenadores e fiscais de projetos encaminham à prestação de contas para Divisão de Contratação com Fundações de Apoio, que conta com duas servidoras que fazem uma triagem na documentação e enviam à Contabilidade para verificação das contas. Após análise, a mesma é direcionada ao Conselho Curador da UFGS para emissão de parecer e após é enviada à Câmara que aprovou o projeto para a aprovação final das contas e avaliação dos resultados atingidos.

#### 4.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 19 – Receita Prevista x Receita Orçamentária Líquida da Fonte 0250, Exercício 2017

Fonte Recursos		Item Informação		2	3	4	5
				Previsão atualizada da Receita	Receita orçamentária bruta	Deduções da Receita	Recita orçamentária líquida
		Natureza Receita		Saldo R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)
00	Recursos Ordinários	19220111	Restituição de Convênios-Primárias-Principal		38.406,16		38.406,16

		19220611	Restit. de despesas de Exerc. Anteriores-Princ.		354.455,35	(1.341,73)	353.113,62
		19220612	Restit. de Despesas Exerc. Anteriores-Mul. Jur.		65,77		65,77
		<b>Total</b>			<b>392.927,28</b>	<b>(1.341,73)</b>	<b>391.585,55</b>
50	Recursos não-financeiros diretam. Arrecadados	13100111	Alugueis e arrendamentos-principal	81.310,00	69.639,87		69.639,87
		13100112	Alugueis e arrendamentos-multas e juros		50,22		50,22
		13109911	Outras receitas imobiliárias-principal		825,98		825,98
		16100111	Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.	1.430.532,00	6.385,00		6.385,00
		16100211	Inscr.em concursos e proc.seletivos-principal	94.381,00	23.250,00		23.250,00
		19100911	Multas e juros previstos em contratos-princ.	656.385,00	109.516,64		109.516,64
		19100912	Multas e juros previstos em contratos-mul.jur		351,79		351,79
		19229911	Outras restituições-principal	2.913,00	2.213,68	(2.213,68)	0,00
		19239911	Outros ressarcimentos-principal		4.070,92	(496,36)	3.574,56
				<b>Total</b>		<b>2.265.521,00</b>	<b>216.304,10</b>
80	Recursos financeiros diretamente arrecadados	13210011	Remuneracao de depósitos bancários-principal		11.507,43		11.507,43
		<b>Total</b>			<b>11.507,43</b>		<b>11.507,43</b>
81	Recursos de convênios	17400011	Transferências de instituições privadas-princ		393.380,51	(253.570,37)	139.810,14
		<b>Total</b>			<b>393.380,51</b>	<b>(253.570,37)</b>	<b>139.810,14</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (07/02/2018).

Em 2017 a realização das receitas foi bastante abaixo da prevista em razão da frustração das receitas 16100111 – Serviços Administrativos e Comerciais Gerais. A previsão, realizada ainda em 2016, considerava o ingresso de receitas relativas aos valores cobrados com os atendimentos no

Hospital Veterinário de Realeza, o qual ainda não entrou em funcionamento. Quanto as receitas em concursos/processos seletivos e em multas e juros previstos em contratos, a realização das receitas foi inferior a estimativa inicial. A fonte 00, a qual fica indisponível devido ao recurso por se tratar de empenhos de anos anteriores volta para a STN, trata-se principalmente de devoluções de recursos por meio de GRU os quais haviam sido destinados à fundações de apoio para execução por meio de contratos. Quanto a fonte 81 trata-se de recursos recebidos por meio de convênios, e respectivos rendimentos registrados na fonte 80. Por fim as receitas próprias fonte 50 em que as receitas previstas na conta 16100111 não se realizaram principalmente devido à estimativas de receitas contando com a entrada em funcionamento do hospital veterinário de Realeza. Quanto a estimativa de multas pode ter sido utilizada a base histórica, e que depende principalmente de fatores externos.

**Quadro 20 – Comportamento da Receita ao Longo do Exercício e Exercícios Anteriores**

Item Informação	Receita orçamentária (líquida)				TOTAL
	00	50	80	81	
Fonte Recursos	Recursos ordinários	Recursos não-financeiros diretamente Arrecadados	Recursos financeiros diretamente arrecadados	Recursos de convênios	
Mês Lançamento	Saldo R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	
JAN/2017	307.850,57	3.351,66		139.200,00	450.402,23
FEV/2017	316.945,07	14.951,24	545,48	139.200,00	471.641,79
MAR/2017	329.431,67	24.237,75	1.669,63	264.200,00	619.539,05
ABR/2017	336.720,64	32.200,32	3.851,17	264.200,00	636.972,13
MAI/2017	338.986,83	42.572,42	6.394,08	389.200,00	777.153,33
JUN/2017	342.264,48	58.872,84	8.904,96	135.629,63	545.671,91
JUL/2017	343.731,25	88.074,70	5.819,54	139.810,14	577.435,63
AGO/2017	346.067,71	102.181,38	7.024,02	139.810,14	595.083,25
SET/2017	387.560,41	117.929,70	8.247,94	139.810,14	653.548,19
OUT/2017	389.855,20	136.365,60	9.390,48	139.810,14	675.421,42
NOV/2017	390.430,64	157.029,66	10.459,39	139.810,14	697.729,83
DEZ/2017	391.585,55	213.594,06	11.507,43	139.810,14	756.497,18
013/2017	391.585,55	213.594,06	11.507,43	139.810,14	756.497,18
014/2017	391.585,55	213.594,06	11.507,43	139.810,14	756.497,18

Fonte: Tesouro Gerencial (07/02/2018).

Quanto ao comportamento da Receita Realizada ao longo do exercício, o Quadro 20 apresenta a evolução ocorrida. Observa-se crescimento na Receita Arrecadada no exercício 2017, principalmente entre os meses de setembro e outubro, motivada pelas inscrições do concurso de Professor de Magistério Superior e em dezembro por arrecadação de multas previstas em contratos.

### 4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

**Quadro 21 – Despesas por modalidade de contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	26.446.461,54	12	43.752.761,40	21	11.888.962,15	6	16.310.380,28	10
a)Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b)Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	287.504,90	-	-	-	226.324,42	-
d)Pregão	18.226.109,06	8	21.587.118,91	10	9.699.302,89	5	11.171.116,15	7
e)Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f)Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g)RDC	8.220.352,48	4	21.878.137,59	11	2.189.659,26	1	4.912.939,71	3
2.Contratações Diretas (h+i)	19.886.614,66	9	12.325.940,91	6	11.222.633,30	6	7.041.899,39	4
h)Dispensa	18.840.287,99	8	10.807.988,15	5	10.401.315,60	5	6.286.066,01	4
i) Inexigibilidade	1.046.326,67	-	1.517.952,76	1	821.317,70	-	755.833,38	-
3.Regime de Execução Especial	1.431,50	-	1.336,60	-	1.431,50	-	1.336,60	-
j Suprimento de Fundos	1.431,50	-	1.336,60	-	1.431,50	-	1.336,60	-
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	176.195.195,80	79	150.182.037,38	73	176.195.195,80	88	142.917.631,02	86
k)Pagamento em Folha	175.925.050,83	79	149.928.230,19	73	175.925.050,83	88	142.663.823,83	86
l)Diárias	270.144,97	-	253.807,19	-	270.144,97	-	253.807,19	-
5.Total das Despesas acima (1+2+3+4)	222.529.703,50	100	206.262.076,29	100	199.308.222,75	100	166.271.247,29	100

6.Total das Despesas da UPC	257.353.286,85	100	234.094.730,16	100	239.770.107,47	100	198.009.520,20	100
-----------------------------	----------------	-----	----------------	-----	----------------	-----	----------------	-----

DORC/UFFS, 2018

O Relatório de Gestão 2017, apresenta um valor de R\$ 18.840.287,99 para Dispensas de Licitação. Desse valor, a Superintendência de Compras e Licitações (SUCL), em 2017, trabalhou e mantém controle sobre 80 (oitenta) Processos, que totalizam R\$ 1.424.039,31, e se concentram da seguinte forma: Inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 (Serviços de Engenharia) - R\$ 44,712,50. Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 (Material, Equipamentos e Serviços em Geral) - R\$ 177.263,53. Inciso XIII do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 (Contratação de Fundação de Apoio) - R\$ 1.074.336,00. Inciso XXI do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 (Material, Serviço e Obras destinados a Pesquisa Científica) - R\$ 132.339,18. Os valores referente a diferença de R\$ 17.416.248,68 estão relacionados com despesas decorrentes de processos realizados nos anos anteriores (Energia Elétrica, Serviços Terceirizados, Aluguéis, etc).

O Relatório de Gestão 2017, ainda apresenta um valor de R\$ 1.046.326,67 para Inexigibilidade de Licitação. Desse valor a SUCL, em 2017, trabalhou e mantém controle sobre 12 (doze) Processos, que totalizam R\$ 503.345,99, e se concentram conforme apresentado no quadro 22 (Item a).

**Quadro 22 – Total das Inexigibilidades controladas pela SUCL (a) e TOTAL das Dispensas e inexigibilidades da UFFS (b)**

<b>a - Inexigibilidades controladas pela SUCL</b>			
PROCESSO	VALOR		TIPO
Assinatura de jornais	R\$ 1.208,00	3	Inexigibilidade
Software de Gerenciamento de acervos bibliográficos Pergamum	R\$ 7.999,99	1	Inexigibilidade
Inscrição de dois servidores no 12º Congresso de Pregoeiros	R\$ 4.500,00	3	Inexigibilidade
Capacitação de servidor no Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação- 46º FONAItec	R\$ 1.000,00	1	Inexigibilidade
Curso de formação de Brigadistas de Incêndio Voluntários	R\$ 2.220,00	1	Inexigibilidade
Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de assinatura on-line da ferramenta Banco de Preços, que se constitui em banco de dados desenvolvido para auxiliar todas as fases da contratação pública, ou seja, da fase interna (pesquisa de preços, especificação de bem/serviço) até a fase externa(julgamento da proposta).	R\$ 7.990,00	1	Inexigibilidade
Contratação de Curso de Capacitação – MAR21-formato Bibliográfico.	R\$ 4.320,00	1	Inexigibilidade

Capacitação curso AUDI 1 – Ênfase em 6rg6os P6blicos	R\$ 2.522,00	1	Inexigibilidade
Contrataç6o do serviç6 de manutenç6o do equipamento Espectr6metro de Absorç6o At6mica do campus Laranjeiras do Sul.	R\$ 14.800,00	2	Inexigibilidade
Capacitaç6o de servidor no F6rum T6cnico das Auditorias Internas do Minist6rio da Educaç6o- 46º FONAItec	R\$ 1.000,00	1	Inexigibilidade
Contrataç6o assinatura base de dados UPTODATE Diagnostico M6dico - Importaç6o.	R\$ 453.586,00	1	Inexigibilidade
Capacitaç6o m6dulo de aquisiç6o sistema PERGAMUM	R\$ 2.200,00	1	Inexigibilidade
TOTAL		R\$ 503.345,99	

### B – TOTAL de Dispensas e Inexigibilidades da UFFS

NE - N6m. Processo	Grupo Despesa	Natureza Despesa Detalhada	NE - Nota Empenho Ref.	Exerc6cio		2017
				Nota Empenho CCor	Despesa executada	
23205000413201740	3 outras despesas correntes	33903023	uniformes, tecidos e aviamentos	158517264402017NE800085	158517264402017NE800085	R\$ 130,00
23205000423201785	3 despesas correntes	33903917	manut. e conserv. de m6quinas e equipamentos	158517264402017NE800083	158517264402017NE800083	R\$ 7.898,00
23205000453201791	3 outras despesas correntes	33903963	serviç6s gr6ficos e editoriais	158517264402017NE800116	158517264402017NE800116	R\$ 4.875,00
23205000537201725	3 outras despesas correntes	33903007	g6neros de alimentaç6o	158517264402017NE800138 158517264402017NE800139	158517264402017NE800138 158517264402017NE800139	R\$ 2.500,00 R\$ 3.500,00
23205000546201716	3 outras despesas correntes	33903957	serviç6s t6cnicos profissionais de t.i.	158517264402017NE800180 158517264402017NE802224	158517264402017NE800180 158517264402017NE802224	R\$ 1.099,00 R\$ 79,90
23205000654201799	3 outras despesas correntes	33903916	manutenç6o e conserv. de bens imoveis	158517264402017NE800234	158517264402017NE800234	R\$ 1.499,96
23205000663201780	3 outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalaç6es	158517264402017NE800347 158517264402017NE800699	158517264402017NE800347 158517264402017NE800699	R\$ 0,00 R\$ 1.350,00
23205000688201783	3 outras despesas correntes	33903910	locaç6o de imoveis	158517264402017NE800183	158517264402017NE800183	R\$ 5.000,00
23205000714201773	3 outras despesas correntes	33903912	locaç6o de m6quinas e equipamentos	158517264402017NE800190	158517264402017NE800190	R\$ 98,00
23205000821201700	3 outras despesas correntes	33903917	manut. e conserv. de m6quinas e equipamentos	158517264402017NE800201	158517264402017NE800201	R\$ 4.500,00
23205000921201728	4 investimentos	44905208	apar.equip.utens.med.,odont.,labor.hospit.	158517264402017NE801004	158517264402017NE801004	R\$ 18.201,00
23205000978201727	4 investimentos	44905208	apar.equip.utens.med.,odont.,labor.hospit.	158517264402017NE800316 158517264402017NE800317	158517264402017NE800316 158517264402017NE800317	R\$ 15.890,00 R\$ 26.350,00
23205001008201749	3 outras despesas correntes	33903916	manutenç6o e conserv. de bens imoveis	158517264402017NE800388	158517264402017NE800388	R\$ 9.920,00
23205001127201700	4 investimentos	44905204	aparelhos de mediç6o e orientaç6o	158517264402017NE800289	158517264402017NE800289	R\$ 658,00
	3 outras despesas correntes	33903026	material el6trico e eletr6nico	158517264402017NE800288	158517264402017NE800288	R\$ 69,80
23205001203201779	3 outras despesas correntes	33903905	serviç6s t6cnicos profissionais	158517264402017NE800531	158517264402017NE800531	R\$ 10.135,00
23205001318201763	3 outras despesas correntes	33903905	serviç6s t6cnicos profissionais	158517264402017NE800456	158517264402017NE800456	R\$ 4.700,00
23205001966201710	4 investimentos	44905192	instalaç6es	158517264402017NE800403	158517264402017NE800403	R\$ 5.064,00
23205002001201744	4 investimentos	44905212	aparelhos e utensilios dom6sticos	158517264402017NE800395	158517264402017NE800395	R\$ 280,00
	3 outras despesas	33903004	g6s e outros materiais	158517264402017NE800396	158517264402017NE800396	R\$ 126,00



		correntes		engarrafados				
23205002080201793	3	outras despesas correntes	33903978	limpeza e conservação	158517264402017NE800397	158517264402017NE800397	R\$ 500,00	
23205002098201795	3	outras despesas correntes	33903017	material de tic - material de consumo	158517264402017NE800407	158517264402017NE800407	R\$ 1.964,20	
23205002259201741	3	outras despesas correntes	33903007	gêneros de alimentação	158517264402017NE800587	158517264402017NE800587	R\$ 90,30	
			33903021	material de copa e cozinha	158517264402017NE800589	158517264402017NE800589	R\$ 85,84	
23205002370201737	4	investimentos	44905208	apar.equip.utens.med.,odont.,labor.hospit.	158517264402017NE801669	158517264402017NE801669	R\$ 141.688,40	
					158517264402017NE801670	158517264402017NE801670	R\$ 112.152,40	
23205002376201712	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imoveis	158517264402017NE800598	158517264402017NE800598	R\$ 858,00	
23205002434201708	3	outras despesas correntes	33903013	material de caca e pesca	158517264402017NE800628	158517264402017NE800628	R\$ 270,00	
			33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800624	158517264402017NE800624	R\$ 346,00	
			33903042	ferramentas	158517264402017NE800626	158517264402017NE800626	R\$ 229,00	
23205002463201761	3	outras despesas correntes	33903917	manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	158517264402017NE800696	158517264402017NE800696	R\$ 536,00	
23205002472201752	3	outras despesas correntes	33903025	material p/ manutenção de bens moveis	158517264402017NE800690	158517264402017NE800690	R\$ 210,00	
23205002477201785	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800697	158517264402017NE800697	R\$ 330,00	
23205002510201777	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imoveis	158517264402017NE800776	158517264402017NE800776	R\$ 810,00	
					158517264402017NE800777	158517264402017NE800777	R\$ 898,00	
					158517264402017NE800778	158517264402017NE800778	R\$ 1.190,00	
23205002534201726	3	outras despesas correntes	33903004	gás e outros materiais engarrafados	158517264402017NE800773	158517264402017NE800773	R\$ 575,00	
					158517264402017NE800774	158517264402017NE800774	R\$ 200,00	
23205002540201783	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800785	158517264402017NE800785	R\$ 80,70	
				33903026	material elétrico e eletrônico	158517264402017NE800783	158517264402017NE800783	R\$ 0,00
						158517264402017NE800784	158517264402017NE800784	R\$ 628,20
						158517264402017NE800786	158517264402017NE800786	R\$ 319,20
23205002574201778	3	outras despesas correntes	33903029	material p/ áudio, video e foto	158517264402017NE800808	158517264402017NE800808	R\$ 4.350,00	
23205002583201769	3	outras despesas correntes	33903014	material educativo e esportivo	158517264402017NE800793	158517264402017NE800793	R\$ 1.550,00	
			33903023	uniformes, tecidos e aviamentos	158517264402017NE800792	158517264402017NE800792	R\$ 1.800,00	
23205002595201793	3	outras despesas correntes	33903025	material p/ manutenção de bens moveis	158517264402017NE800791	158517264402017NE800791	R\$ 5.050,75	
23205002683201795	3	outras despesas correntes	33903026	material elétrico e eletrônico	158517264402017NE800801	158517264402017NE800801	R\$ 4.612,50	
23205002720201765	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800823	158517264402017NE800823	R\$ 1.960,00	
23205002866201719	3	outras despesas correntes	33903917	manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	158517264402017NE800824	158517264402017NE800824	R\$ 2.700,00	
23205003066201715	4	investimentos	44905233	equipamentos para áudio, video e foto	158517264402017NE801305	158517264402017NE801305	R\$ 8.579,00	
					158517264402017NE801306	158517264402017NE801306	R\$ 2.700,00	
					158517264402017NE801307	158517264402017NE801307	R\$ 4.244,00	
					158517264402017NE801308	158517264402017NE801308	R\$ 280,00	
					158517264402017NE801309	158517264402017NE801309	R\$ 6.670,00	
					158517264402017NE801316	158517264402017NE801316	R\$ 3.628,26	
23205003087201722	4	investimentos	44905238	maq., ferramentas e	158517264402017NE800861	158517264402017NE800861	R\$ 1.250,00	

			utensílios de oficina				
23205003118201745	3	outras despesas correntes	33903011	material químico	158517264402017NE801327	158517264402017NE801327	R\$ 0,00
					158517264402017NE801329	158517264402017NE801329	R\$ 961,00
			33903031	sementes, mudas de plantas e insumos	158517264402017NE801330	158517264402017NE801330	R\$ 2.292,50
			33903035	material laboratorial	158517264402017NE801328	158517264402017NE801328	R\$ 1.948,00
23205003121201769	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800864	158517264402017NE800864	R\$ 1.166,50
23205003133201793	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800863	158517264402017NE800863	R\$ 7.697,00
23205003150201721	3	outras despesas correntes	33903006	alimentos para animais	158517264402017NE800869	158517264402017NE800869	R\$ 74,32
					158517264402017NE801228	158517264402017NE801228	R\$ 1.084,00
23205003155201753	3	outras despesas correntes	33903951	serviços de análises e pesquisas científicas	158517264402017NE800883	158517264402017NE800883	R\$ 7.170,00
23205003190201753	3	outras despesas correntes	33903951	serviços de análises e pesquisas científicas	158517264402017NE800890	158517264402017NE800890	R\$ 3.050,00
23205003240201711	3	outras despesas correntes	33903013	material de caça e pesca	158517264402017NE801811	158517264402017NE801811	R\$ 1.090,00
					158517264402017NE801812	158517264402017NE801812	R\$ 307,45
			33903040	material biológico	158517264402017NE801813	158517264402017NE801813	R\$ 536,96
23205003272201717	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE800996	158517264402017NE800996	R\$ 943,43
					158517264402017NE800997	158517264402017NE800997	R\$ 807,50
					158517264402017NE800998	158517264402017NE800998	R\$ 942,70
					158517264402017NE800999	158517264402017NE800999	R\$ 1.225,10
					158517264402017NE801000	158517264402017NE801000	R\$ 1.490,00
23205003438201703	4	investimentos	44905230	máquinas e equipamentos energéticos	158517264402017NE801047	158517264402017NE801047	R\$ 5.051,61
	3	outras despesas correntes	33903026	material elétrico e eletrônico	158517264402017NE801046	158517264402017NE801046	R\$ 149,21
			33903917	manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	158517264402017NE801048	158517264402017NE801048	R\$ 600,00
23205003529201731	3	outras despesas correntes	33903917	manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	158517264402017NE801056	158517264402017NE801056	R\$ 586,50
23205003536201732	4	investimentos	44905224	equipamento de proteção, segurança e socorro	158517264402017NE801055	158517264402017NE801055	R\$ 1.999,60
	3	outras despesas correntes	33903004	gás e outros materiais engarrafados	158517264402017NE801054	158517264402017NE801054	R\$ 287,80
			33903028	material de proteção e segurança	158517264402017NE801054	158517264402017NE801054	R\$ 1.641,60
23205003545201723	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE801050	158517264402017NE801050	R\$ 720,00
23205003567201793	3	outras despesas correntes	33903007	gêneros de alimentação	158517264402017NE801066	158517264402017NE801066	R\$ 1.000,00
23205003576201784	3	outras despesas correntes	33903923	festividades e homenagens	158517264402017NE801077	158517264402017NE801077	R\$ 7.940,00
23205003584201721	3	outras despesas correntes	33903011	material químico	158517264402017NE801954	158517264402017NE801954	R\$ 1.651,35
					158517264402017NE801956	158517264402017NE801956	R\$ 0,00
			33903022	material de limpeza e prod. de higienização	158517264402017NE801955	158517264402017NE801955	R\$ 760,00
23205003627201778	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imoveis/instalações	158517264402017NE801226	158517264402017NE801226	R\$ 2.790,00
23205003674201711	3	outras despesas	33903017	material de tic - material	158517264402017NE801500	158517264402017NE801500	R\$ 1.669,60

		correntes		de consumo			
23205003726201750	3	outras despesas correntes	33903908	manutenção de software	158517264402017NE801326	158517264402017NE801326	R\$ 3.352,32
23205003748201710	3	outras despesas correntes	33903011	material químico	158517264402017NE801957	158517264402017NE801957	R\$ 300,00
					158517264402017NE801958	158517264402017NE801958	R\$ 35,26
					158517264402017NE801961	158517264402017NE801961	R\$ 830,00
					158517264402017NE801962	158517264402017NE801962	R\$ 161,00
					158517264402017NE801964	158517264402017NE801964	R\$ 997,00
			33903035	material laboratorial	158517264402017NE801959	158517264402017NE801959	R\$ 249,00
33903040	material biológico	158517264402017NE801963	158517264402017NE801963	R\$ 592,90			
		158517264402017NE801965	158517264402017NE801965	R\$ 211,52			
23205003805201761	3	outras despesas correntes	33903020	material de cama, mesa e banho	158517264402017NE801335	158517264402017NE801335	R\$ 145,00
23205003860201751	3	outras despesas correntes	33903917	manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	158517264402017NE801656	158517264402017NE801656	R\$ 17.858,74
					158517264402017NE801657	158517264402017NE801657	R\$ 5.940,42
					158517264402017NE801658	158517264402017NE801658	R\$ 6.200,00
23205003867201772	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imóveis	158517264402017NE801405	158517264402017NE801405	R\$ 1.090,00
23205003870201796	3	outras despesas correntes	33903974	fretes e transportes de encomendas	158517264402017NE801406	158517264402017NE801406	R\$ 8.000,00
23205003953201785	4	investimentos	44905238	maq., ferramentas e utensílios de oficina	158517264402017NE801663	158517264402017NE801663	R\$ 5.116,00
23205003954201720	3	outras despesas correntes	33903011	material químico	158517264402017NE801566	158517264402017NE801566	R\$ 0,00
					158517264402017NE801568	158517264402017NE801568	R\$ 0,00
					158517264402017NE801569	158517264402017NE801569	R\$ 0,00
					158517264402017NE801571	158517264402017NE801571	R\$ 0,00
					158517264402017NE801573	158517264402017NE801573	R\$ 0,00
					158517264402017NE801574	158517264402017NE801574	R\$ 0,00
					158517264402017NE801913	158517264402017NE801913	R\$ 546,00
					158517264402017NE801914	158517264402017NE801914	R\$ 477,93
			33903025	material p/ manutenção de bens móveis	158517264402017NE801589	158517264402017NE801589	R\$ 0,00
					158517264402017NE801590	158517264402017NE801590	R\$ 0,00
					158517264402017NE801912	158517264402017NE801912	R\$ 657,02
					158517264402017NE801570	158517264402017NE801570	R\$ 0,00
33903035	material laboratorial	158517264402017NE801911	158517264402017NE801911	R\$ 889,00			
23205004019201781	3	outras despesas correntes	33903025	material p/ manutenção de bens moveis	158517264402017NE801667	158517264402017NE801667	R\$ 450,00
23205004024201793	3	outras despesas correntes	33903957	serviços técnicos profissionais de T.I.	158517264402017NE801815	158517264402017NE801815	R\$ 1.138,80
23205004067201779	3	outras despesas correntes	33903024	material p/ manut.de bens imóveis/instalações	158517264402017NE801837	158517264402017NE801837	R\$ 0,00
					158517264402017NE801838	158517264402017NE801838	R\$ 1.920,00
					158517264402017NE801842	158517264402017NE801842	R\$ 315,00
					158517264402017NE801872	158517264402017NE801872	R\$ 2.555,00
23205004068201713	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imóveis	158517264402017NE801821	158517264402017NE801821	R\$ 6.081,70
23205004074201771	3	outras despesas correntes	33903035	material laboratorial	158517264402017NE801830	158517264402017NE801830	R\$ 592,00
					158517264402017NE801836	158517264402017NE801836	R\$ 864,00
			33903040	material biológico	158517264402017NE801820	158517264402017NE801820	R\$ 348,30
					158517264402017NE801829	158517264402017NE801829	R\$ 368,84
					158517264402017NE801835	158517264402017NE801835	R\$ 2.317,00
23205004085201751	3	outras despesas correntes	33903958	serviços de telecomunicações	158517264402017NE801814	158517264402017NE801814	R\$ 1.558,80
23205004131201711	4	investimentos	44905192	instalações	158517264402017NE801960	158517264402017NE801960	R\$ 1.236,50
23205004133201719	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imóveis	158517264402017NE801917	158517264402017NE801917	R\$ 7.000,00
23205004172201716	3	outras despesas correntes	33903979	serv. de apoio admin., tecnico e operacional	158517264402017NE802048	158517264402017NE802048	R\$ 210.000,00

23205004181201707	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imóveis	158517264402017NE802099	158517264402017NE802099	R\$ 14.997,50
23205004186201721	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imóveis	158517264402017NE802009	158517264402017NE802009	R\$ 3.347,50
23205004193201723	3	outras despesas correntes	33903978	limpeza e conservação	158517264402017NE802015	158517264402017NE802015	R\$ 350,00
23205004204201775	3	outras despesas correntes	33903916	manutenção e conserv. de bens imóveis	158517264402017NE802034	158517264402017NE802034	R\$ 670,00
23205004235201726	3	outras despesas correntes	33903031	sementes, mudas de plantas e insumos	158517264402017NE802093 158517264402017NE802145	158517264402017NE802093 158517264402017NE802145	R\$ 2.484,00 R\$ 2.543,00
23205004290201716	3	outras despesas correntes	33903963	serviços gráficos e editoriais	158517264402017NE802124	158517264402017NE802124	R\$ 2.673,10
23205004422201718	3	outras despesas correntes	33903978	limpeza e conservação	158517264402017NE802282 158517264402017NE802283 158517264402017NE802284	158517264402017NE802282 158517264402017NE802283 158517264402017NE802284	R\$ 814,80 R\$ 1.980,00 R\$ 630,00
23205003146201681	3	outras despesas correntes	33903701	apoio administrativo, técnico e operacional	158517264402017NE800045 158517264402017NE800068 158517264402017NE800069 158517264402017NE800070 158517264402017NE800127 158517264402017NE800128 158517264402017NE800130 158517264402017NE800131 158517264402017NE800132 158517264402017NE800133 158517264402017NE800969 158517264402017NE800970 158517264402017NE800971 158517264402017NE800973 158517264402017NE800975 158517264402017NE800976	158517264402017NE800045 158517264402017NE800068 158517264402017NE800069 158517264402017NE800070 158517264402017NE800127 158517264402017NE800128 158517264402017NE800130 158517264402017NE800131 158517264402017NE800132 158517264402017NE800133 158517264402017NE800969 158517264402017NE800970 158517264402017NE800971 158517264402017NE800973 158517264402017NE800975 158517264402017NE800976	R\$ 949.403,95 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 600.786,43 R\$ 1.196.646,64 R\$ 957.269,92 R\$ 1.175.103,28 R\$ 380.437,36 R\$ 1.016.789,60 R\$ 120.000,00 R\$ 658.000,00 R\$ 295.815,00 R\$ 563.677,00 R\$ 207.350,00 R\$ 783.748,00
23205004831201625	3	outras despesas correntes	33903979	serv. de apoio admin., técnico e operacional	158517264402017NE800228 158517264402017NE800572	158517264402017NE800228 158517264402017NE800572	R\$ 75.472,00 R\$ 5.008,28
23205004961201668	3	outras despesas correntes	33903905	serviços técnicos profissionais	158517264402017NE800184	158517264402017NE800184	R\$ 175,32
23205004286201677	3	outras despesas correntes	33903007	gêneros de alimentação	158517264402017NE800457	158517264402017NE800457	R\$ 1,86
23205003887201662	3	outras despesas correntes	33903948	serviço de seleção e treinamento	158517264402017NE800169	158517264402017NE800169	R\$ 29.205,00
23205002104201623	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800263	158517264402017NE800263	R\$ 254.447,68
23205001368201589	3	outras despesas correntes	33903950	serv.médico-hospital,odontol.e laboratoriais	158517264402017NE801045	158517264402017NE801045	R\$ 729,60
23205002471201546	3	outras despesas correntes	33903703	vigilância ostensiva	158517264402017NE800036	158517264402017NE800036	R\$ 1.391.821,77
23205004307201573	4	investimentos	44905208	apar.equip.utens.med.,odont.,labor.hospit.	158517264402017NE801668	158517264402017NE801668	R\$ 194.193,66
23205004507201526	3	outras despesas correntes	33903979	serv. de apoio admin., técnico e operacional	158517264402017NE802047	158517264402017NE802047	R\$ 182.842,50
23205002471201546	3	outras despesas correntes	33903703	vigilância ostensiva	158517264402017NE800036	158517264402017NE800036	R\$ 92.000,00
23205000308201331	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800002 158517264402017NE800009	158517264402017NE800002 158517264402017NE800009	R\$ 6.000,00 R\$ 5.074,32
23205000219201394	3	outras despesas correntes	33903943	serviços de energia elétrica	158517264402017NE800075	158517264402017NE800075	R\$ 59.000,00
23205000259201336	3	outras despesas	33903943	serviços de energia	158517264402017NE800071	158517264402017NE800071	R\$ 0,00

		correntes		elétrica	158517264402017NE800073	158517264402017NE800073	R\$ 995.000,00
					158517264402017NE800074	158517264402017NE800074	R\$ 1.026.000,00
23205000262201350	3	outras despesas correntes	33903943	serviços de energia elétrica	158517264402017NE800061	158517264402017NE800061	R\$ 0,00
					158517264402017NE800063	158517264402017NE800063	R\$ 669.596,04
					158517264402017NE800064	158517264402017NE800064	R\$ 474.994,03
23205000308201331	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800009	158517264402017NE800009	R\$ 32.540,42
23205004694201330	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800078	158517264402017NE800078	R\$ 285.034,00
2320500908021263	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800099	158517264402017NE800099	R\$ 134.000,00
					158517264402017NE800100	158517264402017NE800100	R\$ 6.000,00
23205000898420119	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800079	158517264402017NE800079	R\$ 148.264,99
23205004717201144	3	outras despesas correntes	33903943	serviços de energia elétrica	158517264402017NE800076	158517264402017NE800076	R\$ 1.570.000,00
					158517264402017NE800077	158517264402017NE800077	R\$ 110.000,00
23205000884201081	3	outras despesas correntes	33903910	locação de imóveis	158517264402017NE800044	158517264402017NE800044	R\$ 1.170.000,00
23205.000262201350	3	outras despesas correntes	33903943	serviços de energia elétrica	158517264402017NE800064	158517264402017NE800064	R\$ 200.000,00
							<b>R\$ 18.840.287,99</b>

Fonte: PROPLAN/DORC/UFGS/ 2018

**Quadro 23 – Despesas por grupo e elemento de despesa**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1.Despesas de Pessoal								
Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	139.356.560,42	118.697.862,76	139.356.560,42	118.697.862,76	-	-	139.356.560,42	112.032.245,19
Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentária	29.280.848,43	24.904.885,38	29.280.848,43	24.904.885,38	-	-	29.280.848,43	24.904.885,38
Contratação por Tempo Determinado	5.407.855,38	4.862.738,79	5.407.855,38	4.862.738,79	-	-	5.407.855,38	4.411.300,11
Demais elementos do grupo	1.879.786,60	1.462.743,26	1.879.786,60	1.462.743,26	-	-	1.879.786,60	1.315.393,15
3.Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	14.943.043,34	13.498.771,55	7.987.250,72	6.935.200,19	6.955.792,62	6.563.571,36	7.987.250,72	6.890.200,19
Locação de Mão de Obra	17.009.208,26	11.150.760,98	10.265.240,71	9.247.086,04	6.743.967,55	1.903.674,94	10.265.240,71	9.247.086,04
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	11.535.853,29	9.867.368,94	11.535.853,29	9.867.368,94	-	-	11.535.853,29	9.018.109,29
Demais elementos do grupo	25.884.432,35	25.983.700,51	24.946.644,30	24.876.196,87	937.788,05	1.107.503,64	24.946.644,30	24.598.091,38
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4.Investimentos								
Obras e Instalações	8.129.449,41	22.181.762,49	2.105.009,85	5.167.884,13	6.024.439,56	17.013.878,36	2.105.009,85	5.167.884,13
Equipamentos e Material Permanente	3.926.249,37	6.420.817,12	1.329.680,46	351.503,31	2.596.568,91	6.069.313,81	1.329.680,46	351.503,31
Outros Serviços de Terceiros - PJ	-	738.695,69	-	72.822,03	-	665.873,66	-	72.822,03

Fonte: DORC/UFFS, 2018

Percebe-se que houve aumento na despesa empenhada em Locação de mão de obra e Outros serviços de terceiros, entretanto nota-se que os restos a pagar não processados de Locação de mão de obra também aumentaram, montantes que serão utilizados nos primeiros meses deste ano. Quanto as despesas de capital percebe-se uma redução nas despesas empenhadas. Sendo que tanto despesas correntes como despesas de capital foram afetadas devido ao contingenciamento e incerteza de liberação de limites que só foram liberados nos últimos meses de 2017.

#### 4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

**Quadro 24 – Concessão de Suprimento de Fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2017	158517	UFFS	8	R\$ 6.400,00	R\$ 800,00
2016	158517	UFFS	12	R\$ 9.600,00	R\$ 800,00

Fonte: DORC/UFFS, 2018

**Quadro 25 – Utilização de Suprimento de Fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal		Total
			Fatura		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor das Faturas	
2017	158517	UFFS	6	R\$ 1.431,50	R\$ 1.431,50
2016	158517	UFFS	7	R\$ 1.331,33	R\$ 1.331,33

Fonte: DORC/UFFS, 2018

**Quadro 26 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do gasto		
Código	Nome ou sigla	Elemento de Despesa	Subitem de despesa	Total
158517	UFFS	339030 - Material de Consumo	07 – Gêneros de alimentação	R\$ 385,00
			24 – Material para manutenção de bens imóveis e instalações	R\$ 586,50
			26 – Material elétrico e eletrônico	R\$ 227,00
			35 – Material laboratorial	R\$ 33,00
		339039 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	12 – Locação de máquinas e equipamentos	R\$ 200,00

Fonte: DORC/UFFS, 2018

## Análise Crítica Suprimento de Fundos

Este tópico visa proporcionar uma visão gerencial relativa às concessões de suprimento de fundos pela UFFS, por meio dos instrumentos de que dispõe, bem como sobre a gestão de utilização dos recursos.

Quanto às modalidades, a UFFS não utiliza a modalidade conta tipo B e tampouco faz uso de CPGF na modalidade Saque. Portanto, a concessão de suprimento de fundos ocorre exclusivamente por intermédio de CPGF na modalidade Fatura.

## Concessão

Analisando o quadro 24, observa-se que houve uma diminuição de 04 (quatro) unidades na quantidade total de concessões de suprimentos de fundos, o que representa uma redução de 33,3%. Já o montante total concedido reduziu R\$ 3.200,00 em relação ao ano imediatamente anterior. Isto traduz uma maior eficácia na gestão de compras e suprimentos de materiais da UFFS.

## Utilização

Com base no quadro 25, nota-se que o valor total utilizado a título de suprimento de fundos aumentou em R\$ 100,17, o equivalente a 7,52% em comparação com 2016. Apesar do pequeno aumento ocorrido, houve a diminuição no número de concessões de suprimento de fundos, confirmando a boa gestão de compras da UFFS. É notório também a melhoria na efetiva utilização dos suprimentos de fundos concedidos: dos 08 (oito) processos de suprimentos concedidos em 2017, apenas 02 (dois) não foram utilizados, uma melhoria considerável comparativamente a utilização de 2016. Ademais, todos os suprimentos de fundos foram utilizados na modalidade de Fatura pelo CPGF.

## Classificação

O quadro 26 informa a classificação dos tipos de despesas realizadas, evidenciando cada elemento e subitem de despesa. Do montante gasto no ano de 2017 com suprimento de fundos, as despesas com material de consumo representam 86,03%, enquanto que o restante do gasto (13,97%) se refere a despesas com serviços de terceiros pessoa jurídica. O subitem de despesa



“material para manutenção de bens imóveis e instalações” possui o maior montante de gastos; em sentido oposto, o subitem “material laboratorial” contém o menor quantitativo de gasto no ano.

### Outras considerações

Quanto aos controles internos para assegurar a conformidade de concessão e utilização dos gastos com suprimento de fundos, a UFFS faz uso de Formulários de Solicitação de Concessão, de Proposta de Concessão, de Requisição de aquisição/contratação, de Aquisição/Contratação e de Prestação de Contas, os quais possibilitam a formalização e padronização de todo o processo de suprimento de fundos.

Também é utilizada a função “Cartão” no Auto Atendimento do Setor Público (AASP) no sítio eletrônico do Banco do Brasil. Esta função permite controlar todas as concessões, limites a utilizar e gastos efetuados mensalmente, detalhando os valores por agente suprido.

Além disso, manuais e formulários relativos a Suprimento de Fundos e a Cartão de Pagamentos do Governo Federal estão disponibilizados no sítio eletrônico da UFFS, visando orientar os agentes supridos nas aquisições por Suprimento de Fundos.

A UFFS elabora um relatório interno para controle das concessões de suprimento de fundos; assim, o setor responsável efetua o acompanhamento tempestivo e individual das concessões, controlando os valores de concessão e utilização, os prazos e a situação individual de cada processo.

Por fim, todos os processos de suprimento de fundos concedidos no ano de 2017 tiveram suas prestações de contas apresentadas e apreciadas, sendo que todos foram aprovados pelo ordenador de despesas da UFFS e encontram-se devidamente encerrados.

---

## 4.4 Desempenho Operacional

---

A Universidade Federal da Fronteira Sul, desde sua implantação, desenvolve ações para a consolidação da Graduação, da Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. Em 2017, oitavo ano de atividade, a UFFS estava com 8.370 alunos matriculados na Graduação, distribuídos em 44 cursos nos seis diferentes *campi*, desse total foram formados 749 novos profissionais de nível superior.

Os alunos da UFFS, ao longo de sua trajetória, contaram com diversas bolsas e auxílios, sejam elas relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica ou para o desenvolvimento de atividades como monitoria, iniciação científica, tutoria indígena, extensão, cultura entre outras.

Em 2017, foram atendidos 4.096 alunos em vulnerabilidade socioeconômica, os quais receberam 11.826 bolsas e auxílios, geridos pela PROAE. Sendo os recursos para esses benefícios, provenientes exclusivamente do orçamento da Assistência Estudantil. O total de bolsas e auxílios ficou assim distribuído: 3.232 auxílios-alimentação, 2.383 auxílios-transporte, 2.298 auxílios-moradia e 370 auxílios permanência. Além dos auxílios supracitados, em 2017 foram servidas em média 2.000 refeições/dia nos Restaurantes Universitários, sendo que cerca de 25% dos recursos empregados em subsídio para estas refeições provieram do PNAES. Salienta-se que alguns acadêmicos podem ser beneficiários de mais de um auxílio ou bolsa.

Também, em 2017 foram concedidas 1.076 Bolsas para a Graduação, incluindo: Monitoria, Acessibilidade e Bolsas provenientes de Editais Internos e Externos, geridos pela PROGRAD. Nas ações de Pesquisa e Pós-Graduação foram concedidas 56 Bolsas, geridas pela PROPEPG. Nas ações de Extensão e Cultura, a PROEC geriu 7 Bolsas de Extensão e 25 Bolsas de Cultura. Tais números demonstram o esforço organizacional para atender satisfatoriamente as necessidades dos estudantes.

No que tange à qualidade dos cursos, quando a primeira turma do curso cumpre 50% da matriz curricular, a Instituição deve solicitar seu Reconhecimento, ou seja, a avaliação "in loco", por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para Renovação de Ato Autorizativo. Nesse processo, são avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura da universidade. Até 2017, dos 44 cursos de

graduação da UFFS, 41 foram avaliados. Destes, 3 obtiveram Conceito de Curso - CC 5 - classificados como excelente, 34 obtiveram CC 4 - classificados como muito bom e 4 com CC 3 - classificados como suficiente.

Uma nova avaliação é feita, de acordo com o Ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a cada três anos, observando os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) em que é calculado o Conceito Preliminar de Curso (CPC). Em 2014, tivemos os primeiros CPCs divulgados sendo que 2 cursos obtiveram CPC 5 - excelente, 11 cursos CPC 4 - muito bom e 2 cursos CPC 3 - suficiente. O Índice Geral de Cursos (IGC) da UFFS no ano de 2014 foi nota 4. Em 2015, dos cursos que tiveram os CPCs divulgados 2 cursos obtiveram CPC 4 - muito bom e 1 cursos CPC 3 - suficiente. O Índice Geral de Cursos (IGC) da UFFS no ano de 2015 permaneceu com nota 4. Em 2016, 7 cursos tiveram os CPCs divulgados todos com CPC 4 - muito bom. Da mesma forma, o Índice Geral de Cursos (IGC) da UFFS no ano de 2016 foi nota 4.

Sobre as Pós-Graduações, são ofertadas vagas em Cursos *Stricto Sensu*, sendo dois cursos de Doutorado Interinstitucional e doze cursos *Stricto Sensu* (Mestrados), além de 43 Cursos de Residência Médica e 28 cursos de Especialização *Lato Sensu*. Com relação à pesquisa, em 2017 estavam em andamento 438 projetos, sendo que diversos deles obtiveram apoio financeiro de editais externos. Também em 2017 estavam em andamento 174 projetos de extensão, 41 programas de extensão e 40 projetos de cultura, que contavam com o envolvimento de docentes, discentes e técnico-administrativos.

Contudo, é relevante destacar que mais não pôde ser feito em 2017 em função dos cortes orçamentários executados pelo Governo Federal. Editais previstos tiveram que se adequar a nova conjuntura orçamentária, bem como algumas ações não tiveram novos projetos, entre elas a Ação 20RJ.

#### **4.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

Na UFFS alguns indicadores são considerados estratégicos para a instituição e precisam estar alinhados aos objetivos, metas e ações constantes no PDI, PPA e Planos Anuais. Até 2015, a

instituição fazia uso dos indicadores exigidos pelo TCU na Decisão Normativa nº 408/2002.

Em 2016, foi elaborado um rol de 21 indicadores a serem monitorados. Além dos indicadores do TCU, foram incluídos outros indicadores institucionais. Cada indicador escolhido foi classificado de acordo com os níveis: eficiência, eficácia e efetividade. No painel de indicadores da UFFS foram elencados: 5 indicadores de efetividade; 9 indicadores de eficácia e 7 indicadores de eficiência.

A metodologia escolhida para o monitoramento dos indicadores na UFFS foi o *Balanced Scorecard* (BSC). Os indicadores foram classificados sob quatro perspectivas: sociedade, aprendizado e crescimento, processos internos e orçamento. Foi possível correlacionar essas perspectivas às dimensões do SINAES (Organização Institucional, Corpo Docente e Instalações) e aos Objetivos Institucionais, constantes no PDI. Para se monitorar efetivamente os indicadores, foram escolhidos os mais relevantes, que estivessem alinhados à missão da UFFS. Nesse rol, foram incluídos os indicadores do TCU, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o desempenho de estudantes, obtido a partir dos resultados do Enade, que são indicadores utilizados pelo MEC/INEP.

As etapas para construção do painel de indicadores foram feitas de forma colaborativa, conforme descritas a seguir:

Etapa 1 – Definição da Arquitetura de Indicadores;

Etapa 2 – Análise dos Objetivos Institucionais;

Etapa 3 – Elaboração do Mapa Estratégico da UFFS e construção do painel de indicadores.

O quadro 27 apresenta o painel dos indicadores balanceados e monitorados em 2016 e 2017 e no quadro 28 são apresentados os resultados obtidos.

**Quadro 27-** Painel de Indicadores Balanceados e Monitorados- UFFS


BSC- Perspectivas	Dimensões do Sinaes (a numeração corresponde à classificada pelo INEP)	PDI/PPA – Objetivos Gerais	Indicadores	Nível	Utilização	Informações
<p><b>Sociedade</b></p> <p><i>Para realizar a nossa missão como devemos parecer à comunidade interna e externa?</i></p>	<p>1. Missão e PDI.</p> <p>2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.</p> <p>3. Responsabilidade Social da IES</p> <p>4. Comunicação com a sociedade.</p> <p>8. Planejamento de avaliação.</p>	1. Desenvolvimento do Ensino de Graduação.	1.Grau de Participação Estudantil		TCU	PROGRAD
		2. Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu.	2.Grau de Envolvimento (Discente) com a Pós-Graduação		TCU	PROPEPG
		3. Desenvolvimento da Pós-Graduação Lato Sensu.	3. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação		TCU	PROPEPG
		4. Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação.	4.Taxa de Sucesso na Graduação		TCU	PROGRAD
		5. Fortalecimento da Produção Científica e Tecnológica Institucionais.	5.Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição		INEP	PEI
		6. Desenvolvimento da Extensão.	6. Grau de Participação de Bolsistas e Voluntários		Institucional	PROGRAD/ PROPEPG/ PROEC
		7. Desenvolvimento da Cultura.	7. Nível de Satisfação dos Cidadãos Usuários		Institucional	CPA
		13 . Fortalecimento da Divulgação da UFFS.	8. Taxa de alunos envolvidos nos Processos de Internacionalização		Institucional	AAI
		9.Desenvolvimento da Internacionalização.	9.Taxa de Atendimento de alunos com vulnerabilidade Social		Institucional	PROAE
9. Políticas de atendimento aos estudantes.	8. Permanência do Estudante de Graduação.					


<b>Aprendizado e crescimento</b> <i>Para realizar a nossa missão, como mantemos nossa capacidade de mudar, melhorar e inovar?</i>	5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo.	10. Gestão Universitária para Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.	10. Índice de Capacitação de Servidores		SIMEC	PROGESP
			11. Índice de Participação de Servidores em Ações de Saúde e Qualidade de Vida		Institucional	PROGESP
			12. Índice de Qualificação do Corpo Docente		TCU	PROGESP
<b>Processos Internos</b> <i>Para satisfazer à comunidade acadêmica, em que processos devemos ser excelentes?</i>	6. Organização de Gestão da IES.	4. Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação.	13. Grau de Produtividade da Pesquisa Institucional		Institucional	PROGRAD/ PROPEPG
			14. Grau de Envolvimento com a Pesquisa		Institucional	PROPEPG
		10. Gestão Universitária para Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.	15. Índice de Aluno de Graduação em Tempo Integral por Professor Equivalente		TCU	PROGRAD/ PROPEPG/ PROGESP
			16. Índice de Aluno em Tempo Integral por Funcionário Equivalente		TCU	PROGRAD/ PROPEPG/ PROGESP
			17. Índice de Funcionário Equivalente por Professor Equivalente		TCU	PROGRAD/ PROPEPG/ PROGESP
<b>Orçamento</b> <i>Como devemos proceder para alcançarmos a</i>	10. Sustentabilidade financeira.	10. Gestão Universitária para	18. Custo Corrente por aluno equivalente (R\$)		TCU	PROGRAD/ PROPEPG/ PROPLAN
			19. Custo de Investimento por aluno (R\$)		Institucional	PROPLAN


<i>eficiência na utilização dos recursos públicos?</i>		Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.	20. Taxa de Recursos financeiros empenhados x liberados		Institucional	PROPLAN
	7. Infraestrutura física.	11. Manutenção e Adequação da Infraestrutura. 12. Implantação, Expansão e Reestruturação da Infraestrutura.	21. Taxa de Manutenção (predial e móveis) %		Institucional	PROAD

Fonte: PROPLAN/DPLAN/DAES/UFS, 2018

Cada indicador escolhido foi classificado de acordo com os níveis: eficiência, eficácia e efetividades, sendo:

 **Efetividade (azul)**: capacidade de se promover os impactos pretendidos; tem foco nas mudanças permanentes geradas; indica se os objetivos institucionais foram atingidos e ensina a realizar a coisa certa para transformar a situação existente.

 **Eficácia (amarelo)**: capacidade de alcançar a metas definidas para uma ação ou projeto; tem foco nos resultados; indica o que foi feito e ensina a fazer a coisa certa.

 **Eficiência (verde)**: competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; tem foco nos processos; indica como foi feito e ensina a fazer certo a coisa.

Os dados para o monitoramento dos indicadores foram coletados conjuntamente com as solicitações para Indicadores TCU, informações para o Relatório de Gestão e Relatório de Autoavaliação institucional. Os resultados do monitoramento dos indicadores e a avaliação crítica de cada um deles serão publicados no link: <  
<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/apresentacao>



**Quadro 28-** Resultados dos Indicadores Institucionais

Nº Indicador	Nome do indicador	Nível	Mede	Fórmula de Cálculo	2016	2017
1	Grau de Participação Estudantil	Efetividade	Grau de utilização da capacidade instalada na instituição pelos alunos e também a velocidade de integralização curricular, principalmente nas IFEs que mantêm uma produção científica. Quanto maior, melhor.	AGTI (aluno graduação tempo-integral)/número total de alunos efetivamente matriculados na graduação	0,68	0,61
2	Grau de Envolvimento (Discente) com a Pós-Graduação	Eficácia	Grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação, expressando-se através da relação entre o número de alunos vinculados a programas de mestrado e doutorado e o número total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação. Quanto maior, melhor.	Número de alunos de mestrado e doutorado/ (número total de alunos regularmente matriculados na graduação + e número total de alunos na pós-graduação).	0,02	0,04
3	Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	Efetividade	Qualidade dos Cursos de Pós-Graduação. Quanto maior, melhor.	Conceito da última avaliação realizada pela CAPES, cujos valores variam de 1 a 7.	3	3
4	Taxa de Sucesso na Graduação (%)	Efetividade	Calcula a Taxa de Sucesso na Graduação TSG) em percentagem. É um indicador que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes. Quanto maior, melhor.	Número total de diplomados / número total de ingressantes x (100).	32,40%	34,79%
5	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição	Efetividade	É um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior nos cursos de graduação e pós- graduação (os índices vão de 1 a 5). Quanto maior, melhor.	Calculado pela CAPES (de 2015). (Índice divulgado em 9 de março de 2017 do site da UFFS)	4	4
6	Grau de Participação de Bolsistas e Voluntários	Eficácia	Participação de alunos de graduação bolsistas e voluntários em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Quanto maior o valor	GPBV = $(\sum \text{das bolsas para alunos em projetos aprovados em editais externos}) + (\sum \text{das bolsas para alunos em projetos})$	0,07	0,22

			numérico, maior o envolvimento dos alunos de graduação como bolsistas ou voluntários em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura.	aprovados em editais internos) + ( $\sum$ de alunos voluntários em projetos aprovados em editais internos e externos) / AgTI Número de alunos da graduação em tempo integral.		
7	Nível de satisfação dos cidadãos usuários	Efetividade	Autoavaliação Institucional, segundo a percepção dos professores, alunos e técnico - administrativos em vários quesitos relacionados às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Quanto maior, melhor.	Média geral das notas das respostas válidas considerando professores, alunos e técnicos, a partir do questionário da CPA que avalia diversos itens relacionados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária (as médias poderão ser de 0 a 10).	6,59	7,18
8	Taxa de alunos envolvidos nos processos de internacionalização (%)	Eficácia	Considera o percentual de alunos ativos da UFFS que estão fazendo intercâmbio nacional ou internacional. Quanto maior, melhor.	Nº de alunos de graduação em mobilidade acadêmica (nacional + internacional) / Nº total de alunos de graduação matriculados na UFFS x (100)	0,14%	0,23%
9	Índice de alunos em vulnerabilidade social (%)	Eficácia	Considera-se os alunos em vulnerabilidade atendidos com auxílios socioeconômicos pelo total de alunos matriculados na UFFS. Destaca-se que são considerados os alunos que possuem renda mensal per capita abaixo do valor estipulado pelo IVS da UFFS e não pelo 1,5 salário-mínimo previsto pelo PNAES. Quanto maior, melhor.	Número de alunos em vulnerabilidade social atendidos / Total de alunos matriculados x (100)	45,13%	48,94%
10	Índice de capacitação de servidores (%)	Eficácia	Índice de participação em possibilidade de capacitação por servidores da UFFS. Quanto maior, melhor.	Número de servidores que participaram de Capacitações Internas e Externas + Professores afastados Integralmente e Parcialmente para Stricto Sensu + número de servidores no PLEDUCA / Número Total de Servidores x (100).	31,49%	33,77%
11	Índice de participação de	Eficácia	Índice de participação em ações de saúde e	Total de participações em ações de	69,43%	80,45%

	servidores em ações de saúde e qualidade de vida (%)		qualidade de vida. Quanto maior, melhor.	saúde e qualidade de vida/ total de servidores x (100).		
12	Índice de Qualificação do Corpo Docente	Eficácia	<p>Qualificação do corpo docente da instituição fundamentada na titulação. Quanto mais perto de 5, mais doutores a instituição possui e mais qualificado o corpo docente da UFFS. Aplicado ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação:</p> <p><b>QUALIFICAÇÃO PESO</b>          Docentes doutores (D) 5          Docentes mestres (M) 3          Docentes com especialização (E) 2          Docentes graduados (G) 1</p>	(Número de Doutores x 5 + Número de Mestres x 3 + Número de Especialistas x 2 + Número de Graduados x 1) / Número Total de Professores.	4,26	4,26
13	Grau de Produtividade da Pesquisa Institucional	Eficácia	Constitui um indicador de produtividade dos professores com a pesquisa institucional na UFFS. Quanto maior o valor do indicador maior a produtividade dos professores com projetos aprovados.	$GEP = \frac{(\sum \text{dos Projetos aprovados em Editais Externos à UFFS} \times 4,5) + (\sum \text{dos Projetos aprovados em Editais Internos da UFFS} \times 3,5) + (\sum \text{dos Projetos aprovados em demanda espontânea da UFFS} \times 2)}{(\sum \text{dos Professores participantes de Projetos aprovados em Editais Externos à UFFS} \times 4,5) + (\sum \text{dos Professores participantes de Projetos aprovados em Editais Internos da UFFS} \times 3,5) + (\sum \text{dos Professores participantes de Projetos aprovados em Demanda Espontânea da UFFS} \times 2,5)}$	1,0	1
14	Grau de Envolvimento com a Pesquisa	Eficácia	Constitui um indicador de envolvimento dos professores com a pesquisa institucional da UFFS, mediante a aprovação de projetos de	$GEP = \frac{(\sum \text{dos Projetos aprovados em Editais Externos à UFFS}) + (\sum \text{dos Projetos aprovados em Editais Internos})}{\dots}$	0,7	1,5

			pesquisa nos editais externos, internos e por demanda espontânea.	da UFFS) + ( $\Sigma$ dos Projetos aprovados em demanda espontânea da UFFS) / Número de professores equivalentes na UFFS		
15	Índice de Aluno em Tempo Integral por Professor Equivalente	Eficiência	Produtividade dos docentes da instituição. Quanto maior, melhor.	Aluno em Tempo Integral / N° de Professores Equivalentes	9,63	9,59
16	Índice de Aluno em Tempo Integral por Funcionário Equivalente	Eficiência	Produtividade dos recursos técnico-administrativos da instituição. Quanto maior, melhor	Aluno em Tempo Integral / N° de Funcionários Equivalentes	6,68	7,67
17	Índice de Funcionário Equivalente por Professor Equivalente	Eficiência	Produtividade complementar e quantifica a composição dos recursos humanos, relacionados às atividades-meio e fim da instituição. Quanto maior, melhor.	N° de Funcionários Equivalentes/ N° de Professores Equivalentes	1,40	1,25
18	Custo Corrente por aluno equivalente (R\$)	Eficiência	Despesas correntes por aluno. Quanto menor, melhor.	Custo Corrente / AGE (Alunos Equivalentes da Graduação)+ APGTI (Alunos Tempo Integral - de Pós - Graduação) + ARTI (Alunos Tempo Integral - de Residência)	R\$ 22.961,88	R\$ 24.543,47
19	Custo Investimento por aluno (R\$)	Eficiência	Investimentos não correntes por aluno. Quanto maior, melhor.	Total de investimentos (não correntes)/ Total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação	R\$ 3.645,78	R\$ 1.427,62
20	Taxa de Recursos financeiros empenhados x liberados (%)	Eficiência	Mede o percentual de recursos financeiros liberados em função dos empenhados.	Total de R\$ empenhados/Total de R\$ liberados para a UFFS x (100)	100%	100%
21	Taxa de Manutenção (predial e móveis) (%)	Eficiência	Percentual de gasto com manutenção predial e móveis da UFFS. Quanto menor, melhor.	Total de gastos com Manutenção (predial e móveis)/ Valor Imobilizado (B.P.) x (100)	0,15%	0,14%

Fonte: DPLAN/PROPLAN/UFFS, 2017

No rol dos indicadores apresentados, também estão inclusos alguns dos indicadores de gestão do TCU. Segue a análise crítica dos indicadores:

### **Análise Crítica dos 21 indicadores institucionais apresentados:**

Conforme se observa nos indicadores institucionais, a UFFS vem realizando esforços para melhorar gradativamente a eficácia, efetividade e eficiência. A seguir é apresentada a análise de cada um dos indicadores alcançados em 2017, bem como o comparativo/evolução que eles obtiveram em relação a 2016.

**Indicador 1- Grau de Participação Estudantil** – reflete o grau de utilização da capacidade instalada na instituição pelos alunos e também a velocidade de integralização curricular. Esse indicador resultou em 0,61 no ano de 2017, piorando em relação a 2016 (0,68). Isso representa que está aumentando a retenção dos alunos na UFFS, ou seja, demorando mais tempo para se formarem.

**Indicador 2- Grau de Envolvimento (Discente) com a Pós-Graduação** – reflete o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação. Percebe-se que esse indicador obteve uma melhora significativa em relação ao ano anterior, passando de 0,02 em 2016, para 0,04 em 2017, o percentual de alunos em pós-graduação, em relação ao total de alunos na UFFS, é de 4%.

**Indicador 3- Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação** – refere-se à qualidade dos cursos de Pós-Graduação e, em 2017 a UFFS obteve o resultado 3, mantendo-se no mesmo patamar dos anos anteriores. Embora os cursos de mestrado e doutorado da UFFS terem sido implantados há pouco tempo, considerando que o conceito vai de 1 a 7, esforços precisam ser feitos para melhorar esse índice.

**Indicador 4- Taxa de Sucesso na Graduação** – é um indicador que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes. Percebe-se que este indicador vem crescendo gradativamente ao longo da série histórica da UFFS e isso se refletiu também nos últimos dois anos, em 2016 alcançou 32,40% e em 2017 aumentou para 34,79%.

**Indicador 5- Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição** – é um indicador de qualidade calculado pela CAPES que avalia as instituições de educação superior nos cursos de graduação e pós-graduação. Em 2016 a UFFS recebeu a nota 4, mantendo a mesma média em 2017. A nota 4 é considerada uma boa pontuação, visto que os índices seguem uma escala de 0 a 5. Esse resultado reflete os esforços e investimentos que vem sendo realizados na instituição, visando a busca da excelência nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

**Indicador 6- Grau de Participação de Bolsistas e Voluntários** - este indicador mede a participação de alunos de graduação bolsistas e voluntários em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Quanto maior o resultado do indicador, maior o envolvimento dos alunos de graduação como bolsistas ou voluntários em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Em 2016 esse indicador atingiu o grau 0,07 e em 2017 aumentou para 0,22 e espera-se que esse índice possa continuar aumentando gradativamente com o passar dos anos.

**Indicador 7- Nível de Satisfação dos Cidadãos Usuários** – este indicador reflete a Autoavaliação Institucional, obtido por meio da pesquisa realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que mede a percepção dos professores, alunos e técnico-administrativos em vários quesitos relacionados às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Em 2016 foi atribuída a nota 6,59, de uma escala de 0 a 10 e em 2017, aumentou para 7,18. A melhoria desse indicador reflete os esforços da UFFS em aprimorar a eficiência nos seus processos, visando a satisfação dos usuários.

**Indicador 8- Taxa de Alunos Envolvidos nos Processos de Internacionalização** – este indicador considera o percentual de alunos ativos da UFFS que estão fazendo intercâmbio nacional ou internacional. Obteve-se uma taxa de 0,14% no ano de 2016, resultado considerado baixo, justificado pelos cortes de recursos orçamentários e ao fim do Programa Ciência sem Fronteiras. Em 2017 essa taxa aumentou para 0,23%, com os esforços que vêm sendo feitos com os Programas de Mobilidades Acadêmicas, mediante acordos de cooperação firmados pela UFFS com instituições estrangeiras, mediante acordos de cooperação acadêmica, científica e cultural.

**Indicador 9-Taxa de Atendimento de Alunos com Vulnerabilidade Social** – este indicador mede o percentual de alunos, considerados em vulnerabilidade social pela UFFS, e que foram atendidos com auxílios socioeconômicos pelo total de alunos efetivamente matriculados. Esses auxílios se destinam ao custeio das despesas relativas à alimentação, transporte, moradia e demais ações do PNAES. Em 2016 esse indicador resultou em 45,13%, em 2017 aumentou para 48,94%, o que significa que quase metade dos alunos matriculados recebem algum tipo de auxílio.

**Indicador 10- Índice de Capacitação de Servidores** – este indicador mede o número de servidores que participaram de capacitações internas e externas, inclusive os afastamentos e as concessões de horas para cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, para docentes e técnico-administrativos. Em 2016 o percentual de servidores capacitados foi de 31,49% e em 2017 aumentou para 36,77%. Isso demonstra os esforços realizados pela UFFS para a valorização e qualificação dos servidores.

**Indicador 11- Índice de Participação de Servidores em Ações de Saúde e Qualidade de Vida** – neste indicador são inclusos os exames periódicos, as palestras, os cursos, as oficinas e demais atividades que visem à saúde e qualidade de vida dos servidores. Em 2016 ficou a taxa resultou em 69,43% e em 2017 aumentou para 80,45%, considerado um excelente resultado, visto que boa parte dos servidores foram beneficiados com essas ações.

**Indicador 12- Índice de Qualificação do Corpo Docente** – este indicador reflete a qualificação do corpo docente da instituição, fundamentada na titulação; quanto mais perto de 5, significa que mais doutores a instituição possui e mais qualificado o corpo docente da UFFS. No ano de 2016 resultou em 4,26 e em 2017 se manteve igual, o que representam um excelente resultado. Tal resultado é explicado pela adoção de ações institucionais, tais como a política de pessoal que incentiva o corpo docente à qualificação, elevando o número de doutores e a priorização de seleção para o cargo de docente adjunto, que exige dos candidatos a titulação de doutor.

**Indicador 13- Grau de Produtividade com a Pesquisa Institucional** – é um indicador de produtividade dos professores com a pesquisa institucional na UFFS. Quanto maior o valor do indicador maior a produtividade dos professores com projetos aprovados. Esse resultado significa que para cada professor que participa dos editais de pesquisa há um projeto aprovado. Em 2017 esse indicador atingiu o grau 1,0, mantendo-se igual ao de 2016.

**Indicador 14- Grau de Envolvimento com a Pesquisa** – é um indicador de envolvimento dos professores com a pesquisa institucional da UFFS, mediante a aprovação de projetos de pesquisa nos editais externos, internos e por demanda espontânea. Em 2016 esse indicador atingiu o grau 0,7, ou seja, existe mais professores equivalentes do que projetos de pesquisa aprovados em editais. Em 2017 aumentou consideravelmente para 1,5 (praticamente dobrou).

**Indicador 15- Índice de Aluno em Tempo Integral por Professor Equivalente** – este indicador mede o número de discentes por docentes da instituição. Em 2017 resultou em 9,59, menor que o indicador apresentado em 2016 (9,63). O resultado representa que havia mais alunos por professor na UFFS em 2016 do que em 2017, ou seja, a UFFS perdeu alunos na proporção por docentes.

**Indicador 16- Índice de Aluno em Tempo Integral por Funcionário Equivalente** – este indicador reflete a produtividade dos técnico-administrativos da instituição. Em 2014 resultou em 4,73 e obteve um aumento em 2015 para 6,06. Em 2016 esse indicador elevou-se para 6,86 e em 2017 para 7,67. Esse aumento pode ser explicado pela tendência consolidada na UFFS de elevação substantiva do número de vagas na graduação e dos alunos matriculados em cursos desse nível de ensino, bem como nos esforços para redução de custos com servidores terceirizados.

**Indicador 17- Índice de Funcionário Equivalente por Professor Equivalente** – este indicador reflete a relação de produtividade comparada entre atividades fins e meio, ou seja, o número de funcionários técnicos e terceirizados necessários para suportar o número de atividades fins produzidas pelos docentes. O citado indicador resultou 1,40 em 2016, reduzindo em 2017 para 1,25, sendo o melhor índice da série histórica de 2012 a 2017, pois quanto menos funcionários para



executar as atividades burocráticas/administrativas em relação as atividades fins melhor.

**Indicador 18- Custo Corrente por Aluno** – Este indicador quantifica as despesas correntes por aluno. Na UFFS houve uma redução gradativa de 2013 até 2016. No ano anterior (2016), a UFFS atingiu o custo de R\$ 22.961,88 por aluno e em 2017 aumentou para R\$ 24.543,47. Deve-se destacar o esforço recente da UFFS para melhorar substancialmente a qualidade do gasto e se adequar aos contingenciamentos estipulados pelo MEC e MPOG. Contudo, com a finalização da construção de diversos blocos e estruturas é necessário recursos de custeio para mantê-los. Além disso, o aumento no número de docentes e técnicos geram maiores gastos com folha de pagamento.

**Indicador 19- Custo Investimento por Aluno** – este indicador quantifica os investimentos não-correntes por aluno, ou seja, demonstra em média o quanto (R\$) para cada aluno matriculado na graduação e pós-graduação foi investido em infraestrutura e equipamentos. Em 2016 resultou em R\$ 3.645,78 e em 2017 foi de R\$ 1.427,62. A diminuição desse valor ao longo do tempo reflete uma tendência natural, tendo em vista a finalização do processo de implantação da UFFS.

**Indicador 20- Taxa de Recursos Financeiros Empenhados e Liberados** - Mede o percentual de recursos financeiros discricionários liberados em função dos empenhados. Em 2016, foram empenhados e liberados R\$ 64.358.820,47 (2016) e em 2017 (R\$ 54.821.540,97), nos dois anos consecutivos essa taxa resultou em 100%.

**Indicador 21- Taxa de Manutenção (predial e móveis)** – este indicador calcula o percentual de gasto com manutenção predial e móveis da UFFS. O indicador em 2016 resultou em 0,15%, ou seja para cada R\$ 100,00 imobilizado a UFFS gastou, R\$ 0,15 com manutenções. Em 2017, o indicador reduziu um pouco para 0,14%.

#### 4.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

**Quadro 29 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002**

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	230.816.677,81	211.069.937,39	188.734.731,33	161.560.541,20	128.358.873,68	91.970.691,4
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	230.816.677,81	211.069.937,39	188.734.731,33	161.560.541,20	128.358.873,68	91.970.691,4
Número de Professores Equivalentes	666	641,50	525	584,5	547	435
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	833	899,47	908,25	933,15	836,1	742,5
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	833	899,47	908,25	933,15	836,1	742,5
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	8.370	7.897	6.688	6.561	6.447	4.441
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	340	151	278	105	50	13
Alunos de Residência Médica (AR)	306	262	187	159	0	0
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	8.057,31	8.532,19	6.632,80	5.696,46	3.475,875	3.839,12
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5.096,99	5.348,70	4.575,12	3.822,04	2.338,25	2.691
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	680	302	556	210	100	26
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	612	524	374	318	0	0

Fonte: DPLAN/PROPLAN/UFFS, 2018

**Quadro 30 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002**

<b>Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P</b>	<b>EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	24.543,47	22.554,57	24.955,63	25.955,75	35.895,79	23.795,01
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	24.543,47	22.554,57	24.955,63	25.955,75	35.895,79	23.795,01
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	9,59	9,63	10,49	7,54	4,46	6,25
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,67	6,86	6,06	4,73	2,92	3,66
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,67	6,86	6,06	4,73	2,92	3,66
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,25	1,40	1,73	1,60	1,53	1,71
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,25	1,40	1,73	1,60	1,53	1,71
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,61	0,68	0,68	0,59	0,36	0,61
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,04	0,02	0,04	0,01	0,0077	0,0029
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3	3	3	3	3	3
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,26	4,26	4,12	4,07	3,97	4,01
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	34,79%	32,40	25,06	13,00	0	0

Fonte: DPLAN/PROPLAN/UFGS, 2018

### **Análise Crítica:**

Avaliação dos indicadores permite concluir que a Universidade Federal da Fronteira Sul conseguiu aumentar em 167,62% a Taxa de Sucesso na Graduação, saindo de 13% em 2014 para 34,79% em 2017. Essa efetividade na formação de alunos foi alcançada combinada com aumento da eficiência na gestão administrativa, pois houve redução no custo corrente por aluno equivalente. Embora esse custo tenha apresentado um leve aumento entre 2016 e 2017, quando avaliado o histórico o indicador caiu 31,62% em quatro anos, saindo de R\$ 35.895,79 em 2013 para R\$ 24.543,47 em 2017. Destaca-se também o aumento no número de alunos regularmente matriculados na graduação, que em 2013 eram 6.447 e em 2017 totalizou 8.370, ou seja, um aumento de 29,82%.

---

## **4.5 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos**

---

Não houve ocorrências.

## **5 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

---

A seguir apresenta-se as estruturas de governança da UFFS, a atuação da unidade de auditoria interna, as atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, bem como a gestão de riscos e controles internos em implantação na UFFS.

---

### **5.1 Descrição das estruturas de governança**

---

Estão descritas neste subitem as instâncias internas e externas, que compõe a estrutura de governança da UFFS, bem como as principais responsabilidades que compete a cada uma.

#### **Procuradoria Federal/Coordenação Geral de Consultoria Jurídica**

Prestar consultoria jurídica à UFFS, bem como assessorar as suas autoridades no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados (conforme art. 11 da LC nº 73/93). Atua junto com a direção central da UFFS, opinando acerca do cumprimento das regras e princípios jurídicos, de forma comprometida com a eficiência, visando evitar o risco (antecipando as consequências jurídicas) ou alertando sobre a sua existência. Analisa a legalidade, exarando pareceres, em procedimentos licitatórios, procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos que visam formalizar convênios, acordos de cooperação técnica, protocolos de intenção e outros instrumentos congêneres, procedimentos de acompanhamento de execução contratual e procedimentos disciplinares. Analisa a legalidade de atos de pessoal (servidor público) e de normas internas da UFFS. Presta assessoramento às autoridades da Instituição, minutando respostas em processos de mandado de segurança e inquéritos junto ao Ministério Público Federal. Representa judicial e extrajudicialmente a UFFS em processos judiciais e extrajudiciais, bem como presta subsídios, para a adequada defesa judicial da universidade, aos demais órgãos da

Procuradoria-Geral Federal que a representam nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A base legal da Procuradoria Federal encontra-se na Constituição Federal, na Medida Provisória nº 2.229-43 de 2001, na Lei Complementar nº 73 de 1993, na Lei nº 10.480 de 2002, na Lei nº 8.666 de 1993 e na Portaria 270/GR/UFGS/2014.

### **Auditoria Interna (AUDIN)**

A Unidade de Auditoria Interna tem por finalidade controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito da UFGS e apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional, com o objetivo de contribuir para: a regularidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade; a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados, dentre outros, os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, legitimidade e economicidade; o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles orçamentários, financeiros, patrimoniais e de pessoal da Instituição; o aperfeiçoamento dos controles internos através de orientações de alteração nas estruturas, sistemas e métodos e regulamentação dos órgãos da UFGS, quando diagnosticadas deficiências ou desvios. De forma a orientar para a legalidade e a legitimidade dos atos e o alcance dos resultados quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade da gestão, compete à Unidade de Auditoria Interna: realizar auditoria obedecendo ao Plano Anual de atividades de Auditoria Interna, que será previamente elaborado e aprovado nos termos da legislação vigente; elaborar relatórios prévios e finais de auditorias realizadas, assinalando eventuais falhas encontradas para fornecer subsídios necessários à tomada de decisão; propor a apuração de responsabilidade quando da ocorrência de possíveis indícios e evidências de irregularidade; sugerir propostas de aperfeiçoamento das normas e procedimentos de controles internos adotados, com o objetivo de melhor avaliar o desempenho das unidades auditadas; apoiar a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União no exercício de sua missão institucional; apresentar sugestões e colaborar na sistematização, padronização e simplificação de normas e procedimentos operacionais de interesse da Instituição; propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações da entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito da organização; alinhar a atuação da AUDIN com os riscos

estratégicos, operacionais, de conformidade e financeiros da instituição; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), bem como o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), de acordo com a legislação vigente. A base legal da AUDIN é o Estatuto e Regimento Geral da UFFS, Regimento Interno da AUDIN, Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000, Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017 – Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

### **Conselho Universitário (CONSUNI)**

Fixar normas e deliberar sobre: Políticas gerais e planos globais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão da universidade; Planejamento anual, diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária e prestação de contas da universidade; Criação e modificação de *campi* universitários e demais órgãos; Política patrimonial e urbanística dos *campi*, aprovando a variação patrimonial: aquisição, construção e alienação de bens imóveis; Recrutamento, seleção, admissão, regime de trabalho, remoção e dispensa do pessoal técnico-administrativo e docente, respeitados os princípios da administração descentralizada; Normas gerais a que se devam submeter os *campi* universitários e demais órgãos; Criação, instalação, funcionamento, modificação e extinção de cursos e programas; Fixação, ampliação e diminuição de vagas nos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação; Recrutamento, seleção, admissão e habilitação de alunos; Reconhecimento de graus e títulos acadêmicos de Graduação e de Pós-Graduação; Avaliação institucional e dos cursos; Ética acadêmica; Consultorias, prestação de serviços e outras atividades nas interfaces entre universidade, governos e sociedade; Propriedade intelectual, direitos autorais, registros, patentes, *royalties* e rendimentos auferidos do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico, e das atividades de extensão, educação permanente e serviços; Concessão de títulos e dignidades universitárias; Delegar competência, constituir, com aprovação de maioria qualificada, assessoria e comissões, quando necessário; Supervisionar o desempenho em geral dos *campi* universitários e dos demais órgãos e serviços da instituição, compondo, se necessário, comissão de avaliação para esse fim; Julgar os recursos interpostos das decisões em primeira instância; Instituir o Regimento Geral da Universidade e o seu próprio Regimento Interno, e homologar a proposta de Regimento Interno dos *campi*, assim como homologar os regimentos gerais dos cursos, programas de Pós-Graduação, atividades de Pesquisa, de Extensão, e das atividades administrativas; Decidir sobre matéria omissa

neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade. Sua base legal encontra-se no Estatuto da UFFS e na Resolução nº. 010/2011-CONSUNI.

### **Conselho Estratégico Social (CES)**

Analisar e avaliar o impacto social, econômico, cultural e educacional da UFFS na região da Fronteira Sul; Propor à alta administração da UFFS formas, mecanismos e estratégias para aprofundar a inserção da instituição na comunidade da região; Recomendar a execução de ações de natureza política, administrativa e acadêmica que possam melhor colocar a UFFS a serviço do desenvolvimento regional e, em especial, da população mais carente; Propor questões estratégicas, diretrizes gerais, expansão de atividades, criação de novos cursos, em permanente diálogo com a produção acadêmica da instituição, considerando sempre a sua pertinência e seu impacto social para a região da Fronteira Sul; Indicar os representantes da comunidade externa no Conselho Universitário, um representante no Conselho Curador e nos *campi* onde não houver Conselho Comunitário. O CES possui como base legal o Estatuto da UFFS e a Resolução nº 001/2011 – CES.

### **Conselho Curador (CONCUR)**

Emitir parecer sobre a proposta orçamentária apresentada pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Universitário; Fiscalizar a execução orçamentário-financeira; Examinar, a qualquer tempo, os documentos da contabilidade da universidade; Apreciar atos que digam respeito à posição patrimonial da universidade, incluídas as aquisições, gravações, permutas, alienações de bens imóveis, bem como a aceitação de subvenções, doações, legados e a prestação de garantias para a realização de operações de crédito; Pronunciar-se sobre a prestação de contas do Reitor e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos diretores de campus, de órgãos suplementares; Emitir parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria que envolva a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados para universidade; Apreciar quaisquer outros assuntos que importem à fiscalização econômico-financeira e patrimonial; Requerer auditorias para verificação da execução de contratos e, eventualmente, a apuração de irregularidades no gasto público; Elaborar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário; Escolher seu Presidente e Vice-Presidente. A base legal do CONCUR encontra-se no Estatuto da UFFS.



### **Conselho Comunitário (CONSCOM)**

As competências e atribuições do Conselho Comunitário serão previstas no Regimento dos *campi* da instituição, o qual será a base legal, que se encontra em fase de elaboração e discussão. Conforme prevê o artigo 43 do Estatuto da UFFS “Fica facultado aos *campi* dispor em seus regimentos sobre a criação de Conselhos Comunitários”.

### **Conselho de Campus (CONSC)**

O Conselho de Campus tem como atribuições: Estabelecer, em consonância com as normas superiores da universidade, regulamentos e instruções para os órgãos e atividades do campus; Deliberar sobre assuntos de sua alçada em concordância com as normas e práticas superiores da universidade; Manifestar-se sobre qualquer matéria da competência do diretor, quando por ele solicitado; Modificar o Regimento do Campus, em sessão especialmente convocada para este fim, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes, para posterior aprovação do Conselho Universitário; Homologar decisões tomadas por órgãos e setores do campus, quando essa providência for exigida regimentalmente; Delegar competências a outras instâncias deliberativas no âmbito do *campus*; Apreciar o plano de gestão e o relatório anual do campus; Apreciar propostas de criação de cursos de Graduação e Pós-Graduação a serem coordenados pelo campus, antes de serem encaminhados ao Conselho Universitário; Apreciar os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, promovendo a articulação e a compatibilização das atividades do campus; Avaliar o desempenho global do campus e de suas principais atividades; Propor a realização de concursos para docentes e técnicos administrativos, na forma prevista no Regimento Geral da Universidade e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais diretrizes da UFFS; Acompanhar a implementação e avaliar as políticas de desenvolvimento de pessoal, adotadas pela universidade, no âmbito do campus; Pronunciar-se a respeito da distribuição de encargos docentes e técnico-administrativos, e os critérios e casos de remoção, redistribuição e cedência de servidores; Propor ao Conselho Universitário a criação de Órgãos Auxiliares vinculados ao campus, para colaborar no ensino, na pesquisa, na extensão e na preservação de bens culturais; Propor ao Conselho Universitário a concessão de títulos e dignidades universitárias; Criar, fundir ou extinguir, a partir das necessidades dos *campi*, comissões especiais para tratar de questões de planejamento e acompanhamento de atividades administrativas e acadêmicas; Reunir-se ordinariamente uma vez

por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por 1\3 (um terço) de seus membros; Atuar como instância recursal máxima no âmbito do campus, bem como avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse do campus; Decidir sobre matéria omissa no seu Regimento; Propor ao reitor destituição do diretor, dos coordenadores acadêmico e administrativo, na forma da lei, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em sessão especialmente convocada para esse fim. O Conselho de Campus possui como base legal o Estatuto da UFFS e terão seus Regimentos, os quais se encontram em fase de elaboração no âmbito do próprio Conselho.

### **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFFS possui como atribuições: promover a construção de uma política de avaliação institucional na universidade; elaborar e executar o projeto de autoavaliação da universidade; conduzir o processo de autoavaliação da Instituição, elaborar pareceres e encaminhar recomendações aos demais órgãos da universidade; coletar e sistematizar as informações referentes ao processo de autoavaliação da universidade; implementar ações visando a sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na universidade; elaborar o relatório de avaliação institucional e proceder seu encaminhamento aos órgãos competentes. A base legal da CPA está na Lei 10.861 de 2004, na Resolução nº 006/2010-CONSUNI e na Portaria 941/GR/UFFS/2013.

### **Comitê Gestor de Riscos e Controle Interno.**

São responsabilidades do Comitê Gestor de Riscos e Controle Interno: I - avaliar estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos; II - incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; III - promover a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; IV - avaliar a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; V - aprovar metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; VI - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-

chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público; VII - supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade; VIII - avaliar os limites de exposição a riscos globais, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública ou atividade; IX - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e processos para o gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão; X - executar outras atribuições que venham a ser necessárias à implantação da Gestão de Riscos e Controles Internos na UFFS.

---

## **5.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

---

A Auditoria Interna (AUDIN) da UFFS, de acordo com o art. 5º de seu Regimento Interno, tem por finalidade controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito da UFFS e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A atuação da auditoria interna está regulamentada nos seguintes documentos:

1. Estatuto da UFFS<sup>9</sup> – Aprovado pela Resolução nº 31/2015 – CONSUNI, de 13/10/2015 e Portaria MEC nº 1.083, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24/12/2015.
2. Regimento Geral da UFFS<sup>10</sup> – Aprovado pela Resolução nº 3/2016 – CONSUNI, de 01/03/2016.
3. Regimento Interno da AUDIN<sup>11</sup> – Aprovado pela Resolução nº 10/2015 – CONSUNI/CAPGP, de 14/12/2015.

Quanto aos elementos que caracterizam a independência e objetividade da Auditoria Interna da UFFS podemos citar:

1. A Auditoria Interna, conforme Estatuto da UFFS, faz parte dos Órgãos de Controle, Fiscalização, Supervisão e Avaliação.

---

9 Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/estatuto](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/estatuto)> Acesso em: 18/01/2018.

10 Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/regimento\\_geral](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/regimento_geral)> Acesso em: 18/01/2018.

11 Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/auditoria\\_interna/regimento-interno](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/auditoria_interna/regimento-interno)> Acesso em: 18/01/2018.

2. A Unidade de Auditoria Interna é vinculada ao Conselho Universitário e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal no tocante à orientação normativa e supervisão técnica, nos termos do Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000 (art. 3º, parágrafo único, Regimento Interno da AUDIN e art. 44, Regimento Geral da UFFS).

3. A equipe da auditoria interna deverá ter acesso irrestrito a registros, pessoal e informação, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias (art. 16 § 1º, Regimento Interno da AUDIN e art. 44, § 3º, Regimento Geral da UFFS).

4. É vedada a participação de membros da equipe de auditoria interna em atividades que possam caracterizar cogestão, a fim de preservar a independência dos trabalhos de auditoria (art. 21, Regimento Interno da AUDIN e art. 44, § 7º, Regimento Geral da UFFS).

5. O Regimento Interno da AUDIN, bem como o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)<sup>12</sup> e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), são aprovados pelo CONSUNI/Câmara de Administração, Planejamento e Gestão de Pessoas.

Quanto a sua estrutura, o quadro de servidores da Auditoria Interna esteve constituído, no exercício de 2017, com os seguintes servidores.

**Quadro 31 – Equipe Técnica da Auditoria – UFFS – Exercício de 2017**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Taíz Viviane Dos Santos	Auditora-chefe/Auditora
Marisa Zamboni Pierezan	Assistente da Auditoria Interna/ Secretária-executiva
Deisi Maria Dos Santos Klagenberg	Auditora

Fonte: AUDIN/UFFS, 2018

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna é submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Universitário, com posterior aprovação da Controladoria – Geral da União, Regional de Santa Catarina (art. 7º, Regimento Interno da AUDIN e art. 44, § 2º, Regimento Geral da UFFS).

<sup>12</sup> Baseado na identificação de riscos.

A Unidade de Auditoria Interna está centralizada na Reitoria, exercendo suas atividades no âmbito da UFFS em conformidade com seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).

A gestão da UFFS, bem como o Conselho Curador e o Conselho Universitário/Câmara de Administração, Planejamento e Gestão de Pessoas, recebem todos os relatórios das auditorias, os quais contêm as constatações e recomendações da auditoria interna, bem como a ciência de que a *“aceitação dos riscos pela não implementação das orientações, sugestões e recomendações emitidas nos Relatórios de Auditoria Interna é de responsabilidade da gestão”*.

Todos os relatórios emitidos pela auditoria interna são enviados ao Magnífico Reitor, Presidente do Conselho Universitário, bem como à Controladoria Geral da União, em atendimento ao art. 12 da IN/CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, e também ao Conselho Curador, e ao CONSUNI – CAPGP, em atendimento ao art. 13 da referida IN.

Além disso, cópia do relatório de auditoria interna é encaminhada, via e-mail institucional, à Pró-Reitoria ou *campus* a que se refere a ação de auditoria executada e/ou o tema de auditoria esteja relacionado e publicado junto ao site oficial da UFFS/Auditoria Interna.

Também, considerada a Portaria nº 301/GR/UFFS/2017, a qual estabelece a Política de Gestão de Riscos da UFFS, encaminha-se todos os relatórios de auditoria à PROPLAN, Pró-Reitoria responsável pelo apoio ao Comitê Gestor de Riscos e Controle Interno.

Através dos Relatórios nº 06 e 12/AUDIN/UFFS/2017, buscou-se dar ciência, sobre as constatações, recomendações e seu monitoramento, ao Magnífico Reitor, Presidente do CONSUNI, ao Conselho Curador e ao Conselho Universitário – Câmara Administrativa, Planejamento e Gestão de Pessoas (CAPGP), à Controladoria Geral da União (Regional SC), bem como, considerada a Portaria nº 0301/GR/UFFS/2017, a qual estabelece a Política de Gestão de Riscos da UFFS, à PROPLAN, Pró-Reitoria responsável pelo apoio ao Comitê Gestor de Riscos e Controle Interno.

Os referidos relatórios também foram encaminhados, para conhecimento, às Pró-Reitorias, Secretarias Especiais e Direções dos *campi*.

Durante o exercício de 2017 a auditoria interna também emitiu relatórios informativos referentes ao *status* de execução das atividades da auditoria interna em conformidade com o seu PAINT. Tais relatórios foram emitidos ao final de cada trimestre e enviados ao CONSUNI/CAPGP, CONCUR, CGU e à gestão da UFFS.

A Auditoria Interna, enquanto órgão de assessoria técnica, observou a legislação e as instruções normativas do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Federal e da Controladoria-Geral da União, da qual está sob orientação normativa e supervisão técnica.

Respeitada a segregação de funções, a atuação proativa da Auditoria Interna no assessoramento à gestão, nos mais diversos assuntos, temas e áreas da gestão pública, vem contribuindo para o aprimoramento das técnicas e práticas de atos e fatos da gestão.

---

### **5.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

---

A seguir apresenta-se as informações sobre a execução das atividades de correição no âmbito da unidade, destacando os principais eventos apurados e as providências adotadas.

Visando o cumprimento do Ofício Circular 004/2014/AECI/GM/MEC e a Portaria nº 788, de 23 de agosto de 2013 – MEC, a qual aprova o Regime Interno do Núcleo para Assuntos Disciplinares do Ministério da Educação, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) instituiu a Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares (CPPAD), por meio da Resolução 17/2014 – CONSUNI/CA.

A CPPAD é composta atualmente por 42 membros, sendo um deles o presidente e outro o secretário. As atribuições da CPPAD estão relacionadas à apuração de situações envolvendo possíveis irregularidades cometidas por servidores na Instituição, conforme previsto na Lei nº 8.112/90. Os membros da CPPAD devem atuar em consonância com as normas do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, do Regulamento do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei 9.784/99), do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171/94), da Resolução 17/2014-CONSUNI/CA e das demais regras do direito disciplinar brasileiro.

A UFFS também está cadastrada no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o utiliza para cadastrar e atualizar os procedimentos administrativos disciplinares de seu

arcabouço.

No ano de 2017, foram instaurados sete procedimentos administrativos disciplinares, sendo que um foi Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e seis foram Sindicâncias, sendo duas acusatórias e quatro investigativas. Destes sete procedimentos, três foram arquivados, um originou uma advertência, um está em fase de instauração/instrução e dois estão em fase de julgamento pela autoridade máxima da instituição.

Também no ano de 2017 foram julgados nove procedimentos administrativos disciplinares, dos quais dois foram Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e sete foram sindicâncias, sendo duas investigativas e cinco acusatórias. No tocante às duas sindicâncias investigativas, ambas foram arquivadas após o trabalho da comissão sindicante. Quanto às sindicâncias acusatórias, quatro foram arquivadas sem penalidade e uma originou uma advertência. Referente aos dois PADs, um originou uma demissão e outro originou advertência a dois servidores.

De forma resumida, o quantitativo de ações realizadas no ano de 2017 são apresentados no quadro 32.

**Quadro 32 – Atividades de correção no âmbito da UFFS em 2017**

<b>Assunto</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Quantidade</b>
Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD)	Instaurado	01
	Julgado	02
Sindicância Acusatória	Instaurada	02
	Julgada	05
Sindicância Investigativa	Instaurada	04
	Julgada	02
Aplicação de penalidade	Advertência	01
	Demissão	01

Fonte: Gabinete do Reitor/UFFS, 2018.

Dos sete procedimentos administrativos disciplinares instaurados no ano de 2017, três originaram-se a partir de denúncias feitas junto à Ouvidoria, sendo que uma foi encaminhada pela CGU. Os outros quatro tiveram origem a partir de documentos internos encaminhados à Autoridade Máxima da instituição, um deles identificado e encaminhado à Auditoria Interna da UFFS, por meio do TCU.

As irregularidades/ilícitos apurados por meio dos procedimentos administrativos disciplinares versaram sobre: assédio moral (1); ausência ou impontualidade ao serviço (1); erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos (5); irregularidades definidas em normativos ou regulamentos (5).

A UFFS, assim como estipula a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, mantém o registro e a atualização de todos procedimentos administrativos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD). Embora a instituição esteja em três estados, em cidades distantes, há a preocupação de manter o instituído por meio da referente portaria, isto é, cadastrar os documentos no prazo determinado. Quase cem por cento dos documentos foram cadastrados no tempo estipulado. Houve um caso não cadastrado no tempo hábil, devido ao recesso de fim de ano, por isso, os documentos foram inseridos no CGU-PAD nos primeiros dias de janeiro de 2018. Ressalta-se também que alguns documentos foram cadastrados no tempo hábil, contudo, foi necessário substituí-los por terem sido inseridas peças incorretas (era para inserir uma Ata e foi inserida outra peça). Neste caso, o sistema não mantém histórico do primeiro *upload*, somente do segundo.

Há ainda que se ressaltar o importante trabalho realizado pelos membros da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares da UFFS (CPPAD). Sabe-se que é um trabalho desgastante, que precisa ser realizado de forma profunda e atendendo à legislação. O trabalho dos membros da CPPAD vem auxiliando a corrigir falhas e indicando melhorias contínuas de forma a melhorar a *performance* da Instituição.

---

## **5.4 Gestão de Riscos e Controles Internos**

---

Atualmente a UFFS possui uma Gestão de Riscos devidamente formalizada, respeitando o estabelecido pela Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016. A UFFS definiu sua Política de Gestão de Riscos (Portaria 301/GR/UFFS/2017<sup>13</sup>), bem como instituiu o Comitê de

---

13 <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2017-0301>



Governança, Riscos e Controle Interno (Portaria 1386/GR/UFGS/2017<sup>14</sup>) e aprovou seu Plano de Gestão de Riscos e Controles Interno (Instrução Normativa Nº 9/PROPLAN/UFGS/2017<sup>15</sup>).

Ressalta-se que a política de gestão de riscos optou pelo mapeamento de riscos por processos e não por objetivos, tendo em vista que a opção por processos possibilita uma visão mais clara da probabilidade de ocorrência dos riscos mapeados bem como de seus impactos. A Portaria nº 301/GR/UFGS/2017, em seu **Art. 6º**, definiu que a operacionalização da Gestão de Riscos deverá respeitar a integração com todos os **principais** processos organizacionais. Dessa forma, os principais processos organizacionais são, primeiramente, aqueles atrelados as atividades Fins (Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura) e as atividades-meio (Gestão de Pessoas, Compras e Licitações e Assistência Estudantil).

As práticas de gestão de riscos e controles internos na Universidade Federal da Fronteira Sul estão sendo acompanhadas pela Pró-reitoria de Planejamento, através da Diretoria de Planejamento (DPLAN). Essa diretoria se utiliza da metodologia prevista na Política de Gestão de Riscos, instituída pela **portaria Nº 301/GR/UFGS/2017** e na **Instrução Normativa nº 009**, que Institui o Plano Institucional de Gestão de Riscos e Controles Internos da UFGS, para orientar os setores e analisar, em primeira instância, os riscos previstos e os controles exercidos para mitigá-los. O escritório de processo, estrutura integrante da Diretoria de Planejamento, auxilia nas atividades de gestão de riscos, pois realiza o mapeamento dos processos que é parte essencial para mapeamento dos riscos.

Após o trabalho da DPLAN, de orientação aos setores que estão na primeira linha de defesa dos riscos e exercendo os controles, é submetida matriz de gestão de riscos por processo, ao Comitê Gestor de Riscos para que esse possa fazer suas observações. Conforme o resultado da aplicação da matriz de risco nos processos, serão identificadas necessidades de aprimoramento nos controles internos existentes, ou de criação de novos controles, o que implicará na definição de planos de ação. Tanto nos casos dos controles estabelecidos que necessitam de melhoria ou daqueles de requerem implementação integral, a criação do plano de ação atribuirá formalmente a responsabilidade sobre o controle do risco a um agente específico, assim como prazos e estratégias para a implantação do controle que tratará o risco identificado.

---

14 <https://www.ufes.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2017-1386>

15 <https://www.ufes.edu.br/atos-normativos/instrucao-normativa/proplan/2017-0009>

Para o exercício de 2017, apresentamos a avaliação dos controles internos realizada pela auditoria interna conforme descrito a seguir:

A responsabilidade por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos da gestão é da alta administração da organização, sem prejuízo das responsabilidades dos demais servidores.

Quanto à implantação da Política de Gestão de Riscos, a UFFS, a fim de atender à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 1, de 10 de maio de 2016, publicou a [Portaria n° 301/GR/UFFS/2017](#), a qual estabelece a Política de Gestão de Riscos da UFFS e institui o Comitê Gestor; a [Instrução Normativa n° 009, de 20 de abril de 2017](#) (PROPLAN), a qual institui o Plano Institucional de Gestão de Riscos e Controles Internos; e a [Portaria n° 1386/GR/UFFS/2017](#), a qual designa os membros do Comitê Gestor, sendo eles o Reitor, os Pró-Reitores e Secretários Especiais.

A Auditoria Interna realizou um trabalho com escopo limitado na verificação sintética da implantação da Política de Gestão de Riscos da UFFS, em conformidade com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 1, de 10 de maio de 2016. O resultado da Auditoria Interna em Gestão de Riscos concluiu, de modo geral, que a gestão da UFFS está tratando com a devida importância a implementação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 1, de 10 de maio de 2016. O relatório final – [RA n° 11/AUDIN/UFFS/2017](#) está publicado junto à página da UFFS/Auditoria Interna, observando que, em resposta às recomendações e orientações, a gestão se manifestou<sup>16</sup>, em janeiro de 2018, no sentido de que após o retorno das férias dos gestores (membros do comitê gestor), as mesmas serão avaliadas.

A auditoria interna vem, ao longo dos exercícios, buscando alternativas para aprimorar a sua análise quanto aos controles internos. No decorrer dos trabalhos realizados no exercício de 2017, buscou avaliar os controles internos com base nos componentes do COSO<sup>17</sup> I, quais sejam: Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informação e Comunicação, e Monitoramento Contínuo e Específico.

Assim, para análise dos controles internos, a AUDIN considerou os controles internos percebidos no decorrer de cada ação de auditoria realizada no exercício através do [QACI](#). O QACI contém 40 questões, divididas em 06 seções pontuadas de 0 (Nulo) a 9 (Forte). O percentual,

---

<sup>16</sup> RL 1/DPLAN/UFFS/2018.

<sup>17</sup> *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

resultado do somatório da pontuação obtida, foi considerado como nível de maturidade de controle interno sobre o tema auditado em uma escala de 0 (Nula) a 100 (Avançada).

Diante das avaliações realizadas, a AUDIN observou que de maneira geral a UFFS, quanto aos controles internos (temas auditados), encontra-se nas escalas intermediária e aprimorada, ou seja, possui princípios e padrões documentados sobre controles internos, obedece princípios estabelecidos com supervisão e aprimoramentos regulares.

Consideradas às avaliações, observa-se que a UFFS dispõe de um Ambiente de Controle formalizado, conhecido, adotado na maioria das atividades, no entanto, pode ser aprimorado, sendo que as Atividades de Controle funcionam na maioria das vezes e em alguns casos o controle realizado é capaz de mitigar riscos e pode ser enquadrado como boa prática. Por sua vez, a Avaliação de Risco (gestão de riscos) está em sua fase inicial, por isso, trata-se de um controle em desenvolvimento e em fase de disseminação, o qual, na maioria das situações ainda é realizado informalmente.

A informação e comunicação, em sua maioria, está formalizada nas instruções normativas, formulários e portarias publicadas junto à página institucional da UFFS, no entanto, a ausência de mapeamento de processos (em fase de desenvolvimento), a necessidade de estabelecimento de fluxos e a necessidade de revisão de algumas normativas fragilizam, em alguns aspectos, a qualidade de algumas informações, bem como da comunicação que nem sempre é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível, observando que a UFFS é uma instituição *multicampi*.

Acredita-se que o monitoramento específico, realizado pela Auditoria Interna e/ou outros órgãos de controle, tem contribuído para melhoria dos controles internos, bem como, o monitoramento contínuo, realizado pela própria gestão, na maioria das vezes é realizado, e quando realizado, funciona, podendo ser aprimorado e melhor disseminado.

Acredita-se que com o mapeamento de processos e com a implantação da política de gestão de riscos (em desenvolvimento) se possa sanar os gargalos existentes e fortalecer as atividades de controle e de gestão da UFFS.

Também, relata-se que, considerados os trabalhos de auditoria interna, realizados no exercício de 2017, todos os fatos relevantes referentes a controles internos nos temas auditados

foram transcritos nos Relatórios de Auditoria Interna através de constatações e recomendações específicas (relatando fato/causa e critério), bem como informações e orientações ao longo dos relatórios visando a melhoria e/ou implantação dos controles internos.

Observa-se que a Auditoria interna não é a responsável pela Gestão de Riscos e Controles Internos da UFFS, sendo que essa atividade/atribuição é de responsabilidade da gestão, cabendo à Auditoria Interna (terceira linha de defesa da instituição): 1) as avaliações específicas, ou seja, realizadas com métodos e procedimentos predefinidos, cuja abrangência e frequência dependerão da avaliação de riscos e da eficácia dos procedimentos do monitoramento contínuo (segunda linha de defesa da instituição); 2) oferecer avaliações e assessoramento, através de seus trabalhos de auditoria, destinado ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem riscos.

## 6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

---

As Áreas Especiais de Gestão da UFFS incluem: a Gestão de Pessoas (Estrutura pessoal da unidade, Demonstrativo das despesas com pessoal, Gestão de riscos relacionados ao pessoal, Contratação de pessoal de apoio), destaca-se que não houve contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; a Gestão do Patrimônio e Infraestrutura (Gestão da frota de veículos, Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, Gestão do patrimônio imobiliário da União, Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas, Informações sobre imóveis locados a terceiros, Informações sobre a infraestrutura física); a Gestão da Tecnologia da Informação (Principais sistemas de informação, Gestão Ambiental e Sustentabilidade).

---

### 6.1 Gestão de Pessoas

---

Este grupo de informações apresenta a estrutura de pessoal da unidade, o demonstrativo de despesas com pessoal, gestão de riscos relacionados ao pessoal e contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

#### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros 33 a 35 apresentam a estrutura de pessoal da UFFS em 2017.

Quadro 33 – Força de Trabalho da UPC

Força de Trabalho da UPC - Situação em 31/12/2017				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1386</b>	<b>1379</b>	<b>120</b>	<b>18</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1388	1381	120	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1384	1377	120	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>133</b>	<b>69</b>	<b>85</b>	<b>102</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1521</b>	<b>1450</b>	<b>205</b>	<b>120</b>

Fonte: SIAPE/UFFS, 2018

**Quadro 34 – Distribuição da lotação efetiva<sup>18</sup>**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>694</b>	<b>687</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	694	687
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	691	686
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>-</b>	<b>69</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>694</b>	<b>756</b>

Fonte: PROGESP

**Quadro 35 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas**

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>60</b>	<b>58</b>	<b>7</b>	<b>6</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	60	58	7	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	60	58	7	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	Não há	-	-
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>240</b>	<b>227</b>	<b>113</b>	<b>112</b>

18 Foram considerados como sendo lotados na Área Meio, os trabalhadores que desenvolvem atividades técnico-administrativas que dão suporte as atividades fins, ou seja, os servidores ocupantes de cargo da carreira Técnico-Administrativa em Educação. Para a Área Fim, foi considerado o quantitativo de servidores que ocupam cargos da carreira do Magistério Superior.

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	240	227	113	112
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>300</b>	<b>285</b>	<b>120</b>	<b>118</b>

Fonte: PROGESP

### **Análise Crítica**

No que se refere a força de trabalho, identifica-se a necessidade, ou a falta, no momento, de médicos peritos. A UFFS é uma estrutura multicampi, composta por seis campi localizados nos três estados do Sul e somente um médico perito por estado é insuficiente para atender as demandas de trabalhos da área. O mesmo pode ser observado no cargo de Técnico em Segurança de Trabalho. Ainda em relação a esse ponto, identifica-se a necessidade de mais Tradutores Interpretes de Libras. O quantitativo de cargos disponíveis para a instituição está aquém da necessidade observada.

### **6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal**

Os quantitativos em relação às despesas com pessoal são apresentados no quadro 36.

Quadro 36 – Despesas do pessoal

Despesas do pessoal											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2017	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	2016	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	R\$60.209.800,95	R\$44.424.342,40	R\$10.753.983,39	R\$5.053.845,48	R\$8.403.464,00	R\$2.026.658,71	R\$0,00	R\$321.661,81	R\$105.790,81	R\$131.299.547,55
	2016	R\$61.401.906,98	R\$43.878.646,43	R\$9.675.043,54	R\$4.507.228,61	R\$8.196.362,05	R\$2.061.628,40	R\$0,00	R\$251.946,45	R\$59.553,87	R\$130.032.316,33
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	R\$0,00	R\$108.567,21	R\$7.270,12	R\$12.678,47	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$128.515,80
	2016	R\$0,00	R\$107.413,94	R\$9.231,92	R\$1.538,65	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$118.184,51
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2017	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	2016	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2017	R\$531.273,66	R\$0,00	R\$52.874,21	R\$18.573,96	R\$37.944,80	R\$5.984,72	R\$0,00	R\$0,00	R\$246,40	R\$646.897,75
	2016	R\$387.617,67	R\$13.296,12	R\$33.392,56	R\$14.162,24	R\$38.179,82	R\$5.502,11	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$492.150,52
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2017	R\$3.704.336,92	R\$0,00	R\$371.886,03	R\$496.935,94	R\$522.539,85	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$5.095.698,74
	2016	R\$4.091.036,30	R\$0,00	R\$360.198,12	R\$361.650,38	R\$517.758,34	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$5.330.643,14
<b>Ano 2017 - Referência de exercício</b>											

Fonte: Relatório DDP da folha de pagamento SIAPE - 2017



### **6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Com relação aos possíveis riscos identificados na unidade de gestão de pessoas, o que pode-se constatar é a evasão de servidores, na maioria detentores de cargos de nível D, em função de nomeação em outros concursos públicos.

### **6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

Os quadros 37 e 38 apresentam o detalhamento das informações sobre os servidores terceirizados e os estagiários da UFFS.

**Quadro 37 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (REGULAR)**

Unidade Contratante						
Nome: Universidade Federal da Fronteira Sul						
UG/Gestão: 158517 / 26440			CNPJ: 11.234.780/0001-50			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.*
			Início	Fim		
2016	Condução de veículos oficiais – <b>(motorista)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Ensino Fundamental completo	A
2016	Atendimento e realização de ligações telefônicas <b>(telefonista)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Ensino Fundamental completo	A
2016	Recebimento e encaminhamento de visitantes <b>(receptionista)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Ensino Fundamental completo	A
2016	Conservação e higienização de bens móveis e imóveis <b>(limpeza)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Instalação, manutenção e conservação de rede elétrica e lógica <b>(eletricista)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Manutenção, conservação e limpeza de jardins e áreas verdes <b>(jardinagem)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Serviços Gerais – Carga e Descarga <b>(auxiliar de manutenção)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Manutenção, conservação e reparos prediais <b>(manutenção, conservação e reparos prediais)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Serviços de natureza manual e braçal <b>(serviço braçal)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Supervisão, coordenação e acompanhamento dos serviços de motorista, receptionista, telefonista, limpeza, jardinagem, eletricista, carga e descarga, oficial de manutenção predial, tratorista, serviço braçal, lavador de roupas, auxiliar de veterinário diurno, auxiliar de veterinário noturno e encarregado. <b>(supervisor/encarregado de equipe)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Ensino Médio completo	A
2016	Operador de máquinas e implementos agrícolas <b>(tratorista)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Lavação de roupas <b>(lavador de roupas)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Alfabetizado	A
2016	Auxílio aos veterinários <b>(auxiliar de veterinário)</b> .	03.360.551/0001-54	01/08/2016	28/08/2018	Ensino Médio incompleto	A
2014	Posto de Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	95.832.986/0001-72	29/01/2014	28/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x	95.832.986/0001-72	29/01/2014	28/01/2018	4ª série	P

	36 (trinta e seis) horas.					
2014	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	95.832.986/0001-72	29/01/2014	28/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Desarmada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	95.832.986/0001-72	29/01/2014	28/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Armada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	95.832.986/0001-72	29/01/2014	28/01/2018	4ª série	P
2015	Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Desarmada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Armada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Desarmada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Armada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	00.117.419/0001-28	29/01/2015	28/01/2018	4ª série	P

2014	Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	10.364.152/0002-08	30/01/2014	29/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	10.364.152/0002-08	30/01/2014	29/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Desarmada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	10.364.152/0002-08	30/01/2014	29/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Armada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	10.364.152/0002-08	30/01/2014	29/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	10.364.152/0002-08	01/04/2014	31/03/2018	4ª série	P
2014	Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	92.966.571/0001-01	24/11/2014	28/01/2018	4ª série	P
2014	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	92.966.571/0001-01	24/11/2014	28/01/2018	4ª série	P
2015	Vigilância <b>Desarmada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	03.229.363/0001-91	22/06/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Armada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	03.229.363/0001-91	22/06/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Desarmada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	03.229.363/0001-91	22/06/2015	28/01/2018	4ª série	P
2015	Posto de Vigilância <b>Armada Motorizada</b> – 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	03.229.363/0001-91	22/06/2015	28/01/2018	4ª série	P

Fonte: SUADM/PROAD/UFGS, 2018

\*Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

A contratação de estagiários é, ainda, uma política em implantação na UFFS, com contratações pontuais em alguns setores, totalizando menos de 50 estagiários em 2017, o que representa uma proporção menor do que 10% do seu quadro de servidores técnico administrativo.

No quadro abaixo são apresentados dados que demonstram a composição do quadro de estagiários da UFFS, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade (cursado pelo estagiário) e com a alocação dos estagiários na estrutura.

**Quadro 38 – Composição do Quadro de Estagiários da UFFS Exercício 2017**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício 2017 (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>38</b>	<b>44</b>	<b>47</b>	<b>43</b>	R\$ 259.918,74
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	38	44	47	43	R\$ 259.918,74
<b>2. Nível Médio</b>	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>38</b>	<b>44</b>	<b>47</b>	<b>43</b>	<b>R\$ 259.918,74</b>

Fonte: PROGRAD/DPGRAD/DIES e PROGESP/SUAPE/DBP /UFFS, 2018

**Análise Crítica:** A contratação de estagiários se dá mediante a publicação de editais de seleção específicos para cada setor. Todos os procedimentos estão descritos em Instrução Normativa Conjunta da PROGRAD, SEGEP e PROPLAN publicada em 2013 (IN Conjunta 01/2013-PROGRAD/SEGEP/ PROPLAN). A contratação de estagiários tem contribuído para o desenvolvimento das ações desempenhadas pelos setores da Área Meio, além de se constituir em atividade de formação para os estagiários.

### **6.1.5 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**

Com relação a contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, não houve contratações no período compreendido no relatório de gestão.

---

## **6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura**

---

A UFFS é uma instituição nova, com sete anos de implantação, organizada de forma multicampi, nos três estados do Sul do País, sendo sua sede em Chapecó/SC, e com *campi* nas cidades de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, e Realeza e Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná.

Em razão dessas características, a universidade possui a disposição dos usuários serviços de transporte prestados por veículos próprios e através de contratos de prestação de serviços de transportes terceirizados com diversas empresas, com pagamentos realizados por quilômetro rodado e por tempo de disponibilidade dos veículos.

### **6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada**

Nesse item são apresentadas as atividades desenvolvidas ao longo de 2017 no Departamento de Transportes e Logística (DTL) referentes a gestão da frota de veículos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sob sua responsabilidade, tanto de propriedade da União, quanto de veículos locados de terceiros.

#### **6.2.1.1 Gestão da frota própria de veículos**

##### **a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

– Instrução Normativa Nº 20, de 31 de março de 2015 que dispõe sobre a aquisição de veículos para projetos – Link: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/instrucao-normativa/proad/2015-0020>

– Instrução Normativa Nº 23, de 08 de julho de 2016 que dispõe sobre o uso de veículos oficiais da UFFS – Link: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/instrucao-normativa/proad/2016-0023>

– Instrução Normativa Nº 24, de 08 de julho de 2016 que dispõe sobre a utilização e

condução de tratores da UFFS – Link: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/instrucao-normativa/proad/2016-0024>

– Manual de transportes Nº 8, de 25 de março de 2016 que dispõe sobre as normas e procedimentos administrativos relacionados à gestão de transportes da UFFS – Link: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/manual/proad/2016-0008>

#### **b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UFFS:**

Em razão das características multicampi da UFFS, é de fundamental importância logística o emprego de veículos automotores nos deslocamento de pessoas e de cargas entre as unidades. Os veículos realizam o deslocamento de servidores em serviço em razão das mais diversas atividades como reuniões, palestras, eventos e demais atividades relacionadas com as rotinas universitárias.

Também é importante o deslocamento de docentes e acadêmicos em razão das necessidades de visitas técnicas, estágios supervisionados entre outras atividades ligadas aos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos disponibilizados pela UFFS.

#### **c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UFFS, discriminado por grupos, segundo a classificação, total por grupo e geral:**

A UFFS possui em sua frota um total de 45 (quarenta e cinco) veículos próprios, distribuídos entre os seis campi e a Reitoria.

A frota de veículos ativos é composta de:

- 29 (vinte e nove) veículos de transporte institucional em uso sendo 14 (quatorze) automóveis, 10 (dez) caminhonetes e 5 (cinco) vans;
- 1 (um) veículo de transporte de carga pesada – caminhão;
- 5 (cinco) tratores.

A frota de veículos inativos é composta de 10 (dez) automóveis, sendo que destes, 7 veículos que foram recebidos em doação da Receita Federal no ano de 2011, encontram-se com processo judicial solicitando a transferência de propriedade para a UFFS.

**Quadro 39 – Reitoria (Av. Fernando Machado, 108E, Centro, CEP 89.802-112, Chapecó/SC).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de aquisição</b>	<b>Idade em meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no ano</b>
Automóvel	Nissan	Livina	MHM5279	2009/2010	Flex	14/12/2009	99	184804175	8.462
Automóvel	Renault	Sandero	MML3992	2014	Flex	23/01/2014	49	1002587600	1.543
Automóvel	Volkswagen	Spacefox	OKG5449	2014	Flex	19/11/2014	39	1036245257	22.062
Automóvel	Ford	Ka	MLM5671	2013	Flex	08/01/2014	49	602185297	9.061
Automóvel	Ford	Ka	MLM6051	2013	Flex	08/01/2014	49	602235928	3.638
Automóvel	Ford	Ka	MLM6111	2013	Flex	08/01/2014	49	602241804	12.304
Automóvel	Fiat	Palio	DZA0489	2009/2010	Flex	30/09/2011	77	128615567	248
Automóvel	Renault	Kangoo	AXS2935	2013/2014	Flex	16/11/2016	15	594241162	1.815
Caminhonete	Volkswagem	Amarok	MLK3120	2014	Diesel	13/12/2013	50	656236787	16.836
Caminhonete	Volkswagem	Amarok	MLK3170	2014	Diesel	13/12/2013	50	656238739	20.859
Caminhão	Ford	Cargo 712	MHX3911	2010/2011	Diesel	06/01/2011	86	280714920	12.644

Fonte: PROAD/UFFS, 2018



**Quadro 40 – Campus Chapecó (Rodovia SC 484, Km 02, Fronteira Sul, CEP 89.815-899, Chapecó/SC).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de aquisição</b>	<b>Idade em meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Automóvel	Nissan	Sentra	MIP0451	2010/2011	Flex	14/01/2011	86	284875279	8.995
Caminhonete	Nissan	Frontier	MIO4481	2010/2011	Diesel	14/01/2011	86	284633810	7.981
Trator	New Holland	Trator T175	***	2011	Diesel	30/11/2011	75	***	180,7 (horas)

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 41 – Campus Laranjeiras do Sul (Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul/PR).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Idade em Meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Automóvel	Nissan	Livina	MHM5259	2009/2010	Flex	14/12/2009	99	184803209	7.133
Automóvel	Volkswagem	Gol	ELP7718	2010/2011	Flex	30/09/2011	77	227219708	23.370
Caminhonete	Chevrolet	S10	MIP0917	2011	Diesel	05/09/2011	78	347637779	30.157
Caminhonete	Ford	Ranger	MKM3371	2011/2012	Diesel	14/02/2012	72	458726559	4.002
Van	Mercedes-Benz	Sprinter	MIV2563	2011	Diesel	27/05/2011	81	330405012	5.191
Trator	New Holland	Trator T175	***	2011	Diesel	30/11/2011	75	***	410,0 (horas)

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 42 – Campus Realeza (Rodovia BR 182, Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, 1000, CEP 85.770-000, Realeza/PR).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Idade em Meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Automóvel	Nissan	Livina	MHM5059	2009/2010	Flex	14/12/2009	99	184796687	28.941
Caminhonete	Chevrolet	S10	MIP1257	2011	Diesel	05/09/2011	78	347652468	17.294
Van	Mercedes-Benz	Sprinter	MIS8853	2011	Diesel	26/05/2011	81	329579096	10.034
Trator	New Holland	Trator T175	***	2011	Diesel	30/11/2011	75	***	810,0 (horas)

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 43 – Campus Erechim (ERS 135, Km 72, 200, CEP 99.700-970, Erechim/RS).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Idade em Meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Automóvel	Nissan	Livina	MHM5329	2009/2010	Flex	14/12/2009	99	184790379	6.499
Caminhonete	Chevrolet	S10	MIP1097	2011	Diesel	05/09/2011	78	347645801	13.388
Caminhonete	Chevrolet	S10	OKG5459	2014/2015	Diesel	25/11/2014	39	1036247209	8.369
Van	Mercedes-Benz	Sprinter	MIS8943	2011	Diesel	26/05/2011	81	329570986	14.896
Trator	New Holland	Trator T175	***	2011	Diesel	08/12/2011	75	***	507,1 (horas)

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 44 – Campus Cerro Largo /RS (Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580, São Pedro, CEP 97.900-000, Cerro Largo/RS).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Idade em Meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Automóvel	Nissan	Livina	MHM5249	2009/2010	Flex	14/12/2009	99	184802091	5.712
Caminhonete	Chevrolet	S10	MIP1187	2011	Diesel	05/09/2011	78	347649238	17.254
Van	Mercedes-Benz	Sprinter	MIH2733	2011	Diesel	12/05/2011	81	326912240	5.041
Trator	New Holland	Trator T175	***	2011	Diesel	30/11/2011	75	***	666,5

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 45 – Campus Passo Fundo /RS (Rodovia RS 153, Km 3, s/n, Bairro Jardim América, CEP 99.034-600, Passo Fundo/RS).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Idade em Meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Caminhonete	Chevrolet	S10	MJB8526	2011	Diesel	29/08/2011	78	347641598	25.873
Van	Peugeot	Boxer 16	MHO0301	2009/2010	Diesel	21/01/2010	98	194000877	6.375

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 46 – Veículos inativos (Av. Fernando Machado, 108E, Centro, CEP 89.802-112, Chapecó/SC).**

<b>Espécie</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Combustível</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Idade em Meses</b>	<b>Renavam</b>	<b>Quantidade Km rodados no Ano</b>
Automóvel	Chevrolet	Celta	ALK8492	2003/2004	Gasolina	23/09/2011	77	818968109	0
Automóvel	Fiat	Palio	MAR1329	2001/2002	Gasolina	23/09/2011	77	771598475	0
Automóvel	Chevrolet	Meriva SS	DMY7452	2005/2006	Flex	23/09/2011	77	873129598	0
Automóvel	Volkswagen	Gol	DOG3946	2004	Gasolina	23/09/2011	77	838988202	0
Automóvel	Volkswagen	Gol	AMN9754	2005	Gasolina	23/09/2011	77	849311900	0
Automóvel	Fiat	Uno	ALJ2668	2003	Gasolina	23/09/2011	77	817120084	0
Automóvel	Ford	Fiesta	AMC5844	2004	Gasolina	23/09/2011	77	837609232	0
Automóvel	Volkswagen	Santana	GTH1035	2005	Álcool	23/09/2011	77	840296789	0
Automóvel	Volkswagen	Golf	JQS9497	2005	Flex	23/09/2011	77	872885640	0
Automóvel	Volkswagen	Gol	AOX2610	2007	Flex	23/09/2011	77	924895292	0

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**d) Média anual de quilômetros rodados, por veículo da frota própria:**

A quilometragem anual rodada por veículo da frota própria está discriminada nos quadros 39 a 45.

**e) Idade média da frota, por grupo:**

A frota da Universidade é composta de veículos com poucos anos de uso. Os veículos mais antigos (5 automóveis Nissan Livina e 1 Van Peugeot Boxer) foram adquiridos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doados para a UFFS no final de 2009. Os demais veículos foram adquiridos nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 pela UFFS.

**f) Despesas associadas à manutenção da frota:**

Os dados com os custos de manutenção da frota no ano de 2017, estão apresentados nos quadros 47 e 48.

**Quadro 47 – Custo da frota anual de veículos em 2017**

Placa	Campus	Marca	Modelo	Km Perc.	Litros Comb.	R\$ Comb.	R\$ Manut.	R\$ Motoristas	R\$ Depreciação	R\$ Total	R\$ / Km Total
MHM5249	Cerro Largo	Nissan	Livina	5.712	564,550	2.452,18	1.489,82	21.710,42	2.703,36	28.355,78	4,96
MIH2733	Cerro Largo	Mercedes-Benz	Sprinter	5.041	522,260	1.706,89	3.771,27	21.710,42	9.420,00	36.608,58	7,26
MIP1187	Cerro Largo	Chevrolet	S 10	17.254	1.712,260	5.616,72	14.006,64	21.710,41	4.032,00	45.365,77	2,63
MIO4481	Chapecó	Nissan	Frontier	7.981	1.168,890	3.802,35	3.755,57	29.680,28	6.341,16	43.579,36	5,46
MIP0451	Chapecó	Nissan	Sentra	8.995	966,500	3.741,20	4.246,50	29.680,29	2.847,00	40.514,99	4,50
MHM5329	Erechim	Nissan	Livina	6.499	532,780	2.159,50	1.277,68	21.548,86	2.703,36	27.689,40	4,26
MIP1097	Erechim	Chevrolet	S 10	13.388	1.217,470	4.044,85	4.195,60	21.548,86	4.032,00	33.821,31	2,53
MIS8943	Erechim	Mercedes-Benz	Sprinter	14.896	1.625,440	5.179,44	6.156,53	21.548,87	9.420,00	42.304,84	2,84
OKG5459	Erechim	Chevrolet	S 10	8.369	741,388	2.369,67	1.030,06	0,00	7.353,00	10.752,73	1,28
MHM5259	Laranjeiras do Sul	Nissan	Livina	7.133	608,070	2.316,76	10.227,44	14.625,14	2.703,36	29.872,70	4,19
MIP0917	Laranjeiras do Sul	Chevrolet	S 10	30.157	2.775,410	8.170,34	7.336,01	14.625,14	4.032,00	34.163,49	1,13
MIV2563	Laranjeiras do Sul	Mercedes-Benz	Sprinter	5.191	655,370	1.966,67	4.164,28	14.625,14	9.420,00	30.176,09	5,81
MKM3371	Laranjeiras do Sul	Ford	Ranger	4.002	375,930	1.101,17	1.986,86	0,00	4.320,00	7.408,03	1,85
ELP7718	Laranjeiras do Sul	Volkswagen	Gol	23.370	1.594,290	6.031,10	1.613,18	14.625,13	1.582,80	23.852,21	1,02
MHO0301	Passo Fundo	Peugeot	Boxer	6.375	674,050	2.301,52	5.200,13	28.635,48	5.578,80	41.715,93	6,54
MJB8526	Passo Fundo	Chevrolet	S 10	25.873	2.697,930	9.100,03	17.257,31	28.635,47	4.032,00	59.024,81	2,28
MHM5059	Realeza	Nissan	Livina	28.941	2.174,700	8.448,89	5.469,65	20.199,70	2.703,36	36.821,60	1,27
MIP1257	Realeza	Chevrolet	S 10	17.294	1.747,860	5.216,27	10.130,23	20.199,70	4.032,00	39.578,20	2,29
MIS8853	Realeza	Mercedes-Benz	Sprinter	10.034	1.250,890	3.814,65	7.115,34	20.199,72	9.420,00	40.549,71	4,04
ALK8492	Reitoria	Chevrolet	Celta	0	0,000	0,00	147,09	0,00	981,24	1.128,33	0,00
AXS2635	Reitoria	Renault	Kangoo	1.815	207,640	835,76	1.220,41	0,00	2.219,40	4.275,57	2,36
DZA0489	Reitoria	Fiat	Palio	248	70,640	272,09	4.872,17	0,00	1.574,28	6.718,54	27,09

MAR1329	Reitoria	Fiat	Palio	0	0,000	0,00	147,09	0,00	990,60	1.137,69	0,00
MHM5279	Reitoria	Nissan	Livina	8.462	856,320	3.286,36	7.471,90	0,00	2.703,36	13.461,62	1,59
MHX3911	Reitoria	Ford	Cargo	12.644	2.319,893	7.477,25	6.840,01	25.407,03	6.390,00	46.114,29	3,65
MLK3120	Reitoria	Volkswagen	Amarok	16.836	1.668,946	5.429,14	14.859,18	25.407,03	6.409,20	52.104,55	3,09
MLK3170	Reitoria	Volkswagen	Amarok	20.859	2.053,586	6.787,39	6.320,13	25.407,04	6.409,20	44.923,76	2,15
MLM5671	Reitoria	Ford	Ka	9.061	637,549	2.479,16	1.629,14	0,00	1.443,96	5.552,26	0,61
MLM6051	Reitoria	Ford	Ka	3.638	223,414	839,82	1.389,09	0,00	1.443,96	3.672,87	1,01
MLM6111	Reitoria	Ford	Ka	12.304	865,600	3.477,33	1.555,96	0,00	1.443,96	6.477,25	0,53
MML3992	Reitoria	Renault	Sandero	1.543	155,921	618,24	1.147,09	0,00	1.560,00	3.325,33	2,16
OKG5449	Reitoria	Volkswagen	Spacefox	22.062	1.730,528	6.823,94	1.861,50	0,00	4.353,60	13.039,04	0,59

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

#### Quadro 48 – Custo da frota anual de tratores em 2017

Campus	Marca	Modelo	Total Horas Utilizadas	Litros de Combustível	R\$ Combustível	R\$ Manutenção	R\$ Tratorista	R\$ Depreciação	R\$ Total	R\$ / Hora
Cerro Largo	New Holland	Trator T1 75	666,5	1.878,50	6.156,22	7.780,96	33.556,02	6.530,40	54.023,60	81,06
Chapecó	New Holland	Trator T1 75	180,7	834,60	2.700,76	4.114,43	29.321,98	6.530,40	42.667,57	236,12
Erechim	New Holland	Trator T1 75	507,1	2.187,35	6.931,70	6.800,04	30.474,45	6.530,40	50.736,59	100,05
Laranjeiras Do Sul	New Holland	Trator T1 75	410,0	1.335,98	3.837,45	3.277,43	42.884,75	6.530,40	56.530,03	137,88
Realeza	New Holland	Trator T1 75	810,0	3.358,70	10.330,53	5.726,43	51.776,71	6.530,40	74.364,07	91,81

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**g) Plano de substituição da frota:**

Estão sendo realizados estudos anuais sobre custos com manutenção com a finalidade de verificar se os veículos continuam econômicos. Caso sejam constatados na frota a presença de algum veículo antieconômico um processo de substituição será elaborado para a baixa patrimonial do veículo da frota da UFFS.

Em 2017 a UFFS elaborou um plano de substituição de cinco de seus veículos modelo Livina placas MHM5059, MHM5249, MHM5259, MHM5279 e MHM5329. Junto com a substituição destes, a aquisição de mais dois veículos de passageiros, automóvel, sedan, motorização 1.8, ou superior, potência mínima de 100 CV, bicombustível (gasolina e etanol); cor branca, 4 portas e capacidade para 05 pessoas, câmbio manual, freios a disco nas quatro rodas com sistema ABS e EBD, direção hidráulica ou elétrica, coluna de direção com regulagem de altura, protetor do cárter, vidros e travas elétricas nas 4 portas, ar-condicionado, airbag duplo na dianteira, películas nos vidros laterais e traseiro, rádio AM/FM com cd player MP3 com entrada USB e com todos os equipamentos obrigatórios previstos em Lei. Totalizando a aquisição de 7 veículos novos, um para cada Campus e mais um para a Reitoria.

**h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação:**

Atualmente a UFFS utiliza as duas modalidades de serviços de transportes: frota de veículos próprios e contratos de serviços de transporte terceirizados, com pagamento por quilômetro rodado e tempo de disponibilidade dos veículos.

Os custos envolvidos com transporte estão sendo constantemente avaliados, a instituição mantém ambas as modalidades a fim de poder optar pela maneira mais vantajosa para cada caso específico.

A elaboração do histórico de utilização dos dois tipos de transporte permite que se reavalie constantemente qual a solução mais vantajosa para a Administração.

**i) Estrutura de controles da UFFS para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:**



Os serviços de transportes da UFFS são controlados pelo Departamento de Transportes e Logística (DTL). Esse departamento possui atualmente uma equipe de três servidores lotados na Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura, em Chapecó/SC. Em cada um dos seis campi da Universidade existe um servidor designado como Agente de Transportes mais um suplente, responsáveis pelos serviços de transportes da unidade, indicado por Portaria do Gabinete do Reitor.

#### **6.2.1.2 Gestão da frota terceirizada de veículos**

##### **a) Estudos Técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:**

Em junho de 2012 foi criada a Comissão de Serviços de Transporte Executivo, através da portaria N° 596/GR/UFFS/2012 para o levantamento de custos da frota própria da Universidade.

Após o trabalho da comissão, sistematizaram-se os controles de custos de transporte de veículos, sendo possível que seja analisado anualmente os custos, assegurando assim, a prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

##### **b) Licitações vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão:**

As empresas foram contratadas para os serviços de transportes terceirizados no ano de 2017 através dos Pregões Eletrônicos 50/2014, 63/2015 e 10/2017.

##### **c) Legislação que regulamenta a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

A legislação que regulamenta a utilização dos veículos da frota terceirizada da UFFS é a mesma que regula a utilização dos veículos próprios, Instrução Normativa N° 23, de 08 de julho de 2016 que dispõe sobre o uso de veículos oficiais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

##### **d) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UFFS:**

Em virtude das características multicampi da Universidade é de fundamental importância

logística o emprego de veículos automotores terceirizados nos deslocamento de pessoas e cargas entre as unidades em razão do número reduzido de veículos próprios. A UFFS realizou contratação de empresas especializadas na prestação de serviço de transporte executivo, transporte rodoviário de passageiros com ônibus no âmbito nacional e internacional, com micro-ônibus no âmbito municipal, intermunicipal, interestadual e vans no âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, para execução de viagens destinadas a atender as necessidades dos Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no tocante ao transporte de servidores e alunos. A contratação de veículos terceirizados de transporte coletivo ônibus e micro-ônibus, ao qual a UFFS não dispõe em sua frota, é fundamental em razão da demanda por viagens de estudo e ao grande volume de pessoas transportadas.

**e) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos:**

A seguir é apresentado por campi, os tipos de veículos licitados, a quantidade de quilômetros utilizados e os valores totais gastos no ano de 2017.

**Quadro 49 – Veículos licitados**

<b>Campus</b>	<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quant. quilômetros</b>	<b>R\$</b>
Cerro Largo	Executivo	21.646	38.491,19
Cerro Largo	Van	1.675	2.360,00
Cerro Largo	Ônibus	12.697	47.699,32
Chapecó	Executivo	9.199	18.981,76
Chapecó	Van	2.693	7.785,86
Chapecó	Micro-ônibus	1.299	3.738,42
Chapecó	Ônibus	29.321	83.368,46
Erechim	Executivo	13.021	27.480,78
Erechim	Van	7.378	15.885,44
Erechim	Ônibus	15.847	62.005,56
Laranjeiras do Sul	Executivo	5.616	8.687,73
Laranjeiras do Sul	Ônibus	16.685	69.527,51
Passo Fundo	Executivo	1.020	2.523,12
Passo Fundo	Van	4.658	10.665,87
Passo Fundo	Ônibus	1.488	5.943,64

Realeza	Executivo	16.074	20.865,97
Realeza	Van	6.084	5.843,50
Realeza	Ônibus	312	1.404,86
Reitoria	Executivo	37.952	68.616,39
Reitoria	Van	5.831	15.770,53
Reitoria	Ônibus	12.435	39.322,51
<b>TOTAL</b>		<b>222.931</b>	<b>R\$ 556.968,42</b>

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**f) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:**

A quantidade de quilômetros rodados, por tipo de veículo, foi apresentada no item anterior.

**g) Idade média anual, por grupo de veículos:**

Os veículos terceirizados devem atender as seguintes idades: Ônibus, Micro-ônibus e Vans: com no máximo 10 (dez) anos de uso; Veículo Executivo 1.000cc com no máximo 5 (cinco) anos de uso; Veículo Executivo 1.800cc com no máximo 2 (dois) anos de uso.

**h) Custos associados à manutenção da frota, casos tais custos estejam incluídos no contrato firmado:**

Os serviços de transporte terceirizados contratados pela UFFS são realizados com pagamentos da quilometragem total percorrida e tempo total de disponibilidade do veículo, sendo todos os custos arcados pelas empresas habilitadas no Pregão Eletrônico.

**i) Estrutura de controle existente na UFFS para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente:**

A prestação de serviços de transportes terceirizados da UFFS, assim como a frota própria, é controlada por três servidores lotados no Departamento de Transportes e Logística da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura, em Chapecó/SC. Em cada um dos seis campi da Universidade existe um Agente de Transportes. Em cada um dos seis campi da Universidade existe um servidor designado como Agente de Transportes mais um suplente, responsáveis pelos serviços de

transportes da unidade, indicado por Portaria do Gabinete do Reitor.

### **6.2.2 Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

A UFFS possui 10 (dez) veículos recebidos em doação que estão inativos na frota. Em 2017 foi realizado o planejamento da substituição dos cinco automóveis mais velhos. Em razão da maioria dos veículos próprios serem seminovos, a UFFS não possui nenhum veículo antieconômico, sinistrado ou inservível em sua frota. Visando monitorar essa situação são realizados estudos anuais sobre os custos com manutenção com a finalidade de verificar se os veículos continuam econômicos. Caso seja constatado a presença de algum veículo antieconômico um processo de substituição será elaborado para a baixa patrimonial do veículo da frota da UFFS.

### **6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

#### **a) Estrutura de Controle**

Em virtude da necessidade de organização dos processos a serem adotados para gestão dos imóveis próprios e sob a jurisdição da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a estrutura de controle e gestão dos imóveis no âmbito da Instituição encontra-se prevista na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 017, DE 29 DE JANEIRO DE 2014 – PROAD/UFFS, sendo que a gestão dos imóveis no âmbito da UFFS, é exercida conjuntamente pela Superintendência Administrativa, Superintendência de Gestão Patrimonial, Departamento de Manutenção, da Secretaria Especial de Obras e Coordenações Administrativas dos Campi.

## b) Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Atualmente os imóveis que estão sob a jurisdição da Instituição, encontram-se distribuídos conforme apresentados nos quadros 50, 51 e 52.

### Quadro 50 – Imóveis próprios

Descrição Imóvel	RIP SPIUNET	MUNICÍPIO	UF
Imóvel Campus Laranjeiras do Sul, localizado na Rodovia BR 158, com área de 503.000 m <sup>2</sup> , conforme matrículas nº 13.994 e 15.962, do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul/PR.	7659 00032.500-3	Laranjeiras do Sul	PR
Imóvel Campus Realeza, localizado na Rua Edmundo Gaievski, SN, Trevo de Acesso Rodovia PR 182, KM 466, do Município de Realeza-PR, com área de 336.133,33 m <sup>2</sup> e imóvel com área de 497.200,00 m <sup>2</sup> , matrículas nº 26426 e nº 13.569, do Cartório de Registro de Imóveis de Realeza. <i>Observação:</i> <i>O imóvel matriculado sob nº 13.569, com área de 497.200,00m<sup>2</sup>, encontra-se em processo de incorporação para esta Instituição, decorrente do processo de doação da tutora 23080.013651-2012-64, Universidade Federal de Santa Catarina.</i>	7805 00005.500-0	Realeza	PR
Prédio Antigo Seminário, Campus Cerro Largo, localizado na Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro, cidade de Cerro Largo/RS, com área de 57.855,94 m <sup>2</sup> e área construída de 5.759,66 m <sup>2</sup> , matrícula nº 16.893, do Ofício de Registro de Imóveis de Cerro Largo-RS.	8601 00005.500-0	Cerro Largo	RS
Imóvel Campus Chapecó, localizado na Rodovia SC 459, Estrada Chapecó para Guatambú/SC, com área de Imóvel com área de 916.000,00 m <sup>2</sup> , matrícula nº 83.046, do Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó.	8081 00040.500-0	Chapecó	SC
Imóvel Campus Chapecó, com área de 6.424.24 m <sup>2</sup> , em condomínio dentro da área maior do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó, matrícula nº 930, situado no Distrito de Guatambu, Município de Chapecó.	8081 00066.500-2	Chapecó	SC
Imóvel Campus Cerro Largo, situado na Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro. – CEP 97.900-000, Cerro Largo-RS, com área de 679.785,95 m <sup>2</sup> , matrículas nº 15516, 1692, 8957, 16.820, 16821, 16824 e 16825, do Cartório de Registro de Imóveis de Cerro Largo.	8601 00009.500-1	Cerro Largo	RS
Imóvel Campus Erechim, situado na Rodovia RS 135, Km 72, número 200 – CEP 99.700-000, Erechim-RS, com área de 934.538,69 m <sup>2</sup> , matrículas nº 2.578, 2.579, 3.080, 5.594, 8.756, 18.519, 18.784, 39.098, 39.099, 55.128, 55.129, 55.130, 55.131 e 55.776, do Cartório de Registro de Imóveis de Erechim.	8637 00031.500-2	Erechim	RS
Imóvel Campus Passo Fundo, com as seguintes medidas: 19.542,90 m <sup>2</sup> e 30.778,20 m <sup>2</sup> , localizadas Rua Teixeira Soares, S/N, Centro, cidade de Passo Fundo/RS, matrículas nº 78.304 e nº 78.305, do Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo.	878500047.500-6 878500049.500-7	Passo Fundo	RS

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 51 – Imóvel recebido em Cessão**

<b>Descrição Imóvel</b>	<b>RIP SPIUNET</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>UF</b>
Cessão da área de 42,2064 ha (quarenta e dois hectares, vinte ares e sessenta e quatro centiares), originária de uma gleba maior denominada "Projeto Assentamento 08 de Junho" - INCRA x UFFS. Observação: A cessão de uso tem por finalidade a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul na área cedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, através do Termo de Cessão de Uso, conforme Processo Incra: 54200.001876/2009-92 e Extrato de Cessão de Uso, publicado no D.O.U em 04/05/2011, sendo o prazo de cessão de 20 anos, iniciando em 29/04/2011 e Findando em: 28/04/2031.	7659 00036.500-5	Laranjeiras do Sul	PR

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 52 – Imóveis locados de terceiros**

<b>Contrato</b>	<b>Descrição Imóvel</b>	<b>LOCADOR</b>	<b>RIP SPIUNET</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>UF</b>
CT-027/2010	Locação de imóvel Colégio Bom Pastor, situado na Rua Fernando Machado, 108 E, Centro, cidade de Chapecó/SC, com área de 8.569,20 m <sup>2</sup> , matriculado sob nº 49.741, no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó/SC.	ASSOCIAÇÃO MARIA BERNARDA	8081 00078.500-8	Chapecó	SC
CT-032/2013	Locação de sala comercial com área de 241,10 m <sup>2</sup> , localizada no pavimento térreo do Edifício Comercial e Residencial G5GAIH, situado na Rua Guanabara esquina com a Avenida Bruno Zuttion, no Município de Realeza/PR, matrícula nº 26.012, Cartório Registro de Imóveis de Realeza, para abrigar a instalação da Clínica Escola de Nutrição do Campus Realeza.	GELOAR ALCHIERI	7805 00015.500-4	Realeza	PR
CT-022/2016	Locação imóvel/espaco físico localizado na cidade de Passo Fundo, RS 153, KM 03, Bairro Jardim América, Nossa Senhora Aparecida do Santuário, com edificação de 1800 m <sup>2</sup> e ginásio poliesportivo com área de 1200 m <sup>2</sup> , destinado a instalação do Campus de Passo Fundo, matrículas nº 2.545 e 51.723, do Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo.	MITRA DE PASSO FUNDO	8785 00097.500-9	Passo Fundo	RS

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

### **c) Análise dos Registros das Informações dos Imóveis no SPIUnet**

No que se refere aos registros das informações dos imóveis sob a jurisdição da UFFS, os mesmos são efetuados de acordo com o disposto no Manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, com o preenchimento do maior número de informações possíveis, buscando assim manter o controle dos imóveis. Atualmente estão cadastrados no SPIUnet todos os imóveis de propriedade da autarquia, os imóveis locados de terceiros e os cedidos por terceiros para execução das atividades institucionais, cumprindo-se assim o disposto no Art. 2º da Portaria SPU nº 206/2000, que estabelece que os órgãos públicos federais, as Autarquias e as Fundações Públicas deverão cadastrar no SPIUnet os imóveis sob sua jurisdição ou de sua propriedade.

No que tange as avaliações periódicas dos imóveis, no âmbito institucional é observado o contido na Orientação Normativa MP/SPU/GEADE nº 04/2003, a qual discorre que a avaliação dos bens deve ser feita a cada 02 (dois) anos, porém, neste momento, em função do descumprimento do fluxo por parte do setor responsável pela emissão dos laudos de avaliação, alguns imóveis estão com suas avaliações vencidas, situação esta que já vem sendo tratada no âmbito da instituição para que seja contornada com maior brevidade possível.

Desta forma, embora ainda existam questões a serem ajustadas para melhoria da gestão imobiliária no âmbito desta Autarquia, pode-se afirmar que a presente unidade vem desenvolvendo uma política adequada de gestão e controle dos imóveis sob sua jurisdição, uma vez que vem observando as orientações dos órgãos de controle e as disposições legais inerentes a gestão dos imóveis, visando o aperfeiçoamento do controle imobiliário.



**d) Formalização de Cessão/Locação para Terceiros**

**Quadro 53 – Controle de cessão de uso de espaços - ONEROSOS**

<b>ONEROSOS</b>					
<b>Contrato</b>	<b>Locador</b>	<b>Forma de Contratação</b>	<b>Vigência</b>	<b>Limite máximo vigência</b>	<b>Valor anual 2017 (*)</b>
<b>FOOD TRUCK</b>					
Termo de Autorização de Uso nº 001/2017	04.453.0004/0001-86 – RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA – ME	Pregão Eletrônico nº 013/2017	10/08/2017 a 09/08/2018	08/2022	R\$ 2.691,00
Termo de Autorização de Uso nº 002/2017	04.453.0004/0001-86 – RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA – ME	Pregão Eletrônico nº 013/2017	10/08/2017 a 09/08/2018	08/2022	R\$ 2.485,10
Termo de Autorização de Uso nº 003/2017	004.791.020-82 – JARDEL FORMENTIN PINTO	Pregão Eletrônico nº 030/2017	02/10/2017 a 01/10/2018	10/2022 TERMO RESCINDIDO AMIGAVELMENTE	R\$ 400,00
<b>CANTINAS</b>					
CT-056/2012	10.816.209/0001-81 - LENIR FRUHAUF CARDOSO ME	Concorrência nº 04/2012	01/10/2012 a 30/09/2017	CONTRATO ENCERRADO	R\$ 11.441,90
CT-038/2017	04.453.004/0001-86 – RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA – ME	Pregão Eletrônico nº 18/2017	16/10/2017 a 15/10/2018	10/2022	R\$ 3.450,00
CT-007/2015	07.534.312/0001-24 - RESTAURANTE K'LENDA LTDA	Concorrência nº 07/2014	23/02/2015 a 22/02/2018	02/2020	R\$ 6.085,97
CT-011/2013	90.474.727/0001-01 - FERNANDO ARTUR BASTIAN & CIA LTDA.	Concorrência nº 12/2012	08/04/2013 a 07/04/2018	04/2018	R\$ 12.587,76
CT-010/2017	05.700.439/0001-40 - R. FONTANELLA & CIA LTDA – ME	Concorrência nº 04/2016	14/03/2017 a 13/03/2018	03/2022	R\$ 7.461,84
CT -017/2016	17.102.701/0001-34 - SONIAMAR S. TONIETTO & CIA LTDA – ME	Concorrência nº 02/2016	26/04/2016 a 25/04/2018	04/2021	R\$ 5.399,16
<b>REPROGRAFIAS</b>					
CT-060/2014	06.337.774/0001-99 - TONERTECH COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME	Concorrência nº 02/2014	27/06/2014 a 26/06/2018	06/2019	R\$ 8.504,19

CT-080/2014	09.587.371/0001-96 - CARLA IVANA MACHADO ME	Concorrência nº 06/2014	22/10/2014 a 21/10/2017	10/2019	R\$ 2.331,93
CT-009/2017	08.365.000/0001-05 - GNAS & CIA LTDA - ME	Pregão Presencial nº 02/2017	13/03/2017 a 12/03/2018	03/2022	R\$ 2.595,99
CT-043/2017	15.479.153/0001-30 - JOSIANE CRISTINA CANTONI & CIA LTDA - ME	Pregão Presencial nº 27/2017	24/10/2017 a 23/10/2018	10/2022	R\$ 0,00
CT-065/2012	15.479.153/0001-30 - JOSIANE CRISTINA CANTONI & CIA LTDA - ME	Concorrência nº 06/2012	29/10/2012 a 28/10/2017	CONTRATO ENCERRADO	R\$ 3.242,63
*Fonte: SISGRU por consulta valores recebidos em 2017 por CNPJ e código de recolhimento 28802 – Aluguéis				<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 68.677,47</b>
**Recursos foram contabilizados na Fonte 250 como receitas próprias, e utilizadas para atendimento às demandas institucionais administrativas como tributos, material de consumo e serviços.					

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 54 – Controle Cessão de Uso de Espaços – NÃO ONEROSOS**

<b>NÃO-ONEROSOS</b>					
<b>Contrato</b>	<b>Locador</b>	<b>Forma de Contratação</b>	<b>Vigência</b>	<b>Limite máximo vigência</b>	<b>Valor anual 2017</b>
<b>RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS</b>					
CT-003/2016	07.834.228/0001-26 - REFEIVEL COMERCIO DE REFEICOES LTDA - EPP	Pregão Presencial nº 66/2015	29/02/2016 a 28/02/2018	02/2021	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-041/2015	07.534.312/0001-24 - RESTAURANTE K'LENDA LTDA	Pregão Presencial nº 29/2015	13/07/2015 a 12/07/2018	07/2020	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-038/2015	02.145.626/0001-11 - PRATOMIL RESTAURANTES COLETIVOS LTDA - EPP	Pregão Presencial nº 31/2015	01/07/2015 a 30/06/2018	07/2020	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-06/2016	12.992.831/0001-76 - MARCOS ANTONIO CAPPELETTI – ME	Pregão Presencial nº 65/2015	04/04/2016 a 03/04/2018	04/2021	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-011/2017	09.649.306/0001-48 - ALIMENTARE NUTRIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI	Pregão Presencial nº 48/2016	20/03/2017 a 19/03/2018	03/2022	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
<b>OBSERVAÇÃO: Os espaços cedidos para atividades de DCE's, Escola Júnior e Incubadora de Negócio não estão relacionados pois a formalização de cessão destes espaços encontra-se em tramitação interna de decisão, conforme pode ser observado nos autos do processo nº 23205.003546/2017-78.</b>					

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

#### **e) Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis**

Esse item traz as informações sobre as despesas com manutenção predial nas edificações e unidades próprias ou utilizadas pela UFFS, sistematizadas pelo Departamento de Manutenção (DMA), onde são elencados os principais grupos ou áreas que envolvem a manutenção predial e seus respectivos valores mensais/anuais para cada edificação.

Cabe informar que o DMA junto com as Assessorias de Infraestruturas dos campi trabalha em regime de colaboração e de suporte técnico em serviços, contratações, orientação e de compra de suprimentos. Contudo, o DMA não exerce, de forma direta, o controle e a chefia desses setores. Pois cada campus, com sua Direção e Coordenação Administrativa devidamente estruturada, têm sua autonomia organizacional e desenvolve suas atividades, fazendo a gestão e o controle de maneira autônoma.

Considera-se importante destacar que alguns dos recursos empenhados ou contratados durante o ano de 2017 não estão aqui relacionados, pois apesar da contratação do serviço tenha sido iniciada em 2017, o serviço não foi concluído ou os produtos não foram totalmente entregues em 2017. Assim os pagamentos possivelmente não ocorreram, para a grande maioria desses casos a execução financeira deverá ocorrer em 2018, dessa forma pretendemos incluir estes recursos no próximo relatório anual, caso estes pagamentos sejam confirmados.

Consideramos que ao procedermos a análise dos Relatórios com os dados enviados pelos campi, observou-se que não há uma uniformidade dos dados registrados e conseqüentemente uma variação no nível dos controles, alterando a complexidade da análise conforme o campus. Contudo, pelos relatórios que foram entregues, as ações de manutenções estão sendo registradas, e se consegue identificar um avanço no nível de controle. Destaca-se que a cada novo relatório anual de gestão se percebe um significativo avanço e melhora nos relatórios. A medida em que os setores vão se organizando e tomando consciência da importância do controle padronizado, as formas de registro tornam-se mais precisas e corroboram para o planejamento de futuras ações.

Quanto aos valores informados referente as Unidades pertencentes a Reitoria em Chapecó (Unidade General Osório e Unidade Bom Pastor), que são de responsabilidade direta do Departamento de Manutenção, a elaboração do relatório observou os serviços de Manutenção Predial atendidos e controlados pelo próprio setor durante o ano de 2017. Os quadros 55 a 63 apresentam os custos de manutenção segmentados por Campi e Reitoria.

**Quadro 55 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS Reitoria - Unidade B. Pastor**

Atividade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
Divisórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
portões/grades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Coberturas/Telhados/Forros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199,83	-	-	não
dedetização/limpeza de caixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
climatização	-	-	-	773,91	-	-	-	-	-	2104,8	-	-	não
Elevador	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	734,56	não
Preventivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Limpeza sistema sanitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Materiais e suprimentos	-	296,8	113,2	-	-	627,26	395,64	0	494,64	2051,64	-	-	não
<b>Total por Mês</b>	734,56	1031,36	847,76	1508,5	734,56	1361,82	1130,2	734,56	1229,2	5090,83	734,56	734,56	-
<b>Total Anual/Unidade</b>												<b>R\$ 15.872,44</b>	

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 56 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS Reitoria – Unidade General Osório**

Atividade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
<b>Unidade Gal. Osório</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divisórias	-	-	-	-	98	-	-	-	-	-	-	-	não
portões/grades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
dedetização/limpeza de caixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
climatização	-	-	-	6490	-	2604,89	-	-	-	-	-	-	não

Elevador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Preventivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Limpeza da rede sanitária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Materiais e suprimentos	-	-	-	-	618	-	-	-	-	-	-	-	não
<b>Total por Mês</b>	-	-	-	6490	716	2604,89	-	-	-	-	-	-	não
<b>Total Anual/Unidade</b>												<b>R\$ 9.810,89</b>	

Fonte: PROAD/UFGS, 2018

**Quadro 57 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFGS – Campus Erechim**

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
Bloco A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Laboratórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1889,7	-	não
Restaurante Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1447,5	-	não
Vias externas e entornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Bloco de Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
CT-033/2016 - Limpeza de reservatórios - CH - CL e ER - 04.091.474/0001-47 - Artibras Saneamento e Engenharia Eireli EPP				2632,4	-	-	-	-	-	-	-	-	não
CT-035/2016 - Análises físico-químicas e microbiológicas - ER - 13.844.958/0001-00 - Sul Ambiental E Engenharia Ltda ME.		837,34	837,34	837,34	-	837,34	837,34	837,34	4936,34	837,34	-	-	não
CT-016/2017 - Manutenção Elevadores Erechim/RS. - 10.571.929/0001-24 - Elevtec manutenção de elevadores						2370	2895	2370	2370	2370	2370	2370	não

CT-091/2015 - Manutenção Elevadores - Erechim/RS - 29.739.737/0006-17 - ELEVADORES OTIS LTDA	700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
CT-021/2016 - Manutenção predial elétrica - Erechim/RS. - 05.795.238/0001-74 - MULTIPONTO INSTALACOES ELETRICAS LTDA EPP					5523,39	11563,2	-	-	-	-	-	-	não
CT-042/2016 - Manutenção redes de água, esgoto e ETE - CH-CL-ER - 79.915.955/0001-29 - Fibratec - Chapecó Indústria e Comércio de Fibras LTDA.					3108,13	-	11930,12	-	-	-	-	-	não
CT-042/2017 - Manutenção de extintores - Campus Erechim/RS - 22.827.746/0001-06 - JM EXTINTORES CAÇADOR LTDA ME													não
CT-035/2015 - Serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS REDES ELÉTRICAS E LÓGICAS, com fornecimento de peças, no Campus Erechim/RS. - 87.415.741/0001-11 - TOIN E Busetto LTDA									1592,54	1215,97	-	1605,56	não
<b>Total por Mês</b>	0	837,34	1537,3	3469,7	0	3207,34	12363,86	14770,5	20829	4423,31	5707,2	3975,56	-
<b>Total Anual/Campus</b>												<b>R\$ 71.121,17</b>	-

Fonte: PROAD/UFS, 2018

#### Quadro 58 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFS – Campus Laranjeiras do Sul

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
Bloco A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Laboratórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Estação de Tratamento de Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Restaurante Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Bloco Sala de Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Áreas Experimentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Galpão Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Sistema de Abastecimento de água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não

Barracão depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
CEAGRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Centro Vocacional Tecnológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Contrato de Manutenção de Redes elétricas e lógica em Geral - 81.044.547/0001-90 - Eletro Instaladora Getel Ltda - CT-040/2016.							14147,7	-	-	1479	2404,74	-	não	
29.739.737/0008-89 - ELEVADORES OTIS LTDA FILIAL CURITIBA - Manutenção Elevadores - Laranjeiras do Sul/PR - CT-051/2015	2857,84	2857,84	2857,8	2857,8	2857,8	2857,84	2857,84	2857,84	2857,84	2857,84	2857,84	2816,14	não	
Contrato de Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - 79.915.955/0001-29 - Fibratec - Chapecó Indústria e Comércio de Fibras LTDA. - CT-037/2016							3169,92	939,15	-	-	-	-	não	
21.207.079/0001-04 - Kevin Bugs Vaz ME - Limpeza de reservatórios - LS e RE - CT-036/2016	9768,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não	
<b>Total por Mês</b>	2857,84	12626,8	2857,8	2857,8	2857,8	2857,84	20175,46	3796,99	2857,84	4336,84	5262,58	2816,14	-	
<b>Total Anual/Campus</b>												<b>R\$ 66.161,85</b>	-	

Fonte: PROAD/UFGS, 2018



**Quadro 59 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Cerro Largo**

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
Unidade Seminário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Bloco A - Manutenção Elevadores - Cerro Largo/RS - 29.739.737/0006-17 - CT-090/2015 - ELEVADORES OTIS LTDA.			14000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Laboratórios Didáticos (1,2 e 3)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Manutenção e Operação de Redes de Água/Esgoto - CT-037/2016 - 79.915.955/0001-29 - Fibratec - Chapecó Indústria e Comércio de Fibras LTDA.		2557,6	-	-	-	-	-	-	-	-	18506,8	-	não
Contrato de Manutenção de Redes elétricas e lógica em Geral - 08.533.925/0001-00 - Sete Construções LTDA-ME - CT-031/2016	12000	-	13520	-	-	-	5603,16	3786,22	-	-	1021,59	-	não
Limpeza de reservatórios - CH - CL e ER - CT-033/2016 - 04.091.474/0001-47 - Artibras Saneamento e Engenharia Eireli EPP.								4517,04	-	-	-	-	não
Bloco de Professores - Manutenção Elevadores - Cerro Largo/RS - CT-013/2017 - 11.109.643/0001-94 - ELEVADORES ERECHIM LTDA ME.							2500	2500	2500	2500	2500	2500	não
Galpão da Agronomia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
<b>Total 2016</b>	12000	2557,6	27520	0	0	0	8103,16	10803,3	2500	2500	22028,39	2500	-
<b>Total Anual/Campus</b>												<b>R\$ 90.511,95</b>	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 60 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Chapecó**

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	
Bloco A	-	-	-	-	Material adquirido através do Contrato de serviços Terceirizados (Intersept)	-	-	-	-	-	-	916,365	
Bloco B	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	460,44
Laboratório 01	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	304,2
Laboratório 02	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	71,58
Laboratório 03	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	127,79
Laboratório 04	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	207,05
Central de Reagentes / Central de Gases / Gerador	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Restaurante Universitário	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	181,53
Vias Externas e Entornos	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	2311,73
Estação de Tratamento de Esgoto	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	19,91
Bloco de Professores	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	129,09
Galpão de Maquinários / Áreas Experimentais	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	143,51
Biblioteca	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	515,08
Bloco A	70,75	25	-	72,91	5,33	396,4	347,29	14,3438	1508,72	533,73	27,77	99,84	
Bloco B	90,02	159,2	-	156,19	-	-	9	101,33	2061,714	62,45	695,126	65,12	
Laboratório 1	-	37,43	169,4	789,17	-	-	77,655	51,24	-	-	10,4	-	
Laboratório 2	-	-	-	19,96	-	4,53	11,37	-	-	18,82	99,07	694,87	
Laboratório 3	141,25	-	-	24,85	70	-	57,844	-	-	10,3	38,47	-	
Laboratório 4	896,2	110,85	337,2	19,96	337,5	-	39,807	3,2	-	5,33	102,23	-	
Central de Reagentes / Central de Gases / Gerador	-	10,41	-	-	-	-	-	-	-	10,3	-	-	
Restaurante Universitário	-	-	103,5	0,29	-	2038,274	831,352	1800,43	103,32	96,47	4,79	-	
Vias externas e entornos	451,32	9,41	125,58	230,4	-	1654,52	-	138,81	1973,94	4653,57	432,29	4059,47	
Estação de Tratamento de Esgoto		1100,4	-	-	2790	-	34,98	2,38	-	-	2790	-	

Bloco de Professores	-	94,27	-	-	-	-	-	3	743,754	-	1,276	-
Galpão de Maquinários	2,1	18,82	-	-	26,35	-	46,3	9,73	2,39	18,53	-	275,745
Bloco da Biblioteca	-	66,08	14,01	24,44	35,43	77,61	10963,51	216,02	51,33	166,4868	704,28	128,48
Cto 18/2016 - Multiponto Instalações Elétricas Ltda Epp.			111,91	-	-	-	14108,73	1629,08	1976,05	-	-	4149,84
Cto 53/2015 - Thyssenkrupp Elevadores Ltda	734,555	734,555	734,56	734,56	734,56	734,555	734,555	734,555	734,555	734,555	734,555	734,555
Cto 54/2015 - Elevadores Otis Ltda	3585,01	3585,01	3585	3585	3585	3585,01	3585,01	3585,01	3585,01	3585,01	3585,01	3585,01
Cto 15/2017 - Elevtec Manutenção de Elevadores Ltda ME						1375	1375	1375	1375	1375	1375	1375
Cto 51/2017 - Dedetizadora Planalto E Servicos Ltda Me												3220
Cto 33/2016 - Artibras Saneamento e Engenharia Eireli EPP			4051,2		465,87	-	-	-	-	-	-	-
Cto 34/2016 - Entaal, Engenharia, Serviços de Tratamento De Água E Análises Ltda			2191,5		1643,6	547,87	547,87	1095,74	-	-	870,74	3551,57
Cto 42/2016 - Fibratec - Chapecó Indústria e Comércio de Fibras Ltda											5615,17	-
Ct - 19/2017 - Ds Manutenção De Ar Condicionado Ltda - EPP.						1240	-	1240	1240	1240	1240	1240
Emp 80/Dlic/Uffs/2017 - Gaudio Mario Pozzan Me												810
Emp 2/Assinfr - Ch/UFF/2017 - Comercio De Divisorias Bianca Ltda Me Biblioteca, Laboratório de Linguas e Bloco A.	6800	-	-	-	1506	-	2804	4210	-	-	-	-
Emp 222/Dlic/Uffs/2017 - Kasa Do Socorro Residencial E Transportes Ltda Me												350
Emp 4/Dlic/Uffs/2017 - Leao Pocos Artesianos Ltda												7898
Emp 25/Dlic/Uffs/2017 - Revelino De Quadros	1499,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
93.101.830/0001-96 - Jrv Oliveira & Filho Ltda - Me - 2017ob804281 - Bloco Da Biblioteca Reitoria.											18134,28	-
08.316.250/0001-47 - Ar Quente E Frio Comercio De Climatizadores Ltda Me - 2017ob804224 - Bloco A.											7360,07	-
Emp 53/Dlic/Uffs/2017 - Dedetizadora Mata Tudo Ltda Me.												500
Emp 65/Dlic/Uffs/	858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2017 - Santa Clara Vidros, Alumínios e Acessórios Ltda Me													
<b>Total Por Mês</b>	15129,2	5951,44	5181,2	11900	11200	11653,77	35574,27	16209,9	15355,78	12510,55	43820,527	38125,775	
<b>Total Anual/Campus</b>												<b>R\$ 222.612,35</b>	

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 61 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Realeza**

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
Bloco A	86	170	60	234	270,45	81	156	110,27	163,03	204,22	662,16	429,45	não
Laboratórios	202	226	251,9	208,7	42,8	690	70	223,39	213,56	121,72	89713,41	-	Sim
Restaurante Universitário	-	-	8207,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
CT-036/2016 - 21.207.079/0001-04 - Kevin Bugs Vaz ME - Limpeza de reservatórios - LS e RE.							8207,46	-	-	-	-	-	não
Hospital Veterinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	670	-	não
Bloco de Professores	13	245	30	156	27	504,05	141	131,46	3,1	113,55	-	-	não
Prédio Centro Curso de Nutrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
UMV	-	-	-	-	192	0	103,05	-	-	-	-	-	não
Galpão Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Central de reagentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
CT-037/2016- 79.915.955/0001-29 - Fibratec - Chapecó Industria e Comércio de Fibras LTDA. Manutenção e Operação de Redes de Água/Esgoto												4486,5	não
Elevadores Bloco A	3009,37	3009,37	3009,4	3009,4	3009,4	3009,37	3009,37	3009,37	3009,37	3009,37	3009,37	2965,46	não
<b>Total por Mês</b>	3310,37	3650,37	11559	3608,1	3541,6	4284,42	11686,88	3474,49	3389,06	3448,86	94054,94	7881,41	-
<b>Total Anual/Campus</b>												<b>R\$ 153.889,22</b>	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 62 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Passo Fundo Seminário Und. Provisória**

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Agrega valor ao imóvel
<b>Seminário Und. Provisória</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Divisórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
portões/grades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Reforma elétrica/lógica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
hidráulica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
elétrica/iluminação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
dedetização/limpeza de caixas	-	-	-	-	1699	-	-	-	-	-	-	1699	não
climatização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Elevador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Preventivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Limpeza sistema sanitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Materiais e suprimentos	357,47	158,75	87,54	-	11,66	-	-	32	56,49	83,77	23,32	3,97	não
<b>Total por Mês</b>	357,47	158,75	87,54	-	1710,7	-	-	32	56,49	83,77	23,32	1702,97	-
<b>Total Anual/Seminário</b>												<b>R\$ 4.212,97</b>	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

**Quadro 63 – Relatório de Gestão de Manutenção Predial em 2017 UFFS – Campus Passo Fundo - Bloco A - Campus Definitivo**

Unidade/Mês	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	-
<b>Bloco A - Campus Definitivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Divisórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7009	sim
portões/grades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
elétrica/lógica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
hidráulica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
eletrica/iluminação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
dedetização/limpeza de caixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
climatização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Elevador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Preventivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Limpeza sistema sanitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
Materiais e suprimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	não
<b>Total por Mês</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7009	-
<b>Total Anual/Campus</b>												<b>R\$ 7.009,00</b>	-

Fonte: PROAD/UFFS, 2018

Em relação à **qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis**, ocorreu fato importante durante o exercício financeiro de 2017 no que diz respeito a regularização de registros no sistema SPIUnet, referente a terrenos que estavam cadastrados neste sistema, mas que por questões técnicas ou procedimento inadequado de cadastro não haviam sido integrados tempestivamente ao SIAFI. Realizada a regularização dos parâmetros no SPIUnet, ocorreu a integração ao SIAFI. Desta forma a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis está adequada, exceto pela divergência entre os sistemas SPIUnet e SIAFI na conta “Terrenos/glebas” de R\$ 618.323,94 referente a 1 (um) terreno recebido por cessão de uso do INCRA, mas contabilizado como se fosse de propriedade da UFFS. Cabe ressaltar que a referida inadequação foi sanada em janeiro de 2018.

#### **f) Riscos relacionados à Gestão dos Imóveis e os Controles para mitigá-los**

No que diz respeito aos riscos relacionados à gestão imobiliária, o principal risco está relacionado ao descumprimento dos fluxos internos estabelecidos entre os setores envolvidos na gestão imobiliária, bem como a não observação das orientações legais e normativas internas. Ainda, outro risco a ser mitigado é referente a falta de treinamentos/capacitações para operacionalização do SPIUnet, bem como a inexistência de um suporte para atendimento as dúvidas e a morosidade para retorno das demandas por parte da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, o que dificulta o desenvolvimento dos trabalhos inerentes à gestão dos imóveis no SPIUnet.

Quanto aos controles para evitar problemas na gestão dos imóveis no âmbito da Instituição, conforme já mencionado se encontra vigente no âmbito da instituição, a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 017, DE 29 DE JANEIRO DE 2014 – PROAD/UFFS, a qual estabelece os procedimentos a serem adotados e as atividades a serem desenvolvidas pelos setores internos para gestão dos imóveis próprios e sob a jurisdição da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Ainda, visando o aperfeiçoamento do processo de gestão imobiliária, também está publicada a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROAD/SEO Nº 27, DE 12 DE JANEIRO DE 2017, a qual dispõe sobre os procedimentos para avaliação e averbação dos imóveis da UFFS.

Deste modo, julga-se que a Instituição mantém um nível de gestão adequado em relação aos imóveis, haja vista que possuímos controle dos mesmos, instruções normativas que estabelecem os procedimentos a serem adotados para gestão imobiliária e fluxos estabelecidos entre os



envolvidos no processo. Ainda, há de se destacar que o cumprimento dos fluxos estabelecidos e o comprometimento dos gestores envolvidos no processo são ferramentas essenciais para manutenção do controle e gestão dos imóveis sob a jurisdição da instituição, ações estas que devem ser adotadas de forma sistemática, a fim de garantir o controle e gerenciamento do patrimônio imobiliário.

## 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Os quadros 64 e 65 apresentam os imóveis em cessão: onerosos e não onerosos.

**Quadro 64 – Controle Cessão de Uso de Espaços – ONEROSOS**

Contrato	Locador	Objeto	Processo	Forma de Contratação	Caracterização do Espaço Cedido	Vigência	Limite máximo vigência	Valor anual 2017 (*)	Forma de Contabilização e Utilização dos Recursos
<b>FOOD TRUCK</b>									
Termo de Autorização de Uso nº 001/2017	04.453.0004/0001-86 – RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA – ME	Food truck Chapecó/SC	23205.001204/2017-13	Pregão Eletrônico nº 013/2017	Espaço destinado a funcionamento de food truck	10/08/2017 a 09/08/2018	08/2022	R\$ 2.691,00	**
Termo de Autorização de Uso nº 002/2017	04.453.0004/0001-86 – RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA – ME	Food truck Chapecó/SC	23205.001204/2017-13	Pregão Eletrônico nº 013/2017	Espaço destinado a funcionamento de food truck	10/08/2017 a 09/08/2018	08/2022	R\$ 2.485,10	**
Termo de Autorização de Uso nº 003/2017 - TERMO RESCINDIDO AMIGAVELMENTE	004.791.020-82 – JARDEL FORMENTIN PINTO	Food truck Chapecó/SC	23205.001204/2017-13	Pregão Eletrônico nº 030/2017	Espaço destinado a funcionamento de food truck	02/10/2017 a 01/10/2018	10/2022 - TERMO RESCINDIDO AMIGAVELMENTE	R\$ 400,00	**
<b>CANTINAS</b>									
CT-056/2012 - CONTRATO ENCERRADO	10.816.209/0001-81 - LENIR FRUHAUF CARDOSO ME	Cantina Chapecó/SC	23205.004250/2012-13	Concorrência nº 04/2012	Espaço destinado à alocação de Cantina no Campus Chapecó/SC	01/10/2012 a 30/09/2017	CONTRATO ENCERRADO	R\$ 11.441,90	**
CT-038/2017	04.453.004/0001-86 – RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA – ME	Cantina Chapecó/SC	23205.002405/2017-38	Pregão Eletrônico nº 18/2017	Espaço destinado à alocação de Cantina no Campus Chapecó/SC	16/10/2017 a 15/10/2018	10/2022	R\$ 3.450,00	**

CT-007/2015	07.534.312/0001-24 - RESTAURANTE K'LENDA LTDA	Cantina Cerro Largo/RS	23205.002733/2014-45	Concorrência nº 07/2014	Espaço destinado à alocação de Cantina no Campus Cerro Largo/RS	23/02/2015 a 22/02/2018	02/2020	R\$ 6.085,97	**
CT-011/2013	90.474.727/0001-01 - FERNANDO ARTUR BASTIAN & CIA LTDA.	Cantina Erechim/RS	23205.009175/2012-87	Concorrência nº 12/2012	Espaço destinado à alocação de Cantina no Campus Erechim/RS	08/04/2013 a 07/04/2018	04/2018	R\$ 12.587,76	**
CT-010/2017	05.700.439/0001-40 - R. FONTANELLA & CIA LTDA – ME	Cantina Laranjeiras do Sul/PR	23205.005083/2016-06	Concorrência nº 04/2016	Espaço destinado à alocação de Cantina no Campus Laranjeiras do Sul/PR	14/03/2017 a 13/03/2018	03/2022	R\$ 7.461,84	**
CT -017/2016	17.102.701/0001-34 - SONIAMAR S. TONIETTO & CIA LTDA – ME	Cantina Realeza/PR	23205.000648/2016-51	Concorrência nº 02/2016	Espaço destinado à alocação de Cantina no Campus Realeza/PR	26/04/2016 a 25/04/2018	04/2021	R\$ 5.399,16	**
<b>REPROGRAFIAS</b>									
CT-060/2014	06.337.774/0001-99 - TONERTECH COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME	Reprografia Chapecó/SC	23205.000403/2014-15	Concorrência nº 02/2014	Espaço destinado à alocação de reprografia no Campus Chapecó/SC	27/06/2014 a 26/06/2018	06/2019	R\$ 8.504,19	**
CT-080/2014	09.587.371/0001-96 - CARLA IVANA MACHADO ME	Reprografia Cerro Largo/RS	23205.002606/2014-46	Concorrência nº 06/2014	Espaço destinado à alocação de reprografia no Campus Cerro Largo/RS	22/10/2014 a 21/10/2017	10/2019	R\$ 2.331,93	**
CT-009/2017	08.365.000/0001-05 - GNAS & CIA LTDA – ME	Reprografia Erechim/RS	23205.000247/2017-81	Pregão Presencial nº 02/2017	Espaço destinado à alocação de reprografia no Camps Erechim/RS	13/03/2017 a 12/03/2018	03/2022	R\$ 2.595,99	**
CT-043/2017	15.479.153/0001-30 - JOSIANE CRISTINA CANTONI & CIA LTDA - ME	Reprografia Realeza/PR	23205.002883/2017-48	Pregão Presencial nº 27/2017	Espaço destinado à alocação de reprografia no Campus Realeza/PR	24/10/2017 a 23/10/2018	10/2022	R\$ 0,00	**

CT-065/2012 CONTRATO ENCERRADO	15.479.153/0001-30 - JOSIANE CRISTINA CANTONI & CIA LTDA - ME	Reprografia Realeza/PR	23205.006167/2 012-89	Concorrência nº 06/2012	Espaço destinado à alocação de reprografia no Campus Realeza/PR	29/10/2012 a 28/10/2017	CONTRATO ENCERRADO	R\$ 3.242,63	**
*Fonte: SISGRU por consulta valores recebidos em 2017 por CNPJ e código de recolhimento 28802 – Aluguéis							<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 68.677,47</b>	
**Recursos foram contabilizados na Fonte 250 como receitas próprias, e utilizadas para atendimento às demandas institucionais administrativas como tributos, material de consumo e serviços.									

Fonte: PROAD/UFS, 2018

#### Quadro 65 – Controle Cessão de Uso de Espaços – NÃO ONEROSOS

Contrato	Locador	Objeto	Processo	Forma de Contratação	Caracterização do Espaço Cedido	Vigência	Limite máximo vigência	Valor anual 2017
<b>RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS</b>								
CT-003/2016	07.834.228/0001-26 - REFEIVEL COMERCIO DE REFEICOES LTDA - EPP	RU Chapecó/ SC	23205.004762/2 015-79	Pregão Presencial nº 66/2015	Edificação construída para abrigar os serviços do Restaurante Universitário, padronizado em todos os campi.	29/02/2016 a 28/02/2018	02/2021	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-041/2015	07.534.312/0001-24 - RESTAURANTE K'LENDIA LTDA	RU Cerro Largo/RS	23205.001318/2 015-00	Pregão Presencial nº 29/2015	Edificação construída para abrigar os serviços do Restaurante Universitário, padronizado em todos os campi.	13/07/2015 a 12/07/2018	07/2020	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-038/2015	02.145.626/0001-11 - PRATOMIL RESTAURANTES COLETIVOS LTDA - EPP	RU Erechim/ RS	23205.001320/2 015-71	Pregão Presencial nº 31/2015	Edificação construída para abrigar os serviços do Restaurante Universitário, padronizado em	01/07/2015 a 30/06/2018	07/2020	CONCESSÃO NÃO ONEROSA

					todos os campi.			
CT-06/2016	12.992.831/0001-76 - MARCOS ANTONIO CAPPELETTI – ME	RU Laranjeiras do Sul/PR	23205.4760/201 5-80	Pregão Presencial nº 65/2015	Edificação construída para abrigar os serviços do Restaurante Universitário, padronizado em todos os campi.	04/04/2016 a 03/04/2018	04/2021	CONCESSÃO NÃO ONEROSA
CT-011/2017	09.649.306/0001-48 - ALIMENTARE NUTRIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI	RU Realeza/PR	23205.005205/2 016-56	Pregão Presencial nº 48/2016	Edificação construída para abrigar os serviços do Restaurante Universitário, padronizado em todos os campi.	20/03/2017 a 19/03/2018	03/2022	CONCESSÃO NÃO ONEROSA

Fonte: PROAD/UFGS, 2018

Os espaços cedidos para atividades de DCE's, Escola Júnior e Incubadora de Negócio não estão relacionados pois a formalização de cessão destes espaços encontra-se em tramitação interna de decisão, conforme pode ser observado nos autos do processo nº 23205.003546/2017-78.

## 6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

O quadro 66 apresenta a relação de imóveis locados de terceiros

**Quadro 66 – Relação de imóveis locados de terceiros**

Item	Contrato	Objeto	Processo	Credor	Período de vigência	Valor Locação Mensal
1	CT-027/2010	Aluguel Colégio Bom Pastor	23205.000884/2010-81	80.624.273/0001-46 - ASSOCIAÇÃO MARIA BERNARDA - AMAB	03/12/10 à 02/12/19	59.257,78
2	CT-050/2011	Locação de imóvel na Rua General Osório.	23205.008984/2011-91	020.788.999-68 - ALBINO MANTELLI	06/12/11 à 05/07/17	24.288,94
3	CT-055/2012	Locação Mitra - Campus Erechim.	23205.009080/2012-63	87.635.405/0001-84 - MITRA DIOCESANA DE EREXIM	01/09/12 à 31/08/17	21.200,00
4	CT-032/2013	Locação de sala comercial Realeza/PR	23205.000308/2013-31	546.154.889-04 - Geloar Alchieri	29/05/13 à 28/05/18	2.577,62
5	CT-016/2014	Locação Laboratórios de Anatomia - Passo Fundo/RS	23205.004694/2013-30	92.021.062/0001-06 - ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE SAO VICENTE DE PAULO	20/01/14 à 19/01/18	13.752,80
6	CT-022/2016	Locação de imóvel Passo Fundo/RS.	23205.002104/2016-23	92.027.192/0001-48 - MITRA ARQUIDIOCESANA DE PASSO FUNDO	01/07/16 à 28/02/2018	23.180,96

Fonte: PROAD/UFS, 2018

## **Análise Crítica dos imóveis locados de terceiros**

**Item 1 -** Este imóvel está locado para sediar toda a estrutura da Reitoria da UFFS, contemplando as Pró-Reitorias de Administração e Infraestrutura, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, o Gabinete do Reitor, Auditoria Interna, Diretoria de Comunicação e outros setores menores. Neste imóvel, foi necessário um novo projeto para a rede lógica e elétrica pois não comportaria o uso pela UFFS. No entanto, são instalações que não serão possíveis a retirada, porém, a estimativa para uso do imóvel fica em torno de 10 anos, tornando-se desta forma necessário o investimento.

**Item 2 -** Este imóvel abrigava as Pró-Reitorias fins: Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Cultura e Secretaria Especial de Tecnologia da Informação. Ao término da vigência em 2017 estas estruturas foram transferidas para as estruturas definitivas da UFFS, junto ao campus Chapecó.

**Item 3 -** Este imóvel ainda abriga algumas salas de aulas e sala de professores, tendo em vista a estrutura do Campus Erechim ainda não estar completa. O bloco B do Campus Erechim ficou pronto e no término da vigência deste contrato em 2017, as estruturas que estavam neste imóvel foram transferidas para as instalações definitivas.

**Item 4 -** Esta sala comercial está locada para a Clínica Escola de Nutrição do Curso de Nutrição do Campus Realeza. No local onde o Campus está situado não há espaço disponível para esta clínica e, portanto foi necessário a locação deste imóvel.

**Item 5 -** Estes laboratórios estão locados para a realização das aulas práticas do curso de Medicina do Campus Passo Fundo.

**Item 6 -** O Campus Passo Fundo funciona neste imóvel que é locado e que teve os custos de locação assumidos pela UFFS no ano de 2016. As instalações definitivas do Campus estão em obras, tendo a primeira etapa já concluída. A segunda etapa da obra encontra-se em andamento e tem previsão de término para 2018.

**Observações gerais:** Para os imóveis locados da UFFS, as manutenções relativas ao uso são realizadas pela UFFS, como por exemplo, troca de lâmpadas, pequenos reparos prediais e elétricos, jardinagem, etc., benfeitorias, consideradas melhorias para o imóvel correm por conta do locador.

## 6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS é uma instituição com estrutura multicampi, e a infraestrutura física foi pensada/planejada numa gestão democrática e participativa através de leituras comunitárias com participação da comunidade acadêmica e da comunidade externa. Hoje, a infraestrutura nos *Campi* definitivos atende as necessidades básicas para a pesquisa, ensino e extensão, sendo suficiente e adequada nesta etapa de implantação.

Os principais objetivos da implantação dos *Campi* da UFFS são: estimular a convivência entre estudantes e a integração com a comunidade ao encontro da interação multidisciplinar proposta no Projeto Pedagógico institucional; fomentar tecnologias e sistemas de melhor desempenho energético e sustentável através de certificações; propiciar o planejamento e a gestão democrática e participativa do território dos *campi* através de comissões, conselhos e audiências; reforçar a centralidade do campus na região das cidades implantadas com meios alternativos de mobilidade urbana e sistemas articulados de espaços públicos e criação de espaços verdes aliados à preservação ambiental.

A instituição tem seis *campi* localizados nas cidades: Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo no Rio Grande do Sul, Chapecó em Santa Catarina, Laranjeiras do Sul e Realeza no Paraná. Sendo que cada campus, exceto Passo Fundo que ainda está em implantação, tem uma infraestrutura física e urbanística já bem definida. Os edifícios são semelhantes para todos os *campi*, mantendo-se a concepção da identidade da instituição.

A seguir segue a descrição sucinta das obras construídas e a infraestrutura implantada até dezembro de 2017.

1. **Blocos de salas de Aula/administrativos:** Os edifícios destinados às salas de aula e salas administrativas são denominados de **Bloco A**, com área de 4.925,06m<sup>2</sup> cada bloco. Ou seja, nos *Campi* de Cerro Largo, Laranjeiras do Sul e Realeza temos um Bloco A em cada um dos campi, e no Campus Chapecó e Erechim temos dois blocos destinados às salas de aula e salas administrativas denominados de Blocos A e B. Estes edifícios são compostos por quatro pavimentos, com aproximadamente 40 salas de aulas de 64 m<sup>2</sup> dispostas ao longo de duas alas, as circulações verticais encontram-se nas extremidades e são dotadas, além de caixas de escadas, de



elevadores para a inclusão PNE. O edifício contém auditório para aproximadamente 150 pessoas, cantina, reprografia e biblioteca, além de atendimento aos alunos e salas de apoio. No pátio central tem uma ampla área de recreação com mesas, bancos e paisagismo. No campus Passo Fundo temos um Bloco A com área de 5.344,01 m<sup>2</sup> destinados as salas administrativas, salas de aulas e laboratórios.

2. **Restaurante Universitário:** Esta obra foi construída nos *campi* Cerro Largo e Erechim/RS, Laranjeiras do Sul e Realeza/PR e Chapecó/SC. A obra em questão refere-se somente à parte civil e de infraestrutura do prédio. A construção compreende uma área total de 2.328,28 m<sup>2</sup> assim distribuídos: Refeitório – 1.263,07 m<sup>2</sup>; Cozinha – 563,35 m<sup>2</sup>; Pavimento técnico – 424,84 m<sup>2</sup>; Nível 02 Cx. d'água – 38,51 m<sup>2</sup> e Nível 03 Cx. d'água – 38,51 m<sup>2</sup>.

3. **Laboratórios Didáticos:** são quatro pavilhões térreos para o Campus Chapecó e três pavilhões térreos para os demais *campi*, exceto para o Campus Passo Fundo, destinados aos laboratórios didáticos, com área de 1.202,50m<sup>2</sup> cada pavilhão. No campus Passo Fundo os Laboratórios Didáticos estão dispostos no Bloco A.

4. **Almoxarifados de Reagentes:** são quatro prédios térreos de área individual de 106,25 m<sup>2</sup> para os *campi* Cerro Largo e Erechim/RS, Laranjeiras do Sul e Realeza/RS, para o campus Chapecó/SC a central de reagentes foi licitada/contratada com as obras de complementação dos laboratórios didáticos. Os Almoxarifados de Reagentes tem a finalidade de armazenamento central dos reagentes que são utilizados nos laboratórios didáticos de cada campus, além de concentrar a coleta e armazenar os resíduos químicos produzidos nas aulas práticas.

5. **Bloco de Salas de Professores,** no Campus Chapecó o edifício é composto por três pavimentos com área total construída de 4.109,43m<sup>2</sup> e para os demais *campi*, exceto para o Campus Passo Fundo, o prédio é de dois pavimentos com área total construída de 2.522,74m<sup>2</sup>. A acessibilidade entre os pavimentos é realizada com elevador para PNE e escadas, o bloco tem capacidade para abrigar aproximadamente 150 professores. Os professores são igualmente distribuídos em salas nas alas norte e sul, com 12,81 m<sup>2</sup> de área e capacidade para dois professores por sala. O edifício também possui auditório com 100 lugares, salas de convivência, salas para reuniões, salas de impressão, espaço para escaninhos, salas para alunos bolsistas e salas de meios.

6. **Biblioteca Universitária:** O prédio destinado a Biblioteca Universitária Central também abriga o setor de Arquivo e o setor de Tecnologia de Informação, com 7.769,68m<sup>2</sup> de área

construída no Campus Chapecó, e atende as demandas de todos os *campi*. O prédio é composto de elevador, climatização e DATACENTER, de quatro pavimentos, tendo um grande espaço vazio de interligação entre todos os pavimentos, coberto por uma estrutura em translúcida que permite a incidência de luz, e a ligação dos pavimentos ocorre através de rampas, e entre estas rampas, no térreo, encontra-se um anfiteatro aberto para apresentação e mostras culturais. No último pavimento temos um terraço com área de contemplação e estar (jardim e bancos). Nos demais *campi* a biblioteca está localizada no Bloco A.

7. **Galpão de Maquinário Agrícola:** Esta obra atende as demandas de um ambiente coberto, fechado e seguro para a guarda do maquinário agrícola pertencente à universidade, de modo a proteger o mesmo e prolongar sua vida útil, armazenamento dos insumos utilizados nas Áreas Experimentais dos *Campi*, assim como servir de apoio para atividades de ensino e extensão ligadas a estas áreas. O Galpão de Maquinário Agrícola foi projetado como uma edificação com a área interna de térreo com o vão-livre para facilitar as manobras do maquinário agrícola e a movimentação dos insumos das áreas experimentais. Esta obra de 515,37 m<sup>2</sup> de área coberta foi construída nos *campi* Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza.

8. **Complexo Veterinário Hospital Universitário:** Esta obra destinada ao campus Realeza é para atender as necessidades e desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Medicina Veterinária. As obras contempladas nesta primeira etapa são: Bloco Administração, 05 (cinco) Centrais de Resíduos, Bloco de Apoio, 06 (seis) Centrais de Gases Especiais e GLP, Bloco Clínica Cirurgia Pequenos Animais, Bloco Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapias (SADT/ Exames), Bloco Laboratório de Anatomia e Patologia, Bloco Reprodução Animal, 02 (duas) Cisternas; Reservatório Elevado (167 m<sup>3</sup>); Sistema de Tratamento de Esgoto (Estação Elevatória de Esgoto) e 04 (quatro) Subestações de Energia Elétrica com motogerador, totalizando 5.143,59m<sup>2</sup> de área construída. O acesso entre os blocos com escadas e rampas.

9. **Cobertura dos Troncos:** para a completa operacionalização do complexo veterinário foi construído um curral coberto com doca/desembarcadouro, bretes e redondel, cercados e troncos individuais, totalizando 496 m<sup>2</sup> de área de intervenção. Esta construção foi possível, pois a UFFS conseguiu uma verba parlamentar destinada para este fim, emenda 19630006, oriunda das emendas ao PLN 0007/2015-LOA.

10. **Centro Vocacional Tecnológico:** o projeto surgiu por meio de uma reivindicação do

campus Laranjeiras do Sul, com recursos provenientes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esta obra tem a finalidade de fornecer um ambiente de capacitação, aprendizagem e intercâmbio de experiências, com salas multiúso para prática do cooperativismo, produzidos pelos cursos de graduação da UFFS. Atendendo as necessidades de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, complementando a infraestrutura já existente no campus. A Obra contempla uma pequena recepção, sala administrativa, uma copa, sala de capacitação com capacidade para 45 pessoas, um *Hall* (espaço de interação e confraternização), duas salas de reuniões com mesa para 10 pessoas, corredor de acesso para 4 (quatro) salas multiúso, instalações sanitárias masculinas e femininas, e instalações sanitárias PcD masculinas e femininas, totalizando 315,65 m<sup>2</sup> de área interna construída e 2.175 m<sup>2</sup> de área externa (estacionamento e calçadas).

**11. Infraestrutura e Urbanização dos campi:** a implantação da infraestrutura nos *campi* teve o principal objetivo fornecer acessibilidade e mobilidade urbana; com estacionamentos próximos aos prédios, com vagas destinadas às PNE's; com acessos pavimentados entre os prédios, com rampas e escadas.

**12. Primeira etapa de implantação:** basicamente composta por terraplenagem, drenagem pluvial e sub-base das vias internas dos *campi*. Também foram contratadas nesta fase as redes elétricas e de telecomunicação. As áreas de interferência nos *campi* nesta primeira etapa foram:

- Campus Cerro Largo/RS = 103.929,75 m<sup>2</sup> de área de intervenção
- Campus Chapecó/SC = 93.505,00 m<sup>2</sup> de área de intervenção
- Campus Erechim/RS = 106.923,14 m<sup>2</sup> de área de intervenção
- Campus Laranjeiras do Sul/PR = 61.293,20m<sup>2</sup> de área
- Campus Realeza/PR = 73.295,00 m<sup>2</sup> de área de intervenção

**13. Segunda etapa de implantação:** composta pela complementação de terraplenagem, drenagem pluvial, execução da pavimentação das vias internas e sinalização viária dos *campi*, com instalações das redes de água potável em alguns dos *campi*. As áreas de interferência nos *campi* na segunda etapa foram:

- Campus Cerro Largo/RS = 29.870,00m<sup>2</sup> de área de intervenção
- Campus Chapecó/SC = 63.132,39m<sup>2</sup> de área de intervenção

- Campus Erechim/RS = 84.710,58m<sup>2</sup> de área de interação
- Campus Laranjeiras do Sul/PR = 61.293,20m<sup>2</sup> de área de interação
- Campus Realeza/PR = 48.786,00 m<sup>2</sup> de área de intervenção

A UFFS ainda complementa a infraestrutura dos *campi* com outras obras que seguem relacionadas abaixo:

**14. Estação de Tratamento de Esgoto (ETE):** o sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário é caracterizado como um sistema de tratamento biológico de funcionamento contínuo e com aeração prolongada, contendo uma fase aeróbia baseada em tecnologia de lodos ativados por aeração prolongada com fase anóxica de remoção de nitrogênio e decantador secundário tipo Dortmund. A estação de tratamento de esgoto é compreendida por: Pré-tratamento, Reator aeróbio com aeração prolongada; Decantador secundário; Desinfecção UV e Leito de secagem. Foram executadas somente nos *campi* Cerro Largo, Chapecó e Laranjeiras do Sul.

**15. Abrigo de Ônibus:** com a conclusão das obras de pavimentação das vias internas dos *campi* surgiu a necessidade de instalar paradas de ônibus oferecendo abrigo contra intempéries para a comunidade acadêmica. Nos *campi* Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza foram destinados 4 (quatro) abrigos de ônibus cada, no campus Chapecó 5 (cinco) abrigos e para o campus Passo Fundo 2 (dois) abrigos. Cada abrigo de ônibus com área individual de 15 m<sup>2</sup>, totalizando 23 abrigos, 345 m<sup>2</sup> de área construída.

**16. Abrigo de Veículos Oficiais:** A estrutura metálica para cobertura e abrigo dos veículos oficiais serão instalados em estacionamentos existentes e pavimentados nos *campi* da UFFS para oferecer abrigo aos veículos oficiais da UFFS contra intempéries e demais condições climáticas. Neste caso cabe a UFFS atender as recomendações do Relatório de Auditoria nº 02/AUDIN/UFFS/2015. Este relatório solicita providências para proteção do patrimônio. No ano de 2017 fora licitada e contratada empresa para executar o abrigo de veículos oficiais nos *campi* Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza. Sendo que no campus Laranjeiras do Sul o objeto foi concluído e entregue, nos demais *campi* a empresa foi penalizada por inexecução total do objeto. Foi encaminhado novo processo para licitar novamente os serviços.

**17. Central de Resíduos:** Considerando a criação da comissão de coleta seletiva solidária criada pela portaria 1012/GR/UFFS/2012 que organiza a compra de materiais necessários para

coleta seletiva entre outros e a Lei 12.305/ 2010 que institui a Política nacional de resíduos sólidos, onde em seu art. 35 cita as condições de disposição dos resíduos, foram construídas nos *campi* Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza as Centrais de Resíduos com área individual de 66,33 m<sup>2</sup>.

**18. Cercamento do perímetro do campus:** destina-se à segurança patrimonial e controle dos animais e usuários no espaço interno dos *campi* e das áreas experimentais. No ano de 2017 o cercamento foi executado somente no campus Chapecó, em tela de arame galvanizado e mourões de concreto pré-fabricados, totalizando 3.554,10 metros lineares de cercamento; e encaminhado o processo para licitar o cercamento para o campus Laranjeiras do Sul. Para os demais *campi* esta ação ainda será montada e encaminhada para ser licitada.

**19. Reformas/manutenções prediais:** A manutenção predial é um conjunto de atividades, serviços, que visam assegurar as condições de segurança, confiabilidade e conservação das edificações conforme foram previstas em projeto. Sendo assim visando atender seus usuários durante muitos anos, apresentando condições adequadas ao uso a que se destinam, resistindo ao uso e aos agentes que alteram suas propriedades técnicas iniciais. No final do ano de 2017 foram empenhadas e contratadas as empresas que executarão as reformas dos Blocos “A” dos *campi* Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza e dos Bloco “A” e “B” do campus Chapecó. Esta reforma visa revestir as fachadas e coberturas, dos blocos citados acima, com estruturas metálicas, sendo 3.430,87 m<sup>2</sup> de área de intervenção em cada um dos blocos, totalizando 17.154,35 m<sup>2</sup> de área de intervenção.

#### **6.2.6.1 Análise crítica sobre a suficiência e adequabilidade da infraestrutura física da unidade para o cumprimento da sua missão e negócio**

O Campus de Passo Fundo, localizado provisoriamente no Seminário Nossa Senhora Aparecida do Santuário, com acessibilidade, atende provisoriamente o curso de Medicina. No campus definitivo as obras do Bloco A estão em fase de finalização, e também iniciou-se a execução da infraestrutura urbanística (estacionamentos, escadas e rampas de acesso ao prédio, calçadas, instalação da rede elétrica e de telecomunicação).

A contratação das obras para a implantação dos campi possibilitou que a UFFS disponibilizasse à comunidade acadêmica uma infraestrutura minimamente adequada para o bom funcionamento dos cursos e melhorar o atendimento aos alunos. Proporcionando uma infraestrutura com acessibilidade, disponibilidade do restaurante universitário, salas para os docentes, biblioteca e espaços para estudos e integração dos alunos e comunidade em geral.

A consolidação dos campi possibilitou o funcionamento da UFFS nas áreas definitivas, foram entregues à comunidade acadêmica, importantes prédios e obras para o bom funcionamento e atendimento aos estudantes, professores e comunidade em geral, como os Blocos de Professores, as pavimentações das vias internas dos campi, as infraestruturas de rede elétrica e de telecomunicação (exceto Passo Fundo que está em execução), dos Laboratórios Didáticos, da Biblioteca Central, dos Restaurantes Universitários, dos Galpões de Maquinário Agrícola para atender as áreas experimentais, das Centrais de Reagentes. A entrega do Bloco B para ocupação do campus Erechim e a finalização das obras do Bloco A para o campus Passo Fundo.

A equipe técnica da Secretaria Especial de Obras está desenvolvendo importantes projetos, como por exemplo, os projetos complementares dos Blocos C a segunda etapa (complementação e finalização) e o Galpão de Manutenção para o campus Chapecó. Outros projetos desenvolvidos pela Diretoria de Projetos, para encaminhar para licitar foram as reformas dos Blocos A dos campi Cerro Largo e Erechim/RS, Laranjeiras do Sul e Realeza/PR, e Blocos A e B do campus Chapecó; os projetos para licitar e contratar a infraestrutura (pavimentação e redes elétricas) do campus Passo Fundo; os projetos para licitar o cercamento/fechamento das áreas experimentais dos campi Chapecó e Laranjeiras do Sul, os projetos para licitar as coberturas de veículos oficiais dos campi (exceto Passo Fundo), os projetos para licitar as rotas acessíveis para o campus Chapecó.

No ano de 2017 foram entregues à comunidade acadêmica a Biblioteca Universitária Central no campus Chapecó, a primeira etapa de implantação do Complexo Veterinário Hospital Universitário no campus Realeza, e outras obras, não menos importantes das anteriores, dando prosseguimento ao processo de implantação da Universidade, como as centrais de resíduos, os abrigos de ônibus, e a cobertura dos troncos de reprodução animal no campus de Realeza/PR.

Ressalta-se que a infraestrutura básica para os seis Campi (Chapecó/SC, Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo/RS, Laranjeiras do Sul e Realeza/PR) são com acessibilidade (estacionamentos, rampas e escadas), sinalização viária. Os prédios construídos atendem as

necessidades dos usuários com acessibilidade entre os pavimentos (elevadores), banheiros PNE, preventivo contra incêndio, áreas de convivência, auditórios. No entanto, a instituição com o porte multicampi, com a criação de novos curso/especializações, tende sempre a ser melhorada.

---

## **6.3 Gestão da Tecnologia da Informação**

---

A Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI) foi criada no ano de 2009 como órgão auxiliar de direção superior da Reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul. A SETI tem como responsável um secretário especial, com a atribuição de diagnosticar, produzir, desenvolver e executar soluções em tecnologia da informação e comunicação de acordo com as diretrizes da Universidade.

Vinculados à SETI, estão a Diretoria de Sistemas de Informação (DS), responsável por planejar, projetar, desenvolver, testar e implantar soluções de sistemas de informação; a Diretoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (DITI), a qual compete tratar de todas as atividades relacionadas à criação e manutenção de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no que concerne às videoconferências, telecomunicações, aplicações e redes; o Departamento de Gestão Documental (DGDOC), que é responsável por desenvolver e coordenar a política e a gestão arquivística na UFFS; o Departamento de Gestão de Projetos (DEPRO), responsável por criar e gerir o portfólio de projetos da SETI (sistemas, infraestrutura e governança) e o Setor de Governança de TI (SGTI), responsável por criar, monitorar e avaliar processos de trabalho, políticas, planos, procedimentos, práticas e controles inerentes à governança de TIC no âmbito da UFFS.

A Secretaria conta com 43 servidores efetivos, sendo 22 Analistas de Tecnologia da Informação, 4 Arquivistas, 14 Técnicos de Tecnologia da Informação, 1 Técnico em Arquivo, 2 Assistentes em Administração, além do Secretário Especial, Cláunir Pavan, professor do magistério superior. Além dos servidores efetivos, a SETI também conta com 2 bolsistas e 12 estagiários. A estrutura de TI da UFFS também é formada por 12 servidores presentes nos campi, sendo 8 Técnicos de Tecnologia da Informação e 4 Analistas de Tecnologia da Informação, além de 1 Analista de Tecnologia da Informação vinculado à Secretaria Especial de Obras.

As demandas por novos serviços de TI ou melhorias são coletadas anualmente, analisadas e discutidas no âmbito do Comitê de Governança Digital - CDG, de forma a estabelecer prioridades para o seu atendimento e implantação. A partir da priorização, a SETI estabelece um cronograma de desenvolvimento ou contratação, considerando a força de trabalho e o orçamento necessário.

Adicionalmente, os sistemas e redes são monitorados constantemente via sistema específico para este fim. Na eventualidade de falhas, os responsáveis recebem informações via e-mail para que procedam a correção.

Na SETI há a preocupação em não depender tecnologicamente de empresas terceirizadas e, para isso, são tomadas algumas medidas, dentre elas: o desenvolvimento interno de softwares; o treinamento e capacitação de servidores e a utilização de software livre quando adequado.

A Secretaria utiliza para o gerenciamento de Serviços de TI o sistema OTRS (Open-source Ticket Request System), responsável por fazer a gestão de chamados de suporte técnico. A disponibilidade dos serviços de TI é monitorada por diversos sistemas, entre eles o Zabbix, que identifica problemas ou alertas dos sistemas e da infraestrutura.

### **Projetos realizados em 2017:**

Durante o ano de 2017 a secretaria realizou os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Pessoas – SPA;
- Tramitação de processos e documentos digitais e disponibilização da criação de memorandos eletrônicos;
- Desenvolvimento e disponibilização do Sistema de Gestão do Organograma da Universidade;
- Conclusão de tarefas que contemplam o login único para todos os sistemas. Foi disponibilizado o sistema IdUFFS com a funcionalidade de unificação da senha de acesso e Single Sign On para algumas aplicações;
- Disponibilizado sistema para envio do Plano Anual de Atividades – PAA e do Relatório Anual de Atividades – RAA da UFFS;
- Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Análise Socioeconômica – SAS;



- Desenvolvimento do Prisma, sistema para gestão dos projetos de pesquisa, extensão e cultura da Universidade;
- Melhora na usabilidade e na facilidade para localização das informações e busca no site da UFFS;
- Realização de quatro ciclos de desenvolvimento para atender demandas diversas nos sistemas;
- Desenvolvimento da plataforma de Dados abertos da UFFS;
- Disponibilização de autosserviço para estudantes e docentes, que consiste na emissão de documentos autenticáveis através dos sistemas Portal do Aluno e Portal do Professor;
- Criado o projeto e ambientes para implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI em 2018 (atualmente em fase de configuração da aplicação);
- Disponibilizada ferramenta de business analytics para análise de dados da graduação e atuação docente;
- Iniciado estudo acerca da funcionalidade do plano de ensino on-line;
- Desenvolvimento de um sistema para controle de frequência em eventos;
- Aquisição de equipamentos e materiais de TIC, entre eles, computadores, projetores multimídia e scanner's;
- Planejamento e aquisição de ativos de rede para novas instalações da Universidade;
- Planejamento da contratação de serviço de outsourcing de impressão;
- Aquisição de módulo de gerenciamento para o gerador de energia que atende o Data Center da UFFS;
- Instalação de nova Blade e início do trabalho de reestruturação do Data Center;
- Manutenção e melhorias na telefonia institucional e rede de dados da Universidade;
- Contratação de serviço para conectividade do Data Center da Universidade com o PTT-RS e PTT-SC de forma a disponibilizar a comunidade acadêmica acesso redundante e resiliente dos serviços de telefonia VOIP, videoconferência e sistemas de informação institucionais;

- Projeto realizado para a disponibilização de conteúdo dos Periódicos da UFFS (Periódicos, Incubadora de Periódicos e Eventos);
- Projeto em execução de um Laboratório para entendimento da ferramenta Archivematica, como solução para Repositório Digital Confiável;
- Projeto em execução de um Laboratório para entendimento da ferramenta Ica-Atom, como solução para Descrição e Publicação de documentos arquivísticos;
- Projeto em execução para prover uma solução para a gestão dos Atos Normativos da UFFS;
- Elaboração de Instruções Normativas dispendo sobre transferência, recolhimento, consulta e empréstimo de documentos enviados para o Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente da Reitoria e Campus Chapecó;
- Recebimento, organização e acondicionamento de documentos e processos administrativos transferidos e recolhidos para guarda no Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente da Reitoria e Campus Chapecó;
- Proposição de estruturação para o arquivo funcional da PROGESP, e metodologia para o desenvolvimento das atividades do Assentamento Funcional Digital – AFD, registrada no processo administrativo 23205.000985/2017-29;
- Elaboração de novos instrumentos normativos para reorganização da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) para atualizar e revogar instrumentos de criação e funcionamento da Comissão;
- Realização de treinamentos sobre procedimentos de gestão de documentos para servidores da Reitoria e do Campus Chapecó;
- Elaboração de Relatórios de Atividades sobre a gestão de documentos arquivísticos na UFFS para envio à Subcomissão Setorial do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SubSIGA/MEC);
- Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS), atuando na análise de informações para auxiliar a tomada de decisão quanto a classificação com algum grau de sigilo;

- Preparação de cerca de 20 metros lineares de documentos (105 caixas arquivo) com prazos de guarda expirados, de acordo com a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, para preenchimento de Listagens de Eliminação de Documentos para análise da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFFS e do Arquivo Nacional;
- Participação na criação do projeto para aperfeiçoamento da produção, gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais, sobretudo na implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq (Archivematica), bem como a adoção da Plataforma de Acesso, Difusão e Descrição de Documentos (ICA-AtoM);

Grande parte dos itens supralistados estão presentes no PDTIC 2016-2018 e visam melhorar a infraestrutura de sistemas, serviços e hardware da UFFS. Os itens que não constam no PDTIC não foram previstos na época da elaboração do plano, porém, foram atendidos por necessitarem de atendimento emergencial.

### **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação:**

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC é um documento que tem função estratégica para a área de TIC. No plano são apresentados os referenciais estratégicos, as necessidades de informação, os serviços e a infraestrutura de TI da universidade. O documento também propõe metas, ações e prazos para que, com o auxílio dos recursos humanos, materiais e financeiros, possam ser satisfeitas as demandas institucionais.

O PDTIC da UFFS abrange todas as instâncias administrativas e acadêmicas da Instituição e está alinhado ao Plano Plurianual (PPA) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Seu período de validade é de três anos, 2016 a 2018, sendo que a cada ano são feitas até duas revisões, dependendo da necessidade de adequações do documento.

### **Comitê de Governança Digital:**

O Comitê de Governança Digital – CGD é um órgão de natureza deliberativa e de caráter estratégico, instituído pela Portaria nº 1035/GR/UFFS/2017 de 16 de agosto de 2017, a qual revoga a Portaria nº 205/GR/UFFS/2014, de 28 de fevereiro de 2014, que instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC.

Entre os objetivos do CGD estão: promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da UFFS; promover e apoiar a priorização de projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); alinhar os investimentos de TIC com os objetivos estratégicos; propor políticas e diretrizes para a área de TIC; contribuir na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como acompanhar a sua execução através de relatórios periódicos das atividades desenvolvidas emitidos pela SETI.

O CDG é formado pelo presidente, Cláunir Pavan, e pelos seguintes membros: Cassiano Carlos Zanuzzo, Neimar Marcos Assmann, Bruno Rampi Marchioro, Antonio Marcos Myskiw, Ivann Carlos Lago, Janete Stoffel, Anderson André Genro Alves Ribeiro, Rafael Kremer e Rosane Rossato Binotto.

No ano de 2017, o ainda vigente CTIC realizou uma reunião no dia 30/3/2017, com a seguinte pauta: informes sobre o Decreto 8.638, de 15/01/2016 e sobre a implantação do MSOffice, cadastro de terceirizados no SPA (para utilização do sistema do RU), aquisição/instalação de softwares por servidores (docentes e técnicos), apresentação de nova metodologia para atendimento às demandas do PDTIC; priorização de demandas para o segundo semestre de 2017; sistemas de transportes.

Já no dia 14/09/2017, foi realizada a primeira reunião do CDG, com os seguintes pontos de pauta: informes, apresentação do CGD, monitoramento do PDTIC 2016-2018, priorização de demandas para o 2º semestre de 2017 e início de 2018.

No dia 5/12/2017 foi realizada a segunda reunião do CDG onde os seguintes assuntos foram tratados: informes gerais, monitoramento das ações realizadas no 2º semestre de 2017, priorização de demandas para o 1º semestre de 2018.

### **Capacitação de servidores da SETI:**

Em 2017, foram realizados os seguintes treinamentos, capacitações e eventos:

- Treinamento SEI – Implantar, ministrado pelo PEN-SEI do MPDG;
- Treinamento SEI – Administrar, ministrado pelo PEN-SEI do MPDG;
- Treinamento de Protocolos de Roteamento IP, ministrado pela Escola Superior de Redes

– RNP;

- Treinamento em BGP Avançado, ministrado pela Escola Superior de Redes – RNP;
- Participação da 5ª edição do WTR – Workshop de Tecnologia de Rede do PoP SC/RNP com o tema Segurança da Informação;
- Visita técnica à UFRGS para obter informações sobre a instalação e funcionamento do sistema SEI;
- Participação na plenária do CGTIC nacional;
- Participação no Fórum RNP;
- Participação no SIG Nuvem;
- Participação da plenária do Colégio de Gestores de TI das IFES;
- Participação no XI Workshop de TI das IFES.
- Participação nas disciplinas "Gestão Eletrônica de Documentos e Preservação Digital" e "Acesso e Difusão do Patrimônio Documental Arquivístico via web com o Software Livre ICA-AtoM", do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural – PPGPPC, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM;
- Visita técnica à Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Institucionais (Gedai/UFSM), para conhecer o projeto de informatização da gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos da UFSM, sobretudo os aspectos operacionais, técnicos, científicos e políticos que envolvem a gestão de documentos arquivísticos digitais, em especial a preservação em Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq.

### **6.3.1 Principais sistemas de informações**

A SETI mantém diversos sistemas de informação que auxiliam de forma relevante na realização da missão e objetivos da UFFS. Descrevemos abaixo os que achamos mais relevantes:

- Portal Professor
  - Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação

da UFFS que provê aos docentes desta instituição o controle das informações relacionadas à(s) turma(s) em que possui vínculo, como registrar as aulas, presenças e notas dos alunos. Permite ainda ao coordenador dos cursos de graduação deferir pedidos de matrícula e confirmar alunos aptos para diplomação.

- Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
- Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEPG.
- Criticidade: Alta.

- Portal Aluno

- Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que provê aos discentes da Graduação e Pós-Graduação o acompanhamento da sua vida acadêmica, como sua matriz curricular, suas notas, frequências e emissão de histórico escolar. Aos discentes da graduação, permite a solicitação de matrícula, solicitação de renovação de trancamento e também confirmação de dados para a diplomação.
- Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
- Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEPG.
- Criticidade: Alta.

- Sistema de Gestão Acadêmica (SGA)

- Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que realiza a gestão das informações relacionadas às atividades de ensino realizadas na Graduação da UFFS. Permite o controle acadêmico de cursos, coordenadores, turmas, processo de diplomação, análise de pedidos de matrícula, registro de notas e frequências de alunos, eventos do calendário que influenciam diretamente no portal aluno e portal professor e emissão de relatórios diversos.
- Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
- Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.

- Criticidade: Alta.
- Módulo de Controle de Horários (MCH)
  - Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que permite a criação e disponibilização dos horários de oferta das disciplinas no âmbito da graduação. Serve também para verificar o choque de horários das disciplinas selecionadas pelos alunos no momento da solicitação da rematrícula.
  - Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
  - Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.
  - Criticidade: Alta.
- Sistema de Gestão de Pessoas (SPA)
  - Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que provê interfaces para a gestão dos dados pessoais e funcionais dos servidores da UFFS pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Permite o controle das progressões, concursos, chefias e suas substituições, remunerações, além de controle cadastral de professores substitutos, estagiários, e emissão de relatórios diversos.
  - Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
  - Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP.
  - Criticidade: Alta.
- Sistema de Gestão de Pós-Graduação (SGP)
  - Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que provê a gestão das informações relacionadas as atividades de ensino realizadas na Pós-Graduação da UFFS. Permite o controle dos cursos, coordenadores, turmas, registro de notas e frequências de alunos, controle dos eventos do calendário que influenciam diretamente no portal aluno e portal professor e emissão de relatórios diversos.
  - Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação

- Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação – PROPEPG.
- Criticidade: Alta.
- Moodle
  - Descrição: software livre que proporciona um ambiente virtual de apoio ao ensino presencial para acadêmicos da graduação e pós-graduação da UFFS. As principais vantagens deste sistema são a disponibilização de materiais e conteúdos para utilização em aulas ou tarefas, recepção e envio de arquivos de trabalhos dos alunos, questionários online, comunicação eficiente com toda a turma, por meio de fóruns, chats ou mensagens individuais e, ainda, um ambiente de controle e divulgação de notas.
  - Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação
  - Gestor/responsável da área de negócio: Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEPG.
  - Criticidade: Média.
- Sistemas de Cartões Institucionais e Controle de Entradas no Restaurante Universitário (SCI)
  - Descrição: sistema desenvolvido e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que provê interfaces para operacionalização das solicitações de cartões de identificação acadêmica e crachás de identificação funcional, análise das solicitações com deferimento ou indeferimento, emissão e entrega dos cartões aos usuários, controle de entrada nos restaurantes universitários além de relatórios de utilização e classificação de usuários dos restaurantes.
  - Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação
  - Gestor/responsável da área de negócio: Diretoria de Sistemas de Informação (provisório)
  - Criticidade: Alta.
- Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos (SGCE)



- Descrição: sistema desenvolvido na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), disponibilizado no Portal do Software Público Brasileiro, que foi adaptado pela Diretoria de Sistemas de Informação para atender a demandas de emissão de Certificados Eletrônicos para os participantes de eventos da UFFS. O sistema permite a criação, gestão e validação de certificados eletrônicos para eventos, cursos e outras atividades acadêmicas que requeiram ou ofereçam certificação aos seus participantes.
- Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
- Gestor/responsável da área de negócio: Diretoria de Sistemas de Informação (provisório).
- Criticidade: Média.
- Ambiente SOLAR
  - Descrição: ambiente adquirido de terceiros e mantido pela Diretoria de Sistemas de Informação da UFFS que reúne sistemas de âmbito administrativo e compreende os módulos SGPD (Sistema de Gestão de Processos e Documentos), ALX (Sistema de Almoхарifado), SIP (Sistema de Informações Patrimoniais), SCL (Sistema de Compras e Licitações) e SGF/CONTRATOS (Sistema de Gestão Financeira e Contratos). O ambiente faz o controle eletrônico de processos e documentos institucionais. Através deste ambiente também são realizados os pedidos de materiais de consumo, a gestão de almoxarifados e gestão do patrimônio institucional, gerenciamento de compras e licitações, gerenciamento de contratos institucionais, bem como a padronização de procedimentos administrativos.
  - Responsabilidade técnica: Diretoria de Sistemas de Informação.
  - Gestor/responsável da área de negócio: Diretoria de Sistemas de Informação e demais Pró-Reitorias e Secretarias Especiais.
  - Criticidade: Alta.
- Expresso Mail
  - Descrição: solução para comunicação corporativa, baseada em software livre, que reúne e-mail, agenda, catálogo institucional e pessoal, anti-spam e serviço de lista de

distribuição de e-mail.

- Responsabilidade técnica: Diretoria de Infraestrutura de TI
  - Gestor/responsável da área de negócio: Diretoria de Infraestrutura de TI e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP.
  - Criticidade: Alta.
- ATI
    - Descrição: é um sistema livre de requisição de chamados, utilizado para o gerenciamento de incidentes livre e de código aberto, nele é possível a religação de requisições de TI (suporte) e acompanhar comunicações futuras sobre elas. O ambiente faz gerenciamento de consultas recebidas, reclamações, pedidos de suporte, relatórios de defeitos e outras comunicações.
    - Responsabilidade técnica: Diretoria de Infraestrutura de TI
    - Gestor/responsável da área de negócio: Diretoria de Infraestrutura de TI
    - Criticidade: Média.

Além dos sistemas supracitados, a SETI utiliza diversos outros sistemas e serviços que dão suporte ao desenvolvimento e à gestão da infraestrutura de TI na Universidade.

Atualmente, todos os sistemas mantidos pela Diretoria de Sistemas de Informação, sejam eles desenvolvidos internamente ou adquiridos de terceiros, possuem o desenvolvimento e manutenção de suas funcionalidades de forma interna, ou seja, sem contratos com terceiros.

A avaliação dos riscos é feita no momento da criação do projetos destes sistemas, sendo que estes são desenvolvidos e adaptados às necessidades dos requisitantes sempre que possível, possibilitando uma utilização de forma clara, fácil e com baixos índices de erro.

---

## **6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

---

### **a) Visão Geral da Política de Sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:**

A UFFS desde a sua formação preza pela gestão ambiental sustentável. Entre os princípios institucionais estão a segurança e gestão ambiental, a responsabilidade social e ambiental e o fomento de iniciativas de produção e consumo sustentáveis. A coleta seletiva, compras sustentáveis, paisagismo, gerenciamento de resíduos perigosos, obras sustentáveis, monitoramento do consumo de água e energia, tratamento da água são alguns exemplos destas ações. Nesse contexto o Departamento de Gestão Ambiental é o principal setor responsável pelo planejamento de ações na área ambiental e de sustentabilidade, assim como de fiscalização e proposição de ações sócio - sanitárias. Soma-se nestas ações inúmeras atividades acadêmicas que são executadas na instituição e que envolvem a gestão ambiental. Dessa forma conclui-se que a UFFS preza pela sustentabilidade ambiental desde a sua formação e caminha no sentido de mitigar impactos ambientais. Um trabalho que é contínuo e vem se fortalecendo ano a ano.

### **b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):**

A UFFS tem conhecimento da Agenda A3P, em especial o Departamento de Gestão Ambiental que acompanha e promove várias ações similares na instituição. Inclusive segue-se várias orientações da A3P, ganha-se em conhecimento com a mesma. Embora haja similaridades em várias ações, a UFFS optou pela não adesão até o momento.

### **c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:**

Para a separação dos resíduos recicláveis existe a Portaria 865/GR/UFFS/2017, esta instituiu a segregação na origem dos resíduos em recicláveis e orgânicos, assim como adotou a identificação dos cestos, e cores diferentes para os sacos de acondicionamento. Sendo sacos azuis para cestos identificados com a palavra reciclável e sacos marrons para cestos identificados com a palavra orgânico. A Portaria melhorou significativamente os quantitativos separados entre recicláveis e orgânicos. Mesmo assim o Departamento de Gestão Ambiental junto às Assessorias de

Gestão Ambiental dos campi entendem que há aspectos a melhorar.

Verifica-se, por exemplo, que entre os estudantes esta ação de segregação pode ser melhorada através de campanhas de conscientização. Ressalta-se nesse sentido que a UFFS está em fase final de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em todos os seus campi (exceto no Campus Passo Fundo). Através do PGRS abrange-se toda a geração de resíduos da universidade com a proposição de ações para o manejo correto dos resíduos desde a segregação, acondicionamento, transporte, armazenamento até a destinação final ambientalmente adequada. Com a conclusão do PGRS consolida-se a gestão dos resíduos na universidade e corrige-se eventuais não conformidades.

Com relação às associações ou cooperativas de catadores, em face da universidade ser multicampi há cenários diferentes. Em Erechim, a UFFS atende ao Decreto 5.940/06, decorrente de um acordo com a Prefeitura Municipal e Ministério Público, onde os resíduos são coletados pela prefeitura e entregues, conforme cronograma de distribuição às Associações de Catadores. Em Cerro Largo, a própria UFFS vem auxiliando os catadores informais a se regularizarem. Apoio de professores e técnicos são disponibilizados para auxiliar na montagem da associação e, em breve, a associação deve atender todo o município. Nos campi: Chapecó, Laranjeiras do Sul, Passo Fundo e Realeza a prefeitura municipal faz a coleta e transporte dos resíduos recicláveis até as Associações. A UFFS entende que esta ação é positiva e auxilia as associações a trabalharem, visto que muitas não possuem recursos ideais de logística, e com este apoio conseguem prestar seu importante papel de fomentadores da reciclagem. No entanto, há dificuldades para os órgãos públicos contratarem direto com estas entidades. Ressalta-se nesse contexto, que a UFFS em 2015, com o objetivo de atender ao Decreto 5.940/06, fez uma chamada pública para contratar associação ou cooperativas para a coleta direta, no entanto, não houve interessados no contrato. Talvez pelo atual suporte das próprias prefeituras que implementaram Planos de Resíduos Sólidos com base na inclusão de associações e cooperativas, ficou desinteressante para estas entidades contratarem direto com o agente público. Uma nova chamada pública não está descartada.

**d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:**

Sempre que cabível (economicamente viável e sem restringir a competitividade do

Pregão), os Editais preveem quesitos de sustentabilidade ambiental, fundamentados no Decreto 7.746/2012, IN 01/2010 MPOG/SLIT, IN 31 IBAMA Anexo II, Lei 12.305/2010 e legislação correlata. Também é utilizado como parâmetro de consulta o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU e realizada consulta ao CATMAT do ComprasNet. A UFFS também dispõe o Manual de Compras Sustentáveis que pode ser consultado no link: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/manual/proad/2014-0001>.

Nesse sentido, cita-se algumas ações executadas e descritas no PLS que vão ao encontro das compras públicas sustentáveis: dar preferência, quando possível, à aquisição de bens reciclados ou recicláveis; dar preferência à utilização de impressoras que imprimam em frente e verso; incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis; exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços; dar preferência, quando da substituição de aparelhos de ar-condicionado, por equipamentos mais modernos e eficientes, visando reduzir o consumo de energia; priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; utilizar, quando possível, software de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas (instant text messaging) ou para a transmissão de voz (Voice over Internet Protocol – VoIP); revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado; adotar, quando possível, uma rede de comunicações telefônicas entre unidades de um mesmo órgão ou entidade; revisar as normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando à racionalização em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos; revisar o contrato de telefonia fixa e móvel visando à adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão ou entidade; revisar as normas internas e os contratos de vigilância a fim de dimensionar, efetivamente, os postos de trabalho.

**e) Se a unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/12**

**i: Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art.6º da IN/STLI/MPOG de 10, de 12 de novembro de 2012**

A Comissão é constituída atualmente por 12 membros nomeados por Portaria do Reitor. A

Portaria 1135 de 2012 criou a Comissão de Desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade e a Portaria 40 de janeiro de 2016 foi reestruturada para atender questões de monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável. Isso atende ao art. 6º que solicita no mínimo 3 servidores. Os membros são servidores que trabalham em áreas afins ao tema, tanto da Reitoria como nos campi.

**ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art.9º da IN/STLI/MPOG de 10/ 2012**

O PLS é construído conforme a instrução normativa, ou seja, com objetivos, plano de ações, identificação de unidades desenvolvidas, metas, cronogramas e previsão de recursos financeiros, humanos e instrumentais.

**iii. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12º IN/STLI/MPOG de 10/ 2012)**

O Plano de Logística Sustentável pode ser visualizado no link: [https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial\\_de\\_laboratorios/sustentabilidade/plano-de-sustentabilidade](https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial_de_laboratorios/sustentabilidade/plano-de-sustentabilidade)

**iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).**

Os resultados alcançados e demais informações estão disponíveis no Relatório de Consolidação dos Resultados do Plano de Logística Sustentável, o arquivo está disponível no link: [https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial\\_de\\_laboratorios/sustentabilidade/plano-de-sustentabilidade](https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial_de_laboratorios/sustentabilidade/plano-de-sustentabilidade)

#### **f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema**

A gestão ambiental e sustentabilidade é fundamental para a UFFS, visto a necessidade da mesma atender às normas ambientais, para não incorrer em crimes ambientais, e gerenciar seus processos de forma sustentável promovendo a economicidade e o não desperdício dos recursos públicos. De forma geral a administração entende que há uma boa prática sustentável na instituição. O próprio relatório do PLS demonstrou que várias ações foram executadas e representaram em redução de despesas e maior proteção ambiental. Embora o cenário se caracterize como positivo, acredita-se que precisamos melhorar ainda em alguns aspectos. Nesse sentido, uma maior participação dos gestores, novas formas de abordagem da temática com os servidores e maior publicidade são exemplos de ações que poderão ser melhoradas nos próximos exercícios. A UFFS está pensando em mais uma versão do PLS, visto a importância que o mesmo tem em promover a sustentabilidade nos diferentes setores da instituição. O trabalho em promover a gestão ambiental e a sustentabilidade é contínuo e quanto maior o número de pessoas engajadas, maior será o resultado para a instituição.

## **7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

---

---

No capítulo relacionamento com a sociedade apresenta-se os canais de acesso do cidadão, a Carta de Serviços ao Cidadão, a Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários, os Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da universidade e as Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

---

---

### **7.1 Canais de Acesso do Cidadão**

---

---

Os principais canais disponibilizados pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para o acesso do cidadão, monitorados pela Diretoria de Comunicação, são:

a) Serviço de Informação ao Cidadão – SIC (e-SIC): sistema desenvolvido pelo Governo Federal, que centraliza os pedidos de informação dirigidos ao Poder Executivo, suas entidades vinculadas e empresas estatais. Os interessados podem fazer solicitações de informação diretamente ao e-SIC, via internet, sendo o atendimento regido pelas normas previstas no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação.

No ano de 2017 a UFFS recebeu, via e-SIC, 134 solicitações de informação, número superior ao registrado no ano anterior (102). O quadro 67 apresenta a quantidade de solicitações feitas desde a implantação do e-SIC, em 2012.



**Quadro 67 – Solicitações e-SIC - anuais**

<b>Ano</b>	<b>Solicitações recebidas pelo e-SIC da UFFS</b>
<b>2012</b>	43
<b>2013</b>	45
<b>2014</b>	49
<b>2015</b>	83
<b>2016</b>	102
<b>2017</b>	134

Fonte: DICOM/UFFS, 2018

O mês de março registrou a maior quantidade de pedidos de informação durante o ano de 2017, com 16. O quadro 68 apresenta o total de solicitações recebidas em cada mês.

**Quadro 68 – Solicitações e-SIC - mensais**

<b>Mês de 2017</b>	<b>Solicitações recebidas pelo e-SIC da UFFS</b>
<b>Janeiro</b>	12
<b>Fevereiro</b>	9
<b>Março</b>	16
<b>Abril</b>	11
<b>Mai</b>	12
<b>Junho</b>	12
<b>Julho</b>	6
<b>Agosto</b>	12
<b>Setembro</b>	9
<b>Outubro</b>	12
<b>Novembro</b>	13
<b>Dezembro</b>	10
<b>ANO</b>	134

Fonte: DICOM/UFFS, 2018

Dentre as demandas recebidas, 125 tiveram acesso concedido e 9 foram recusadas. Dos pedidos recusados, 5 não eram de competência da UFFS, 3 tinham sido enviados de forma duplicada e 1 não se tratava de solicitação de informação. Foram respondidas 348 perguntas, feitas por 107 solicitantes.

b) Fanpage UFFS Online: página da UFFS na rede social Facebook, na qual são publicadas regularmente notícias e avisos institucionais e há interação com usuários, por meio de respostas nos comentários feitos junto às publicações ou por mensagens privadas (inbox).

Em 2017 a fanpage ganhou 4.440 novos fãs, fechando o ano com um total de 49.423 curtidas. O quadro 69 apresenta o total de curtidas ao final de cada ano, desde a criação da fanpage, em 2011.

**Quadro 69 – Curtidas Fanpage**

<b>Ano</b>	<b>Total de curtidas</b>
<b>2011</b>	1.274
<b>2012</b>	5.138
<b>2013</b>	16.494
<b>2014</b>	38.628
<b>2015</b>	40.333
<b>2016</b>	44.803
<b>2017</b>	49.243

Fonte: DICOM/UFFS, 2018

Ao todo, 824 usuários interagiram por meio de mensagens inbox em 2017, número bem maior que o registrado em 2016, que foi de 384. Estes fizeram 14.390 questionamentos, que foram todos respondidos. O quadro 70 apresenta a quantidade de usuários e de questionamentos feitos em cada mês de 2017.

**Quadro 70 – Mensagens Inbox**

<b>Mês</b>	<b>Total de usuários</b>	<b>Total de perguntas</b>
<b>Janeiro</b>	93	145
<b>Fevereiro</b>	133	261
<b>Março</b>	155	288
<b>Abril</b>	38	50
<b>Mai</b>	50	68
<b>Junho</b>	72	133
<b>Julho</b>	96	187
<b>Agosto</b>	43	84
<b>Setembro</b>	37	53
<b>Outubro</b>	39	72

<b>Novembro</b>	37	54
<b>Dezembro</b>	31	44
<b>ANO</b>	824	14.390

Fonte: DICOM/UFS, 2018

Não contamos com dados relativos à interação com os usuários por meio dos comentários nas publicações, pois os comentários não são utilizados apenas para este fim, pelo contrário, a maioria dos usuários os utiliza para chamar a atenção de amigos para a publicação, recurso que substitui, de certa forma, o compartilhamento das postagens.

c) E-mail [contato@uffs.edu.br](mailto:contato@uffs.edu.br): endereço eletrônico disponibilizado como contato da UFS no site institucional e nos documentos oficiais. As mensagens recebidas, quando possível, são respondidas diretamente pela Diretoria de Comunicação e nos demais casos são encaminhadas para os setores competentes.

Ao longo de 2017 o endereço recebeu 1.255 e-mails com questionamentos, quantidade esta que desconsidera mensagens publicitárias. O quadro 71 apresenta o total de e-mails recebidos mês a mês.

**Quadro 71 – Emails recebidos**

<b>Mês</b>	<b>Número de e-mails recebidos</b>
Janeiro	203
Fevereiro	174
Março	183
Abril	67
Mai	85
Junho	95
Julho	101
Agosto	107
Setembro	67
Outubro	82
Novembro	68
Dezembro	23
<b>ANO</b>	<b>1.255</b>

Fonte: DICOM/UFS, 2018

A Diretoria de Comunicação tornou a coleta de dados dos serviços mencionados acima uma atividade da rotina do setor e com a análise dos questionamentos recebidos já tem sido promovidas mudanças para melhorar a transparência ativa da UFFS, especialmente no site institucional, que atualmente é gerenciado pela Diretoria de Comunicação em parceria com a Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI). O objetivo é continuar a utilizar estes dados para aprimorar a disponibilização de informações aos cidadãos.

#### **d) Ouvidoria**

Os atendimentos realizados pela Ouvidoria da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, abrangem todos os cidadãos: discentes; docentes; técnicos administrativos; comunidade regional, resultando em manifestações sobre diferentes aspectos: dúvidas, denúncias, reclamações, elogios, sugestões, críticas, comentários e opiniões.

Para encaminhar uma manifestação, basta ao cidadão acessar a página do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-OUV<sup>19</sup>, e seguir os passos necessários. Findando o cadastramento a manifestação chegará à Ouvidoria da UFFS que faz o tratamento necessário. Ainda está a disposição dos usuários o canal telefônico (49) 991842088, o canal eletrônico pelo e-mail [ouvidoria@uffs.edu.br](mailto:ouvidoria@uffs.edu.br), ou ainda, o canal presencial, na sala da Ouvidoria.

Cabe à Ouvidoria acolher as pessoas, e/ou receber as demandas, classificá-las e registrá-las, encaminhando às diversas Unidades da instituição para atendimento. Cabe às unidades da Instituição, encaminhar resposta à Ouvidoria, que analisará e encaminhará para o devido conhecimento do cidadão. No caso de manifestação anônima, a Ouvidoria não tem como encaminhar resposta ao demandante. Neste caso, procede a análise da resposta e o escreve seu parecer no formulário da demanda quanto ao atendimento ou não da manifestação.

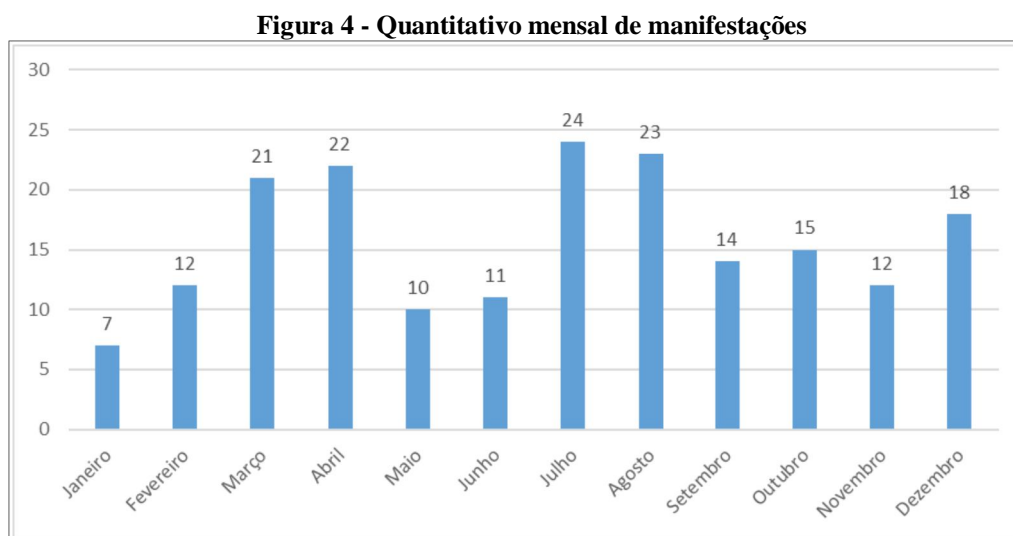
Os dados estatísticos que aqui serão apresentados, referem-se às manifestações encaminhadas à Ouvidoria no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

---

<sup>19</sup> A Ouvidoria da UFFS aderiu ao sistema e-OUV a partir do mês 02/2017.

#### ***d.1) Dados Estatísticos***

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017 a Ouvidoria recebeu 251 manifestações. Dessas, sete foram recebidas em janeiro de 2017, quando a Ouvidoria ainda não utilizava o Sistema e-OUV, e 244 por meio do sistema e-Ouv, de fevereiro a dezembro. A figura 4 apresenta o quantitativo de manifestações recebidas mensalmente.



Fonte: Ouvidoria/UFGS/2018

Das 251 manifestações recebidas, 189 foram atendidas, isto é, o usuário recebeu resposta, diante da sua manifestação<sup>20</sup>. Outras 52 foram arquivadas por possuírem condições de serem tratadas. Por amostra, os principais motivos que ocasionou o arquivamento foram: duplicidade de manifestação; falta de clareza na manifestação; falta de dados na manifestação; conteúdo impróprio/inadequado.

#### ***d.2) Assuntos das demandas dos usuários***

As manifestações recebidas e tratadas, são classificadas em sugestão, elogio, solicitação, reclamação, e denúncia. O quadro 72, referente às manifestações recebidas pela Ouvidoria e que gerou uma resposta conclusiva, identifica que o maior quantitativo de manifestações refere-se a

---

<sup>20</sup> Não estão incluídas as manifestações arquivadas, nem as manifestações com resposta intermediária.

denúncias, seguido por reclamações e solicitações.

**Quadro 72 – Assuntos das manifestações**

<b>Manifestação</b>	<b>Quantidade</b>
Denúncia	74
Reclamação	61
Solicitação	43
Sugestão	10
Elogio	1
<b>Total</b>	<b>189</b>

Fonte: OVID/UFFS, 2018

Os assuntos que originaram as 189 manifestações abrangem várias questões. Os mais recorrentes estão ligados a questões administrativas, de assédio moral, de atendimento ao cidadão, de auxílio estudantil e bolsas de estudo. Também versam sobre conduta docente, direitos humanos, educação/ensino superior, gestão de pessoas, obras públicas e o site da UFFS.

### ***d.3) Encaminhamento para Apurações administrativas disciplinares***

Do total de demandas com respostas conclusivas (189), 39,15% referem-se a denúncias, que seguindo o trâmite estabelecido, foram encaminhadas ao gestor da unidade a qual a denúncia fazia menção, para conhecimento, análise, possíveis encaminhamentos e resposta à Ouvidoria. Em todos os casos, as respostas foram cadastradas no sistema e-OUV, e na maioria deles procedeu-se o encerramento da manifestação.

Contudo, vários casos, além do cadastramento da resposta no sistema e-OUV, a Ouvidoria encaminhou, à Autoridade Máxima da Instituição para juízo de admissibilidade, visto que averiguava-se possíveis infrações administrativas/disciplinares cometidas por servidores públicos. Das manifestações encaminhadas à Autoridade máxima, três tornaram-se, Procedimentos Administrativos Disciplinares. Um caso encontra-se na fase de “instrução”, e a Comissão Sindicante está trabalhando. Em outros dois casos, as Comissões Sindicantes finalizaram o trabalho e os processos estão em fase de “julgamento” pela Autoridade competente. Os três casos envolvem servidores que teriam cometido algum tipo de irregularidade. Outras denúncias envolviam alunos e nestes casos foram encaminhadas para apuração, segundo o que estabelece o Regulamento da

Graduação da UFFS.

Em relação ao ano de 2016, comparando o total de manifestações recebidas pela Ouvidoria, nota-se um aumento de 74% no ano de 2017. A Ouvidoria entende que tal aumento deve-se ao trabalho que a Ouvidoria vem desenvolvendo, na busca por atender os anseios e necessidades dos usuários. A Ouvidoria busca constantemente aprimorar seu trabalho e um dado nacional contribui para afirmar isso, visto que no ano de 2017 o prazo médio das ouvidorias do Brasil para responder as demandas foi de 22,99 dias, e a Ouvidoria da UFFS ficou abaixo da média nacional, com 19 a 23 dias.

---

---

## **7.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

---

---

Em cumprimento ao art. 11 do Decreto 6.932/2009, o qual estabelece que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços ao cidadão devem elaborar e divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) elaborou no primeiro semestre 2013 a sua Carta de Serviços.

Atendendo as orientações do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), por meio do Guia de Elaboração da Carta de Serviços, a Carta de Serviços ao Cidadão da UFFS foi encaminhada para publicação ao Ministério do Planejamento (GESPÚBLICA) em 23 de agosto de 2013, em versão simplificada, via e-mail e impresso. A UFFS ainda não obteve o parecer desse Órgão referente ao documento (atendimento ou necessidades de ajustes).

Foi feita também a divulgação do documento no site institucional, onde se encontra disponível para consulta permanentemente, bem como foi enviado e-mail a todas as Pró-Reitorias/Secretarias e todos os *campi*, contendo a versão digital e solicitando auxílio na divulgação junto à comunidade da UFFS. O material encontra-se disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico:

<[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/carta\\_de\\_servicos\\_ao\\_cidadao](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/carta_de_servicos_ao_cidadao)>

Dessa maneira, a UFFS cumpriu à exigência legal estabelecida. No entanto, com base nas informações do Decreto nº 9.094/2017 e da Lei nº 13.460/2017, há necessidade de adequar a Carta de Serviços ao Cidadão para Carta de Serviços ao Usuário, para publicação de nova edição, o que será realizado ainda em 2018.

---

---

### **7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários**

---

---

Considerando a natureza específica de uma instituição de ensino superior e seguindo as diretrizes da Lei nº10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, foi constituída na UFFS em 2011 a Comissão Própria de Avaliação. Essa comissão é responsável por conduzir os processos de avaliação institucional. Para isso, realiza anualmente a pesquisa de satisfação dos usuários (professores, alunos, técnicos administrativos e comunidade externa) sobre os serviços prestados pela instituição.

Considera-se que o processo de autoavaliação desenvolvido pela CPA constitui importante ferramenta não só para cumprir sua tarefa frente ao MEC/INEP, mas principalmente para contribuir com o planejamento educacional, sempre em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão. As informações geradas compõem o Relatório de Autoavaliação Institucional são divulgadas e seus resultados são observados pela gestão da UFFS para aprimorar os serviços prestados.

As avaliações são voluntárias e ocorrem por meio de questionários contendo perguntas fechadas e abertas. Em 2017 o instrumento pôde ser acessado pelos docentes que estavam ministrando componentes curriculares, bem como pelos alunos regulamente matriculados em componentes curriculares durante o segundo semestre letivo. Para cada questão fechada o respondente poderia escolher entre as seguintes alternativas:

Para cada INDICADOR ele poderia escolher um valor na escala de 1 a 5, assinalando um “X” na coluna “CONCEITOS” de acordo com a percepção dos/as avaliadores/as sobre a vivência em seu Curso, conforme exemplificado a seguir:



1-Quando o indicador avaliado configura um conceito **NÃO SEI / NÃO TENHO CONHECIMENTO / NÃO SE APLICA / NÃO POSSO OPINAR.**

2 - Quando o indicador avaliado configura um conceito **INSUFICIENTE.**

3 - Quando o indicador avaliado configura um conceito **SUFICIENTE.**

4 - Quando o indicador avaliado configura um conceito **MUITO BOM/MUITO BOA/MUITO BEM.**

5 - Quando o indicador avaliado configura um conceito **EXCELENTE.**

O processo de avaliação institucional caracteriza-se por um amplo processo de escuta da comunidade, por meio de um trabalho direcionado para a construção de dois questionários on-line de pesquisa de satisfação com estudantes e servidores: docentes e/ou técnico-administrativos. O instrumento, geralmente organizado em cinco eixos, contemplam as dez dimensões do Sinaes, conforme especificado a seguir.

**Eixo 1** – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

**Eixo 2** – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

**Eixo 3** – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

**Eixo 4** – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

**Eixo 5** – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Tais avaliações encontram-se me processo de desenvolvimento no momento de construção desse relatório de gestão, contudo seus resultados serão publicados no sítio institucional, no

seguinte link:

[https://www.uffs.edu.br/institucional/comissoes/comissao\\_propria\\_de\\_avaliacao/autoavaliacao\\_institucional](https://www.uffs.edu.br/institucional/comissoes/comissao_propria_de_avaliacao/autoavaliacao_institucional)

O resultado de satisfação dos usuários, obtido na avaliação de 2017 na UFFS, foi de 7,18, o que pode ser considerado um bom resultado em comparação a 2016 (6,59). No entanto, diversas ações estão sendo realizadas para melhorar esse índice nos próximos anos.

---

## **7.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade**

---

Nesse subitem é disponibilizado o caminho de acesso no portal da UFFS às informações referentes à sua atuação, julgadas úteis à sociedade e que contribuem para a transparência da sua gestão. Em atendimento à Lei 12.527/2011, foi implantado no site da UFFS um espaço para divulgação de suas informações. Desta forma, segue o caminho de acesso aos dados da UFFS disponibilizados no portal da instituição:

< <https://www.uffs.edu.br/acessofacil/transparencia/servico-de-informacao-ao-cidadao-e-sic/e-sic> >

Nesse espaço poderão ser consultadas informações relacionadas à UFFS (Histórico, Regimento e Estatuto), também podem ser visualizados os documentos de Planejamento, dentre eles: PDI, PPI, PPA e Planejamento Anual. São disponibilizadas informações sobre a Prestação de Contas, Convênios e Transferências, detalhamento da Execução Orçamentária, Licitações e Contratos realizados. São apresentadas dados relativos aos servidores, cargos vagos e ocupados, concursos e processos seletivos e também informações sobre Participação Social.

---

---

## **7.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações**

---

---

Visando assegurar as condições necessárias para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, especialmente ao previsto na Lei 10.098/2000, no Decreto 5.296/2004 e nas normas técnicas da ABNT aplicáveis, a UFFS tem planejado e implantado ações que promovem a acessibilidade física, pedagógica e de comunicação e informação. Nesse contexto, enumera-se abaixo as principais ações que são desenvolvidas na instituição:

1. Criação do Núcleo e Setores de Acessibilidade em todos os campi (ver Resolução nº 06/2015 – CGRAD/CONSUNI no link:

<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006>);

2. Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;

3. Realização de contato antecipado com os familiares para saber sobre as necessidades específicas do estudante;

4. Capacitação dos servidores por meio de cursos e oficinas;

5. Orientação aos servidores sobre como atender as pessoas com deficiência;

6. Parceria com entidades e órgãos governamentais e não-governamentais;

7. Disponibilização de notebooks com programas leitores de tela, gravador de voz e *scanner* de voz;

8. Adaptação de material pedagógico;

9. Oferecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;

10. Disponibilização de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos eventos institucionais;

11. Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS – TIL – nos cursos de graduação e pós-graduação em que há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de

fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o TIL acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

12. As edificações da instituição são dotadas de elevadores, piso tátil, rampas, calçadas, escadas com corrimão e banheiros adaptados, assim como de vagas de estacionamento de veículos reservadas para pessoa com deficiência;

13. Identificação de setores da instituição em braille;

14. Disponibilização de mobiliário acessível;

A UFFS entende que a adoção de tais ações, mais do que atender às determinações legais, se constitui em efetiva política de inclusão e permanência na educação superior para as pessoas com deficiência que, mediante melhores condições de acessibilidade, conseguem melhor desenvolver suas atividades cotidianas na instituição.

## **8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

---

No Capítulo Desempenho financeiro e informações contábeis demonstra-se o desempenho financeiro no exercício, as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior, bem como as políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão, além da demonstração da alocação dos recursos captados e o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos. Por fim, apresenta-se a sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e as Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas.

---

---

### **8.1 Desempenho Financeiro no Exercício**

---

---

As informações sobre o desempenho financeiro do exercício de 2016 foram elaboradas pelo Contador Vilson Genésio Schuck, conforme notas explicativas do Balanço financeiro.

No Art. 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

O Balanço Financeiro do exercício de 2017 está na página 227. Segue abaixo as notas explicativas com a análise vertical e horizontal do Balanço.

#### **Notas Explicativas ao Balanço Financeiro - BF**

Pela definição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e

dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

## Ingressos x Dispêndios financeiros

**Quadro 73 – Total de ingressos**

INGRESSOS	2017	2016	AH (%)	AV
Receitas orçamentárias	756.497,18	1.465.335,53	-48,37	0,25
Transferências financeiras recebidas	263.609.846,11	235.544.493,61	11,92	88,23
Recebimentos extraorçamentários	23.343.712,54	41.774.179,16	-44,12	7,81
Saldo do exercício anterior: caixa e equivalente de caixa	11.073.913,88	3.971.581,98	178,83	3,71

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

**Quadro 74 – Total de dispêndios**

DISPÊNDIOS	2017	2016	AH (%)	AV
Despesas orçamentárias	257.353.286,85	239.770.107,47	7,33	86,070,25
Transferências financeiras concedidas	669.667,25	502.505,09	33,27	0,22
Despesas extraorçamentárias	37.945.214,90	31.409.063,84	20,81	12,70
Saldo p/o exercício seguinte: caixa e equivalente de caixa	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57	0,94

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

O resultado financeiro do exercício 2017 foi deficitário em R\$ 8.258.113,17. Cabe destacar que o motivo principal deste resultado se refere à transferência financeira ocorrida em dezembro de

2016 para pagamento da folha de pessoal, porém o dispêndio ocorreu em janeiro/2017, fato que gerou saldo do exercício anterior superdimensionado.

Uma das formas para apuração do resultado financeiro, e mais simples, é pela subtração do saldo do exercício anterior do saldo para o exercício seguinte da conta caixa e equivalentes de caixa. (2.815.800,71 (-) 11.073.913,88), a outra forma é subtrair os dispêndios dos ingressos.

No quadro 73 observa-se que a principal fonte de ingressos financeiros são as transferências financeiras recebidas, por outro lado, no quadro 74 verifica-se que as despesas orçamentárias são o principal dispêndio. As transferências financeiras recebidas traduzem-se no repasse de recursos financeiros para o pagamento das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, uma vez que observado o Balanço Orçamentário, fica claro que a arrecadação de R\$ 756.497,18 é insignificante ante os dispêndios de R\$ 295.298.501,75.

Os recebimentos extraorçamentários referem-se, em grande parte (99,64%) para o pagamento dos restos a pagar. Recebem esta denominação por não possuírem relação com a execução do orçamento do exercício corrente, e sim, originados de orçamentos de exercícios anteriores.

---

---

## **8.2 Informações sobre as Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior**

---

---

### **8.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão**

Em relação as receitas próprias (Fonte 0250) não houve dificuldades para execução, tendo em vista, que os créditos orçamentários e limites para empenho foram liberados de acordo com o ingresso das receitas. No quadro 75 são demonstradas as Receitas Orçamentárias Líquidas por fonte de recursos.

**Quadro 75 – Receita Orçamentária Líquida da Fonte 0250 e 0281, Exercício 2017**

Fonte Recursos		Item Informação		5
				Receita Orçamentária (líquida)
Natureza Receita				Saldo R\$ (Item Informação)
50	Recursos não-Financeiros Diretam. Arrecadados	13100111	Alugueis e Arrendamentos-Principal	69.639,87
		13100112	Alugueis e Arrendamentos-Multas e Juros	50,22
		13109911	Outras Receitas Imobiliárias-Principal	825,98
		16100111	Serv.Administrat. e Comerciais Gerais-Princ.	6.385,00
		16100211	Inscr. em Concursos E Proc.Seletivos-Principal	23.250,00
		19100911	Multas e Juros Previstos em Contratos-Princ.	109.516,64
		19100912	Multas e Juros Previstos em Contratos-Mul.Jur	351,79
		19229911	Outras Restituições-Principal	0
		19239911	Outros Ressarcimentos-Principal	3.574,56
		<b>Total</b>		
81	Recursos de Convênios	17400011	Transferências de Instituições Privadas-Princ	139.810,14
<b>Total</b>			<b>139.810,14</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial (base 2017, extraído 19/02/2018).

Percebe-se no quadro acima, que da fonte 50 a principal receita foi multas e juros previstas em contratos totalizando cerca de 51% das receitas dessa fonte, em seguida a receita com alugueis e arrendamentos que representou cerca de 32%, na sequência a arrecadação com inscrições de concursos com cerca de 10%.

Quanto a fonte 81 foram recebidos recursos da fundação araucária, entretanto na UFFS há certa dificuldade de operarmos com recursos de convênios tendo em vista que as regras do ano passado obrigavam um cancelamento de uma fonte para a inclusão de outra. A UFFS tem demonstrado esforços na captação de recursos externos para ensino, pesquisa e extensão, contudo, possui dificuldades na execução de receitas recebidas de fundações, como fonte 281.

### 8.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Visando informar sobre as alocações feitas com os recursos captados pela universidade foi elaborada no quadro 76.



**Quadro 76 – Alocação de recursos com base nas fontes de recursos recebidas em 2017**

Ação Governo	Fonte SOF	Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	Modalidade Aplicação	Item Informação		DESPESAS EMPENHADAS	Total
					Elemento Despesa		Movimento R\$ (Item Informação)	
20RK	0250	3	3	90	18	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00	<b>660.376,90</b>
					30	Material de consumo	443.377,44	
					33	Passagens e despesas com locomoção	60,00	
					36	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	28.604,79	
					39	Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	151.661,55	
					47	Obrigações tributárias e contributivas	9.241,00	
					93	Indenizações e restituições	16.276,70	
				91	47	Obrigações tributárias e contributivas	2.655,42	
					93	Indenizações e restituições	7.500,00	
	0281	3	3	90	18	Auxílio financeiro a estudantes	139.200,00	
Total							<b>799.576,90</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial 19/02/2018.

Percebe-se que a alocação dos recursos na ação orçamentária funcionamento, cujos valores foram recebidos através das fontes de recursos 50 e 81. Na UFFS, quanto a fonte 50, inexistiu política de alocação por fontes de recursos recebidas, portanto essas fontes de recursos suprem despesas de manutenção e funcionamento.

Já a fonte 81 é relativa a recursos recebidos por convênios, os quais possuem destinação especificada nos respectivos convênios. Como a edição da Portaria MP nº 08, de 14 de fevereiro de 2017, na questão orçamentária para execução dos convênios de iniciativa privada, dentre os quais os da Fundação Araucária, a Universidade Federal da Fronteira Sul encontrou obstáculo na liberação das receitas orçamentárias junto à Secretaria de Orçamento Federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, ou seja, a Universidade não possui

receita orçamentária própria (arrecadada) o suficiente para cancelar/suplementar e conseqüentemente, inviabilizou a emissão de notas de empenho, conforme preceitua a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

---

---

### **8.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos**

---

---

Com relação aos procedimentos estabelecidos pelas NBC T 16.09 e NBC T 16.10, no exercício de 2017 a Universidade Federal da Fronteira Sul contabilizou a depreciação dos bens móveis e imóveis e a amortização dos imóveis em propriedades de terceiros e a amortização dos softwares de vida útil determinada, em conformidade com a Macrofunção SIAFI 02.03.30.

O registro da contabilização da depreciação dos bens imóveis no SIAFI é realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em relatórios da Secretaria do Patrimônio da União.

O cálculo da depreciação é efetuado por sistema próprio, com observâncias das regras do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 e parametrizado pelo método das quotas constantes e as tabelas de vida útil e de valor residual fixadas pela STN.

Os bens imóveis são avaliados por engenheiro habilitado.

Os bens móveis são reavaliados anualmente por comissão de reavaliação, tendo por critério a reavaliação somente dos bens que atingiram o valor residual.

O ativo intangível da UFFS é composto em sua totalidade por softwares. A amortização é calculada na proporção da vigência da licença de uso.

Em 2017 foram registrados os valores a seguir relacionados que tiveram impacto no resultado patrimonial pela variação patrimonial diminutiva:

- 7.604.179,93 depreciação de bens móveis;
- 1.111.122,38 depreciação bens imóveis;

- 43.682,08 amortização de bens imóveis;
- 397.582,80 amortização de intangíveis.

A UFFS ainda não realizou avaliação e redução ao valor recuperável de intangíveis. A UFFS não possui passivos sobre os quais a reavaliação seja aplicável. Os estoques de almoxarifado são contabilizados pelo preço médio ponderado das compras.

---

---

## **8.4 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade**

---

---

No ano de 2015 a UFFS através da Pró-Reitoria de Planejamento iniciou a implantação de informações de custos, buscando pela setorial de custos foram feitos contatos com a SPO/MEC entretanto esta estrutura não existe no MEC, a SPO nos repassou alguns locais onde poderiam ser encontradas informações sobre metodologias que poderiam ser aplicadas. Foram feitos contatos com a STN/MF responsável pela implantação do sistema de informação de custos - SIC para a administração pública federal. Para que a UFFS possa alimentar o SIC é necessário habilitar o campo usa informação de custos no SIAFI, diante disso, foi feita esta solicitação a SPO/MEC.

Visando o acompanhamento, avaliação e gestão de custos das unidades administrativas da UFFS foram elaboradas consultas no sistema Tesouro Gerencial. Nesta fase inicial foram selecionadas somente as despesas correntes excluindo-se aquelas relacionadas a folha de pagamento a exemplo dos auxílios. Esta seleção visa despesas de maior grau de controle e tomada de decisão por parte dos gestores da universidade.

Embora impossibilitados de utilizar o SIC, foi definida uma metodologia semelhante à utilizada no SIC. Foi elaborada consulta no sistema Tesouro Gerencial extraindo as informações das liquidações (informação mais próxima da realização do custo). Com isso foi possível extrair informações identificando-se as unidades administrativas e os meses de competência. Entretanto ainda não se faz vinculação aos serviços ou objetivos estratégicos da universidade.

Atualmente não existe uma unidade responsável somente para gerar e analisar

informações de custos, entretanto existe uma equipe com quatro pessoas pertencentes a Pró-Reitoria de Planejamento, que dentre outras atividades, está implementando a geração de informações de custos. Em contatos realizados com o MEC que seria a setorial de custos perante as IFES este informou que não havia setorial de custos.

As unidades administrativas analisadas são as seguintes: Reitoria, Pró-Reitorias, Secretarias Especiais, Campus Cerro Largo, Erechim, Passo Fundo, Chapecó, Laranjeiras do Sul e Realeza. Ainda não utiliza-se sistema informatizado de apuração de custos. Atualmente são feitos levantamentos utilizando-se planilhas. O tratamento e alocação de informação de custos é feito basicamente através da alocação das despesas correntes às unidades administrativas.

Os impactos observados na atuação, bem como na tomada de decisão que podem ser atribuídos a implantação do gerenciamento de custos são: melhor planejamento do orçamento e maior controle de gastos. Os relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão são os relatórios sobre a liquidação das despesas correntes, excluindo-se as despesas relativas a folha de pagamento. Desta forma, identifica-se as despesas mais relevantes e são buscadas alternativa de redução.

---

---

## **8.5 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº4.320/64 e Notas Explicativas**

---

---

Os quadros a seguir apresentam as demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas.

**Quadro 77 – Balanço Patrimonial UFFS– Exercício 2017**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.335.426,72</b>	<b>17.412.989,59</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>985.260,70</b>	<b>9.661.128,62</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.815.800,71</b>	<b>11.073.913,88</b>	<b>Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>932.036,09</b>	<b>6.578.700,45</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	-	-	<b>Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</b>	-	-
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>3.428.436,82</b>	<b>3.619.632,21</b>	<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>53.224,61</b>	<b>475.679,47</b>
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	-	-	<b>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</b>	-	-
<b>Estoques</b>	<b>3.061.633,33</b>	<b>2.710.707,20</b>	<b>Obrigações de Repartição a Outros Entes</b>	-	-
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>29.555,86</b>	<b>8.736,30</b>	<b>Provisões a Curto Prazo</b>	-	-
<b>Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda</b>	-	-	<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	-	<b>2.606.748,70</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>454.216.979,96</b>	<b>318.701.649,05</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	-	-
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	-	-	<b>Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo</b>	-	-
<b>Estoques</b>	-	-	<b>Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</b>	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo</b>	-	-
<b>Participações Permanentes</b>	-	-	<b>Obrigações Fiscais a Longo Prazo</b>	-	-
<b>Propriedades para Investimento</b>	-	-	<b>Provisões a Longo Prazo</b>	-	-
<b>Propriedades para Investimento</b>	-	-	<b>Demais Obrigações a Longo Prazo</b>	-	-
<b>(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos</b>	-	-	<b>Resultado Diferido</b>	-	-
<b>(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos</b>	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>985.260,70</b>	<b>9.661.128,62</b>
<b>Investimentos do RPSS de Longo Prazo</b>	-	-	-	-	-
<b>Investimentos do RPSS de Longo Prazo</b>	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS</b>	-	-	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	-	-

Demais Investimentos Permanentes	-	-	<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</b>	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	<b>Reservas de Capital</b>	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>449.583.352,05</b>	<b>314.269.508,26</b>	<b>Reservas de Lucros</b>	-	-
Bens Móveis	52.985.815,21	52.084.144,85	<b>Demais Reservas</b>	-	-
Bens Móveis	89.624.433,79	81.118.583,50	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>462.567.145,98</b>	<b>326.453.510,02</b>
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-36.638.618,58	-29.034.438,65	Resultado do Exercício	137.767.621,50	20.697.710,26
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	326.453.510,02	432.832.560,60
Bens Imóveis	396.597.536,84	262.185.363,41	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.653.985,54	-127.076.760,84
Bens Imóveis	398.057.684,64	262.490.706,75	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.460.147,80	-305.343,34	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>462.567.145,98</b>	<b>326.453.510,02</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>4.633.627,91</b>	<b>4.432.140,79</b>			
Softwares	4.633.627,91	4.432.140,79			
Softwares	5.589.498,49	4.990.428,57			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-955.870,58	-558.287,78			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>463.552.406,68</b>	<b>336.114.638,64</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>463.552.406,68</b>	<b>336.114.638,64</b>
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.815.800,71</b>	<b>11.073.913,88</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>29.072.545,58</b>	<b>45.390.553,90</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>460.736.605,97</b>	<b>325.040.724,76</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>932.036,09</b>	<b>886.079,01</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>433.547.825,01</b>	<b>289.838.005,73</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>6.949.591,67</b>	<b>11.015.411,90</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>21.935.840,60</b>	<b>30.628.990,37</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.949.591,67	11.015.411,90	Execução dos Atos Potenciais Passivos	21.935.840,60	30.628.990,37
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.091.962,89	3.091.962,89	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	3.857.628,78	7.899.091,25	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum	607.777,00	685.817,00
Congêneres a Rec.			Congêneres a Liberar		
Direitos Contratuais a Executar	-	24.357,76	Obrigações Contratuais a Executar	21.328.063,60	29.943.173,37
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.949.591,67</b>	<b>11.015.411,90</b>	<b>TOTAL</b>	<b>21.935.840,60</b>	<b>30.628.990,37</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-25.625.354,59</b>
Educação	-26.520.323,90
Operação de Crédito	-182.842,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.073.235,13
Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.576,68
<b>TOTAL</b>	<b>-26.256.744,87</b>

Fonte: DCONT/UFFS, 2018

**Quadro 78 – Demonstração das variações patrimoniais- exercício 2017**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>386.439.574,76</b>	<b>242.301.881,94</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>100.100,85</b>	<b>482.570,16</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	100.100,85	482.570,16
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>11.623,42</b>	<b>123,82</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	115,99	123,82
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.507,43	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>263.837.034,00</b>	<b>240.714.388,90</b>
Transferências Intragovernamentais	263.609.846,11	235.544.493,61
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	139.810,14	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	87.377,75	5.169.895,29
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>121.985.853,72</b>	<b>119.635,94</b>
Reavaliação de Ativos	45.622.856,43	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	76.321.457,83	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	41.539,46	119.635,94
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>504.962,77</b>	<b>985.163,12</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	504.962,77	985.163,12
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>248.671.953,26</b>	<b>221.604.171,68</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>187.662.969,60</b>	<b>161.384.242,41</b>
Remuneração a Pessoal	143.936.414,36	122.756.575,70
Encargos Patronais	32.129.211,80	27.246.548,55



Benefícios a Pessoal	10.932.478,46	10.756.713,31
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	664.864,98	624.404,85
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>331.431,96</b>	<b>143.453,93</b>
Aposentadorias e Reformas	155.923,65	33.349,64
Pensões	126.910,58	66.103,50
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	48.597,73	44.000,79
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>37.272.142,85</b>	<b>38.236.336,29</b>
Uso de Material de Consumo	1.298.770,55	1.220.512,23
Serviços	26.806.757,53	29.005.862,99
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.166.614,77	8.009.961,07
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>4.997,59</b>	<b>2.556,94</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.997,59	2.556,94
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>669.667,25</b>	<b>503.345,09</b>
Transferências Intragovernamentais	669.667,25	502.505,09
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	840,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>1.567.957,94</b>	<b>1.782.591,38</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.548.168,71	81.508,64
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	8.292,99
Desincorporação de Ativos	19.789,23	1.692.789,75
<b>Tributárias</b>	<b>65.996,39</b>	<b>37.720,08</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.975,40	12.298,97
Contribuições	44.020,99	25.421,11
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>21.096.789,68</b>	<b>19.513.925,56</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	21.065.224,77	19.486.916,57
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	31.564,91	27.008,99

<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>137.767.621,50</b>	<b>20.697.710,26</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
Sem informações qualitativas.		

Fonte: DCONT/UFFS, 2018

**Quadro 79 – Balanço Orçamentário UFFS– exercício 2017**

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>756.497,18</b>	<b>-1.509.023,82</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>81.310,00</b>	<b>81.310,00</b>	<b>82.023,50</b>	<b>713,50</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	81.310,00	81.310,00	70.516,07	-10.793,93
Valores Mobiliários	-	-	11.507,43	11.507,43
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>1.524.913,00</b>	<b>1.524.913,00</b>	<b>29.635,00</b>	<b>-1.495.278,00</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.524.913,00	1.524.913,00	29.635,00	-1.495.278,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	<b>139.810,14</b>	<b>139.810,14</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>659.298,00</b>	<b>659.298,00</b>	<b>505.028,54</b>	<b>-154.269,46</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	656.385,00	656.385,00	109.868,43	-546.516,57
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.913,00	2.913,00	395.160,11	392.247,11
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-

<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>756.497,18</b>	<b>-1.509.023,82</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>756.497,18</b>	<b>-1.509.023,82</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>256.596.789,67</b>	<b>256.596.789,67</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>2.265.521,00</b>	<b>257.353.286,85</b>	<b>255.087.765,85</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	219.176.899,00	238.880.795,00	245.297.588,07	230.660.039,85	230.660.039,85	-6.416.793,07
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	158.402.761,00	177.462.012,00	175.925.050,83	175.925.050,83	175.925.050,83	1.536.961,17
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	60.774.138,00	61.418.783,00	69.372.537,24	54.734.989,02	54.734.989,02	-7.953.754,24
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	13.117.882,00	13.117.882,00	12.055.698,78	3.434.690,31	3.434.690,31	1.062.183,22
<b>Investimentos</b>	13.117.882,00	13.117.882,00	12.055.698,78	3.434.690,31	3.434.690,31	1.062.183,22
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	232.294.781,00	251.998.677,00	257.353.286,85	234.094.730,16	234.094.730,16	-5.354.609,85
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	232.294.781,00	251.998.677,00	257.353.286,85	234.094.730,16	234.094.730,16	-5.354.609,85
<b>TOTAL</b>	<b>232.294.781,00</b>	<b>251.998.677,00</b>	<b>257.353.286,85</b>	<b>234.094.730,16</b>	<b>234.094.730,16</b>	<b>-5.354.609,85</b>

Fonte: DCONT/UFGS, 2018

**Quadro 80 – Demonstrativo de execução de restos a pagar não processados**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	2.278.591,65	9.574.749,94	8.278.789,50	8.278.789,50	1.048.760,77	2.525.791,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.278.591,65	9.574.749,94	8.278.789,50	8.278.789,50	1.048.760,77	2.525.791,32
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.071.684,94	23.749.065,83	20.900.984,01	20.900.984,01	667.745,19	3.252.021,57
Investimentos	1.071.684,94	23.749.065,83	20.900.984,01	20.900.984,01	667.745,19	3.252.021,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.350.276,59</b>	<b>33.323.815,77</b>	<b>29.179.773,51</b>	<b>29.179.773,51</b>	<b>1.716.505,96</b>	<b>5.777.812,89</b>

Fonte: DCONT/UFGS, 2018

**Quadro 81 – Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	8.716.461,54	8.680.285,54	-	36.176,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.264.406,36	7.264.406,36	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.452.055,18	1.415.879,18	-	36.176,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>8.716.461,54</b>	<b>8.680.285,54</b>	-	<b>36.176,00</b>

Fonte: DCONT/UFGS, 2018

**Quadro 82 – Balanço Financeiro – exercício 2017**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>756.497,18</b>	<b>1.465.335,53</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>257.353.286,85</b>	<b>239.770.107,47</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>392.927,28</b>	<b>429.994,36</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>53.944.607,03</b>	<b>59.455.154,55</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>621.192,04</b>	<b>1.035.518,17</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>203.408.679,82</b>	<b>180.314.952,92</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	621.192,04	1.035.518,17	Educação	201.583.677,90	179.076.187,31
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-257.622,14	-177,00	Seguridade Social (Exceto RGPS)	143.682,16	
			Operação de Crédito	182.842,50	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	836.899,56	772.341,06
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	661.577,70	466.424,55
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>263.609.846,11</b>	<b>235.544.493,61</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>669.667,25</b>	<b>502.505,09</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	236.056.780,28	205.803.157,67	Resultantes da Execução Orçamentária	23.169,60	35.271,26
Repasse Recebido	236.056.780,28	205.803.157,67	Repasse Concedido	23.169,60	26.978,27
Independentes da Execução Orçamentária	27.553.065,83	29.741.335,94	Repasse Devolvido		8.292,99
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	24.074.922,70	28.142.208,30	Independentes da Execução Orçamentária	646.497,65	467.233,83
Demais Transferências Recebidas		2.001,01	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		37.239,47
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.478.143,13	1.597.126,63	Movimento de Saldos Patrimoniais	646.497,65	429.994,36
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>23.343.712,54</b>	<b>41.774.179,16</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>37.945.214,90</b>	<b>31.409.063,84</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	8.436.771,50	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.680.285,54	8.435.015,46
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23.258.556,69	33.323.815,77	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	29.179.773,51	22.960.424,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	85.155,85	13.591,89	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	85.155,85	13.623,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>11.073.913,88</b>	<b>3.971.581,98</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.815.800,71</b>	<b>11.073.913,88</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.073.913,88	3.971.581,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.815.800,71	11.073.913,88
<b>TOTAL</b>	<b>298.783.969,71</b>	<b>282.755.590,28</b>	<b>TOTAL</b>	<b>298.783.969,71</b>	<b>282.755.590,28</b>

Fonte: DCONT/UFFS, 2018

**Quadro 83 – Demonstração dos fluxos de caixa- exercício 2017**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>16.077.561,15</b>	<b>29.478.118,60</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>264.451.499,14</b>	<b>237.023.421,03</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>616.687,04</b>	<b>1.465.335,53</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	70.516,07	65.817,95
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	29.635,00	416.853,38
Remuneração das Disponibilidades	11.507,43	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	505.028,54	982.664,20
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>139.810,14</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	139.810,14	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>263.695.001,96</b>	<b>235.558.085,50</b>
Ingressos Extraorçamentários	85.155,85	13.591,89
Transferências Financeiras Recebidas	263.609.846,11	235.544.493,61
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-248.373.937,99</b>	<b>-207.545.302,43</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-215.565.235,69</b>	<b>-179.569.255,57</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-292.512,46	-96.809,00
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-214.792.966,17	-177.036.731,33
Cultura	-	-100.000,00
Direitos da Cidadania	-95.286,66	-137.489,74
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-384.470,40	-2.171.882,73
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-



Encargos Especiais	-	-26.342,77
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-32.053.879,20</b>	<b>-27.459.917,86</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-32.018.047,81	-27.437.184,66
Outras Transferências Concedidas	-35.831,39	-22.733,20
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-754.823,10</b>	<b>-516.129,00</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-85.155,85	-13.623,91
Transferências Financeiras Concedidas	-669.667,25	-502.505,09
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-24.335.674,32</b>	<b>-22.375.786,70</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-24.335.674,32</b>	<b>-22.375.786,70</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-23.669.800,66	-21.503.611,81
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-665.873,66	-872.174,89
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-8.258.113,17</b>	<b>7.102.331,90</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>11.073.913,88</b>	<b>3.971.581,98</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>2.815.800,71</b>	<b>11.073.913,88</b>

DCONT/UFFS, 2018

## **8.5.1 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017**

### **1. Contexto Operacional**

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino e desenvolve atividades de ensino superior, pesquisa científica e extensão universitária. Foi criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, e tem como sede e foro o Município de Chapecó, estado de Santa Catarina. Situada na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e entornos, sob a forma de autarquia subordinada ao Ministério da Educação, regulamentada pela legislação federal, por seu Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas normas complementares específicas.

A UFFS possui estrutura *multicampi* e está localizada nos municípios de Chapeco/SC - onde também está situada a Reitoria - Cerro Largo/RS, Erechim/RS, Passo Fundo/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Releza/PR, e tem o *Campus* Universitário como órgão constitutivo para efeito de organização administrativa e didático-científica.

### **2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas da UFFS são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas possuem correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, considerando que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio da UFFS e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2017.

Os componentes do patrimônio foram registrados pelo valor original das transações, expressos em moeda nacional.

Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da UFFS.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: (i) Balanço Patrimonial – BP; (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; (iii) Balanço Orçamentário – BO; (iv) Balanço Financeiro - (BF); e (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC).

### **3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis<sup>1</sup>**

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) dispõem sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União e compreende três orçamentos, que são: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimentos das empresas estatais independentes, ou seja, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

### **3.1 Conta Única do Governo Federal**

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, é o que se refere à execução financeira nos órgãos públicos federais, da mesma forma na UFFS. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias (são todas aquelas receitas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento), ou seja, todos os recebimentos e todos os pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

### **3.2 Ajustes de Exercícios Anteriores**

Destaca-se também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

### **3.3 Recursos orçamentários x recursos financeiros**

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público é o “Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum”.

[https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search\\_letter=o](https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search_letter=o)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual

(LOA).

---

<sup>1</sup> Para elaboração do resumo dos principais critérios e políticas contábeis foi utilizado e adaptado o modelo constante das notas explicativas do MEC, 3º trimestre de 2017, com o propósito de proporcionar uma melhor compreensão por parte dos usuários da informação.

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-e-financeira/>)

Dessa forma, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

(<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=d>)

### **3.4 Restos a pagar**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho.

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Na sequência são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFFS bem como nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

### *1. Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras*

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

A UFFS não possui montante em moeda estrangeira.

### *2. Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### *3. Créditos a Curto Prazo*

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados pela UFFS.

### *4. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo*

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

## 5. *Estoques*

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), materiais de almoxarifado, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

No âmbito da UFFS compreendem os materiais de almoxarifado utilizados nas atividades administrativas e pedagógicas.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

## 6. *Ativo Realizável a Longo Prazo*

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

A UFFS não possui ativos realizáveis a longo prazo.

## 7. *Ajuste para perdas da dívida ativa*

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou par-

celamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN.

A UFFS ainda não possui créditos referentes a dívida ativa, portanto, não realiza o ajuste para perdas desta natureza.

#### *8. Investimentos*

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. A UFFS não possui investimentos.

#### *9. Imobilizado*

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



## 10. Intangíveis

Dizem respeito aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No âmbito da UFFS, todos os intangíveis estão relacionados a *Softwares*, tanto os de vida útil definida quanto aqueles de vida útil indefinida.

A UFFS ainda não realizou avaliação para determinar valor de recuperabilidade de intangíveis (*impairment*).

*k) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis.*

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No âmbito da UFFS todos os bens imóveis encontram-se registrados no SPIUnet, exceto as obras em andamento. Também há benfeitorias em propriedade de terceiros, sobre os quais incide amortização linear, proporcionalmente à previsão de utilização do imóvel que é alugado, no caso em questão, o prédio da Unidade Bom Pastor, sede da Reitoria.

*l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet*

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a

depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor depreciado dos bens imóveis da UFFS, que abrange todos os *campi*, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de *Kuentzle*, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

#### *m) Passivos Circulantes e Não Circulantes*

As obrigações da UFFS são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições e outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. A UFFS não possui em seus registros passivos não circulantes.

#### *n) Empréstimos e Financiamentos*

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, dos órgãos públicos, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). A UFFS não possui obrigações com empréstimos e financiamentos.

#### *o) Provisões*

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade as saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emiti-

dos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF8, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

A UFFS não possui registros relacionados à provisões.

*p) Ativos e Passivos Contingentes*

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

*q) Apuração do resultado*

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

**(a) Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específi-

cas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente).

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

## **(b) Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos

próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

### **(c) Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFFS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFFS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

## 4 - Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial - BP

Na sequência são apresentados os itens mais relevantes ao demonstrativo com detalhes.

### 4.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante, demonstrado no quadro 84 compreende o somatório das disponibilidades, adiantamentos a servidores e convênios, estoques e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente (seguros, anuidades).

No quarto trimestre de 2017, o ativo circulante representa 2,01% do ativo total da UFFS e teve redução de 46,39% em relação à posição de 31/12/2016, redução essa influenciada, sobretudo, pela diminuição da conta caixa e equivalentes de caixa.

#### Quadro 84 – Ativo Circulante

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
110000000	Ativo Circulante	9.335.426,72	17.412.989,59	- 46,39
111000000	Caixa e equiv. de caixa	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57
113000000	Demais créditos e valores a curto prazo	3.428.436,82	3.619.632,21	-5,00
115000000	Estoques	3.061.633,33	2.710.707,20	12,95
119000000	VPD pagas antecipadamente	29.555,86	8.736,30	238,31

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

#### 4.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

O quadro 85 apresenta a situação da conta “Caixa e Equivalente de Caixa” na qual são registrados os valores do limite de saque da Conta Única, de acordo com a programação financeira estabelecida pelo órgão central de programação financeira para atender a despesas com vinculação de pagamento, e compreende o saldo dos valores recebidos para atender gastos em geral, tais como assistência estudantil, transferências de execução descentralizada recebidas, folha de pagamento, aquisição de materiais, serviços e demais despesas orçamentárias e de restos a pagar. Também, encontram-se registrados nesta conta os recursos de arrecadação da própria da instituição (53,10% do montante desta conta). O saldo da conta caixa e equivalente de caixa teve redução 74,57% no comparativo entre o quarto trimestre de 2016 para o quarto trimestre de 2017. Esta redução foi

motivada, principalmente, pelos recursos recebidos para a folha de pagamento de dezembro de 2016, cujo pagamento ocorreu no início de 2017.

#### **Quadro 85 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
110000000	Ativo Circulante	9.335.426,72	17.412.989,59	- 46,39
111000000	Caixa e equivalente de caixa	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

#### **4.1.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Neste subgrupo encontram-se registrados os valores referentes a adiantamentos a pessoal (adiantamento de férias e décimo terceiro salário) e despesas pagas antecipadamente, tais como anuidades de entidades representativas.

Cabe salientar que até a data de 01/09/2017 estavam registrados neste subgrupo valores referentes a adiantamento de transferências voluntárias a fundações de apoio para execução de projetos. Os referidos valores foram baixados pela Secretaria do Tesouro Nacional em atendimento ao Acórdão 1320/2017 do Tribunal de Contas da União.

O quadro 86, apresenta a evolução deste subgrupo entre os períodos 2016 e 2017 de onde observa-se pequena redução.

#### **Quadro 86 – Demais créditos e valores a curto prazo**

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
110000000	Ativo Circulante	9.335.426,72	17.412.989,59	- 46,39
113000000	Demais créditos e valores a curto prazo	3.428.436,82	3.619.632,21	-5,00

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

#### **4.1.3. Estoques**

O quadro 87 apresenta incremento de 12,95% no comparativo entre os períodos, sendo que do estoque existente em 31/12/2017, conforme dados extraídos do Relatório Mensal de Almoxarifado – RMA, o item de maior volume monetário é material laboratorial (44,63%), seguido

de material de expediente (14,05%) e material químico (para laboratório) 11,55%.

#### Quadro 87 – Estoques

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
110000000	Ativo Circulante	9.335.426,72	17.412.989,59	- 46,39
115000000	Estoques	3.061.633,33	2.710.707,20	12,95

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

#### 4.1.4. VPD's Pagas Antecipadamente

O saldo existente nesse subgrupo refere-se à contratação de seguro total por 24 meses (de junho/2017 a maio/2019) para os veículos da frota da UFGS (Apólice nº 51550 da seguradora Gente Seguradora S/A).

#### Quadro 88 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
110000000	Ativo Circulante	9.335.426,72	17.412.989,59	- 46,39
119000000	VPD pagas antecipadamente	29.555,86	8.736,30	238,31

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

### 4.5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

#### Quadro 89 – Ativo Não Circulante

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
12	Ativo Não Circulante	454.216.979,96	318.701.649,05	42,52
123	Imobilizado	449.583.352,05	314.269.508,26	43,06
1231	Bens Móveis	89.624.433,79	81.118.583,50	10,49
1232	Bens Imóveis	398.057.684,64	262.490.706,75	51,65
1238	Depreciação e amortização acumulada	(38.098.766,38)	(29.339.781,99)	29,85
124	Intangível	4.633.627,91	4.432.140,79	4,55



1248	Amortização acumulada	(955.870,58)	(558.287,78)	71,21
------	-----------------------	--------------	--------------	-------

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

O ativo não circulante representa 97,99% do ativo total, constituindo-se no mais importante grupo do ativo, considerando-se o volume de valores que nele estão aplicados.

Observando-se o quadro 89 é possível perceber aumento de 42,52% entre as datas de 31/12/2016 e 31/12/2017. Ocorreu fato importante durante o exercício financeiro de 2017 no que diz respeito a regularização de registros no sistema SPIUnet referente a terrenos que estavam cadastrados naquele sistema, mas que por questões técnicas ou procedimento inadequado de cadastro, não haviam sido integrados tempestivamente ao SIAFI. Realizada a regularização dos parâmetros nos SPIUnet, ocorreu a integração ao SIAFI, fato este que teve importante impacto no resultado do exercício pela contrapartida de variação patrimonial aumentativa (VPA), conforme consta na nota explicativa constante do item 5.2 da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), acerca dos ganhos com incorporação de ativos.

#### 4.5.1. Bens Móveis

##### Quadro 90 – Composição dos Bens Móveis

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
Total sem considerar a depreciação		89.189.237,28	81.118.583,50	9,95
123110100	Máquinas, aparelhos equipam ferramentas	39.922.777,73	36.898.777,55	8,20
123110200	Bens de informática	21.815.196,17	18.699.874,36	16,66
123110300	Móveis e utensílios	16.152.585,90	14.936.309,33	8,14
123110400	Material cultural, educacional e comunic.	8.686.938,44	8.087.943,27	7,41
123110500	Veículos	2.352.253,96	2.352.253,96	0,00
123111000	Semoventes	144.701,50	29.132,80	396,70
123119900	Demais bens móveis	114.783,58	114.292,23	0,43
123810100	(-) Depreciação acumulada	(36.638.618,58)	(29.034.438,65)	26,19
Total líquido (depreciação descontada)		52.550.618,70	52.084.144,85	0,90
(-) Depreciação acumulada				

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

A revisão analítica do balancete na data base 31/12/2017 aponta que os bens móveis, já descontada a depreciação acumulada, constituem 11,34% do ativo total. A evolução aumentativa desde a data de 31/12/2016 até o final do quarto trimestre de 2017, sem considerar a depreciação foi de 9,95%, com destaque para os bens de informática com incremento de 16,66%, sendo que a principal aquisição desta conta (43,76 % do total da aquisição/reavaliação) foi referente ao contrato 02/2017 com a empresa Serprol Comércio e Consultoria em Informática Ltda, cujo objeto é a aquisição de serviços, materiais e equipamentos necessários para proporcionar maior redundância de recursos, prover maior capacidade computacional e disponibilidade de recursos para hospedagem de serviços de tecnologia da informação. Também tem impacto de 16,06% sobre o total de incremento no período a reavaliação de bens, conforme o processo 23205.000266/2017-16, cujos procedimentos e critérios estão relatados no item 4.5.1.1 abaixo.

Observa-se também significativa variação de 396,70% na conta “Semoventes”. A variação deu-se em virtude da aquisição de um “tronco de contenção para bovinos” para as instalações do Hospital Veterinário Universitário do Campus Realeza/PR. Embora o valor de aquisição de R\$ 118.650,00 seja irrelevante ante ao total registrado de bens móveis, o saldo anterior desta conta era de R\$ 26.051,50, resultando na variação expressiva.

#### **4.5.1.1. Reavaliação de Bens Móveis**

Em janeiro de 2017 foi registrada reavaliação de bens móveis, a qual foi realizada pela Comissão de Reavaliação dos Bens Móveis, criada pela Portaria 845/GR/UFGS/2016. O critério adotado é o de que a reavaliação será realizada naqueles bens que chegaram ao valor residual, excluindo-se os que já constam em processo de alienação. Os bens são avaliados individualmente e nem todos os bens móveis são incluídos no processo, apenas aqueles que chegaram ao valor residual. Definiu-se, por procedimento padrão, considerar os bens reavaliados como em bom estado de uso, uma vez que aqueles que apresentam problemas são encaminhados para manutenção ou baixados. O índice de atualização é o IPCA entre a data de aquisição e a data da reavaliação do bem imóvel, na seguinte fórmula:

$$\text{Índice IPCA} = ((\text{SOMA PERÍODO})/100)+1$$

Cálculo do fator de reavaliação:

$$(((\text{EC}*4) + (\text{PVUF}*6) + (\text{PU}*(-3))))/100 = \text{FR}$$

Onde:

EC: Estado de conservação

PVUF: período de vida útil futura – com base no estado de conservação dos bens foi definido um período de vida útil futura

PU: período de utilização do bem

FR: fator de reavaliação – índice aplicado aos bens para se chegar ao valor de reavaliação

#### **4.5.1.2. Depreciação Acumulada de Bens Móveis**

O registro da depreciação dos bens móveis tem como base a informação gerada pelo sistema próprio de controle dos bens móveis, cujos parâmetros e orientações acerca dos percentuais de depreciação, vida útil e valor residual estão contidas na Macrofunção SIAFI 020330, a qual trata dos da legalidade, metodologia, estimativa de vida útil e taxas de depreciação, amortização e exaustão.

Observa-se no quadro 90 que a depreciação dos bens móveis tem relevância significativa na situação patrimonial da UFFS, considerando-se a variação de 26,19% no ano de 2017 em relação ao exercício de 2016.

#### **4.5.1.3. Divergências entre SIAFI e sistema de controle de bens móveis**

Cabe a observação da existência de bens móveis não contabilizados, mas que estão em uso no âmbito da UFFS. Tratam-se de materiais permanentes recebidos por doação da Universidade Federal de Santa Catarina, à época da implantação no ano de 2010, e que até a presente data permanecem pendentes da formalização da referida doação. Os bens em questão estão nos controles patrimoniais da Instituição, gerenciados pela Superintendência de Gestão Patrimonial como “materiais de propriedade de terceiros”, na quantidade de 4.419 itens. Também há, na condição de

doado, mas sem formalização, material bibliográfico no valor de R\$ 504.985,76, o qual está sob a guarda das bibliotecas e registrado para fins de controle no sistema PERGAMUM.

A solicitação de providências para a formalização das doações foi enviada à Superintendência de Gestão Patrimonial – SUGEP, pelo Memorando 006/DCONT/UFFS/2016. Em resposta a SUGEP informou por intermédio do Memorando 24/SUGEP/UFFS/2016 que “(...) foram e estão sendo envidados esforços contínuos por parte da equipe diretiva da UFFS visando à regularização de tais pendências (...)”.

Salienta-se que mensalmente, no procedimento de registro da conformidade contábil de UG e órgão, a Diretoria de Contabilidade registra restrição contábil no sistema SIAFI, código 640 “saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens”.

#### 4.5.2. Bens Imóveis

**Quadro 91 – Bens imóveis**

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
Total bens imóveis sem considerar a depreciação		398.057.684,64	262.490.706,75	51,65
123210103	Terrenos/glebas	87.131.057,22	4.918.101,44	1.671,64
123210107	Imóveis de uso educacional	193.588.025,66	157.450.659,62	22,95
123210601	Obras em andamento	105.872.409,32	92.975.107,58	13,87
123210605	Estudos e projetos	627.790,52	627.790,52	0,00
123210700	Instalações	10.315.531,43	6.086.074,37	69,49
123210800	Benfeitorias em propriedade de terceiros	522.870,49	432.973,22	20,76
123810200	(-) Depreciação acumulada	(1.362.728,83)	(251.606,45)	441,61
123810600	(-) Amortização acumulada	(97.418,97)	(53.736,89)	81,29
Total líquido (depreciação descontada)		396.597.536,84	262.185.363,41	51,27
(-) Amortização acumulada				

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

No comparativo dos balancetes entre o último trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2017 há crescimento de 51,65%, destaque, conforme observa-se no quadro 91, para a variação de 1.671,64% na conta “Terrenos/glebas”, resultante sobretudo, pela regularização do registro dos

terrenos que estavam registrados no sistema SPIUnet, mas por questões de parâmetros inadequados não haviam sido integrados ao SIAFI na data oportuna. Também contribuíram para a expressiva evolução positiva desta conta, o recebimento por doação de dois terrenos da Superintendência do Patrimônio da União, no Rio Grande do Sul, conforme processo de doação (04902.000535/2016-43) daquele órgão federal. Trata-se dos bens imóveis de matrículas 78.304 e 78.305, e Registro Imobiliário Patrimonial, no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet RIP 8785000485001 e RIP 8785000505002.

A variação de 69,49% na conta “Instalações” ocorreu pela instalação de rede de água, drenagem pluvial e pavimentação das vias internas no Campus Realeza/PR.

#### **4.5.2.1. Depreciação Acumulada Bens Imóveis**

A depreciação dos bens imóveis é registrada pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e tem como base planilha encaminhada pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU com as informações extraídas do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, portanto, sem interferência por parte da gestão da UFFS.

#### **4.5.2.2. Divergências entre SIAFI e SPIUNET**

Há divergência entre os sistemas SPIUnet e SIAFI na conta “Terrenos/glebas” de R\$ 618.323,94 referente a 1 (um) terreno recebido por cessão de uso do INCRA, mas contabilizado como se fosse de propriedade da UFFS. Esta divergência foi regularizada no sistema SPIUnet em janeiro/2018.

#### **4.5.3. Intangível**

Os softwares representam 1,21% do ativo total, sendo que no período analisado houve estabilização de aquisições, e pela análise horizontal do balancete observa-se acréscimo de 12% entre 31/12/2016 e 31/12/2017, originado das aquisições de softwares diversos.

A partir de janeiro de 2016, os softwares foram segregados em softwares de vida útil

determinada e softwares de vida útil indeterminada.

A UFFS não realizou ainda testes de *impairment* para verificação do valor recuperável dos *softwares* de vida útil indeterminada.

A amortização dos softwares de vida útil determinada seguindo-se as orientações da Macrofunção SIAFI 020330, ou seja, a amortização é proporcional à vigência da licença de uso.

#### 4.6. PASSIVO CIRCULANTE

##### Quadro 92 – Passivo circulante

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
210000000	Passivo circulante	985.260,70	9.661.128,62	-89,80
211000000	Obrigações trabalh, previd e assistencias	932.036,09	6.578.700,45	-85,83
213000000	Fornecedores e contas a pagar	53.224,61	475.679,47	-88,81
218000000	Demais obrigações a curto prazo	0,00	2.606.748,70	-

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

Conforme demonstra o quadro anterior, ocorreu redução significativa dos compromissos liquidados no comparativo entre os períodos, de modo que o passivo circulante representa apenas 0,21% do composto passivo/patrimônio líquido em 31/12/2017. Cabe salientar que os pagamentos ocorrem de acordo com a programação financeira e repasse de recursos financeiros.

#### 4.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado patrimonial acumulado ao final de 2017 foi positivo em R\$ 137.767.621,50 resultado 565,62% maior ao resultado obtido no exercício 2016.

Do resultado patrimonial apurado em 2017, 88,54% provém da conta “valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos” que compõem a Demonstração das Variações Patrimoniais, na qual está registrada a contrapartida e o resultado da regularização e incorporação ao sistema SIAFI dos terrenos que estavam no sistema SPIUnet, além dos terrenos recebidos por doação da SPU/RS, conforme já mencionado no item 4.5.2 da Superintendência do Patrimônio da União, no Rio Grande do Sul, conforme mencionado na nota 10.

Com relação à incorporação/regularização dos terrenos no sistema SPIUnet que gerou

variação patrimonial aumentativa, e esta por sua vez, teve forte influência na obtenção do resultado patrimonial positivo. O processo de integração e lançamento no sistema SIAFI é automático, porém, considerando que os citados terrenos foram recebidos por doação em exercícios anteriores ao de 2017, o correto registro deveria ser o ajuste de exercícios anteriores.

#### 4.7.1 Ajustes de Exercícios Anteriores

São ajustes realizados pelo reconhecimento de despesas e receitas cuja competência refere-se a exercícios anteriores. O quadro 93 detalha os ajustes efetuados decorrer do exercício de 2017:

**Quadro 93 – Ajustes de exercícios anteriores**

Valor	Descrição
(1.048,54)	Gratificação por encargo de curso e concurso referente 12/2016
(13,47)	Baixa de material de consumo referente 12/2016.
200,00	Incorporação de bem móvel nº 065024 referente 12/2016.
1.574,84	Incorporação de bem móvel nº 065026 referente 12/2016.
567,00	Incorporação de bem móvel nº 065025 referente 12/2016.
114,00	Incorporação de bem móvel nº 065027 referente 12/2016.
(533,24)	Apropriação de depreciação de mídia DVD referente exercícios anteriores
(22.309,00)	Reclassificação revistas científicas de material permanente para consumo
130,30	Baixa de valor não devido referente liquidação em duplicidade em 2015.
92.249,41	Baixa de valor não devido referente liquidação em duplicidade em 2015.
1.048,54	Estorno de gratificação por encargo de curso e concurso ref 12/2016
(35.967,28)	Baixa complementar obra em andamento bloco sala professor Chapecó
(16.721,35)	Baixa complementar obra em andamento laboratórios Erechim
(207.524,75)	Baixa adiantamento transf voluntária para atender Acórdão 1320/2017 TCU
(1.465.752,00)	Baixa adiantamento transf voluntária para atender Acórdão 1320/2017 TCU
(1.653.985,54)	TOTAL

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

O ajuste de maior relevância foi o lançamento em 01/09/2017 pela Secretaria do Tesouro Nacional procedeu da baixa dos valores que estavam registrados no ativo circulante a título de adiantamento de transferências voluntárias em contrapartida à conta de ajustes de exercícios anteriores. O procedimento foi para atender o Acórdão 1320/2017 do Tribunal de Contas da União. O entendimento passou a ser o de que na liquidação de despesas relativas a transferências voluntárias haja o reconhecimento da variação patrimonial diminutiva, invés de ativos - conta

adiantamento de transferências voluntárias.

#### **4.8. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

Os contratos de despesas a executar potencialmente afetarão diminutamente o patrimônio da instituição, na medida que serão executados. Na data base 31/12/2017 a UFFS possuía registrado o valor de R\$ 21.328.063,60 relativo a contratos em execução. Das obrigações contratuais, 50% são relativas a execução de obras em andamento.

##### **Quadro 94 – Obrigações contratuais**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
Serviços	20.323.211,75	28.289.323,14	-28,16
Fornecimento de materiais	904.710,74	1.238.881,52	-26,97
Alugueis	100.141,11	414.968,71	-75,87

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

A principal obrigação contratual a executar em 31/12/2017 (35,35% do total das obrigações contratuais) é com a empresa Paloma Construções Ltda, relativa aos contratos 23/2016 - construção do bloco B do Campus Erechim e contrato 44/2016 - construção do bloco A do Campus Passo Fundo.

#### **4.9. PROVISÕES**

Em 31/12/2017, a Universidade Federal da Fronteira Sul apresentou um saldo de R\$ 0,00 relacionado a provisões uma vez que ainda não há procedimento e sistemática para gestão de riscos formalizada.

### **5 - Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP**

A DVP apresenta as modificações ocorridas no patrimônio, ou seja, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado



patrimonial do exercício. Em síntese, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Na sequência apresenta-se os itens de mais relevantes deste demonstrativo.

## 5.1. Transferências e Delegações Recebidas

### Quadro 95 – Transferências e delegações recebidas

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
400000000	Varição patrimonial aumentativa	386.439.574,76	242.301.881,94	59,49
450000000	Transferências e delegações recebidas	263.837.034,00	240.714.388,90	9,61

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

É a principal variação patrimonial aumentativa, e conseqüentemente a principal fonte de recursos para pagamento das obrigações decorrentes da execução do orçamento, bem como dos restos a pagar da instituição. As transferências ocorrem por meio de repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Educação. As transferências e delegações recebidas cresceram 9,61% na comparação entre o 4º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2017. As transferências recebidas representaram 68,27% do total das variações patrimoniais aumentativas do exercício 2017.

## 5.2. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

### Quadro 96 – Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
400000000	Varição patrimonial aumentativa	386.439.574,76	242.301.881,94	59,49
460000000	Valoriz e ganhos c/ativos e desinc passivos	121.985.853,72	119.635,94	101.864,22

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

Pelo que pode ser observado no quadro 96, ocorreu variação positiva de grande proporção na ordem de 101.864,221% que é resultante da regularização do sistema SPIUnet de terrenos que estavam registrados neste sistema e que não haviam sido integrados ao sistema SIAFI, conforme anteriormente explanado nos itens 4.5, 4.5.2 e 4.7. Também contribuiu para a variação expressiva, a doação de recebida dois bens imóveis da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande

do Sul, além da reavaliação de bens móveis realizada no mês de fevereiro/2017.

\* Reiterando o citado no item 4.7 a incorporação/regularização dos terrenos no sistema SPIUnet, que gerou variação patrimonial aumentativa pelo ganho com a incorporação de ativos, resultando em forte influência na obtenção do resultado patrimonial positivo é um processo automático de integração e lançamento no sistema SIAFI, porém, considerando que os citados terrenos foram recebidos por doações em exercícios anteriores ao de 2017, entende-se que o registro contábil correto seria o de ajuste de exercícios anteriores.

### 5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

#### Quadro 97 – Pessoal e encargos

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Var. %
300000000	Variação patrimonial diminutiva	248.671.953,26	221.604.171,68	12,21
310000000	Pessoal e encargos	187.662.969,60	161.384.242,41	16,28

Fonte: SIAFI/UFS, 2018

Trata-se do principal grupo das VPD e compreende 48,56% em relação ao total. Também mostra elevação de 16,28% entre os períodos, resultante de progressões por capacitação e mérito, além do ingresso de novos servidores.

## 6 - Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário - BO

### 6.1 Receitas

De acordo com a definição do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, “receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandadas da sociedade”.

A previsão e realização de receitas orçamentárias da UFS restringem-se àquelas de fonte própria, sendo a integralidade das receitas correntes, tais como aluguéis, taxas de concursos, multas

administrativas por descumprimento de contrato e restituição de valores pagos a título de despesas de exercícios anteriores. Também há realização a título de “transferências correntes”, proveniente de convênios com a Fundação Araucária. O quadro 98 demonstra a previsão e a realização das receitas correntes para o exercício 2017.

**Quadro 98 – Receitas orçamentárias - 2017**

Receita	Previsão atualizada	Realização	% realizado	AV
<u>Receitas Correntes</u>	2.265,521,00	756.497,18	33,39	100
Receita patrimonial	81.310,00	82.023,50	100,88	10,84
Receitas de serviços	1.524.913,00	29.635,00	1,94	3,92
Transferências correntes	0,00	139.810,14	-	18,48
Outras receitas correntes	659.298,00	505.028,54	76,60	66,76

Fonte: SIAFI/UFS, 2018

Destaca-se a insignificante realização das receitas de serviços de apenas 1,94% em relação à previsão anual. A motivação, de acordo com a Diretoria de Orçamento, é de que a previsão orçamentária para o ano de 2017, de receitas de serviços de alimentação, foi baseada considerando-se o modelo de contratação dos restaurantes universitários, no qual havia participação nos custos do fornecimento das refeições e o recolhimento da taxa de serviços de alimentação à UFS pelo Restaurante Universitário. A forma de contratação dos restaurantes universitários passou a ser por concessão não onerosa do espaço físico e dos equipamentos e com fornecimento de todos os insumos, materiais e mão de obra necessários para o fornecimento das refeições, e por consequência, a receita de serviços de alimentação deixou de ser arrecadada.

Há no balanço orçamentário do quarto trimestre de 2017, realização de receitas de transferências correntes e que compõem 18,48% das receitas próprias arrecadadas no primeiro trimestre de 2017. Trata-se de recebimentos da Fundação Araucária para execução dos Convênios 64/2016, 65/2016, os quais têm como objeto o pagamento de bolsas de iniciação científica e bolsas de inclusão social, pesquisa e extensão universitária. Não há previsão orçamentária desta natureza de receita por não haver, na ocasião das estimativas para o orçamento de 2017, expectativa de contemplação de recursos oriundos de fundações.

Outro grupo de receita que se destaca pela arrecadação em comparativo à previsão (66,76% das receitas realizadas/arrecadadas) é o de “outras receitas correntes”. Neste caso, são os valores arrecadados por guia de recolhimento da União relativos à devolução de despesas que foram liquidadas em exercícios anteriores e pagas aos beneficiários, mas estes, por sua vez, não realizaram efetivamente a despesa.

### 6.1.1. Frustração de arrecadação de Receitas

As receitas de serviços realizadas nos quatro trimestres de 2017 referem-se a serviços administrativos e a realização em relação ao previsto foi de apenas 1,94%, conforme relatado anteriormente, a mudança na forma de contratação dos restaurantes universitários levou à ausência de arrecadação de receitas de serviços de alimentação e é o motivador da frustração da arrecadação de receitas.

## 6.2 Despesas

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público define a despesa orçamentária como o “conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”.

### 6.2.1. Despesas Correntes

Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**Quadro 99 – Despesas correntes – 2017**

Despesa	Dotação atualizada	Execução/empenho	% realizado	AV
<b><u>Despesas Correntes</u></b>	238.880.795,00	245.297.588,07	102,69	95,32
Pessoal e encargos sociais	177.462.012,00	175.925.050,83	99,13	68,36
Outras despesas correntes	61.418.783,00	69.372.537,24	112,95	26,96

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

Observa-se que as despesas correntes representam absoluta relevância no conjunto de despesas da UFFS, representando 95,32% do universo das despesas orçamentárias previstas e empenhadas. Considerando a natureza das atividades da UFFS, as despesas de maior volume, 68,36% do total das despesas orçamentárias empenhadas, referem-se ao pessoal e encargos sociais, seguidas das demais despesas correntes que perfizeram 26,96% dos empenhos.

## 6.2.2. Despesas de Capital

**Quadro 100 – Despesas de capital**

Despesa	Dotação atualizada	Execução/empenho	% realizado	AV
<b><u>Despesas de Capital</u></b>	13.117.882,00	12.055.998,78	91,90	4,68
Investimentos	13.117.882,00	2.695.719,34	20,55	1,39

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

No conjunto das despesas orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, as despesas de capital, previstas na dotação atualizada representam 5,21% e a execução foi de 91,90%, sendo que o montante executado/empenhado ficou distribuído em 67,43% para obras e instalações e 32,57% para equipamentos e material permanente.

Dos empenhos emitidos em 2017, tanto de despesas correntes como despesas de capital, 90,96% foram liquidados e pagos e 9,04% tiveram a sua inscrição realizada em restos a pagar.

A UFFS recebeu em 2017 R\$ 15.073.235,76 em créditos orçamentários de órgãos da administração pública federal por destaque/descentralização, sendo R\$ 13.600.129,84 (90,23%) deste montante com a finalidade de pagamento de bolsas a médicos residentes.

## 6.2.3. Restos a Pagar

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público define restos a pagar como “todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente”. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

**Quadro 101 – Restos a Pagar não Processados – execução 2017**

	RPNP inscritos	RPNP reinscritos	RPNP cancelados	RPNP liquidados	RPNP pagos	Saldo
Investimentos	23.749.065,83	1.071.684,94	667.745,19	20.900.984,01	20.900.984,01	3.252.021,57
Despesas Correntes	9.574.749,94	2.278.591,65	1.048.760,77	8.278.789,50	8.278.789,50	2.525.791,32

Fonte: SIAFI/UFGS, 2018

Do montante de empenhos inscritos em restos a pagar não processados no início de 2017, 4,68% foi cancelado, 79,57% foi liquidado e pago, sendo que restou saldo de R\$ 5.777.812,89 (15,75%), o qual foi reinscrito para execução no exercício 2018. Em análise ao quadro 101 pode-se afirmar que 71,63% dos RPNP liquidados e pagos são referentes a despesas de investimento e 28,37% são oriundos de despesas correntes.

Não há restos a pagar não processados reinscritos há mais de cinco anos. Anualmente, solicita-se aos demandantes da emissão dos empenhos para que se manifestem acerca da manutenção de empenhos em RP ou que solicitem o cancelamento daqueles que não serão mais executados. Os empenhos com saldo irrisório, após análise, são cancelados.

**7 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF**

Pela definição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/ destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e

d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

## 7.1 Ingressos x Dispêndios financeiros

### Quadro 102 – Total de ingressos

INGRESSOS	2017	2016	AH (%)	AV
Receitas orçamentárias	756.497,18	1.465.335,53	-48,37	0,25
Transferências financeiras recebidas	263.609.846,11	235.544.493,61	11,92	88,23
Recebimentos extraorçamentários	23.343.712,54	41.774.179,16	-44,12	7,81
Saldo do exercício anterior: caixa e equivalente de caixa	11.073.913,88	3.971.581,98	178,83	3,71

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

### Quadro 103 – Total de dispêndios

DISPÊNDIOS	2017	2016	AH (%)	AV
Despesas orçamentárias	257.353.286,85	239.770.107,47	7,33	86,070,25
Transferências financeiras concedidas	669.667,25	502.505,09	33,27	0,22
Despesas extraorçamentárias	37.945.214,90	31.409.063,84	20,81	12,70
Saldo p/o exercício seguinte: caixa e equivalente de caixa	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57	0,94

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

O resultado financeiro do exercício 2017 foi deficitário em R\$ 8.258.113,17. Cabe destacar que o motivo principal deste resultado se refere à transferência financeira ocorrida em dezembro de 2016 para pagamento da folha de pessoal, porém o dispêndio ocorreu em janeiro/2017, fato que gerou saldo do exercício anterior superdimensionado.

Uma das formas para apuração do resultado financeiro, e mais simples, é pela subtração do saldo do exercício anterior do saldo para o exercício seguinte da conta caixa e equivalentes de caixa. (2.815.800,71 (-) 11.073.913,88), a outra forma é subtrair os dispêndios dos ingressos.

No quadro 102 observa-se que a principal fonte de ingressos financeiros são as transferências financeiras recebidas, por outro lado, no quadro 103 verifica-se que as despesas orçamentárias são o principal dispêndio. As transferências financeiras recebidas traduzem-se no repasse de recursos financeiros para o pagamento das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, vez que observado o Balanço Orçamentário, fica claro que a arrecadação de R\$ 756.497,18 é insignificante ante os dispêndios de R\$ 295.298.501,75.

Os recebimentos extraorçamentários referem-se, em grande parte (99,64%) para o

pagamento dos restos a pagar. Recebem esta denominação por não possuírem relação com a execução do orçamento do exercício corrente, e sim, originados de orçamentos de exercícios anteriores.

## 7 - Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é o demonstrativo que permite verificar a capacidade de a entidade gerar caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. A análise da DFC permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo.

### Quadro 104 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – saldo inicial e final

Resultado financeiro BF x DFC	2017	2016	AH
Caixa e equivalentes de caixa final (exercício seguinte)	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57
Caixa e equivalentes de caixa inicial (exercício anterior)	11.073.913,88	3.971.581,98	178,83
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-8.258.113,17</b>	<b>7.102.331,90</b>	<b>-216,27</b>

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

O quadro 105 apresenta a geração líquida de caixa e equivalentes por atividade.

### Quadro 105 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa por atividade

Atividades	2017	2016	AH
Fluxo de caixa das atividades das operações	16.077.561,15	29.478.118,60	- 45,46
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-24.335.674,32	- 22.375.786,70	8,76
<b>Total</b>	<b>-8.258.113,17</b>	<b>7.102.331,90</b>	<b>-216,27</b>

Fonte: SIAFI/UFFS, 2018

## 7.1 Atividades das operações

A totalidade dos ingressos é originária das atividades operacionais da Instituição e estas também são as atividades que apresentam geração positiva de caixa e equivalentes em ambos os períodos comparados, embora com redução de volume em 45,46% no comparativo de 2017 com 2016. A receita principal que representa 99,68% de todos os ingressos é originária dos repasses financeiros recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e restos a pagar, e consonância com o citado na nota explicativa do Balanço Financeiro, item 7.1.



Os desembolsos totalizaram R\$ 248,37 milhões. Considerando que os ingressos oriundos das receitas próprias de R\$ 616,68 mil serem insuficientes, os ingressos extraorçamentários R\$ 263,70 milhões e recursos de convênios R\$ 139,81 cobriram esta diferença.

**Quadro 106 – Desembolso por função de governo – atividades das operações**

Desembolso por função de governo	2017	2016	AV 2017	AV 2016
Pessoal e demais despesas	-215.565.235,69	-179.569.255,57	100,00	100,00
Previdência social	-292.512,46	-96.809,00	0,14	0,05
Educação	-214.792.966,17	-177.036.731,33	99,64	98,59
Direitos da cidadania	-95.286,66	-137.489,74	0,04	0,08
Organização agrária	-384.470,40	-2.171.882,73	0,18	1,21
Encargos especiais	-	-26.342,77	0,00	0,01

Fonte: DCONT/UFS, 2018

A função de governo<sup>2</sup> “Educação”, no caso da UFS que é uma instituição de ensino superior, possui detalhamento somente a subfunção<sup>3</sup> “Ensino Superior” e que gerou 99,64% dos desembolsos. A função “Previdência Social” diz respeito a desembolsos para pagamento de aposentadorias e pensões, enquanto que função “Organização Agrária” refere-se a descentralizações orçamentárias recebidas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**7.2. Atividades de investimentos**

As atividades de investimentos estão vinculadas às receitas e despesas de capital. No âmbito da UFS não ocorreram ingresso referentes a receitas de investimentos no exercício 2017. Por sua vez, os desembolsos das atividades de investimentos mais relevantes foram aplicados em obras em andamento e instalações, seguido de aquisições de bens móveis, como pode ser observado no quadro 107.

**Quadro 107 – Desembolsos das atividades de investimentos – por natureza de despesa**

Desembolso por natureza de despesa	2017	2016	AV 2017	AV 2016
Obras em andamento e instalações	-17.274.735,96	-17.931.587,19	70,99	80,14
Bens móveis	-6.395.064,70	-3.619.790,52	26,28	16,18
Intangível (softwares)	-665.873,66	-824.408,99	2,74	3,68
<b>TOTAL</b>	<b>-24.335.674,32</b>	<b>-22.375.786,70</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DCONT/UFGS, 2018

<sup>2</sup> Função de governo é a “Classificação da despesa orçamentária que tem por finalidade registrar a finalidade da realização da despesa. A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Está relacionada com a missão institucional fundamental do órgão executor, por exemplo, cultura, educação, saúde ou defesa (...)” ([https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search\\_letter=f](https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search_letter=f))

<sup>3</sup> De acordo com o Portal Transparência “Cada função possui subfunções associadas. A função educação, por exemplo, está ligada, dentre outras, às subfunções "Ensino fundamental" e "Ensino Superior". Não é necessário, no entanto, que haja uma vinculação entre função e subfunção na hora de classificar um gasto (...)” (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ajuda/AjudaFunca>)

### 7.3. Atividades de financiamento

A UFGS não gerou ou realizou atividades que envolveram ingressos ou desembolsos relativos às atividades de financiamento nos exercícios 2017 e 2016.

## 9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

---

Nesse capítulo apresenta-se o tratamento referente as determinações e recomendações do TCU e do órgão de controle interno, bem como as medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário, a demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, as Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos, também as Informações sobre as ações de publicidade e propaganda e por fim a conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.

---

### 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

---

A UFFS não possui determinações e/ou recomendações do TCU pendentes de implementação.

---

### 9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

---

A auditoria interna da UFFS realiza o monitoramento da implementação das recomendações e/ou determinações emitidas pela Controladoria Geral da União – CGU anualmente e de forma *manual*<sup>21</sup>, através de envio de formulários eletrônicos de monitoramento, via e-mail institucional, preenchidos pela gestão<sup>22</sup> e devolvidos à auditoria interna também via e-mail institucional.

O monitoramento no exercício de 2017, quanto às recomendações emitidas pela CGU (exercício 2017 e exercícios anteriores), foi realizado através do Processo nº 23205.000024/2017-14, que deu origem aos Relatórios nº 06 e 12/AUDIN/UFFS/2017, bem como a atualização do

21 De acordo com o artigo 17 da IN 24, de 17/11/2015, o monitoramento deve ser realizado preferencialmente por sistema informatizado, porém, no momento, não dispomos dessa ferramenta.

22 A responsabilidade das informações prestadas é do servidor/gestor respondente do formulário, uma vez que o servidor público possui fé pública, todas as respostas são consideradas verídicas até nova verificação em loco.

[Plano de Providências Permanente \(PPP\)](#), referente às recomendações da CGU.

**Quadro 108 – Relatórios e recomendações**

<b>Relatórios</b>	<b>Recomendações Monitoradas</b>	<b>Atendidas</b>	<b>Permanecem em Monitoramento</b>
RA 201505049 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (Processo 23205.004661/2015-06)	17	08	09
RA 201505109 – FUNDAÇÕES DE APOIO (Processo 23205.000792/2016-97)	07	04	03
RA 201305977 – Prestação de Contas Anual/Relatório de Gestão – Recomendação referente ao sistema CGU-PAD	01	01	-
Total de Recomendações Monitoradas	25	13	12

Fonte: RA nº 06/AUDIN/UFFS/2017

As recomendações emitidas nos referidos relatórios são, em sua maioria, recomendações estruturantes, as quais impactam diretamente na melhoria da eficácia, eficiência e efetividade dos controles internos administrativos.

O PPP/CGU atualizado e os Relatórios de Monitoramento das recomendações emitidas pelos órgãos de controle (RA nº 06 e 12/AUDIN/UFFS/2017), encontram-se disponíveis no site oficial da UFFS/Auditoria Interna/[Monitoramento – Recomendações da AUDIN-CGU-TCU](#) e traz o detalhamento das recomendações implementadas e/ou em fase de implementação.

---

### **9.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

---

O quadro 109 aponta as medidas adotadas em caso de dano ao erário e tem por objetivo quantificar os casos de dano, objeto de medidas internas administrativas adotadas pela Unidade Jurisdicionada, bem como, ante a não reparação do dano, o número de tomadas de contas especiais e remetidas ao TCU.

**Quadro 109 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
17	-	-	-	-	-	-	-	-

\* Especificar razões

Fonte: CPPAD/UFFS, 2018

b) No que tange os casos de dano objeto de medidas administrativas internas, informamos que um caso refere-se a uma sindicância investigativa, que buscou apurar a responsabilidade pelo pagamento de multa à Receita Federal, devido a atraso na entrega da GFIP. Não houve identificação de responsabilidade, sendo o processo arquivado.

c) Outros dezesseis casos referem-se a Termos Circunstanciados Administrativos, discriminados no quadro seguinte.

**Quadro 110 – Termos Circunstanciados**

Natureza	Processo	Servidor	Situação	Campus	Data Abertura	Data Encerramento	Patrimônio	Conclusão	Valor
TCA	23205.002616/2017-71	Juçara Spinelli	Furto	Erechim	13/07/17	21/11/17	35507	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 2.564,00
TCA	23205.002576/2017-67	Daiane Regina Valentini	Furto	Erechim	10/07/17	21/11/17	7650	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 7.282,05
TCA	23205.002526/2017-80	Adriano Sanick Padilha	Não encontrado no inventário 2016	Chapecó	04/07/17	20/10/17	42472	Bem encontrado no inventário de 2017	
TCA	23205.002155/2017-36	Juçara Spinelli	Perda ou Extravio	Erechim	29/05/17	21/11/17	30880	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 2.045,52
TCA	23205.001639/2017-68	Lauri Lourenço Radünz	Dano	Erechim	02/05/17	29/09/17	7656	O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido. Contudo recomenda-se o arquivamento dos presentes autos em razão de o servidor ter promovido o adequado prejuízo causado ao erário por meio de: Prestação de serviço que restituiu ao bem danificado as condições anteriores.	R\$ 6.297,81
TCA	23205.001237/2017-63	Altemir José Mossi	Extravio	Erechim	10/04/17	06/07/17	64447	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 1.363,80
TCA	23205.000562/2017-17	Ildemar Mayer	Extravio	Cerro Largo	20/02/17	17/07/17	32502	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 167,90
TCA	23205.000469/2017-02	Sandro Adriano Schneider	Não encontrado no inventário 2016	Cerro Largo	07/02/17	03/07/17	12791	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 411,00
TCA	23205.000468/2	Sandro	Extravio	Cerro Largo	07/02/17	03/07/17	889	Encerramento apuração, por uso regular ou	R\$ 218,00

	017-50	Adriano Schneider						fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	
TCA	23205.000467/2 017-13	Ivann Carlos Lago	Não encontrado no inventário 2016	Cerro Largo	07/02/17	16/06/17	19632	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 1.029,00
TCA	23205.000032/2 017-61	Neimar Marcos Assmann	Não encontrado no inventário 2016	Reitoria	05/01/17	23/02/17	30749	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 1.511,72
TCA	23205.000031/2 017-16	Neimar Marcos Assmann	Não encontrado no inventário 2016	Reitoria	05/01/17	23/02/17	30928	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 161,99
TCA	23205.000030/2 017-71	Neimar Marcos Assmann	Não encontrado no inventário 2016	Reitoria	05/01/17	23/02/17	44808	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 107,96
TCA	23205.000029/2 017-47	Neimar Marcos Assmann	Não encontrado no inventário 2016	Reitoria	05/01/17	01/03/17	15089	Material foi encontrado.	
TCA	23205.003734/2 017-04	Maria Conceição de Oliveira	Extravio	Chapecó	03/10/17	22/12/17	62736	Encerramento apuração, por uso regular ou fatores que independeram da ação do servidor envolvido. Material baixado.	R\$ 1.154,36
TCA	23205.004451/2 017-71	Claunir Pavan	Não encontrado no inventário 2017	Reitoria	15/12/17	19/12/17	18633	Material foi encontrado.	

Fonte: CPPAD/UFS, 2018

---

## **9.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993**

---

Todas as liquidações na UFFS são realizadas em ordem cronológica de chegadas das solicitações de pagamento, ocorrendo o mais rápido possível após a chegada dos documentos, quando devidamente atestados e sem nenhuma pendência ou irregularidade no processo.

No ano de 2017 foi possível cumprir com o cronograma de pagamento conforme Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 02 de 06 de dezembro de 2016.

As ordens de pagamentos foram efetuadas segundo alguns critérios como segue:

I – Bolsas de estudos e auxílios;

II – Pequenos credores (cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993);

III – Prestação de serviços;

IV – Locações;

V – Fornecimento de bens.

VI – Realização de obras;

A efetivação dos pagamentos aos favorecidos, quando do recebimento de recursos financeiros são feitos até seu limite disponível na conta Única por fonte de recurso.



---

## **9.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento**

---

Os contratos de obras que poderiam se enquadrar no art. 7º da lei 12.546/2011 e no art. 2º do decreto 7.828/2012 foram identificados ainda em 2016 e juntados ao relatório de gestão do ano de 2015. Foram 15 (quinze) processos revisados e finalizados em 2017.

Ainda em 2015 e 2016 para alguns contratos que já estavam encerrados, os valores devidos foram retidos na última medição/nota fiscal. Nestes obtivemos uma economia de R\$ 10.309,01 (dez mil, trezentos e nove reais e um centavo). E os contratos que estavam vigentes foram formalizados termos aditivos suprimindo-se os valores devidos. Nestes aditivos de supressão foi obtido uma economia de R\$147.629,79 (cento e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais, setenta e nove centavos). Dois contratos que estavam pendentes conforme apontamentos no quadro do ano anterior, foram finalizados, pois os mesmos deram baixa na Matrícula CEI da obra junto a Receita Federal, tendo assim quitado seus impostos.

No quadro 111 apresentam-se os detalhamentos dos contratos que sofreram análise, e que foram abrangidos pela desoneração da folha de pagamento, atualizamos a situação para 2017. A economia total gerada pela revisão dos contratos para atender a demanda de desoneração foi de R\$ 157.938,80 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).

**Quadro 111 – Contratos que sofreram análise, e que foram abrangidos pela desoneração da folha de pagamento**

<b>CONTRATO Nº</b>	<b>DATA DO CERTAME</b>	<b>DATA DO CONTRATO</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	<b>NOME DO CONTRATADO</b>	<b>ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DA ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011</b>	<b>PROVIDÊNCIA ADOTADA</b>	<b>VALOR ECONOMIZADO</b>
07/2013	08/01/2013	26/02/2013	Execução da rede elétrica e telecom do campus Laranjeiras do Sul.	Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda. CNPJ 01.101.142/0001-08	Até Dezembro de 2013 contribuição de 20% sobre a folha de pagamento, a partir de Janeiro de 2014 a contribuição passa a utilizar a desoneração de 2% sobre a receita bruta.	Repactuadas as medições emitidas a partir de janeiro de 2014.	R\$ 3.184,73
08/2013	21/01/2013	26/02/2013	Execução da rede elétrica e telecom do campus Cerro Largo.	Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda. CNPJ 01.101.142/0001-08	Até Dezembro de 2013 contribuição de 20% sobre a folha de pagamento, a partir de Janeiro de 2014 a contribuição passa a utilizar a desoneração de 2% sobre a receita bruta.	Repactuadas as medições emitidas a partir de janeiro de 2014.	R\$ 405,87
12/2013	29/01/2013	03/04/2013	Execução da rede elétrica e telecom do campus Erechim.	Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda. CNPJ 01.101.142/0001-08	Até Dezembro de 2013 contribuição de 20% sobre a folha de pagamento, a partir de Janeiro de 2014 a contribuição passa a utilizar a desoneração de 2% sobre a receita bruta.	Repactuadas as medições emitidas a partir de janeiro de 2014.	R\$ 791,68
23/2013	19/02/2013	02/05/2013	Bloco de Professores campus Chapecó	Prumo Construtora e Incorporadora Ltda. CNPJ 03.888.600/0001-26	Contribuição de 20% sobre a folha de pagamento	Não há necessidade de repactuação pois a planilha orçamentária foi contratada sem desoneração e a empresa contribuirá com 20% até o final da obra.	Não precisou repactuar
<b>CONTRATO Nº</b>	<b>DATA DO CERTAME</b>	<b>DATA DO CONTRATO</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	<b>NOME DO CONTRATADO</b>	<b>ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DA ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011</b>	<b>PROVIDÊNCIA ADOTADA</b>	<b>VALOR ECONOMIZADO</b>
24/2013	20/02/2013	03/05/2013	Bloco de Professores campus Laranjeiras do Sul	VVS Construções Ltda. CNPJ 85.021.582/0001-45	Contribuição de 2% sobre a folha de pagamento	A empresa deveria ter recolhido 2% da receita bruta pela abertura da Matrícula CEI, mas recolheu 20% conforme a planilha orça-	Empresa quitou seus impostos dando Baixa na CEI

						mentário contratada, após finalização da obra, a empresa deu baixa na matrícula CEI e quitou junto a Receita Federal os seus impostos.	
26/2013	06/03/2013	15/05/2013	Bloco de Professores campus Realeza	Foco Construtora Ltda. CNPJ 08.997.849/0001-93	Contribuição de 2% sobre a receita bruta.	Formalizado Termo Aditivo 04/2015	R\$ 36.257,99
31/2013	14/02/2013	28/05/2013	Execução da rede elétrica e telecom do campus Chapecó	Eletrowatt Montagens Elétricas Ltda. CNPJ 03.070.234/0001-01	Até Dezembro de 2013 contribuição de 20% sobre a folha de pagamento, a partir de Janeiro de 2014 a contribuição passa a utilizar a desoneração de 2% sobre a receita bruta.	Repactuadas as medições emitidas a partir de janeiro de 2014. Desconto realizado na última medição de número 5.	R\$ 5.926,73
<b>ONTRATO Nº</b>	<b>DATA DO CERTAME</b>	<b>DATA DO CONTRATO</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	<b>NOME DO CONTRATADO</b>	<b>ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DA ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011</b>	<b>PROVIDÊNCIA ADOTADA</b>	<b>VALOR ECONOMIZADO</b>
34/2013	08/05/2013	17/07/2013	Laboratórios Didáticos campus Chapecó	Construtora Guilherme Ltda. CNPJ 00.220.057/0001-04	Contribuição de 20% sobre a folha de pagamento	Não há necessidade de repactuação pois a planilha orçamentária foi contratada sem desoneração e a empresa contribuirá com 20% até o final da obra.	Não precisou repactuar
52/2013	27/09/2013	08/10/2013	Terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação das vias internas do campus Realeza.	Rimarco Construções Civas Ltda-ME CNPJ 80.548.662/0001-30	Contribuição de 2% sobre a receita bruta.	Contrato rescindo com a empresa. Será licitada novamente a obra. A empresa contratada foi multada.	Contrato rescindido
54/2013	12/09/2013	18/10/2013	Terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação das vias internas do campus Chapecó.	Conxap Construtora Ltda. EPP CNPJ 10.338.596/0001-98	Contribuição de 2% sobre a receita bruta.	Formalizado Termo Aditivo nº 05/2015	R\$ 36.665,58
62/2013	12/11/2013	18/12/2013	Complexo Veterinária	Construtora Guilher-	Contribuição de 2% sobre a re-	Não há necessidade de	Não precisou

			rio Hospital Univer- sitário campus Rea- leza	me Ltda. CNPJ 00.220.057/0001-04	ceita bruta.	repactuação pois a pla- nilha orçamentária foi contratada com deso- neração. A empresa abriu a matrícula CEI em 2014.	repactuar
<b>CONTRATO Nº</b>	<b>DATA DO CERTAME</b>	<b>DATA DO CONTRATO</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	<b>NOME DO CON- TRATADO</b>	<b>ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DA ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011</b>	<b>PROVIDÊNCIA ADOTADA</b>	<b>VALOR ECONO- MIZADO</b>
63/2013	07/11/2013	19/12/2013	1ª etapa Bloco “C” (estrutura pré-fabri- cada) campus Cha- pecó	Rotesma Artefatos de Cimentos Ltda. CNPJ 83.404.715/0001-37	Contribuição de 2% sobre a re- ceita bruta.	Não há necessidade de repactuação pois a pla- nilha orçamentária foi contratada com deso- neração. Não se encai- xa na desoneração de- vido ao CNAE .	Não precisou repac- tuar
64/2013	07/11/2013	19/12/2013	1ª etapa Bloco “B” (estrutura pré-fabri- cada) campus Ere- chim	Rotesma Artefatos de Cimentos Ltda. CNPJ 83.404.715/0001-37	Contribuição de 2% sobre a re- ceita bruta.	Não há necessidade de repactuação pois a pla- nilha orçamentária foi contratada com deso- neração. Não se encai- xa na desoneração de- vido ao CNAE .	Não precisou repac- tuar
20/2014	-	31/01/2011	Remanescente das obras dos Laborató- rios Didáticos cam- pus Laranjeiras do Sul	Projeção Constru- ções e Pré-Moldados Ltda. CNPJ 82.708.967/0001-97	Contribuição de 2% sobre a re- ceita bruta.	Formalizado Termo Aditivo nº 03/2015	R\$ 74.706,22
<b>CONTRATO Nº</b>	<b>DATA DO CERTAME</b>	<b>DATA DO CONTRATO</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	<b>NOME DO CON- TRATADO</b>	<b>ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DA ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011</b>	<b>PROVIDÊNCIA ADOTADA</b>	<b>VALOR ECONO- MIZADO</b>
27/2014	-	10/02/2014	Remanescente das obras do Restaura- nte Universitário campus Laranjeiras do Sul	VVS Construções Ltda. CNPJ 85.021.582/0001-45	Contribuição de 2% sobre a re- ceita bruta.	A empresa deveria ter recolhido 2% da recei- ta bruta pela abertura da Matrícula CEI, mas recolheu 20% confor- me a planilha orça- mentário contratada,	Empresa quitou seus impostos dando Bai- xa na CEI

						após finalização da obra, a empresa deu baixa na matrícula CEI e quitou junto a Receita Federal os seus impostos.	
						<b>Economicidade</b>	<b>R\$ 157.938,80</b>

Fonte: SEO/UFFS, 2018

---

## 9.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

---

**Quadro 112 – Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	20RK	102.000,00	459.482,87
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: DCONT/UFFS, 2018

\* Do montante de valores pagos, R\$ 457.482,87 referem-se a liquidação de empenhos inscritos, em exercícios anteriores, em restos a pagar não processados.

Informações complementares:

**Quadro 113 – Execução, em 2017, de contratos com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. para distribuição de publicidade legal**

Contrato	Vigência	Valores contratados	Valores desembolsados
26/2016	01/08/2016 a 31/07/2017	270.000,00	130.934,98

Fonte: DCONT/UFFS, 2018

\* Valores contratados nos períodos 2016 e 2017

**Quadro 114 – Execução, em 2017, de contrato com o Fundo de Imprensa Nacional, referente aos serviços de publicação de atos oficiais no Diário Oficial da União**

Contrato	Vigência	Valores contratados	Valores desembolsados
66/2014	Indeterminada	761.000,00	328.547,89

Fonte: DCONT/UFFS, 2018

\* Valores contratados nos períodos 2016 e 2017

---

## 9.7 Demonstração da Conformidade com o Disposto no Art. 3º do Decreto 5.626/2005

---

No tocante obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória, conforme estabelece o art. 3º do Decreto 5.626/2005, informamos que, atualmente, a UFFS oferta 24 os cursos, todos de licenciaturas, que tem obrigatoriedade de oferta de LIBRAS como componente curricular obrigatório, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro 115 – Cursos de Graduação com oferta do Curso de Libras**

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Matemática	1260434	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/matematica/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/matematica/perfil-do-curso</a>
Filosofia	5000396	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/filosofia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/filosofia/perfil-do-curso</a>
Geografia	5000398	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/geografia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/geografia/perfil-do-curso</a>
História	5000400	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/historia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/historia/perfil-do-curso</a>
Pedagogia	5000402	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/pedagogia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/pedagogia/perfil-do-curso</a>
Ciências Sociais	5000407	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/ciencias-socias/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/ciencias-socias/perfil-do-curso</a>
Letras - Português e Espanhol	5000404	Chapecó - SC	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso</a>
Interdisciplinar em Educação no Campo	5000395	Laranjeiras do Sul - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-">https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-</a>

				educacao-do-campo/perfil-do-curso
Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas	1279327	Laranjeiras do Sul - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-sociais-e-humanas/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-sociais-e-humanas/perfil-do-curso</a>
Pedagogia	1419770	Laranjeiras do Sul - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) Página do site em construção, com previsão de publicização em fevereiro de 2018 (antes das aulas), no endereço: <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/pedagogia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/pedagogia/perfil-do-curso</a>
Física	1152572	Realeza - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/fisica/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/fisica/perfil-do-curso</a>
Química	1152574	Realeza - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/quimica/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/quimica/perfil-do-curso</a>
Ciências Biológicas	1152571	Realeza - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/ciencias-biologicas/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/ciencias-biologicas/perfil-do-curso</a>
Letras - Português e Espanhol	5000406	Realeza - PR	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso</a>
Física	1152566	Cerro Largo - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/fisica/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/fisica/perfil-do-curso</a>
Química	1152567	Cerro Largo - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/quimica/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/quimica/perfil-do-curso</a>
Ciências Biológicas	1152544	Cerro Largo -	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do



		RS		curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/ciencias-biologicas/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/ciencias-biologicas/perfil-do-curso</a>
Letras - Português e Espanhol	5000405	Cerro Largo - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso</a>
Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza	1276258	Erechim - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-da-natureza/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-da-natureza/perfil-do-curso</a>
Filosofia	5000397	Erechim - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/filosofia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/filosofia/perfil-do-curso</a>
Geografia	5000399	Erechim - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/geografia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/geografia/perfil-do-curso</a>
História	5000401	Erechim - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/historia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/historia/perfil-do-curso</a>
Pedagogia	5000403	Erechim - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/pedagogia/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/pedagogia/perfil-do-curso</a>
Ciências Sociais	5000408	Erechim - RS	Está ofertando	a) a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007 b) <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/ciencias-socias/perfil-do-curso">https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/ciencias-socias/perfil-do-curso</a>

Fonte: PROGRAD/UFS, 2018

# 10 ANEXOS

## Anexo 1 - Sistema de Chamados de Manutenção e Relatórios

Figura 5 - Sistema de Chamados

The screenshot displays the 'Ordem de Serviço' (Service Order) management interface. It includes a search filter section with the following fields:

- Órgão: UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
- Tipo: Imóvel (selected) / Patrimônio
- Setor solicitante: [Empty]
- Setor mantenedor: [Empty]
- Número: [Empty]
- Imóvel: [Empty]
- Prédio: [Empty]
- Situação: Em Aberto
- Tipos: Seleção [Empty]
- Período solicitação: [Empty]
- Período agendamento: [Empty]
- Período garantia: [Empty]

Buttons for 'Consultar' and 'Limpar' are located below the filters. The 'Resultado da Consulta' section contains a table with the following data:

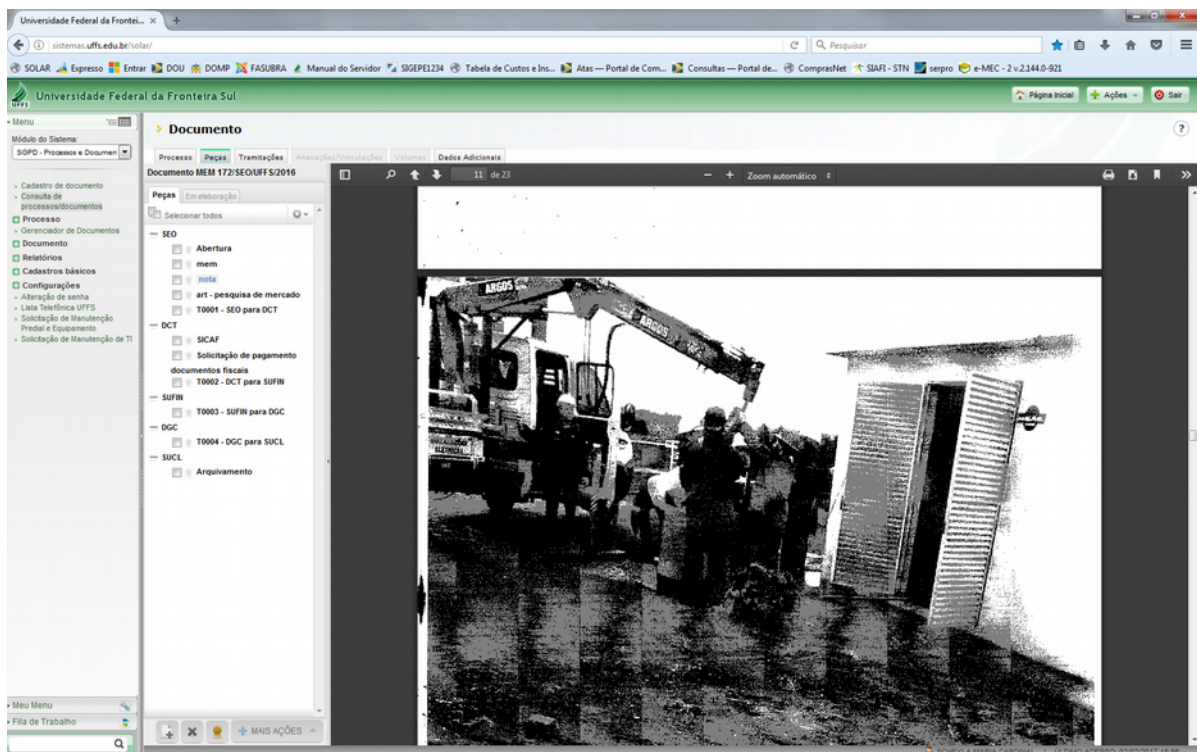
OS	Data	Setor solicitante	Setor manutenção	Imóvel	Prédio	Local	Agendamento	Situação	T	A
1188	01/02/2017	PROGESP	DMA	CHAPÉCO-BOM PASTOR	Reitoria - Bom Pastor	SALA 1-2-01	02/02/2017	Agendado		
1187	01/02/2017	SET	DMA	CHAPÉCO-BOM PASTOR	Reitoria - Bom Pastor	SALA 1-3-14	02/02/2017	Agendado		
1186	01/02/2017	DMA	DMA	CHAPÉCO - UNIDADE GENERAL OSÓRIO	Reitoria - Gen Osório	Sala 1-1	02/02/2017	Agendado		
1182	01/02/2017	PROEC	DMA	CHAPÉCO - UNIDADE GENERAL OSÓRIO	Reitoria - Gen Osório	Sala 1-6	02/02/2017	Agendado		
1170	31/01/2017	SETI	DMA	CAMPUS CHAPÉCO	Biblioteca	BIBLIOTECA - SALA DATA CENTER	02/02/2017	Agendado		
1146	27/01/2017	GE-RU - CH	ASSINFR - CH	CAMPUS CHAPÉCO	Restaurante Universitário	R.U. - SALA 100	27/01/2017	Manutenção		
1139	24/01/2017	SELAB	DMA	CHAPÉCO-BOM PASTOR	Reitoria - Bom Pastor	SALA 2-2-03	24/01/2017	Agendado		
1128	23/01/2017	SERR	DMA	CHAPÉCO-BOM PASTOR	Reitoria - Bom Pastor	SALA 1-1-06	24/01/2017	Agendado		
1111	16/01/2017	DSA	DMA	CHAPÉCO-BOM PASTOR	Reitoria - Bom Pastor	SALA 1-3-13	17/01/2017	Agendado		

At the bottom, there are filters for 'Tipo' (Corretiva, Preventiva) and '(A)Andamento' (Encerrada, Em andamento). The page shows 'Exibindo: 1 até 10 de 40' records.

Fonte: SGPD/UFFS, 2016

## Anexo 2 – Relatório de Manutenção

Figura 6 - Relatório de Manutenção



Fonte: SGPD/UFFS, 2016



**Tribunal de Contas da União**

## **RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Unidade prestadora de contas: Universidade Federal da Fronteira Sul

Exercício de referência: 2017

Data da conclusão: 02/05/2018

Hora da conclusão: 15:46:45

Responsável pela conclusão: Luiz Victor Pittella Siqueira - CPF: 003.277.160-61

### **MENSAGEM:**

Declaramos que o relatório de gestão de 2017 da unidade prestadora de contas Universidade Federal da Fronteira Sul foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - SECEX-SC

Em 10/05/2018



**Tribunal de Contas da União**

**DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

Unidade prestadora de contas: Universidade Federal da Fronteira Sul

Exercício de referência: 2017

Data da conclusão: 02/05/2018

Hora da conclusão: 15:46:45

Responsável pela conclusão: Luiz Victor Pittella Siqueira - CPF: 003.277.160-61

**MENSAGEM:**

Declaramos que o relatório de gestão de 2017 da unidade prestadora de contas Universidade Federal da Fronteira Sul foi publicado no sítio do Tribunal de Contas da União na *Internet*.

Ressalta-se que os dirigentes da unidade permanecem responsáveis pelos conteúdos e forma do referido relatório, conforme dispõem as normas deste Tribunal que regem a prestação de contas anual.

Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - SECEX-SC

Em 24/08/2018



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
Núcleo de Ações de Controle 1 da Regional no Estado de Santa Catarina  
Rua Conselheiro Mafra, 784, Ático, Ed. Galaxy, - Bairro Centro, CEP 88.010-102, Florianópolis/SC  
Telefone: - - www.cgu.gov.br

Ofício nº 13460/2018/NAC1/SC/Regional/SC-CGU

Ao Senhor

**JAIME GIOLO**

Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, 108E, Centro

89.802-112 – Chapecó – SC

Assunto: **Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas (exercício de 2017).**

*Referência:* Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00223.100119/2018-02

Magnífico Reitor,

1. Encaminho, em anexo, o Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas, conforme previsto no item 6.2.5. da Norma de Execução aprovada pela Portaria CGU/SE nº 500/2016, de 08 de março de 2016.
2. Aproveito, ainda, para confirmar que não será realizada Reunião de Busca Conjunta de Soluções, tendo em vista a inexistência de constatações e, conseqüentemente, de recomendações no Relatório aqui encaminhado.
3. Finalizando, assinalo que, conforme item 6.2.5.2 da Norma, caso julgue oportuno apresentar esclarecimentos adicionais, estes devem ser encaminhados em até **cinco dias úteis** a contar do recebimento do Relatório. Ressalta-se que após este prazo encerra-se a fase de apuração.

Atenciosamente,

**Marcelo Campos da Silva**

Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO CAMPOS DA SILVA, Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina, Substituto**, em 17/07/2018, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 0792704 e o código CRC 21343956

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00223.100119/2018-02

SEI nº 0792704

# Relatório de Auditoria Anual de Contas



Secretaria Federal de Controle Interno

**Unidade Auditada: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Exercício: 2017

Município: Chapecó - SC

Relatório nº: 201800637

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

---

## Análise Gerencial

Senhor Superintendente da CGU-Regional/SC,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201800637, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL consolidando/agregando as informações sobre programas e fundos geridos por unidades de sua estrutura: avaliação da conformidade das peças de acordo com a IN TCU 63/2010, avaliação da gestão de pessoas, avaliação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UPC, avaliação do grau de cumprimento das determinações e/ou recomendações expedidas pelo TCU para acompanhamento pela CGU, avaliação das recomendações emitidas pela CGU com as respectivas providências adotadas, e avaliação da estrutura e atuação da auditoria interna da IFE.

### 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 16 de abril a 20 de abril de 2018, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria consiste da parte “Resultados dos Trabalhos”, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas. A segunda parte, “Achados de Auditoria”,





não contém achados por não terem sido constatadas situações irregulares que impactem no julgamento das contas da gestão.

## 2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 02 de fevereiro de 2018, entre a Secretaria de Educação, da Cultura e do Desporto – Secex Educação, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Coordenação Geral de Auditoria da Área de Educação Superior do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) foram efetuadas as seguintes análises:

### *Quadro – escopo AAC*

Nº do item DN TCU 163/2017	Avaliações passíveis de serem contempladas no Relatório de Auditoria
1	Avaliação, considerando a natureza jurídica e o negócio da unidade prestadora da conta (UPC), da conformidade das peças exigidas nos incisos I, II e III do art. 13 da IN TCU nº 63/2010 com as normas e orientações que regem a elaboração de tais peças.
2	Avaliação da gestão de pessoas contemplando, em especial, quanto: a) À observância da legislação sobre remuneração, em especial, ao pagamento de vantagens, vencimento básico, assistência pré-escolar, fundamentos de aposentadoria, adiantamento de férias, pagamentos em duplicidade, remuneração superior ao teto, pagamento de pensão em duplicidade, dentre outros; b) À conformidade da concessão de adicional de retribuição por titulação previsto na Lei nº 12.778/2012; e c) À conformidade da regulação e concessão de flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas, considerando o estabelecido no Decreto nº 1.590/1995.
3	Avaliação da estrutura, condições de funcionamento e desempenho das Auditorias Internas, em especial quanto ao posicionamento organizacional, articulação com instâncias superiores, formalização estatutária, recursos de trabalho, e aprovação eficácia do PAINT, incluindo os seguintes itens: 1. Qual a posição da Audin no organograma da entidade? 2. O Conselho Diretor/Deliberativo da Ifes: 2.1. aprova o regulamento da Audin? 2.2. aprova o Paint? 2.3. recebe comunicações da Audin sobre o cumprimento do Paint? 2.4. aprova as decisões sobre nomeação e exoneração do auditor chefe? 3. Existe uma política formalizada no regulamento/estatuto/regimento da Ifes que (deve se verificar no normativo da Ifes se existem os itens a seguir): 3.1. defina a missão da Audin? 3.2. defina as responsabilidades do auditor chefe perante o Conselho Diretor e a Administração? 3.3. estabeleça que o auditor chefe deva opinar sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos da Ifes? 3.4. estabeleça que o auditor chefe deva opinar sobre a gestão de riscos realizada na Ifes? 3.5. estabeleça que o auditor chefe deva informar sobre o andamento e os resultados do Paint ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração?



	<p>3.6. estabeleça que o auditor chefe deva informar sobre a suficiência dos recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à Audin ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração?</p> <p>3.7. defina que o auditor chefe é responsável pelo alinhamento da atuação da Audin com os riscos identificados na gestão?</p> <p>3.8. garanta ao auditor chefe a autoridade necessária para desempenhar suas atribuições?</p> <p>3.9. estabeleça que a Audin tenha acesso irrestrito a todos os documentos, registros, bens e servidores da Ifes?</p> <p>3.10. estabeleça que o auditor chefe tenha livre acesso ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente?</p> <p>3.11. garanta ao auditor chefe a autonomia necessária para determinar o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos de auditoria?</p> <p>3.12. determine que a prestação de serviços de consultoria à Administração da Ifes seja realizada quando a Audin considerá-los apropriados?</p> <p>3.13. delimite a atuação dos trabalhos da Audin, evitando que execute trabalhos próprios de gestores?</p> <p>3.14. minimize os conflitos de interesses e favoreçam a imparcialidade dos auditores internos?</p> <p>4. Existe uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os auditores internos da Ifes?</p> <p>5. Quantos auditores internos compõem a Audin?</p> <p>6. As instalações da Audin na Ifes podem ser consideradas como:</p> <p>7. A Audin possui equipamentos de informática quantidade/qualidade suficiente para realizar seu trabalho?</p> <p>8. Qual o grau aproximado de aderência das atividades realizadas pela Audin, em 2012, constantes do Raint, com relação às planejadas?</p> <p>9. O Paint 2012 foi submetido ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente para aprovação?</p> <p>10. As eventuais modificações ocorridas durante o exercício no Paint 2012 foram submetidas ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente para aprovação?</p> <p>As avaliações deste item incorporarão análise comparativa entre a situação atual e a identificada em fiscalizações realizadas em 2014 pela CGU e pelo TCU.</p>
4	<p>Avaliação da gestão de uso dos espaços físicos no âmbito das Universidades, quanto à: eficiência da ocupação dos imóveis para as atividades típicas da Universidade; regularidade do processo de escolha dos outorgantes, bem como a formalização e acompanhamento dos contratos celebrados; efetividade das providências adotadas em relação às eventuais ocupações irregulares de espaços físicos nos campi Universitário.</p>

Fonte Ata de definição de escopo, datada de 02 de fevereiro de 2018.

Cabe destacar que, conforme acordado, não foram executadas as verificações referentes aos demais itens constantes do Anexo II à Decisão Normativa TCU 163, de 06 de dezembro de 2017.

## 2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

O Rol de Responsáveis encontra-se em conformidade com a legislação e orientações do e-Contas após os ajustes efetuados pelo Órgão de Controle Interno, conforme exposto a seguir.

A análise do Rol de Responsáveis registrado pela UFFS no e-Contas foi realizada em duas frentes: a primeira, relativa aos cargos de direção, e a segunda, aos membros de órgãos colegiados.



Na análise dos cargos de direção considerou-se como pertinentes o cargo máximo da Unidade, representado pelo reitor, que percebe remuneração de CD-01, e os cargos em hierarquia imediatamente inferior ao reitor, a saber: vice-reitor e pró-reitores, que percebem remuneração de CD-02. Os demais cargos de direção (CD-03 e CD-04) não foram considerados no rol.

Em relação aos membros de órgãos colegiados, foram considerados pertinentes os membros do Conselho Universitário – CONSUNI, em razão de o conjunto de suas atribuições, com previsão no Estatuto e no Regimento Interno da Universidade, abarcar atos de gestão que impactam na economicidade, eficiência ou eficácia da gestão da Unidade, como a autorização para a aquisição, construção e alienação de bens imóveis.

## **2.2 Avaliação da Conformidade das Peças**

As peças da prestação de contas da UFFS foram apresentadas em acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União e com as orientações contidas no eContas, exceção feita à decisão de aprovação do Relatório de Gestão pelo órgão colegiado superior, falha que foi corrigida pela Unidade durante o período de análise das peças pelo Órgão de Controle Interno.

## **2.3 Avaliação da Gestão de Pessoas**

A avaliação da conformidade dos atos de gestão de pessoas foi realizada com base nos registros identificados no Sistema de Trilhas de Auditoria, com o objetivo de verificar se a Unidade apresenta, dentro do prazo determinado, as justificativas para as inconsistências informadas via Sistema.

Nesse sentido, foi identificada apenas uma ocorrência de inconsistência com pendência de apresentação de justificativa no Sistema.

No Memorando 13/PROGESP/UFFS/2018, de 13 de abril de 2018, o Pró-Reitor de Gestão de Pessoas esclareceu satisfatoriamente a situação de pendência de justificativa, informando que a Universidade se encontra dentro do prazo para inclusão da justificativa no Sistema, e que tempestivamente notificou o servidor para apresentação de defesa.

A informação prestada pelo gestor procede. Não há que se falar em impropriedade. O histórico de atuação da Unidade quanto à apresentação de justificativas no Sistema de Trilhas de Auditoria tem sido bastante satisfatório.

## **2.4 Avaliação da Gestão de Pessoas**

Como resultado de verificação por amostragem concluiu-se que a Universidade cumpriu a legislação e as orientações emanadas pelos Ministérios da Educação e do Planejamento na concessão de Retribuição por Titulação no ano de 2017, no que se refere à comprovação prévia de obtenção da titulação (realizada por apresentação de diploma de conclusão expedido pela instituição de ensino); e à adequação dos valores pagos (no que se refere ao grau de titulação, classe/nível na carreira e regime de horas de trabalho).



Foram analisados nove processos de concessão de Retribuição por Titulação, de um total de 35 formalizados no ano de 2017, o que corresponde a 26% do total.

Ressalta-se que a amostragem foi realizada a partir de informação apresentada pela própria Universidade quanto à totalidade das concessões formalizadas no exercício. Tal informação não pôde ser confirmada pelo Órgão de Controle Interno, o que significa que se alguma concessão deixou de ser informada, a mesma não foi considerada na elaboração da amostra.

Embora não tenham sido identificadas falhas no procedimento de concessão adotado pela Universidade, observou-se uma oportunidade de melhoria no normativo interno que rege a concessão (Portaria n° 99/GR/UFFS/2010). Em que pese o texto do normativo não ter causado prejuízo ao cumprimento legal, o mesmo foi redigido à época da implantação da Universidade e em função disso, quando aplicado, precisa ser interpretado à luz da situação à época, o que pode gerar alguma confusão.

## **2.5 Avaliação da Gestão de Pessoas**

No Memorando 13/PROGESP/UFFS/2018, de 13 de abril de 2018, o Pró-Reitor de Gestão de Pessoas informou a inexistência, no âmbito da Universidade, de atividades ou serviços realizados com jornada de trabalho reduzida, bem como de estudos para identificação de possível necessidade de flexibilização da carga horária de trabalho.

## **2.6 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU**

Para verificação do atendimento às determinações emanadas pelo TCU, foram analisadas consultas aos Acórdãos e Decisões efetuadas pelo TCU referentes aos anos de 2014 a 2017, não sendo identificadas no período determinações específicas à CGU para acompanhamento. Registre-se apenas que as providências relacionadas ao Acórdão TCU n° 3463/2014 - Plenário estão consignadas no procedimento Atuação da Auditoria Interna.

## **2.7 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU**

No item 9.2 do Relatório de Gestão, foram mencionados pela Auditoria Interna da UFFS quanto ao monitoramento do exercício de 2017 os Relatórios n° 06 e 12/AUDIN/UFFS/2017, consolidando as informações atualizadas do Plano de Providências Permanente (PPP) desta IFE, referente às recomendações da CGU. Do total de recomendações monitoradas, de natureza estruturante, permaneciam com pendências e em estágio de monitoramento um total de doze recomendações.

Contudo, após análise das manifestações dos setores responsáveis da UFFS, em respostas elaboradas e lançadas no PPP em 08 de março de 2018 e complementadas pelo Mem 18-PROAE-UFFS-2018, em resposta à Solicitação de Auditoria 201800637/09, foram mantidas apenas três recomendações em estágio de monitoramento, sendo que as demais foram consideradas atendidas, com posterior atualização no Plano de Providências da UPC. O resultado da análise pode ser observado na tabela a seguir:



Recomendações atendidas após a publicação do Relatório de Gestão	Recomendações que permanecem em monitoramento até dez/2018
09	03 (Itens 2 - ID 161296, 3 - ID 161297 e 7 - ID 161306 do PPP da UFFS), todas relativas ao processo 23205.004661/2015-06.

Cabe ressaltar que as atualizações no PPP serão devidamente inseridas no Sistema Monitor para acompanhamento da UFFS.

## 2.8 Avaliação da gestão do uso dos espaços físicos no âmbito das Universidades Federais

Para este trabalho de avaliação, foi selecionada uma amostra de 12 imóveis, sendo pelo menos um de cada categoria (aquisição, construção, reforma ou locação) tanto finalizado, quanto em andamento e sendo todos eles posteriores ao Reuni.

A abordagem adotada pela CGU objetivou responder às seguintes questões de auditoria, referentes à utilização dos espaços físicos da Universidade:

1. As decisões de investimento e locação de imóveis pela Universidade para atividades acadêmicas e de seu suporte são razoáveis e precedidas de estudos de demanda voltados à eficiência alocativa?

Ainda que tenha sido detectado um certo grau de deficiência nos estudos de demanda que subsidiam os projetos de aquisição, construção, reforma ou locação de imóveis, além de atraso em obras no *campus* Chapecó, os valores pagos pelo aluguel de imóveis de terceiros estão condizentes com o mercado e/ou com valores de referência e são repactuados periodicamente, e foi evidenciada a situação regular dos imóveis adquiridos pela Universidade.

2. Em que medida o processo de escolha dos outorgados é feito de maneira a não beneficiar determinado particular e com prevalência do interesse público?

Os processos de escolha de outorgados para o uso de espaços físicos são realizados de forma pública e transparente, dando oportunidade a todos os interessados e com prevalência do interesse público.

3. Em que medida os contratos de outorga de espaços físicos são formalizados de acordo com os ditames legais e possuem adequado controle quanto ao seu acompanhamento da execução?

Os instrumentos contratuais de outorga de espaços físicos utilizados estão formalizados de maneira adequada em termos das garantias legais, com equilíbrio financeiro nos casos das repactuações, e com o devido aval da assessoria jurídica.

4. A universidade está tomando as devidas providências com relação às ocupações irregulares de espaços físicos dos seus *campi*?

Observou-se a regularização de ocupações irregulares de espaços físicos dentro dos campi da UFFS.



Em termos gerais, no âmbito da utilização dos espaços físicos, evidenciou-se que é necessário aumentar a qualidade dos estudos de demanda e eliminar os atrasos em obras contratadas, principalmente se estes atrasos incorrem em dispêndios extras com locação de imóveis.

## **2.9 Estrutura e Atuação da Auditoria Interna**

Na avaliação da estrutura e atuação da Auditoria Interna - AUDIN da UFFS, foram analisados os normativos que regulam o seu funcionamento, como o Estatuto, Regimentos Geral e Interno da AUDIN, o Relatório de Gestão de 2017 da IFES, e o Manual da Auditoria Interna. Foram ainda emitidas Solicitações de Auditoria, visando o esclarecimento de algumas questões associadas à sua atuação.

A elaboração de seus principais produtos, como PAINTE, RAINTE e Relatórios de Auditoria vem sendo feita de acordo com as determinações e prazos regimentais. Ressalte-se a priorização que vem sendo efetuada pela AUDIN no sentido da identificação de riscos, de forma a adequar a IFES à Instrução Normativa SFC nº 3/2017 e à Portaria nº 2.737/2017 do Ministério da Transparência e CGU, em sintonia com as determinações do Acórdão TCU nº 3463/2014 – Plenário. Conforme verificado, a partir do PAINTE 2017 foi elaborada a matriz de riscos, que direcionou as ações do PAINTE. Consta ainda no Relatório de Gestão de 2017 da UFFS que neste ano foram instituídas a Política de Gestão de Riscos e o Comitê de Governança, Riscos e Controle Interno, além da aprovação do Plano de Gestão de Riscos e Controle Interno, por meio da IN Nº 9/PROPLAN/UFFS/2017.

Quanto ao posicionamento no organograma da entidade, a Auditoria Interna encontra-se subordinada diretamente ao reitor da IFES. O Conselho Universitário – CONSUNI, órgão de instância máxima da UFFS com função normativa, deliberativa e recursal, de acordo com seus normativos, é responsável pela aprovação do regulamento da AUDIN e pela aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINTE, recebe comunicações sobre o cumprimento do PAINTE e aprova as decisões sobre a nomeação e exoneração do auditor-chefe.

Consta nas normas regimentais da IFES, especialmente no Regimento Interno da AUDIN, a existência de uma política formalizada, com a definição de sua missão, o perfil, as atribuições e responsabilidades do auditor-chefe perante a alta administração da UFFS. Ainda que sejam preservadas as garantias de acesso irrestrito a documentos, registros, bens e servidores, autonomia para aplicação de técnicas de auditoria, imparcialidade, independência funcional e autoridade perante os demais setores da IFES, algumas atribuições do auditor-chefe e da AUDIN, como a gestão de riscos, a suficiência dos recursos destinados a mesma, e a prestação de serviços de consultoria à Administração da UFFS carecem de uma atualização no texto do Regimento Interno, em razão do atendimento aos normativos da SFC e do TCU supramencionados.

Observa-se ainda a existência de uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os auditores internos da IFES, que conforme verificação *in loco* e questionamento efetuado à equipe da AUDIN, apresenta uma estrutura organizacional adequada à realização de suas atividades funcionais, em termos de equipamentos e



instalações físicas. Pode ser destacada a atuação proativa da AUDIN da UFFS ao longo dos anos, em termos da aderência entre as ações programadas no PAINTE e executadas no RAINTE e quanto ao atendimento às demandas e recomendações emitidas pelas auditorias internas e externas, cumprindo fielmente com a sua missão de fortalecimento e assessoramento à gestão da Universidade.

## **2. 10 Ocorrências com dano ou prejuízo**

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

## **3. Conclusão**

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Florianópolis/SC.

**Nome:** CRISTINA ISHIMINE CERVEIRA DA SILVA

**Cargo:**

**Assinatura:**

**Nome:** LUCIANO VALENTIM SILVA

**Cargo:**

**Assinatura:**

Relatório supervisionado e aprovado por:

---

Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina



# Certificado de Auditoria Anual de Contas



Secretaria Federal de Controle Interno

**Certificado:** 201800637

**Unidade Auditada:** UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**Ministério Supervisor:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Município (UF):** Chapecó (SC)

**Exercício:** 2017

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01/2017 e 31/12/2017 pelos responsáveis das áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.
2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.
3. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis seja pela regularidade.
4. Ressalta-se que dentre os responsáveis certificados por Regularidade há agentes cuja gestão não foi analisada por não estar englobada no escopo da auditoria de contas, definido conforme art. 14, § 2º, da Decisão Normativa TCU nº 156/2016.

Florianópolis (SC), 01 de agosto de 2018.

O presente certificado encontra-se amparado no relatório de auditoria, e a opção pela certificação foi decidida pelo:

SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO  
DE SANTA CATARINA



# Parecer de Dirigente do Controle Interno



Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

**Parecer:** 201800637

**Unidade Auditada:** UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**Ministério Supervisor:** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Município/UF:** Chapecó (SC)

**Exercício:** 2017

**Autoridade Supervisora:** Rossieli Soares da Silva

1. Tendo em vista os aspectos observados na prestação de contas anual do exercício de 2017, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.
2. Para o escopo do trabalho de auditoria foram selecionados processos e fluxos considerados estratégicos para a universidade, dentre os quais destaco, especialmente: a Gestão de Pessoas; a Estrutura, Condições de Funcionamento e Desempenho das Auditorias Internas; e Gestão de Uso dos Espaços Físicos.
3. No que se refere à Gestão de Pessoas, o escopo de avaliação contemplou observância da legislação sobre a remuneração, a conformidade da concessão de adicional de retribuição por titulação previsto na Lei nº 12.772/2012; e a conformidade da regulação e concessão de flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas, considerando o estabelecido no Decreto nº 1.590/1995. Constatou-se que, de forma geral, há regularidade dos pagamentos de remuneração dos servidores e da concessão da Retribuição por Titulação. Observou-se que a universidade não adota a jornada de trabalho flexibilizada de 6 horas diárias e 30 horas semanais no âmbito de suas unidades.
4. Sobre o escopo a respeito das Auditorias Internas, avaliou-se questões como posicionamento organizacional, articulação com instâncias superiores, formalização estatutária, recursos de trabalho, e aprovação e eficácia do PAINTE. No caso da UFFS, a Auditoria Interna encontra-se diretamente vinculada ao Reitor, no entanto, o Conselho Universitário é responsável pela aprovação do regulamento da unidade e do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINTE), recebe comunicações acerca do cumprimento do referido Plano, bem como aprova as decisões sobre a nomeação e exoneração do auditor-chefe. Destaca-se a instituição em 2017 da Política de Gestão de Riscos e o Comitê de Governança, Riscos e Controle Interno. De forma geral, o conjunto de quesitos checados se mostram positivamente avaliados.

5. Quanto à Gestão de Uso de Espaços Físicos, buscou-se avaliar a eficiência da ocupação dos imóveis para as atividades típicas da Universidade, a regularidade do processo de escolha dos outorgados, da formalização e do acompanhamento dos contratos celebrados, e a efetividade das providências adotadas em relação às eventuais ocupações irregulares de espaços físicos nos campi Universitário. Diante disso, avaliou-se a necessidade de aperfeiçoamento dos estudos de demanda com vistas a subsidiar a tomada de decisão relativa à construção e reforma, bem como eliminar os atrasos em obras contratadas. Observou-se a regularidade nas práticas adotadas pela gestão correlacionadas às outorgas de uso do espaço físico da entidade auditada, e ainda a regularização de ocupações irregulares de espaços físicos dentro dos campi da UFFS.

6. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília/DF, 24 de agosto de 2018.

VICTOR GODOY VEIGA

Diretor de Auditoria de Políticas Sociais I



**MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA  
UNIÃO**

**Secretaria Federal de Controle Interno**

**ELEMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE AGENTES SOBRE FALHA  
OU IRREGULARIDADE**

A caracterização da responsabilidade não é aplicável a esta conta em razão de a proposição deste órgão de controle interno ser de julgamento das contas de todos os responsáveis arrolados pela regularidade com quitação plena.

SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL

1. Em conformidade com o disposto no artigo 82, do Decreto-lei nº 200/67, combinado com o artigo 52, da Lei nº 8.443/92, atesto haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Relatório e Certificado de Auditoria, bem como no Parecer da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU, constantes do Processo de Contas Anual da **Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**, referente ao exercício de 2017, o qual mereceu a certificação de **Regular** na gestão examinada.

2. Encaminhe-se o referido processo ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista pelo inciso II, artigo 71, da Constituição Federal, para fins de julgamento.

Brasília, 27 de agosto de  
2018.

**ROSSIELI SOARES DA SILVA**  
Ministro de Estado da Educação



Documento assinado eletronicamente por **Rossieli Soares da Silva, Ministro**, em 29/08/2018, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1226671** e o código CRC **2CE95230**.